

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA NA BIBLIOTECONOMIA

DANIELA SPUDEIT
DANIELLE PEREIRA
IRAJAYNA LOBÃO
JÉSSICA DAVID
(ORGANIZADORAS)

**Daniela Spudeit
Danielle Borges Pereira
Irajayna de Sousa Lage Lobão
Jéssica Glienke David
(Organizadoras)**

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA
NA BIBLIOTECONOMIA**

**ABECIN
São Paulo
2018**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
(ABECIN)**

Copyright © 2018 ABECIN Editora

Coleção Estudos ABECIN; 04

ISBN: 978-85-98291-13-0

COMISSÃO EDITORIAL EDITORA ABECIN

Célia Regina Simonetti Barbalho

Daniela F. A. de Oliveira Spudeit

Daniela Pereira dos Reis

Franciele Marques Redigolo

Gabriela Belmont de Farias

Helen Beatriz Frota Rozados

Henriette Ferreira Gomes

Henry Poncio Cruz de Oliveira

João de Melo Maricato

Jonathas Luis Carvalho Silva

José Fernando Modesto da Silva

Marta Lígia Pomim Valentim

Oswaldo F. de Almeida Júnior

Raquel do Rosário Santos

Renata Braz Gonçalves

Stefanie Cavalcanti Freire

Sueli Bortolin

Valéria Martin Valls

Capa: Marta Valentim

Foto Capa: Adaptada de PIXNIO - *Free Images* (<https://pixnio.com/interiors-and-exteriors-design/interior/indoors-modern-library-structure-architecture-shelf-room-library-inside-university>)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F82 Formação e atuação política na Biblioteconomia / Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit, Danielle Borges Pereira, Irajayna de Sousa Lage Lobão, Jéssica Glienke David (Orgs.). – São Paulo: ABECIN Editora, 2018.
361p.

1 Livro digital: il. – (Coleção Estudos ABECIN; 04)

Inclui bibliografia.

Disponível em: <http://www.abecin.org.br/>

ISBN 978-85-98291-13-0

1. Biblioteconomia. 2. Formação Política. 3. Atuação Política. 4. Atuação Profissional.
I. Spudeit, D. F. A. de O. (Org.). II. Pereira, D. B. (Org.). III. Lobão, I. de S. L (Org.). IV. David,
J. G. (Org.). V. Título. VI. Série.

CDD 020 / 320

CDU 021 / 021.1

Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)

Gestão 2016-2019

Universidade Estadual Paulista (Unesp) - Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)

Departamento de Ciência da Informação

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - 17.514-730 – Marília – SP

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
<i>Daniela Spudeit, Danielle Borges Pereira, Irajayna de Sousa Lage Lobão e Jéssica Glienke David</i>	
PREFÁCIO.....	15
<i>Antonio Agenor Briquet de Lemos</i>	
PARTE 1: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS POLÍTICAS.....	21
CAPÍTULO 1.....	23
AS DIMENSÕES POLÍTICAS DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL <i>Thaís de Almeida Lamas</i>	
CAPÍTULO 2.....	55
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO POLÍTICA DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO <i>Marta Lúgia Pomim Valentim</i>	
CAPÍTULO 3.....	75
BIBLIOTECÁRIA(O)S NA POLÍTICA: PERFIL DA(O)S PROFISSIONAIS BIBLIOTECÁRIA(OS) NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2016 <i>Carlos Wellington Soares Martins e Maria Mary Ferreira</i>	
CAPÍTULO 4.....	93
BIBLIOTECÁRIO: UMA PROFISSÃO POLITICAMENTE CORRETA <i>Adelaide Ramos e Côrte</i>	
CAPÍTULO 5.....	107
HIPERLINKS SUBVERTEM HIERARQUIAS: ATUAÇÃO POLÍTICA DO BIBLIOTECÁRIO NA SOCIEDADE DIGITAL <i>Elisa Cristina Delfini Corrêa e Jorge Moisés Kroll do Prado</i>	
CAPÍTULO 6.....	125
MULHER E POLÍTICA NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: AS PIONEIRAS <i>Danielle Borges Pereira, Irajayna de Sousa Lage Lobão e Jéssica Glienke David</i>	

CAPÍTULO 7.....	141
O BIBLIOTECÁRIO NO NORTE DO BRASIL: BREVE RELATO ACERCA DE AÇÕES E ATUAÇÕES POLÍTICAS	
<i>Anderson Alberto Saldanha Tavares</i>	
CAPÍTULO 8.....	157
O FAZER POLÍTICO NA BIBLIOTECONOMIA: ATUAÇÃO DOS CONSELHOS, SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL	
<i>Daniela Spudeit e Irarayna de Sousa Lage Lobão</i>	
CAPÍTULO 9.....	189
O BIBLIOTECÁRIO (IN)VISÍVEL: O PODER E AS NARRATIVAS NA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO	
<i>Cristian José Oliveira Santos Brayner e Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas Mattos</i>	
PARTE 2: DIÁLOGO NECESSÁRIO SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA NA BIBLIOTECONOMIA.....	207
CAPÍTULO 10.....	209
POR UMA BIBLIOTECONOMIA PROGRESSISTA: MENOS TÉCNICOS, MAIS AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
<i>Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva</i>	
CAPÍTULO 11.....	225
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO DIANTE DAS DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO E DA SOCIEDADE	
<i>Jonathas Luiz Carvalho Silva</i>	
CAPÍTULO 12.....	245
INFORMAÇÃO E CULTURA POLÍTICA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO HUMANA NO CAMPO DA BIBLIOTECONOMIA	
<i>Maria Aparecida Moura</i>	
CAPÍTULO 13.....	269
O BIBLIOTECÁRIO É UM PROFISSIONAL APOLÍTICO?	
<i>Oswaldo Francisco de Almeida Júnior</i>	

CAPÍTULO 14.....	285
A FORMAÇÃO POLÍTICA DO(A) BIBLIOTECÁRIO(A) NO CAMPO DAS RELAÇÕES RACIAIS	
<i>Erinaldo Dias Valério</i>	
CAPÍTULO 15.....	291
AS CULTURAS AFRICANAS E AFRODESCENDENTES EM BIBLIOTECONOMIA & CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA, PENSAMENTO CRÍTICO E MEIO SOCIAL	
<i>Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Gustavo Silva Saldanha</i>	
CAPÍTULO 16.....	319
O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	
<i>Elisângela Gomes</i>	
CAPÍTULO 17.....	333
DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA DE BIBLIOTECÁRIOS: ELEMENTOS PARA REPENSAR OS CURRÍCULOS	
<i>Marielle Barros de Moraes</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	349

APRESENTAÇÃO

“O castigo dos bons que não fazem política é ser governados pelos maus” Platão¹.

A chamada Sociedade da Informação se encontra alicerçada nas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo, a *Web* que possibilita à maior parte da população do globo se posicionar politicamente. No entanto, ainda existe muita confusão em relação ao que é política. Em nosso País confunde-se muito política, a atividade ou a práxis humana relacionadas ao exercício do poder entre os indivíduos visando o bem comum, com a política partidária que está ligada ao exercício da política por meio de filiação a partidos políticos.

Vivemos em uma era de guerra de informações e pós-verdades² no qual as tecnologias de informação e comunicação são armas para serem usadas e obterem uma vantagem competitiva em relação a um oponente, enquanto um oponente é alguém com uma visão de mundo antagonista. Quando uma comunidade acredita em algo que, posteriormente é provado falso, continuar acreditando mesmo diante de evidências, é algo muito comum que desafia a racionalidade. Observa-se, assim, que as pessoas respondem muito mais ao emocional.

É comum lidar com grupos sociais que, independente da orientação política, acreditam em fatos improváveis, onde qualquer tentativa de verificação dos fatos é uma prova de que seu grupo está sendo perseguido. A mesma mentalidade é aplicada se você está em uma cruzada de esquerda a favor da legalização da maconha ou em uma cruzada de direita contra o político desafeto. Nesse contexto, as bibliotecas, suas bibliotecárias e bibliotecários, têm procurado fornecer acesso a diversos pontos de vista. Tem-se cuidadosamente organizado coleções que incluem perspectivas de todos os fins do espectro político e de todas as áreas sociais.

¹ PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2002.

² Informação tendenciosa comum no meio político.

Ainda assim, isso não basta, é necessário que esses profissionais estejam cientes da sua responsabilidade e papel ético, discussões estas que devem iniciar-se na graduação nos cursos de Biblioteconomia.

Durante a VI Semana de Interatividade da Biblioteconomia realizada na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), nos deparamos com as informações de um artigo escrito pela bibliotecária Marielle de Moraes e pelas nossas professoras Daniela Spudeit e Elisa Correa, que investigava como ocorre a formação política nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil, buscando compreender os arcabouços teóricos utilizados para discutir política com estudantes de Biblioteconomia.

Porém, os resultados demonstraram que a utilização do termo política se referia, apenas, ao fazer técnico dos bibliotecários e não à política como uma dimensão da vida em sociedade. Assim, percebendo a necessidade de discutir esses aspectos, surgiu a ideia de organizar a presente obra que conta com dezessete capítulos, tratando de diferentes tópicos relacionados à formação e prática política do bibliotecário, escrito por profissionais de diferentes regiões do País, sendo quinze mulheres e oito homens das regiões Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste, Sudeste, representantes de associações, conselhos, sindicatos, professores, estudantes e profissionais trazendo pluralidade à obra.

Sabemos da dificuldade que as escolas de Biblioteconomia têm para introduzir temas políticos aos discentes, no tocante à participação em entidades de classe que exigem mais que apenas a simples absorção passiva em sala de aula. Por muitas vezes, esse entendimento e participação política está aparentemente amortecida nas últimas décadas.

Contudo, entendemos que os currículos devem abarcar esse importante assunto, afinal, é na graduação que se alicerça a práxis do profissional que irá atuar. Assim, o livro conta com pontos que versam sobre diversos temas, como a dimensão política da área, o perfil de bibliotecários candidatos às eleições municipais, a participação da mulher na política, atuação política das entidades de classe, desafios para a formação crítica e política das bibliotecárias, a formação política das bibliotecárias e as relações raciais, o pensamento crítico nas culturas africanas e afrodescendentes na Biblioteconomia, entre vários outros temas extremamente pertinentes a serem retratados. No

decorrer da história humana, a informação em seus mais diversos suportes foi e é o maior capital humano.

Os detentores, os que controlam a informação e sua distribuição detém o poder, pois conservam a possibilidade de controle ideológico das massas. Portanto, a postura política das bibliotecárias e bibliotecários deve ser refletida para que seu fazer profissional apresente informações baseadas na realidade. Destarte, essa obra visa oportunizar essas reflexões, atentando para a participação política dos profissionais que lidam com a informação, tendo em vista que a profissão visa o bem comum, o bem-estar de toda a sociedade, acima de interesses individuais e, portanto, deve estar alinhada a discussões com relação as ações e formações políticas da Biblioteconomia brasileira.

As organizadoras
Verão, 2018.

PREFÁCIO

Conheci um tempo quando os bibliotecários não falavam de política, não se metiam em política. Política era coisa de políticos e de esquerdistas, ou seja, era coisa dos outros. O que não impedia, no entanto, que colegas de curso e profissionais que conheci, entre 1956 e 1968, no Rio, fossem, em sua maioria, partidários da União Democrática Nacional (UDN), que sabiam vocalizar seus argumentos contra tudo que aparentasse estar próximo de mudanças que poderiam beneficiar a maioria da população. Carlos Lacerda era seu grande ídolo. Sandra Cavalcanti, sua réplica feminina, embora sem o mesmo brilho do criador.

Os estudantes de Biblioteconomia do Rio não frequentavam a União Metropolitana (UME) ou a União Nacional de Estudantes (UNE). Lembro-me de um que participava das atividades teatrais da UNE (Rofran Fernandes, que fez carreira como ator e diretor de teatro). Também houve alunas de Biblioteconomia que participaram do concurso de Miss Universitária, organizado pela UME e UNE, no final da Década de 1950. Pelo que me lembro, foram ocasiões em que pessoas da Biblioteconomia se aproximaram da instituição que lidava essencialmente com política educacional e estudantil, e que promoveu campanhas memoráveis, de forte conteúdo nacionalista.

Em 1956/1958, os alunos do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional eram, majoritariamente, moças de classe média, egressas de boas escolas, moradoras da Zona Sul, com bom nível cultural, brancas, com duas ou três exceções de que me lembro. Os poucos rapazes do curso destoavam dessas características; conheci um, afrodescendente, que estudara na Escola Profissional 15 de Novembro, no subúrbio de Quintino. Foi um grande bibliotecário, mas a política não estava em suas cogitações. Quase todos os rapazes trabalhavam e estudavam.

O ensino abrangia disciplinas técnicas, exclusivamente. Ali não havia as discussões entre alunos e professores que ocorriam, por exemplo, até mesmo em escolas de nível médio, como o Colégio Pedro II, sobre questões ligadas à política em geral e à educação. Creio que foi por volta de 1958 que começaram a surgir reivindicações dos estudantes de Biblioteconomia sobre a qualidade do ensino e a passagem do curso para uma universidade. Aspirava-se a uma maior

diversidade no conteúdo dos cursos. O que foi formalmente atendido com a implantação do currículo mínimo de 1962. Surgiram disciplinas ditas culturais, que não contribuíam para o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade.

O mundo da Biblioteconomia, de estudantes ou de profissionais, nada tinha a ver com o mundo lá de fora, este, sim, o palco reservado para os conflitos e as lutas políticas. A palavra política era reservada para questões relacionadas com a conquista e o exercício do poder. Território que nada tinha a ver com bibliotecas e bibliotecários. Tampouco se falava em política relacionada a decisões técnicas ou administrativas. Não víamos que éramos parte de um todo, que tudo estava relacionado e que nossas deficiências no ensino e na profissão resultavam tanto de uma política geral quanto de políticas setoriais. Para os que supunham ter uma visão crítica, era tudo uma questão técnica ou de "preparo". Falava-se de uma difusa "falta de cultura" dos bibliotecários ou da incompetência administrativa dos órgãos responsáveis pelas bibliotecas. Criticava-se a burocracia. Culpava-se a herança colonial. Quem se arriscava a investigar um pouco mais caía numa das interpretações do Brasil que então circulavam: de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior ou Sérgio Buarque de Holanda. Os mais atilados recuavam até Manuel Bonfim. Aí vinha o desânimo: não tem jeito, não. Seremos sempre assim.

Mas nem tudo era inércia. No auge da ditadura militar, em 1975, 1.600 bibliotecários reunidos no 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) aprovaram uma declaração final, com treze pontos, que procuravam expressar "a essência das aspirações globais da classe bibliotecária ao desenvolvimento dos serviços de bibliotecas no País e que procurasse definir a posição do bibliotecário em face da realidade e da atualidade brasileiras". A intenção era também "dar à Biblioteconomia uma nova orientação", e se as sugestões fossem devidamente compreendidas "poderiam marcar um novo momento na evolução dos serviços bibliotecários e de documentação no país". Falava-se da necessidade de articulação dos bibliotecários com o setor público e privado, da interiorização das bibliotecas, da necessidade de "uma radical mudança de atitudes dos bibliotecários em face dos usuários", "de tal forma que as técnicas se tornem um meio efetivo de realização dos objetivos sociais da Biblioteconomia"(3). Terá dado frutos?

Este livro não poderia ter surgido antes que fossem trilhados os caminhos que começaram a ser abertos com a integração dos cursos de graduação nas estruturas universitárias. A partir de então ampliou-se o contato do aluno do curso de Biblioteconomia com um maior leque de disciplinas fora do seu campo técnico e cultural, trocando com professores e colegas de outras áreas experiências de vida e visões de mundo diferentes. A multiplicação dos cursos, a expansão do número de vagas e a ampliação das opções de estudo, chegando a quase todas as capitais e a algumas cidades do interior, em instituições públicas e privadas, certamente contribuíram para modificar o perfil do ensino e da profissão de bibliotecário que prevaleceu até a Década de 1980. Aos poucos os profissionais foram ficando mais parecidos com a maioria da população, tanto do ponto de vista econômico quanto social e cultural.

Com a ampliação do ensino de pós-graduação acentuou-se a busca, muitas vezes acrítica, de faróis fora do terreno da Biblioteconomia que, porém, pudessem torná-lo mais claro, facilitando, de modo indireto, sua análise e entendimento. De certa forma repetia-se aqui uma situação parecida com a dos estudiosos que, nas décadas de 1930/1960, na *Graduate School of Library Science*, da *University of Chicago*, se dedicaram, numa escola dedicada exclusivamente à formação de doutores, ao esforço de pesquisar os fundamentos da Biblioteconomia e aprofundar o entendimento do papel social das bibliotecas. Com a diferença de que lá talvez houvesse um olhar menos propenso a copiar moldes, que às vezes dão a mesma sensação que se tem quando tentamos ajustar ao corpo uma roupa malfeita, dando um ponto aqui, um chuleio ali, ora aumentando, ora baixando a bainha, e sempre com o receio de que o tecido não aguarde a primeira lavagem.

A impressão que tenho é que os questionamentos que vimos presenciando são consequências de uma sucessão de fatos, de posições e atitudes que não dizem respeito diretamente ao nosso campo, mas que para ele vêm confluindo e que dão origem a novas formas de ver e pensar. Em que medida o acesso de graduados de outras áreas à pós-graduação em Biblioteconomia e, por via de consequência ao magistério nos cursos de graduação, terá aportado mudanças na teoria e na prática dos bibliotecários brasileiros?

Observei em dois trabalhos de colegas argentinos (1) e (2) constatações e reflexões que têm a ver com o quadro geral em que podem ser lidas as colaborações desta coletânea. Em que medida os

regimes ditatoriais que se apossaram de nossos países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai) durante décadas, reprimindo ideias e eliminando oponentes, teriam aguçado a sede por respostas menos circunstanciais para os problemas da Biblioteconomia?

Norma Viviana Cancino, em relato dramático sobre os 26 bibliotecários que foram assassinados ou considerados desaparecidos, durante a ditadura argentina, observa, como também se lê neste livro, que "nossa formação acadêmica procura evitar qualquer associação possível com uma prática de tipo político, seja ela partidária ou social. Quase de maneira indelével a prática profissional é realizada de modo distanciado de qualquer tipo de participação" Esse estudo inclui dados sobre pessoas reais, colegas que, dentre as opções de pensar e agir politicamente escolheram (ou foram forçados) a trilhar os caminhos da resistência e da contestação. Caminhos ásperos e estreitos que, muitas vezes, foram becos sem saída. Lembro-me da placa no saguão da Biblioteca Nacional de Buenos Aires em homenagem a alguns desses colegas mortos ou desaparecidos.

Na última página do *Traité de documentation*, Paul Otlet colocou, como se fosse uma vinheta, o desenho de um coturno esmagando o *Palais Mondial*, sede dos projetos maravilhosos do pai da documentação. A data: 3 de julho de 1934. A crise econômica na Bélgica era séria, com forte depressão e desemprego, acompanhada de radicalização política, assim como ocorria em outros países europeus, assediados pelo espectro ameaçador do nazismo alemão. A crise justificava os cortes orçamentários nos projetos do Instituto Internacional de Documentação, uma ONG, que culminaram com o despejo do prédio público que ocupava. Em maio de 1940 a Alemanha invadiu a Bélgica. Os coturnos, como o da antecipação de Otlet, têm calçado a intervenção deletéria sobre a cultura não só por parte de ditaduras militares, mas também de governos civis em regimes democráticos. Ou seja, não nos interessa apenas o conceito para o qual a língua inglesa emprega o vocábulo *policy*. Qualquer política (*policy*) de qualquer setor de uma biblioteca ou outro serviço de informação não consegue escapar de algo maior: a política (*politics*).

Este livro é um marco miliário importante na construção de uma Biblioteconomia crítica e inovadora. Ou seja, ele é um livro político. Um de seus méritos é nos levar a fazer perguntas e suscitar dúvidas sobre

um ponto do qual, como o texto deixa claro, os profissionais da informação têm insistido em se esquivar. E, quem sabe, servirá para chamar nossa atenção para o fato de que política, em qualquer de seus sentidos, é filha e mãe da história. E que talvez o melhor manancial para encontrar respostas para algumas de tantas dúvidas esteja em nossa própria história. Tanto a de sempre quanto a que construímos diariamente.

Antonio Agenor Briquet de Lemos

Brasília, 31 de janeiro de 2018.

Referências

- 1 BOSSIÉ, Florencia. Libros, bibliotecas y bibliotecarios una cuestión de memoria. **Información Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, n.20, p.13-40, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17402009000100002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- 2 CANCINO, Norma Viviano; FRANCO, Miriam; Kuschevatzky, José; SOLARI, Tomás. **Bibliotecarios detenidos-desaparecidos: ¡Presentes!** Bibliotecarios y trabajadores de bibliotecas detenidos-desaparecidos en Argentina. 17p. Disponível em:
<<http://eprints.rclis.org/25206/1/articulo%20Cancino%20Franco%20Kuschevatzky%20Solari.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- 3 CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO (CBBD), 8., Brasília, 1975. **Declaração final do Congresso**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1975. 23p.

PARTE 1:
REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS POLÍTICAS

CAPÍTULO 1

AS DIMENSÕES POLÍTICAS DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL¹

Thaís de Almeida Lamas

Aspectos Iniciais

Durante os últimos anos, muito tem-se falado sobre acontecimentos políticos, políticas e políticos, porém, ao ser falado o termo ‘política’ é possível observar que uma parte considerável das pessoas já remete a partidos políticos, processo eleitoral e etc., quer seja esquecendo ou ainda por falta de conhecimento e informação que este termo é um termo bastante abrangente. Wolfgang Leo Maar evidencia este outro sentido do termo ‘política’, fugindo do sentido clássico. Maar diz (1994, p.22, grifo nosso): “A própria atividade política, longe de ser apenas voltada a uma transformação do ‘mundo objetivo’ com vistas ao futuro, significa, também, o exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo”. Portanto, pode-se relacionar a política com o fazer público, com os atos de cada indivíduo na sociedade. Cada indivíduo exerce um papel dentro da esfera pública, cada indivíduo faz a sua política na sociedade.

De acordo com Amaral (1995), a informação é uma peça essencial para o desenvolvimento da sociedade, sendo um fator imprescindível para este desenvolvimento e para a geração de conhecimento que, conseqüentemente, acarretará na satisfação de demandas da sociedade. O bibliotecário tem um papel essencial nesta sociedade, e é preciso mais que apenas exercer o seu papel de bibliotecário técnico dentro de uma biblioteca, mas conhecer o papel social e político da profissão.

Sendo assim, o presente trabalho pretende evidenciar a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil nos dias de hoje, para isso, foi preciso realizar uma revisão de literatura nos marcos históricos e políticos da Biblioteconomia no Brasil durante toda a sua história e, com base em experiências de profissionais da área envolvidos com a política, evidenciar e debater como a categoria atua politicamente e

¹ Resultado de um trabalho de conclusão do Curso de Biblioteconomia elaborado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2016.

conhecer e entender a realidade política da Biblioteconomia nos dias de hoje. Em vista disso, os problemas que conduzem esta pesquisa são: Qual a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil hoje? O quão política é a nossa área? Como se tem feito política no contexto da Biblioteconomia no Brasil, hoje?

O presente trabalho representa uma pesquisa teórica, empírica e documental que tem como objetivo analisar e discutir a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil a partir de um mapeamento histórico de seus principais marcos políticos, principais leis e a participação das entidades de classe da área.

Os conceitos de política, empoderamento e movimento associativo são debatidos para oferecer embasamento para uma maior discussão acerca da importância do envolvimento político dos profissionais da área em seus próprios movimentos associativos e na sociedade. Deste modo, pretende-se através de relatos de bibliotecários que possuem histórico de atuação política, sejam por publicações de trabalhos envolvendo temas afins, posicionamento político ou participação no movimento associativo da classe, entender a realidade da Biblioteconomia no Brasil e dos bibliotecários como classe politicamente atuante ou não no País.

Esta pesquisa visa aumentar o debate em torno da política dentro da Biblioteconomia, pois é possível observar que este não é um debate recorrente na área. No Brasil, não há farta literatura que trate do tema, nem mesmo seminários e congressos específicos.

Percebe-se que muitos profissionais da área não desejam se envolver com assuntos políticos, pois muitos acham que política e Biblioteconomia não possuem uma relação e por isso, deixam de participar de discussões ou de conceder sua opinião. Deste modo, vê-se a política como algo que deva ser debatido apenas dentro do Congresso Nacional e do Senado, e não dentro de categorias profissionais. Outro motivo da realização desta pesquisa com todas as análises e conceitos adotados, é que possa ajudar a categoria bibliotecária a constituir uma visão mais crítica sobre o campo, sobre os fazeres bibliotecários, o papel do bibliotecário na sociedade e como as inserções dos pontos citados ajudam na melhoria da categoria e conseqüentemente, na melhoria e desenvolvimento da sociedade.

Política X Empoderamento

Para Bobbio (2000), política é derivada do adjetivo polis, que concerne à cidade, civil, a tudo que é público e diz respeito ao social. Esta expressão foi expandida após a obra chamada “Política” de Aristóteles, que se pode afirmar ser a primeira grande obra que aborda o assunto, suas funções, formas de governo e as divisões do Estado. O significado mais usado para esta expressão é referente ao governo, a forma de governar, ao Estado, faz referência à conquista e ao exercício deste poder.

Constata-se que este termo em sua maioria está relacionado ao poder e ao Estado. Contudo, vale ressaltar que este não é apenas o único significado de política que existe, Maar (1994) destaca que política não é feita apenas por governantes e partidos políticos, a política está inserida em todos os lugares. Empresas possuem políticas para que sejam realizadas determinadas metas relacionando outras empresas ou com seus próprios empregados, e estas políticas não tem ligação com o Estado ou seus governantes. No mesmo, uma política feminista não se faz exclusivamente pelo governo, mas sim em suas relações entre mulheres e homens. Existem outras formas de políticas, e não apenas a política de políticos e governos. A política está sempre relacionada como uma forma de poder, e é “[...] entendido o poder como a capacidade que um sujeito tem de influenciar, condicionar, determinar o comportamento de outro sujeito” (BOBBIO, 2000, p.216).

É exercida na sociedade uma disputa pelo poder político, entre dominados e dominadores, onde cada classe exerce sua política com objetivos distintos. De acordo com Osorio (2014), a classe dominante utiliza a política em prol da execução e manutenção do seu poder político, já para a classe dominada, a utilização da política se dá pelo contrário, para fins de disputar e alcançar este poder político das classes dominantes, ou ainda, para garantir direitos.

O Estado é o maior centro do poder político, mas é possível observar que este poder está diretamente posicionado para os interesses sociais da classe dominante. Porém, o Estado apresenta tais interesses como algo que atenderá a toda a sociedade e, por este motivo, a classe dominante se utiliza da política como forma de manter o poder do Estado e manter seu controle do Estado, e não se furta de usar o aparelho do Estado para manter o controle social, caso julgue

necessário, e fazendo com que seus projetos e interesses sejam sempre implementados (OSORIO, 2014).

A partir disso, vê-se a luta das classes dominadas como lutas essenciais para a garantia, ao menos formal, dos ideais ligados à razão moderna: liberdade, igualdade e fraternidade, como aponta Osorio (2014, p.99) “Muitas aberturas do Estado são resultados da luta dos dominados, como o direito à greve, o sufrágio universal etc., cumprindo um papel relevante nas formas democráticas que hoje conhecemos”. Difícil imaginar uma política que seja apresentada para o bem geral de determinada sociedade, mas toda ação política tem seus objetivos específicos ou gerais, e todo grupo político irá exercer sua política a partir de seus valores. Cada indivíduo, cada grupo na sociedade tem o poder da mudança por meio de seus atos políticos, atos estes que são ou podem ser transformadores. Este conceito de política ainda é bastante complexo e um pouco vago em relação à política partidária, por exemplo, mas é o conceito que mais faz parte da vida de cada indivíduo da sociedade. A maioria da sociedade apenas reproduz o que é imposto a eles, como devem trabalhar, como devem pensar, quanto vale o seu trabalho, não se reconhecendo como seres políticos e detentores de suas próprias escolhas.

A principal ação política de cada indivíduo ou grupo desta sociedade é perceber que existe um papel que lhes é imposto pela sociedade para que o exerçam. E existe o papel que cada um deseja seguir, que cada mulher e cada homem tem o seu valor, e que podem e devem adquirir seu próprio conhecimento e entendimento da sociedade, e não apenas o que é copiado e colado em suas faces para reprodução. A política é muito mais que um jogo de poderes, a política é poder ter opinião, se empoderar, ter controle sobre suas escolhas, resistir e lutar contra as opressões, a política é cada ato e escolha no dia a dia de cada indivíduo.

A política pode ser feita individualmente ou por grupos, uma passeata de uma classe de trabalhadores é uma forma de manifestação política, o modo como cada indivíduo se relaciona com outro indivíduo ou grupo é uma manifestação política. Qualquer ação tomada em prol de um interesse social, público, é um ato político. “Toda ação política é uma ação social no duplo sentido de ação interindividual e de ação de grupo” (BOBBIO, 2000, p.222).

Estes outros significados do termo política são poucos usados, pois, ainda, tem-se forte a ideia de que política se refere apenas às atividades de políticos e governantes e não ações cotidianas de indivíduos. Segundo Maar (1994), todas as atividades que dizem respeito a um indivíduo, a um grupo ou a sociedade em geral é uma atividade política. Mesmo fora de uma instituição política, nas relações do cotidiano da sociedade é praticado política.

Disputas pelo poder não é algo recente. Questões como o poder e a dominação de grupos desfavorecidos pelos grupos dominantes detentores do poder, ou profissões que detêm o poder sobre outras profissões, estão em todo lugar. Deste modo, os grupos oprimidos vêm lutando contra seus opressores para se libertarem da opressão e dominação desses grupos que possuem o poder. A partir da luta das minorias o termo “empoderamento” ou “*empowerment*” foi ganhando força.

A ascensão deste termo se deu pela luta dos movimentos sociais, principalmente em torno do movimento negro e do movimento feminista. Porém, este é um conceito novo ainda em formação que está sendo construído a partir de debates. Contudo, segundo Baquero (2012), com a crescente participação dos movimentos sociais nas últimas décadas, o termo "empoderamento" tem se dado pela definição de emancipação social. Pode-se afirmar que empoderar-se é tornar-se dono de si, agir conforme o seu papel na sociedade e não conforme o que é imposto, ter voz perante os seus opressores e nunca mais se calar.

Têm-se ainda outras duas variações de empoderamento: individual e comunitário. O empoderamento individual se dá pelo poder adquirido pelo indivíduo, autoestima, autoconfiança, apenas vantagens individuais, o empoderamento neste caso está voltado para a autoajuda e autoafirmação do indivíduo. A última variação citada por Baquero (2012) é o empoderamento comunitário o qual se refere ao empoderamento de grupos menos favorecidos e oprimidos que se organizam entre si em busca de seus interesses e direitos para seus referidos grupos. Analisando estas duas últimas variações do termo, percebe-se que o empoderamento individual move-se por um caminho diferente do usado pelos movimentos sociais, pois o objetivo deste empoderamento é algo apenas pessoal, não visa lutar por uma comunidade, um grupo de pessoas ou pela defesa de seus interesses, mas algo apenas para si próprio.

Muito se têm debatido pelo significado do termo “empoderamento”, uns mencionam que significa “dar poder a alguém”, “[...] empoderar significa dar poder a outro, compartilhando alguns poderes que determinados profissionais devem ter sobre outros” (BAQUERO, 2012, p.179), e outros mencionam que o real significado é “se dar o poder”, “empoderar-se”, onde um indivíduo ou comunidade irá adquirir sua própria emancipação para lutar por seus direitos e visibilidade. De acordo com Baquero (2012) ninguém é capaz de transferir poder a outras pessoas, mas “[...] podem torná-las capazes de aumentar suas habilidades e recursos para ganhar poder sobre suas vidas” (BAQUERO, 2012, p.179).

O empoderamento não é tirar o poder de uns e dar para outros, para que uns sejam sempre desfavorecidos em relação a outros. O seu objetivo é que os indivíduos tenham noção do seu papel como membros da sociedade, tenham controle e poder sobre suas próprias vidas e decisões, para que todos os indivíduos e comunidades da sociedade possuam pensamento crítico para que possam desmontar estas relações de poder existentes, sem que haja favorecimento de uns sobre outros. Para Baquero (2012, p.181) “[...] o empoderamento envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica”.

Nesse contexto, o empoderamento é um dos meios de se fazer política, é a conscientização de grupos menos favorecidos de que precisam lutar, se erguer, criar voz e reivindicar seus direitos. Empoderar-se é criar consciência do seu valor e poder na sociedade. E este termo pode ser absorvido tanto por classes e grupos sociais, como a comunidade negra, feminina e homossexual, quanto por profissionais que não recebem o devido reconhecimento e valor do governo e da sociedade, ou que são inferiorizadas por outras profissões. Estas profissões também precisam se empoderar e lutar pelo seu espaço na sociedade.

O Movimento Associativo

Com base na literatura, aqui será definido o conceito de movimento associativo e para isso, precisa-se entender o termo ‘associação’.

Associação se refere a uma organização sem fins lucrativos, a qual qualquer indivíduo que pertença do mesmo meio ou classe poderá fazer parte. É um conjunto de pessoas que se organizam de forma democrática, possuem um mesmo interesse e desejam defendê-los.

As ações produzidas por estes grupos, formados por profissionais ou moradores de uma comunidade, são voltados para os problemas específicos de cada grupo ou problemas mais gerais da sociedade que atinge a todos. São ações que constituem um movimento social.

A identidade de um indivíduo ou um grupo será criada a partir de suas próprias escolhas, seus próprios caminhos e orientações, a partir de cada julgamento de outros indivíduos. A identidade nunca será construída sozinha e sim, através de um conjunto de fatores envolvendo o indivíduo e a sociedade (DUBAR, 2005). Deste modo, pode-se afirmar que o movimento associativo são organizações sem fins lucrativos que agem democraticamente e buscam defender seus interesses, sejam profissionais ou pela sociedade em geral.

Segundo Ribeiro, Miranda e Reis (2015), as associações devem visar trabalhar pela promoção de eventos para a qualificação profissional, a busca por garantias de qualidade profissional, divulgar as vagas para os profissionais e, conseqüentemente, realizar o marketing da profissão. Para se discutir associações e movimento associativo é essencial o entendimento de suas principais entidades. Dentre as principais estão: Conselhos de Classes, Sindicatos e Associações.

Os Conselhos de Classes são órgãos que têm por objetivo fiscalizar o exercício da profissão, proteger as reservas de mercado da classe e, deste modo, permitir que em exercício haja apenas profissionais qualificados para a tarefa. Os Sindicatos são voltados para as relações de trabalho, buscando condições justas e de qualidade, salários adequados, horas extras e todos os direitos do trabalhador. Os Sindicatos buscam a proteção e a defesa da profissão. As Associações destinam-se a promoção e qualificação do profissional, por meios de eventos, cursos e atividades que somem conhecimento e promova sempre a atualização do profissional (RIBEIRO; MIRANDA; REIS, 2015).

O movimento associativo tem uma história de luta por busca de condições adequadas de trabalho, não só da profissão do bibliotecário, mas de toda a história de classes de trabalhadores. Nos dias de hoje, tem-se muitos tipos de associações e entidades de classes que buscam

os interesses de suas profissões, porém, são pouco divulgadas e discutidas (RIBEIRO; MIRANDA; REIS, 2015).

Na área da Biblioteconomia, existem poucas entidades espalhadas pelo Brasil e muitas das quais precisam realizar mais do que suas atividades originais, para tentar suprir as necessidades e interesses da área.

No caso dos sindicatos, Ribeiro, Miranda e Reis (2015, p.5) afirmam que: “Infelizmente, por falta de sindicatos em número suficiente, associações e conselhos profissionais acabam ampliando, muitas vezes com deficiências, suas atividades”.

Ademais, não são apenas as atividades mais técnicas administrativas das entidades de classes que estão sendo realizadas com deficiência, mas muitas ações políticas perante a sociedade estão sendo deixadas de lado por falta de apoio dos profissionais ou até mesmo sobrecargas de tarefas. A falta de interesse dos profissionais pelo movimento associativo leva a escassez de organização que tem interesse no desenvolvimento e melhorias, não só da profissão, mas da sociedade em si.

Marcos Históricos e Políticos da Biblioteconomia no Brasil

A história da Biblioteconomia no Brasil, ainda, é pequena comparada à história de outros países. Falar da história da Biblioteconomia no Brasil e não citar o primeiro curso criado no Brasil pela Biblioteca Nacional (BN), em 1911, é deixar passar a inserção da profissão no País.

O curso surgiu para capacitar profissionais a fim de atender às demandas da BN, porém o curso só teve sua primeira turma no ano de 1915, por falta de recursos e por falta de pessoas interessadas em ingressar no curso. Segundo a BN, a grade curricular deste curso constava apenas de quatro disciplinas, que são: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática.

Posteriormente à criação do curso da BN, em 1929, em São Paulo, surgiu o curso de Biblioteconomia no Instituto Mackenzie. Ao contrário do curso da BN, que se espelhava no modelo humanista francês, o curso de SP focava mais na parte tecnicista americano. A criação do curso em SP com foco no modelo americano teve influência na modificação posteriormente da grade curricular do curso da BN e

consequentemente, no modelo para a criação de outros cursos de Biblioteconomia no Brasil.

Pode-se afirmar que essas mudanças ainda refletem nos dias de hoje, onde uma grande parte dos profissionais, ainda, foca apenas na parte técnica, deixando a parte social praticamente de lado. Não se está querendo mencionar aqui que a parte técnica não é importante, ao contrário, certamente que sim, mas esta não pode ser a única qualidade do bibliotecário, um profissional capaz de disseminar informação, cultura e incentivo à leitura, pontos cruciais para o desenvolvimento social de uma sociedade.

Durante todos esses anos da Biblioteconomia no Brasil, pode-se afirmar que grandes nomes passaram pela profissão, como Rubens Borba de Moraes, Edson Nery da Fonseca e Laura Russo, nomes que não viam apenas a técnica da profissão, mas enxergavam o bem maior para a sociedade, e nomes que faziam política, não do jeito tradicional, participando de partidos ou eleições, mas a política do dia a dia, praticando o seu dever social na sociedade.

Rubens Borba de Moraes, o qual já foi Diretor da BN, fundou a Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, também ajudou a fundar o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Para Rubens Borba o que faltava neste País era instrução aos indivíduos, faltava educação desde a base e uma das coisas que Borba mais lutava era para proteger e disseminar a cultura, em suprir as necessidades de informação dos indivíduos da sociedade que não possuía recursos para ter acesso a essas informações, fazer com que esta população fizesse parte da vida das bibliotecas.

Ao se preocupar com a cultura, com a profissão e com a sociedade, Borba fundou a primeira associação que representasse os bibliotecários, a Associação Paulista de Bibliotecários (APB). Como os trabalhos de Borba giravam em torno da cultura, Bandeira diz que a APB tinha como meta “[...] promover o aprimoramento cultural do bibliotecário, preocupação da vida inteira de Rubens Borba [...]” (2007, p.49). Porém, Borba enfrentou grandes dificuldades para promover a disseminação da informação e da cultura, pois os governantes se mostravam contrários a seus projetos, não era algo que se desse valor, e por isto, Borba teve vários projetos cancelados.

Edson Nery da Fonseca foi bibliotecário e professor, diretor da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UNB), bibliotecário da

Câmara dos Deputados, consultor de entidades internacionais, como a Biblioteca do Congresso dos EUA. Assim como Rubens Borba, Edson Nery era um profissional que clamava por cultura, não só na sociedade, mas entre os bibliotecários, “Os bibliotecários mais ignorantes que me perdoem, mas cultura é fundamental” (FONSECA, 1988, p.91). Edson Nery acreditava que o bibliotecário não deveria ser um profissional que se importava apenas com livros, como protegê-los, catalogar e indexar, mas sim um erudito, - não desmerecendo a parte técnica da profissão, o que para ele era sim uma parte importante, mas para Edson o bibliotecário deveria fazer parte do sistema de ensino nacional, deveria pensar em bibliotecas que chamassem a atenção do público e não o afastassem como um local onde quase tudo era proibido, “[...] enquanto as bibliotecas não deixarem de ter bolor para se tornarem tão alegres quanto *“shopping-centers [...]”* (FONSECA, 1988, p.40).

Nery também criticava a falta de participação dos bibliotecários nas associações da área, a falta de debate sobre assuntos recorrentes da área e da sociedade, estar atualizado sobre o que se passa no mundo – economia, política, e assuntos mais gerais, nas palavras de Fonseca (1988, p.92): “[...] é indispensável a leitura das publicações periódicas. Ler pelo menos dois jornais por dia – um local e outro nacional [...]”.

Por fim, tem-se Laura Russo, bibliotecária, atuou como diretora da Biblioteca Mário de Andrade e primeira presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Durante seus ativos anos exercendo a profissão de bibliotecária, Laura Russo esteve sempre presente nas lutas por melhorias da classe e por ela foi elaborado o projeto da lei 4.084 que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário. Ela fez muito mais que apenas elaborar o projeto, Laura acompanhou todo o percurso do projeto, para que nada fosse alterado do projeto inicial, e assim conseguiu com que, além da aprovação da lei que regulamenta a profissão até os dias de hoje, nada do seu projeto inicial fosse alterado. “Laura Russo, mulher de personalidade forte e determinada, assumiu para si a tarefa que seria de toda uma categoria: regulamentar a profissão” (CASTRO, 2000, p.268). Laura também defendia a participação dos bibliotecários nos movimentos associativos e na defesa de direitos sociais, econômicos, políticos e não apenas profissionais. Russo sempre esteve lutando para a união da categoria e para a maior participação dos bibliotecários nos

movimentos associativos, porém Laura Russo em reuniões posteriores se mostrou entristecida pelo modo que muitos bibliotecários agiam, pela falta de interesse político de seus colegas e que não entendiam o real papel da FEBAB (CASTRO, 2000).

Os nomes evidenciados nesta parte da pesquisa não foram por mera coincidência, são nomes de grandes bibliotecários da área, mas também que atuavam politicamente, cada um à sua maneira. Uns mais preocupados com questões de conhecimento e cultura da sociedade e dos bibliotecários, e outros atuando em movimentos associativos da classe, lutando por melhorias para a profissão, e pelos direitos sociais, econômicos e políticos da sociedade.

Aprovação de Leis

Com base na literatura da área, foi realizada uma pesquisa em busca das leis mais importantes já aprovadas que envolvem a área da Biblioteconomia. O movimento associativo tem uma grande participação na construção e aprovação das leis, pois em sua grande maioria, são dos debates entre profissionais interessados e envolvidos com o desenvolvimento de sua área e da sociedade que discussões como estas surgem. Das Leis aprovadas, as que serão tratadas neste capítulo são: A Lei de regulamentação da profissão do Bibliotecário e a Lei sobre o exercício da profissão de Bibliotecário, o Plano Nacional do Livro e Leitura, o Dia do Bibliotecário e a Semana Nacional do Livro e da Leitura, o INL, a Lei do Depósito legal, a Lei que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nos institutos de ensino do País e a Lei de Acesso à informação.

Deste modo, a primeira lei a ser citada, é a Lei 4.084/62 de 30 de junho de 1962, que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário. Esta lei foi aprovada após um movimento iniciado pela bibliotecária Laura Russo junto com outros bibliotecários, que perceberam a necessidade de regulamentação da profissão diante da sociedade e juntos iniciaram esforços para ver a profissão ser regulamentada e reconhecida perante os poderes públicos.

Posteriormente, Spudeit e Fuhr afirmam que “O Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965 destaca em seu Artigo 2º que a designação profissional do bibliotecário foi incluída no quadro das

profissões liberais da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)” (2011, p.236).

A segunda Lei a ser tratada é de máxima importância para a profissão de bibliotecário, é a Lei sobre o exercício da profissão, a Lei nº 9.674 de 25 de junho de 1998, a qual designa a função de bibliotecário para profissionais com bacharelado em Biblioteconomia e inscritos em seus respectivos Conselhos Regionais. Esta Lei trata de outra grande vitória para a profissão, pois impede que outros profissionais tomem a frente de cargos que eram destinadas para bibliotecários, que outros profissionais realizem tarefas exclusivas de bibliotecários e que sejam respeitadas as funções exercidas pelo bacharel em Biblioteconomia em qualquer empresa que necessite dos serviços prestados pelo bibliotecário. A fiscalização desta lei se encontra em responsabilidade dos conselhos regionais e federais da área.

A terceira lei, a qual na verdade é uma Política de Estado criada pelo Governo do Luiz Inácio Lula da Silva, intitula-se Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e visa o estímulo e aumento da leitura no Brasil. Este Plano surge como um importante meio de estímulo à leitura e valorização das bibliotecas no Brasil, um importante passo para a profissão do bibliotecário e mais ainda para a sociedade.

Deste modo, vê-se o bibliotecário inserido em um importante passo para o desenvolvimento da sociedade. É conhecido o papel fundamental que o livro e a leitura exercem sobre cada indivíduo, que o ato de ler provoca o aperfeiçoamento da leitura crítica e conseqüentemente, da visão crítica desses indivíduos na sociedade, mas é importante ressaltar que junto com o ato de ler, é preciso desenvolver a competência necessária para filtrar e encontrar as informações que irão proporcionar o pensamento crítico do indivíduo. O bibliotecário tem a responsabilidade de dar acesso à informação a toda população e ensinar a competência necessária para que os seus usuários possam buscar e encontrar o que desejam.

Outro Decreto de grande importância para a área é o Decreto nº 84.631 onde se institui a “Semana Nacional do Livro e da Biblioteca” e o “Dia do Bibliotecário”. A Semana Nacional do Livro e Leitura deverá ser realizada em todo território nacional durante os dias 23 de outubro a 29 de outubro, neste último dia é comemorado o Dia Nacional do Livro. Este Decreto evidencia a importância da biblioteca e da leitura na sociedade e, nesta semana, todas as bibliotecas ou centros culturais

deverão realizar eventos folclóricos e culturais com o intuito de estimular a prática da leitura e a utilização dos espaços culturais do País. Neste mesmo Decreto institui-se o Dia do Bibliotecário, que deverá ser comemorado nacionalmente no dia 12 de março, data do nascimento do primeiro bibliotecário concursado do Brasil, Manuel Bastos Tigre. Tem-se neste Decreto duas datas essenciais para a divulgação da profissão do bibliotecário, bem como para o incentivo às práticas de leitura.

Outro marco que se pode julgar essencial para a profissão do bibliotecário, foi o Decreto-Lei nº 93, o qual cria o Instituto Nacional do Livro (INL), em dezembro de 1937. Foi criado por iniciativa do ministro Gustavo Capanema. O INL tinha como objetivo a edição de obras literárias de importância para a formação cultural da sociedade, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacional e, a expansão de bibliotecas públicas em todo o Brasil.

Vê-se a criação do Instituto como um ponto essencial para o aumento das bibliotecas públicas no Brasil. O apoio do INL e o auxílio na criação de acervos e competências técnicas para os funcionários das bibliotecas foram de suma importância para a criação e o desenvolvimento das bibliotecas públicas. Porém, apesar de evidenciada a importância que o INL representava, o mesmo foi extinto em 1990 no governo de Fernando Collor de Melo (BRAGANÇA, 2001). Após a extinção do INL, as suas funções foram acumuladas pela BN.

A Lei do Depósito Legal, que inicialmente era a Lei de nº 1.825 de 20 de dezembro de 1907, a qual foi revogada para a Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004, com o objetivo de registro e guarda de toda produção intelectual nacional, além de controlar, editar e divulgar a literatura nacional e preservar a língua e a cultura do País. A BN é a instituição responsável pela guarda de todas as obras produzidas nacionalmente, todos os autores devem enviar um exemplar de seus livros para o depósito na BN.

A próxima Lei citada neste trabalho será a Lei de Acesso à Informação nº 12.527 de 2011. A Lei de Acesso à Informação (LAI) viabiliza o acesso a toda informação pública, de qualquer empresa e órgãos públicos. Esta lei garante o direito de qualquer cidadão a poder ter acesso às informações de cunho público, sem restrições, pois, todas as informações produzidas por empresas ou órgãos públicos, são

públicas, por isso, quaisquer cidadãos que quiserem ter acesso a qualquer informação pública, deverão ter acesso.

É importante salientar que a lei não é de total acesso a qualquer informação, existem exceções, como informações pessoais, essas informações devem ser tratadas com respeito ao indivíduo e respeitando a sua privacidade -, informações de características sigilosas, são informações que podem ser de risco para a população em geral – ou informações do Estado –, que são informações referentes às atividades de inteligência do governo ou de relações internacionais.

A última lei que será citada, mas não menos importante, é a Lei de Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino do País, Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Pode-se afirmar que esta Lei está entre as mais importantes para a profissão do bibliotecário, pois decreta que todas as instituições de ensino do País, públicas ou privadas deverão contar com bibliotecas e deverão ser criadas dentro de um período de 10 anos.

Esta lei permite que o ensino no País seja melhorado, pois sabe-se que as bibliotecas são fontes de informações que são essenciais para a formação do estudante e, conseqüentemente, do cidadão.

Entidades Representativas

Mesmo sendo uma área relativamente pequena e ainda com um pequeno tempo na história do País comparado a tantas outras profissões, pode-se afirmar que o bibliotecário possui um número razoável de entidades representativas, como: Conselhos regionais e Conselho federal, sindicatos, entre outros.

Destacando as principais entidades representativas que a profissão tem atualmente, estão: Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), os Sindicatos e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). A história do movimento associativo e das entidades de classe da Biblioteconomia tem uma forte participação em seus principais marcos histórico e políticos.

De acordo com os autores Ribeiro, Miranda e Reis (2015), o movimento associativo e as entidades de classes trabalham para contribuir para a organização da sociedade e da própria profissão. Portanto, o movimento associativo busca por melhores condições de

trabalho, justas e com qualidade, além de pensar em questões que visam o desenvolvimento da profissão e da sociedade.

Em sua maioria, os bibliotecários só percebem a existência de tais entidades quando precisam pagar a anuidade do registro profissional que é feito pelos conselhos ou quando algum direito trabalhista é comprometido e é lembrado que existem os sindicatos. Mas o que os profissionais esquecem, é que essas entidades precisam da participação dos bibliotecários, não só quando algum direito lhes é tirado ou comprometido, mas para a construção do movimento associativo da classe, para debater melhorias de atuação e melhores condições de trabalho. A seguir serão apresentadas as principais entidades existentes e o papel de cada uma para a profissão.

A primeira entidade representativa da área da Biblioteconomia foi a Associação Paulista de Bibliotecários (APB), a qual foi criada posteriormente à criação do curso de Biblioteconomia na Mackenzie em 1929 (RIBEIRO; MIRANDA; REIS, 2015).

Segundo Bandeira (2007), a APB foi criada em setembro de 1938, fundada por Rubens Borba. Foi esta associação que representou a partida para o movimento associativo, na área da Biblioteconomia no País. Tinha o objetivo de: “[...] promover o aprimoramento cultural do bibliotecário [...] e também prestar serviços aos profissionais trabalhadores em bibliotecas editando manuais técnicos” (BANDEIRA, 2007, p.49). A Associação Paulista funcionou durante muitos e muitos anos, lutando pela classe, prestando serviços, sempre em busca do desenvolvimento da Biblioteconomia paulista e brasileira, porém esta associação, como muitas outras, foi sendo esquecida e deixada de lado. Atualmente, a APB está desativada, o que vem a ser uma grande perda para o movimento associativo da Biblioteconomia.

Outra grande entidade da classe é a FEBAB criada em julho de 1959 cuja missão é defender e incentivar o desenvolvimento da profissão de bibliotecário, além de visar a união de entidades e instituições, apoiando as atividades de todos aliados a FEBAB (FEBAB, 2016). Segundo Castro (2000) a FEBAB foi criada após reivindicações da classe para suprir necessidades da profissão e auxiliar o desenvolvimento da mesma, orientando e coordenando atividades que supram suas necessidades e para que as entidades representativas da área se unissem em prol da defesa da profissão.

Os Conselhos são as entidades mais conhecidas e reconhecidas da área, que tem por objetivo a reserva de mercado para o bibliotecário e a fiscalização da profissão. Tal ação é fundamental para que o bibliotecário seja respeitado e valorizado dentro da sociedade. O CFB é o principal conselho da área, que foi previsto na Lei, nº 4.084 de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, porém o CFB só foi oficialmente instalado em março de 1966. Esta lei que através de muitos esforços de algumas bibliotecárias brasileiras, incluindo Laura Russo, foi aprovada e até hoje esta lei contempla a profissão, como uma profissão regulamentada e de posse de um Conselho (CONSELHO FEDERAL..., 2016).

Nesta mesma Lei nº 4.084 foi previsto a criação dos Conselhos Regionais, os quais visam a fiscalização da profissão em suas determinadas regiões. Atualmente, existem 14 Conselhos Regionais de Biblioteconomia em diferentes regiões, que são: CRB-1 Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal; CRB-2 Pará, Amapá e Tocantins; CRB-3 Ceará e Piauí; CRB-4 Pernambuco e Alagoas; CRB-5 Bahia e Sergipe; CRB-6 Minas Gerais; CRB-7 Rio de Janeiro; CRB-8 São Paulo; CRB-9 Paraná; CRB-10 Rio Grande do Sul; CRB-11 Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; CRB-13 Maranhão; CRB-14 Santa Catarina; CRB-15 Paraíba e Rio Grande do Norte (CONSELHO FEDERAL..., 2016).

Segundo Spudeit e Fuhr (2011), os Conselhos Regionais são subordinados ao Conselho Federal, e realizam atividades administrativas, supervisoras, disciplinares e fiscalizam o exercício da profissão, orientam e defendem seus profissionais e também são responsáveis pela organização e manutenção de cadastros dos profissionais registrados no Conselho. Muito se tem discutido pelos bibliotecários sobre a participação dos conselhos nas atividades da profissão, nas anuidades para a manutenção do registro profissional, e por outro lado, os conselhos têm-se manifestado relatando as dificuldades da manutenção dos funcionários e dos conselhos em si, a falta de pessoal e evidenciando a sociedade inflacionária atual e que conseqüentemente, os preços das anuidades teriam que subir para suprir as necessidades dos conselhos para que possam continuar fiscalizando e monitorando o exercício da profissão.

Outra entidade representativa que é bastante conhecida por seus profissionais, são os sindicatos. Esta entidade visa defender a classe, lutar por melhorias na profissão, melhores condições de

trabalho, salários, horas de trabalho, amparar os profissionais em relação a questões empregatícias e garantir uma boa comunicação com a classe, os deixando cientes de tudo que está sendo reivindicado, assim como, orientá-los quanto ao mercado de trabalho e a valorização do profissional (SINDICATO DE BIBLIOTECÁRIOS...DE SÃO PAULO, 2016).

Atualmente, muitos Sindicatos estão desativados ou enfrentando problemas por falta de profissionais engajados politicamente e que queiram participar ativamente se filiando aos sindicatos. Esta entidade, que é essencial para a luta por melhorias para a profissão e para os direitos dos trabalhadores, está se desfazendo. É preciso lembrar que essas entidades não se levantam apenas quando algo compromete os direitos trabalhistas, mas estão ativas todos os dias, meses e anos trabalhando em prol da uma profissão mais valorizada e de uma sociedade menos preconceituosa e menos opressora para, principalmente, profissões como a do bibliotecário, que tem um papel social fundamental na sociedade como mediadora da informação, porém é pouco reconhecida pela própria sociedade e pelo mercado de trabalho em si.

Outra entidade importante que representa a profissão é a Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO) que tem como missão a promoção dos trabalhos dos profissionais da informação por meio de realizações de eventos ou ações que visem o aprimoramento e o desenvolvimento da profissão, além de apoiar atividades de outros órgãos e entidades (ABRAINFO, 2012).

Todas essas entidades listadas anteriormente possuem um mesmo foco: representar os bibliotecários. Cada entidade possui à sua maneira de fazer, umas focando no ensino, outras em aprimoramento de técnicas, ou buscando que todos os direitos trabalhistas estejam assegurados, mas acima de tudo, todas essas entidades precisam representar o bibliotecário politicamente, e os bibliotecários precisam se fazer presentes em todos os debates.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo bibliográfico e documental com levantamento de marcos políticos da área da Biblioteconomia, leis e entidades representativas na área citadas na seção quatro desse trabalho. Foram utilizados como principais fontes de buscas o *Google*

Acadêmico, a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando as palavras-chave “movimento associativo”, “Empoderamento”, “história da Biblioteconomia”, “política”, “Biblioteconomia”, “bibliotecários”, entre outros, e a busca por referências nos próprios textos.

Além disso, houve a aplicação de questionários em dez profissionais atuantes na área de Biblioteconomia e politicamente envolvidos com a categoria. Estes nomes foram escolhidos, pois eram nomes mais acessíveis para consulta, e através de pesquisas por sujeitos que estão em evidência por atuar politicamente no Brasil, que debatem sobre assuntos decorrentes a política atual nas redes sociais ou em palestras. Esses nomes possuem papéis fundamentais para a ampliação do debate dentro da esfera profissional. As bibliotecárias e bibliotecários escolhidos para a amostra² nesta pesquisa são:

Quadro 1: Profissionais atuantes na área de Biblioteconomia.

Dalgiza Andrade Oliveira	Possui bacharelado em Biblioteconomia pela Escola de Biblioteconomia/UFMG (1991), mestrado em Ciência da Informação PPGCI/UFMG (2005) e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais PPGCI/UFMG (2011). É também professora da Escola de Ciência da Informação/Programa de Pós-Graduação em Gestão da Organização e do Conhecimento e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenadora do Programa Carro-Biblioteca/ECL (10/2013-10/2015).
Elisa Machado Alves Corrêa	Possui bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e especialista pós-graduada em Tradução Inglês-Português pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). É professora na graduação e na pós-graduação na UNIRIO.
Marilda Lopes Ginez de Lara	Possui bacharelado pelo Curso de Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1973), mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1993), doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1999) e pós-doutorado pela Universidad Carlos III de Madrid. É professora livre-docente da Universidade de São Paulo e ministra aulas na Graduação e na Pós-Graduação.

² Dados coletados na plataforma Lattes em 2016.

Marielle Barros de Moraes	Possui bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (2007), mestra em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP) e doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Foi presidente do Centro Acadêmico de Biblioteconomia Ramiz Galvão (mar.-jun./2007) e também diretora de Integração Universidade e Sociedade, do Diretório Central dos Estudantes da UFC (DCE/UFC) (2007/2008).
Marina Marchini Macambyra	Possui bacharelado em Biblioteconomia pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo. Macambyra possui um blog pessoal sobre documentação audiovisual: A Imagem, o Som, o Tempo. Também colabora com o blog da Biblioteca da ECA, com o Bibliotecários Sem Fronteiras e Revista Biblio. Atualmente chefia o Serviço de Atendimento e Circulação da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Rodolfo Targino	Possui bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2011), estudante de Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrado em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (2015).
Gustavo Saldanha	Possui bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), especialização em Filosofia Medieval pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro (2010), mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008) e doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). É pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua como docente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT e na UNIRIO.
Ricardo Queiroz Pinheiro	Possui graduação em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1994), mestrando em Ciência da Informação pela ECA/USP. É funcionário estatutário da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, o qual foi cedido por empréstimo à Câmara Municipal de São Paulo onde atua na Assessoria Parlamentar da Presidência na área de Educação e Cultura.
Briquet de Lemos	Bibliotecário e professor, atuou também como jornalista do Jornal do Brasil, professor na Universidade de Brasília e, também, diretor da Editora da mesma universidade. Assim que se aposentou, Briquet resolveu abrir a própria editora intitulada com seu próprio nome, Editora Briquet de Lemos.
Oswaldo Francisco de	Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1974),

Almeida Júnior	mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1992) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina e também professor titular do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília).
----------------	---

Fonte: Elaboração própria – 2017.

O questionário continha oito perguntas abertas e fechadas para analisar as dimensões políticas da Biblioteconomia nos dias de hoje, no ponto de vista de alguns nomes de profissionais que atuam politicamente. Para a análise dos dados usou-se o método ‘Análise de Conteúdo’ de Bardin (1977).

Discussões Políticas: silêncio na biblioteca

Ao serem perguntados se acham que os bibliotecários são politicamente ativos, de 10 respondentes, 9 disseram que não e apenas 1 respondeu que sim. O que já pode ser considerado como um indicativo ao problema de pesquisa citado anteriormente neste trabalho, no qual era desejado entender quão política é a área da Biblioteconomia hoje.

A segunda pergunta está interligada à primeira, pois pretende entender se os respondentes acham importante a participação política dos bibliotecários, todos responderam que sim. A terceira pergunta fechada é direcionada a saber se na opinião dos respondentes as entidades representativas da área satisfazem tanto as necessidades políticas, como a de representatividade da profissão.

Quadro 2:

Entidades	Sim	Não	Não sabe
Conselhos	3	7	0
Sindicatos	3	7	0
FEBAB	2	8	0
ABRAINFO	2	7	1
ABECIN	4	6	0

Fonte: Elaboração própria – 2017.

Desse modo, pode-se constatar dentre os respondentes que a maioria entende que as entidades representativas existentes da área

não estão satisfazendo as necessidades da profissão, tanto no âmbito social/político, quanto no profissional, de representar esses profissionais. É possível analisar, a partir das entrevistas realizadas, que para estas pessoas há uma falha na forma de agir dessas entidades, porém, será a culpa toda apenas dessas entidades ou a falta de participação dos bibliotecários nos assuntos decorrentes da política e da representatividade da área contribuem para que essas entidades não estejam realizando suas atividades como deveriam? É algo a se pensar.

Na quarta pergunta fechada é perguntado se os respondentes acham que os bibliotecários deveriam se envolver no debate sobre o impeachment da Presidenta que durante a realização das entrevistas havia sido afastada para investigação pelo Senado. Entre os 10 respondentes, todos responderam que os bibliotecários deveriam se envolver neste debate. Esta pergunta foi elaborada pensando justamente no momento político em que a sociedade estava vivendo, onde se debatia se o impeachment era golpe ou não. Muitos bibliotecários entraram nesta discussão apresentando suas opiniões, prós e contras, e outros muitos achavam que falar sobre o assunto não era função do bibliotecário. Um vídeo foi criado e disseminado pelas redes sociais, o qual se intitulava “Bibliotecários contra o golpe”³, em que alguns bibliotecários expressavam o seu sentimento, sua opinião acerca deste momento em que o País estava enfrentando, e este vídeo gerou bastante polêmica e discussões em grupos do *Facebook* de bibliotecários, em que muitos expressavam sua opinião apoiando o vídeo e apoiando estes bibliotecários que apareceram no vídeo, e muitos outros se expressavam contrários a este vídeo, pois achavam que este não era o papel do bibliotecário e que não deveriam se envolver nestes assuntos.

Por fim, a última pergunta questionava aos respondentes como eles achavam que deveria se dar este envolvimento político e havia 4 opções de respostas: “individualmente”; “coletivamente (conselhos/sindicatos...)”; “tanto individual quanto coletivo” e “não sei”. Para esta pergunta tivemos de 10 respondentes, 10 respostas “tanto individual quanto coletivo”. Este resultado demonstra que os entrevistados entendem que o envolvimento político não deveria se dar apenas por cada profissional isolado agindo politicamente, expressando

³ Endereço eletrônico do vídeo “Bibliotecários contra o golpe”:
<https://www.youtube.com/watch?v=FfXgUqtTYIU>

sua opinião e defendendo seus interesses quanto à política do País, mas também as entidades representativas da profissão deveriam participar dos debates políticos, pensando em benefícios para a profissão, assim como na sociedade em que está inserido.

Ao questionar quais os benefícios que o envolvimento político do bibliotecário traz para a categoria, todos os respondentes acreditam sim. Segundo Briquet de Lemos este envolvimento ajudará os bibliotecários a: “Fazer com que ele aprenda a buscar apoios e solidariedade nas comunidades de usuários e não usuários, mostrando-lhes que também devem exigir da classe política os recursos necessários para as bibliotecas” e também “Incorporar as palavras ‘biblioteca’, ‘livro’ e ‘leitura’ no discurso dos políticos”.

Para Marielle de Moraes: “Em primeiro lugar, uma consciência de classe, de que esse profissional faz parte de algo maior do que o ‘eu’ bibliotecário, mas passa a pensar em ‘nós’ bibliotecários. Pensando assim, como classe, e não como sujeito isolado, os bibliotecários podem conseguir benefícios para a classe; tais como, maior conhecimento e reconhecimento profissional, melhores salários, mais vagas de trabalho em locais públicos e privados que não sejam apenas aqueles que tradicionalmente lhes são ofertados”.

Outro ponto interessante colocado por Marielle é o fato de que as entidades representativas não conseguem trabalhar sozinhas, sem o interesse e apoio dos bibliotecários: “Para isso, vejo que o sistema CFB, a FEBAB e outras instituições de classe favoreceriam esse maior conhecimento e reconhecimento profissional, mas a partir do momento em que esse profissional se reconhecer nessas entidades de classe e não ficar apenas reclamando das anuidades”. Marielle também destaca que o envolvimento político não deve começar apenas quando profissionais, mas também como estudantes: “Outra questão a se colocar é que esse envolvimento político não deve se dar apenas quando do profissional já registrado e/ou trabalhando na área, mas deve iniciar desde a graduação, com os alunos envolvendo-se em Centros e Diretórios Acadêmicos, participando dos EREBDs e ENEBDs, de congressos da UNE, como forma, também, de se preparar para a vida profissional, já envolvido nesse ambiente crítico de participação política”.

Outro benefício destacado por Dalgiza Andrade é que a partir do envolvimento político o bibliotecário: “Amplia sua compreensão individual acerca da realidade e possibilita um posicionamento mais

coletivo quando se tratar de questões mais abrangentes no entorno dos interesses da categoria”.

Para alguns respondentes o envolvimento político dos bibliotecários vai muito além de benefícios apenas para a categoria, mas também gerará benefícios para a sociedade, pois as ações políticas devem ser pensadas para benefícios de todos, e estas são opiniões que se tornam essenciais para o papel social de um indivíduo. Marilda de Lara destaca que: “O envolvimento político é, antes, uma opção de um sujeito social, alguém que, ao viver em sociedade, sabe que ela pode ser construída coletivamente. Segue-se à preocupação com a política (nacional, internacional), a preocupação com o papel da área da Ciência da Informação nos dias de hoje e, conseqüentemente, o papel social do profissional da informação” Para Rodolfo Targino: “Os benefícios são variados, mas destaco principalmente o protagonismo nas decisões, demarcar posição, conquistar espaço, construir autonomia de classe, sair da zona de conforto e passividade, assim como desmistificar o mito da neutralidade do bibliotecário”.

Para Marina Macambyra o bibliotecário está inserido dentro de algo maior, e deveria começar a pensar e se envolver nos assuntos ao seu redor, e não se fechar apenas em assuntos voltados para a área: “Os benefícios para a categoria não são importantes. O importante é haver benefícios para a sociedade. Bibliotecários precisam parar de pensar na categoria, na profissão, na imagem da profissão etc. e começar a pensar no mundo ao seu redor”.

A respondente Elisa Machado possui uma opinião muito parecida com Marina, para ela nenhum profissional deveria pensar apenas em suas categorias, deveria pensar na sociedade em que vivem e estão inseridos: “Não gosto de pensar em categoria e não luto pela categoria de bibliotecários. O envolvimento político do bibliotecário é tão importante como o de qualquer outro profissional, que antes de ser um profissional é um cidadão. A participação política dos indivíduos gera vínculos, maior comprometimento com a coisa pública e o bem-estar da sociedade”.

Ao questionar o que significa o conceito de atuação política dos bibliotecários, Oswaldo Francisco respondeu: “[...] qualquer ação profissional é uma ação política, pois não é neutra, isenta ou imparcial, além de interferir, mesmo que inconscientemente, nos trabalhos, pesquisas e interesses do usuário”. Gustavo Saldanha respondeu

também: “Atuação política significa a ação direta sobre os elementos fundacionais dos pensamentos biblioteconômicos em sentido macro e micro, indo desde a preservação de acervos a campanhas para a efetivação de representações legais (leis, decretos-leis, manifestos) que respondem pelas demandas democráticas sob a ótica documental-informacional”. Nestas duas respostas vê-se que os dois respondentes afirmam que todas as atividades do dia a dia dos bibliotecários são ações políticas, portanto, os bibliotecários não estão isentos do fazer político.

Outros respondentes além de citarem a atuação política “interna” dos bibliotecários, através de suas atividades no dia a dia, citaram sobre a atuação política do bibliotecário fora do seu círculo profissional. Briquet de Lemos destaca que a atuação política dos bibliotecários: “É a capacidade de articular-se com as forças culturais, políticas e econômicas da comunidade em que se situa a biblioteca, mostrando-lhe o papel que as bibliotecas podem desempenhar no apoio à educação, em todas suas fases, e na vida cultural. Significa incorporar o conceito mais amplo de informação ao dia a dia das comunidades e de suas lideranças”.

Para Rodolfo Targino: “Participar das decisões políticas para criação de políticas públicas para bibliotecas, livro e leitura, educação, cultura etc.”. Também acrescenta que: “Acredito que o bibliotecário precisa sair do seu nicho e ser um profissional mais participativo, explorar mais o caráter sociocultural da área e ser menos tecnicista”.

Mais uma vez um dos respondentes destaca que não existe neutralidade em ações do bibliotecário, como foi relatado na resposta dada por Ricardo Queiroz: “A neutralidade é uma ilusão. A política está presente no dia a dia nas relações que estabelecemos com o restante da sociedade, como membro de uma categoria ou no trabalho cotidiano. A politização insere o profissional e a própria categoria no campo decisório da sociedade”. Vê-se que para Rodolfo e Ricardo, a partir de um envolvimento político dos bibliotecários, o profissional passará a participar mais das decisões, tanto envolvendo a profissão, quanto em decisões políticas para a própria sociedade a que pertence.

Para Marielle de Moraes, os bibliotecários deveriam se envolver mais com assuntos políticos do País: “A atuação política do bibliotecário não deveria estar restrita a discussões no *Facebook* sobre o valor da anuidade, mas, sobretudo, sobre questões democráticas nesse

momento em que a nossa democracia está ameaçada”. Elisa Machado também respondeu sobre a atuação política do bibliotecário tanto em suas atividades rotineiras, quanto em suas ações mais amplas: “Atuação política do bibliotecário pode ser percebida de várias maneiras, desde ações efetivas de participação em debates, comissões e etc., até no dia a dia, na forma de atendimento ao usuário, na forma de desenvolver seu trabalho”.

Também foi questionado aos respondentes como eles se envolveram no debate recorrente à atual conjuntura do País, onde o que estava em discussão era centralmente o *impeachment* da Ex-Presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Todos os 10 respondentes responderam que participaram deste debate de alguma forma, ou virtualmente, através de redes sociais, ou pessoalmente, indo a debates, atos e etc.

Briquet de Lemos respondeu: “Unicamente pelas redes sociais. Aos 78 anos de idade, a saúde apresenta pontos fracos.”. Ricardo Queiroz: “Diretamente me posicionando como cidadão e profissional, participei de discussões em grupos virtuais, assinei manifestos e fui a protestos contra o *impeachment*”.

Dalgiza Andrade e Elisa Machado destacam o meio acadêmico como local para debates. Dalgiza: “Manifestando minhas convicções e entendimento acerca da política nacional por meio de redes sociais e espaços acadêmicos por compreender, inclusive, esse último com privilegiado para a reflexão” e Elisa Machado: “Por meio da participação em debates e palestras, com alunos, professores e pesquisadores, na universidade, em grupos de trabalho e em bibliotecas públicas e comunitárias”, o meio acadêmico é um local muito rico em debates, estes assuntos deveriam aparecer cada vez mais em palestras, debates, atos, para estimular o meio acadêmico a participar mais da vida política da sua sociedade.

Marielle de Moraes destaca sua opinião sobre o debate deste assunto visto no *Facebook*: “Hoje vendo os debates no *Facebook* em comunidades de bibliotecários me dá um desânimo, pois vejo que os bibliotecários não têm a menor formação política para pensar um pouco sobre nossa sociedade e política sem tantos imediatismos e comentários que não levam em conta o movimento histórico brasileiro.”, e acrescentou sua participação neste debate: “Neste momento, me inseri em vários debates no *Facebook*; formei, junto com

outros brasileiros que vivem no México um coletivo chamado '*México-Brasil contra el golpe*', onde nos reunimos (a maioria estudantes e professores brasileiros e mexicanos da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) para discutir a política brasileira (em barzinhos mexicanos, regados a tequila, cervejinhas e tacos, mas com muita seriedade). A partir desses debates fizemos várias manifestações em frente ao Centro Cultural Brasil/México e há duas semanas, antes da votação do impeachment, tivemos reunião com o embaixador do Brasil no México, para falar da situação brasileira e entregar a carta do nosso grupo”

Marilda de Lara destaca que a participação dela neste debate sobre o impeachment não se deu apenas por achar que os bibliotecários deveriam fazer parte do debate, mas por um contexto maior: “Não entrei no debate sobre a participação política dos bibliotecários neste momento da vida política do País apenas por conta da ‘classe bibliotecária’, mas por compartilhar com os colegas (neste caso, da classe), preocupações semelhantes. Creio, no entanto, na importância de que a categoria (ou classe) bibliotecária pense nos seus problemas como problemas mais amplos, porque inseridos num contexto sociocultural, político e econômico”.

Considerações Finais

Esta pesquisa buscou entender a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil, e entender o quanto política é esta área. A partir da análise da literatura da área que contava a história da Biblioteconomia no Brasil, seus marcos, leis, bibliotecários reconhecidos, pode-se entender um pouco da história política da Biblioteconomia. E, principalmente, após a junção desta pesquisa com a literatura que mencionava a história da Biblioteconomia no Brasil e a leitura das respostas obtidas através dos questionários, os problemas desta pesquisa foram sendo respondidos.

É possível inferir que desde a criação do curso de Biblioteconomia no Brasil até os dias de hoje, os profissionais pouco se envolvem em assuntos políticos. Existe uma pequena parcela dos profissionais que lutam por melhorias para a categoria, para a criação de leis, decretos, ou que participam de entidades representativas da área, mesmo achando que estas deveriam tomar para si a

responsabilidade pelas ações políticas da área, poucos profissionais realmente participam destas entidades. Portanto, a partir desta pesquisa é possível evidenciar qual é a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil hoje, pois poucos foram no referido período os que acreditavam que o envolvimento na política realmente mudaria a profissão e a sociedade, e hoje em dia ainda vê-se que este cenário é bem parecido, uma grande parcela de bibliotecários ainda não acham que deveriam se envolver politicamente ou não querem, mas é possível observar que existe sim, um número razoável de bibliotecários que realmente se importam, demonstram interesse e buscam mudanças tanto para a profissão, quanto para a sociedade, e esta parcela que está envolvida politicamente, tem feito política em seus atos diários, participando de debates, levando os debates para os seus círculos de amigos e trabalho, ou para dentro do meio acadêmico, além de sempre estar aberto a debates em redes sociais.

Ainda é possível observar preconceito com relação à atuação política dos bibliotecários. Para muitos profissionais o bibliotecário não deve se envolver com política, pois não é sua área de atuação, mas esquecem que a atuação política está presente no dia a dia de qualquer indivíduo desta sociedade, em qualquer decisão tomada, em qualquer caminho escolhido, pelas instituições escolhidas para trabalhar, em qualquer relação, principalmente em relações de trabalho ou relação bibliotecário-usuário, nenhuma ação é neutra, nem a do bibliotecário, logo, ao atender um usuário e opinar sobre algum livro ou autor, o bibliotecário está ali, atuando politicamente. Portanto, a partir da pesquisa realizada e dos relatos dos bibliotecários é possível perceber insistência pela neutralidade do bibliotecário, e a baixa participação da categoria em debates políticos nos dias de hoje. Deste modo, é possível observar que a área da Biblioteconomia não é uma área muito politizada. Para uma reversão deste cenário é preciso entender os conceitos de política e perder o medo do envolvimento político, perceber que todos fazem política, e este envolvimento pode se dar em prol da sociedade, dos direitos para todos e da profissão de bibliotecário. Este envolvimento é algo comum a todos os cidadãos, e a partir do momento que isto for entendido pelas bibliotecárias e bibliotecários, talvez haja um maior envolvimento da profissão nestes debates. É preciso entender também o conceito de empoderamento, para que este passe a fazer parte do dia a dia de cada indivíduo, é

preciso empoderar-se, ser dono de seus pensamentos, desejos e decisões, escolher um caminho a ser seguido com base em suas convicções, em suas opiniões. É importante não apenas empoderar-se como pessoa, mas também como profissional, para melhor refletir sobre o papel de sua profissão, bem quanto ao seu papel na sociedade.

A percepção obtida a partir da observação da sociedade, é que esta necessita de indivíduos que se interessem e lutem por ela, e o bibliotecário está inserido na sociedade, portanto, é seu dever tanto quanto de qualquer outro profissional, a de se envolver em debates políticos de todos os níveis: culturais, sociais e econômicos e aumentar o debate dentro da própria categoria, para que isso reflita nos assuntos ao seu redor. É preciso que a literatura da área sobre este assunto cresça, que se escreva mais e que isto estimule mais bibliotecários a escrever. Que sejam levadas estas discussões sobre questões centrais da sociedade para dentro da sala de aula, para que este envolvimento do bibliotecário venha desde a universidade.

O envolvimento político do bibliotecário abre a possibilidade de ajudar o profissional a construir uma visão mais crítica sobre o próprio campo de atuação, que permita refletir melhor sobre suas ações e atividades diárias, e que leve a uma maior compreensão sobre o seu papel social na sociedade, tanto o individual quanto o profissional. Para a valorização dos livros, da leitura e das bibliotecas, o bibliotecário precisa estar inserido nos debates políticos e sempre “Incorporar as palavras “bibliotecas”, “livro” e “leitura” no discurso dos políticos”, como disse Briquet de Lemos em uma de suas respostas ao questionário.

Quanto mais o bibliotecário se envolver e estiver politizado, mais a profissão estará inserida no contexto da sociedade e terá maior poder de decisão e influência em assuntos relacionados à política e à profissão em si. O bibliotecário não pode se apegar apenas ao tecnicismo, o bibliotecário é fundamental para disseminar informações, incentivar a leitura, em especial a leitura crítica e também incentivar atividades culturais, além de realizar ações que podem influenciar no desenvolvimento da sociedade.

Transformar a sociedade em uma sociedade leitora, crítica e com competência para buscar informações confiáveis e que realmente farão diferença para esses indivíduos. Além de despertar uma consciência de classe e pensar na categoria de bibliotecários e não

apenas no “eu” bibliotecário, como dito por Marielle de Moraes, os bibliotecários precisam adquirir consciência sobre a importância do movimento associativo, da luta por condições dignas de trabalho, melhoria de salário, e na conquista de direitos, no desenvolvimento da profissão e em seus deveres com a sociedade.

A falta de interesse ou ainda o baixo envolvimento nas dimensões políticas da categoria acaba desvalorizando o próprio profissional, pois estes, que são muitos na profissão, não buscam melhorias para a sua categoria, portanto, se não se interessam por buscar melhorias para a sua própria categoria, nos parece mais difícil esperar que se interessem por melhorias para a sociedade. O movimento associativo precisa do apoio e da participação de profissionais bibliotecários para que tenham poder e voz frente aos governos e mesmo frente ao Estado. A união de bibliotecárias e bibliotecários trará benefícios para a profissão, fortalecendo e trazendo reconhecimento para a classe.

Este misticismo de uma perspectiva de neutralidade e de não envolvimento do bibliotecário em questões políticas precisa ser cada vez mais problematizada e apresentada como falácia. Todos possuem o poder da mudança e seus atos políticos podem se tornar transformadores. A política é muito mais que escolher um partido ou votar, política é poder opinar, poder controlar suas escolhas, empoderar-se, lutar contra as opressões e conquistar seus direitos trabalhistas e de cidadãos. A política pode ser retratada como processo cotidiano de reflexão, tomada de decisões e ação. A principal ação política que se deve ter é a percepção de que existem papéis impostos para se exercer e que a partir desta compreensão entender quais os papéis que realmente entende-se que devam ser exercidos. Deve-se entender e problematizar a sociedade em que se está inserido, bem como o seu ambiente e condições de trabalho, para que haja debates, soluções e formas de luta.

A partir desta pesquisa foi possível compreender melhor o papel do bibliotecário e o papel que deve ser exercido na sociedade, em que seu envolvimento político é importante para a profissão e para o meio em que vive. O bibliotecário precisa empoderar-se, bem como construir o empoderamento de sua categoria, reconhecer a importância do valor de suas ações, a sua voz e força diante da sociedade, e para isto, é preciso envolver-se, lutar pela categoria, e

principalmente, pela sociedade em que está inserido, pois o bibliotecário antes de ser um bibliotecário, é um cidadão, e cidadãos possuem direitos e deveres, e estes devem lutar pelos seus.

Referências

AMARAL, Sueli Angélica do. Serviços bibliotecários e desenvolvimento social: um desafio profissional. **Ciência da Informação**, v.24, n.2, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/589/591>>.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Ícone, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO. **Estatuto**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.abrainfo.org.br/estatuto>>.

BANDEIRA, Suelena Pinto. **O mestre dos livros**: Rubens Borba de Moraes. Brasília: Briquet de Lemos, 2007. 129p.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.1, p.173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. São Paulo: Elsevier, 2000.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **MATRIZES**, v.2, n.2, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38232/41008>>.

CASTRO, César Augusto. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p.25-48.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **O CFB**: histórico. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/historico/historico_03.htm>.

_____. CFB: 45 anos construindo a história da Biblioteconomia do Brasil! **Boletim Eletrônico do Sistema CFB/CRB**, n.3, n. especial, 2010. Disponível em:

<<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/438/1/Boletim%20n%C2%BA%2032%20Especial%20-%2045%20anos%20do%20CFB.pdf>>.

_____. Brasília. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/>>.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/>>.

FONSECA, Edson Nery da. **Ser ou não ser bibliotecário e outros manifestos contra a rotina**. Brasília: ABDF, 1988.

FONSECA, Edson Nery da. **Vão se os dias e eu fico**: memórias e evocações. São Paulo: Ateliê, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 2015. Disponível em: <<http://portal.fgv.br/>>.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v.29, n.85, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n85/11.pdf>>.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014. 343p.

RIBEIRO, Alexsander Borger; MIRANDA, Angélica Conceição Dias; REIS, Juliani Menezes dos. Movimento associativo e entidades de classe: discussões existentes e a produção científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.11, n.1, p.2-19, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/266/409>>.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v.6, n.1, p.9-12, 1977. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92/92>>.

SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, HISTORIADORES, MUSEÓLOGOS, DOCUMENTALISTAS, ARQUIVISTAS, AUXILIARES DE BIBLIOTECA E DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.sinbiesp.org.br/>>.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis Oliveira; FUHR, Fabiane. Sindicatos de bibliotecários: história e atuação. **Transinformação**, Campinas (SP), v.23, n.3, 235-249, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862011000300006&script=sci_abstract&tlng=pt>.

CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO POLÍTICA DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

Marta Lúgia Pomim Valentim

Introdução

A formação do profissional da informação – aqui compreendidos como arquivistas, bibliotecários, cientistas da informação, gestores da informação e museólogos – deve contemplar competências políticas, uma vez que seu papel junto à sociedade é extremamente importante no que tange a propiciar o acesso à informação, a criar condições para que o cidadão reconheça a informação fidedigna e, assim, possa se apropriar da informação de modo consistente e usá-la eticamente.

Não se trata de desenvolver competência político-partidária, mas sim de desenvolver competência política no sentido *lato*, ou seja: informar para consolidar a democracia; informar para o desenvolvimento social; informar para obter qualidade de vida; informar para diminuir a ignorância em relação aos direitos constituídos por lutas históricas, enfim, informar para o exercício da cidadania plena. Segundo a Unesco (2009, p.11), “O objetivo político é aumentar a participação cívica, a criatividade cultural e a produtividade econômica; [...]”.

De acordo com a *Royal Spanish Academy*, o termo "competência" significa tanto a habilidade como a aptidão ou a adequação para fazer algo. Rolando Carrillo Fierro, por outro lado, define-o como "a capacidade adquirida no final de um processo de treinamento que se expressa em habilidades intelectuais, sociais, psicológicas e afetivas, ou seja, inclui atitudes, conhecimentos e comportamentos implícitos no desenvolvimento humano (PROGRAMA..., 2000, p.69, tradução nossa).

No *IV Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur*, realizado de 24 a 27 de maio de

2000, na cidade de Montevideu, Uruguai, ficou acordado o conceito de *competência profissional*: “[...] conjunto de habilidades, destrezas, atitudes e conhecimentos teórico-práticos necessários para cumprir uma função especializada de um modo socialmente reconhecido e aceitável” (PROGRAMA..., 2000, p.69, tradução nossa).

Definiu-se também as *competências profissionais essenciais* para que o profissional da informação cumpra seu papel junto à sociedade: a) Comunicação e; b) Técnico-Científicas; c) Gerenciais; d) Sociais e Políticas. Em relação as competências sociais e políticas, naquela ocasião destacou-se as seguintes:

1. Selecionar e avaliar todo tipo de material para as unidades de informação.
2. Buscar, registrar, avaliar e difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais.
3. Assessorar e intervir na formulação de políticas de informação.
4. Assessorar no planejamento dos recursos econômico-financeiros e humanos do setor.
5. Planejar e executar estudos de usuários/clientes da informação e formação de usuários/clientes da informação.
6. Promover uma atitude crítica e criativa em relação à resolução de problemas e questões informacionais.
7. Fomentar uma atitude aberta e interativa com os diversos atores sociais (políticos, empresários, educadores, trabalhadores e profissionais de outras áreas, instituições e cidadãos em geral).
8. Identificar as novas demandas sociais de informação.
9. Contribuir para definir, consolidar e desenvolver o mercado de trabalho na área.
10. Atuar coletivamente com seus pares no âmbito das instituições sociais, com o objetivo de promover e defender a profissão.
11. Formular políticas de pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação.
12. Assessorar e intervir na elaboração de normas jurídicas em Biblioteconomia e Ciência da

Informação (PROGRAMA..., 2000, p.71, tradução nossa, grifo nosso).

As competências sociais e políticas supracitadas, propostas no referido Encontro, são fundamentais para que o profissional da informação possa atuar em qualquer tipo de instituição e sociedade. Ressalta-se que os itens 3, 6, 7, 8 e 12 vão ao encontro da discussão que aqui se pretende empreender, uma vez que enfocam temas essenciais que devem ser desenvolvidos no âmbito da formação do profissional da informação em nível de graduação.

Assessorar e Intervir na Formulação de Políticas de Informação

As políticas públicas voltadas ou que contemplem informação de alguma maneira se constituem no alicerce para que qualquer sociedade possa ser liberta e exerça seus direitos constitucionais, pois, a informação é a matéria prima para a construção de conhecimento e é por meio dela que o cidadão identifica, seleciona, compreende, se apropria e usa a informação. Nessa perspectiva, assessorar e intervir na formulação de políticas de informação se torna uma *competência profissional essencial* para o profissional da informação atuar.

Saravia (2006, p.29) compreende política pública como

[...] um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p.29).

Evidencia-se, por meio do conceito supracitado, que o profissional da informação tem responsabilidade sobre a manutenção ou modificação de uma dada realidade informacional, caso não desenvolva ações que contribuam para a alocação dos recursos necessários para o desenvolvimento de unidades de informação e/ou documentação que contribuam para o empoderamento do cidadão e desenvolvimento do País. As políticas públicas se constituem na primeira ação governamental formal para atribuir recursos oriundos do Estado no intuito de atender as demandas sociais.

Neste cenário de análise das políticas públicas, importante ressaltar que a Constituição, além de definir o norte para as ações governamentais, instituiu diretrizes mínimas para as garantias de direitos sociais e por consequência, da cidadania. [...] E as políticas públicas, deste modo, tem o objetivo central de intermediar a efetivação desses direitos, para a consolidação da cidadania (PORTO; DIEHL, 2016, p.244).

No âmbito da formação universitária, o discente deve receber conteúdos programáticos que desenvolvam essa competência profissional essencial. Perrenoud (2013, p.14) explica que uma disciplina ministrada em um curso pode ser justificada de distintas maneiras: “[...] como base de uma orientação escolar ou profissional escolhida [...]; como componente de uma cultura geral [...]; como uma abertura em relação a civilizações, culturas [...]; como um “exercício mental”, para que [...] aprenda [...] a fazer abstrações e a participar de debates de ideias [...]”.

Ainda segundo Perrenoud (2013, p.16-17) em alguns países, como no Canadá, mais especificamente em Quebec, em 1999, houve uma tentativa de acrescentar conteúdos programáticos às disciplinas tradicionais, denominadas de ‘*oito áreas da vida*’ entre elas: “Convivência e cidadania (participar da vida democrática estabelecendo relações interpessoais solidárias e responsáveis, com uma abertura para o mundo)”. No entanto, este autor ressalta que

Essa *audácia* foi rapidamente atenuada por uma precaução: essas áreas da vida não tiveram o seu espaço na carga horária. Os professores foram encarregados de abordar algumas delas no âmbito da sua própria disciplina. Certamente, aqueles que não veem sentido nessas abordagens não lhes darão prioridade, sem cometer, explicitamente, uma falta profissional (PERRENOUD, 2013, p.17, grifo nosso).

Vale destacar que a formação profissional envolve um rol de saberes e fazeres, cuja finalidade é possibilitar a atuação plena em uma dada realidade social. Perrenoud (2013, p.47) destaca que entre os saberes há a necessidade de se “[...] fazer a seguinte distinção: –

saberes declarativos, modelos da realidade; – saberes processuais (saber como fazer), métodos, técnicas; – saberes condicionais (saber quando intervir de uma determinada maneira)”. Nessa perspectiva, Perrenoud (2013) afirma que desenvolver no discente uma cultura voltada às questões políticas poderia abranger:

- compreender como funcionam os partidos políticos, conseguir enxergá-los como máquinas de ganhar eleições e organizações nas quais as diferentes correntes se enfrentam, assim como entender as estratégias daqueles que constituem a “classe política” ou que sonham em ter acesso a ela;
- compreender o papel dos grupos de pressão e dos lobistas no funcionamento dos parlamentos e dos governos, ter consciência das relações entre os políticos e as potências econômicas;
- compreender as relações entre a política e a mídia, as suas influências recíprocas e a transformação da política em espetáculo;
- compreender as relações de autonomia e de dependência que envolvem os poderes locais, regionais, nacionais, continentais e o embrião do poder mundial constituído pelas organizações internacionais;
- compreender as relações entre a política e a religião, os elementos em jogo no âmbito da laicidade e da separação entre a Igreja e o Estado;
- compreender o processo real de elaboração das leis e das políticas governamentais, incluindo o entendimento dos processos de negociação e dos acordos entre diversos tipos de atores coletivos;
- compreender o funcionamento da opinião pública, o modo de realização e o papel das pesquisas eleitorais, assim como os processos de manipulação da opinião pública;
- compreender as razões da participação ou da abstenção eleitoral, as ligações entre o comportamento político e a pertença a uma

determinada classe social, a um credo ou a uma comunidade linguística ou étnica (PERRENOUD, 2013, p.143).

Contudo, questiona-se se de fato o sistema educacional vigente propicia que as competências políticas sejam desenvolvidas nos discentes? Certamente, há interesses subliminares que “[...] se opõem ao fato dos seus concidadãos possuírem mais saberes e competências, quando isso representa uma ameaça aos seus interesses” (PERRENOUD, 2013, p.186). Por essa razão, os currículos devem contemplar competências sociais e políticas que proporcionem ao discente conhecimento capaz de alterar uma dada realidade e, assim, possa de fato contribuir para que o cidadão conheça seus direitos básicos e possa agir em benefício próprio e da comunidade na qual está inserido.

A informação é determinante para que tal contexto possa se transformar em realidade, quanto menos informado o cidadão for, mais fácil será manipulá-lo, mais difícil será sua compreensão sobre questões complexas que envolvem governo e sociedade.

Lobato (1997, p.42) explica que há a “[...] necessidade estratégica do Estado de manter vínculos estreitos com setores diversos da sociedade [...], não só pela possibilidade de prever ou acomodar demandas, mas também pela capacidade que tenham de difundir interesses ou amortecer interesses contrários”.

Nessa perspectiva, o profissional da informação precisa desenvolver essa competência, de modo que as demandas oriundas da sociedade sejam transformadas em políticas públicas que subsidiem o desenvolvimento de unidades de informação e/ou documentação de distintos tipos para diferentes comunidades.

Promover uma Atitude Crítica e Criativa em Relação à Resolução de Problemas e Questões Informacionais

A formação em Biblioteconomia precisa superar o modelo técnico e compartimentado, de modo a atender as atuais necessidades sociais, principalmente no que tange às crianças e aos jovens usuários de serviços e produtos informacionais. É um desafio em termos de ensino-aprendizagem, uma vez que o docente também não está preparado para alterar seu *modus operandi*. Promover uma atitude

crítica e criativa voltada à resolução de problemas informacionais, exige necessariamente uma articulação entre a aprendizagem e a realidade.

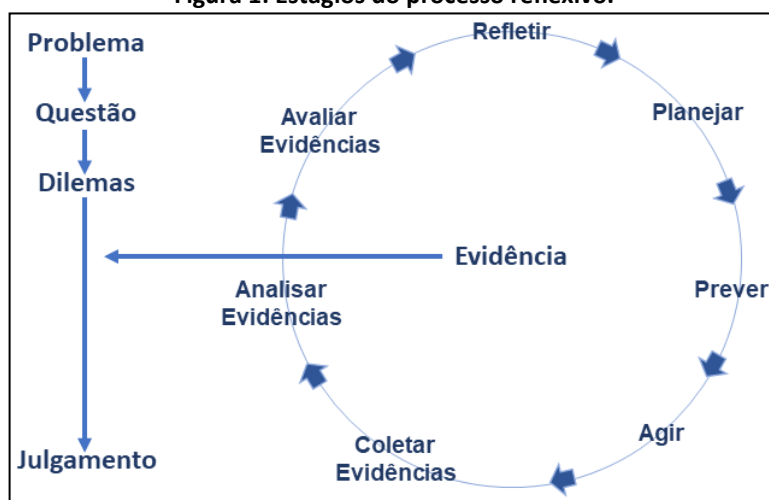
O conhecimento construído precisa estar inter-relacionado às possíveis realidades existentes que, no caso da Biblioteconomia, são muitas. Existem '*ilhas de excelência*', mas também existem '*Vilas Socós*'¹. Isso significa que o profissional da informação pode atuar em contextos extremos, cuja atuação dependerá de sua criatividade e de sua criticidade para poder desempenhar seu papel frente a uma determinada comunidade.

A ação educativa pode ser usada como meio de dominação ou libertação dos indivíduos. No espaço da dominação interessa formar sujeitos dependentes, não críticos, acomodados às informações recebidas, sem criatividade e capacidade de refletirem sobre a realidade que vivem ou onde irão atuar, o que é bastante interessante para os grupos que detém o poder, pois estes terão menores dificuldades de governar e manipular uma população passiva, não questionadora. No espaço que denominamos de libertador, entendemos uma formação de indivíduos críticos, independentes, questionadores, capazes de refletirem sobre suas realidades (educacional, social, política, econômica, cultural, etc.) e, portanto, instrumentalizados para viabilizar as rupturas no instituído (SORDI; BAGNATO, 1998, p.85).

Formar um discente de modo crítico e criativo primeiramente exige a compreensão sobre a responsabilidade e o papel que cada ator exerce no processo: o docente porque é o responsável por pensar a estratégia didático-pedagógica que vai aplicar, o discente porque é o protagonista do processo, portanto, sem seu real interesse em participar do processo de aprendizagem, será praticamente impossível obter o resultado almejado ao final. No entanto, a instituição também é responsável por proporcionar as condições necessárias para que

o processo ocorra de maneira satisfatória e, isso, envolve desde pessoas até sistemas tecnológicos, sem o qual será impossível tal missão. Por último, mas não menos importante, os docentes devem estar interconectados, de tal modo que o projeto pedagógico do curso formador seja o guia para todos seguirem, as reuniões pedagógicas devem ser constantes e o envolvimento dos discentes em propostas, programas e projetos devem se constituir em uma prática natural.

Figura 1: Estágios do processo reflexivo.



Fonte: Traduzida de Pollard *et al.* (2008, p.10).

Em termos pedagógicos é necessário desenvolver os estágios do processo reflexivo nos discentes, de maneira que possam compreender as estratégias cognitivas para o exercício da reflexão e da crítica. Pollard *et al.* (2008) apresentam alguns estágios do processo reflexivo (Figura 1), destacando o que o docente deve fazer pedagogicamente para promover no discente essa competência. Assim, segundo os autores, “O ensino reflexivo

1. implica em uma preocupação ativa relacionada aos objetivos e consequências, além dos meios e técnicas que serão usados.

2. é um processo cíclico/espiral, no qual o docente monitora, avalia e revisa sua própria prática pedagógica continuamente.
3. requer competência em métodos de investigação baseados em evidências, visando apoiar o desenvolvimento progressivo de padrões de ensino-aprendizagem mais elevados.
4. exige mente aberta, responsabilidade e sinceridade.
5. baseia-se no julgamento do docente, a partir de evidências e *insights* de outras pesquisas.
6. o aprendizado profissional e a realização pessoal são aprimorados, por meio da colaboração e do diálogo com colegas.
7. propicia aos docentes mediar criativamente sobre os padrões desenvolvidos externamente para o ensino e a aprendizagem (POLLARD *et al.*, 2008, p.14-15, tradução nossa).

Nessa perspectiva, o docente precisa se preparar para atuar pedagogicamente de modo inovador, reconhecendo a construção de conhecimento como um elemento libertador para o discente, proporcionando o exercício pleno de sua função social ao futuro profissional.

Para Giroux (1997, p.163)

Tornar o político mais pedagógico significa utilizar formas de pedagogia que incorporem interesses políticos que tenham natureza emancipadora: isto é, utilizar formas de pedagogia que tratem os estudantes como agentes críticos; tornar o conhecimento problemático; utilizar o diálogo crítico e afirmativo; e argumentar em prol de um mundo qualitativamente melhor para todas as pessoas.

Desenvolver no profissional da informação o pensamento crítico e reflexivo é importante, uma vez que este medeia a informação para um grupo social que, por sua vez, atua em diferentes contextos, se posiciona e defende ideias e interesses. Sendo assim, a informação

mediada deve ser acessível, consistente e fidedigna, fazeres que dependem essencialmente da ação bibliotecária.

Fomentar uma Atitude Aberta e Interativa com os Diversos Atores Sociais

Qual é o papel do docente no que tange a fomentar uma atitude aberta e interativa no discente? Pode-se destacar alguns aspectos da vida profissional que exige este tipo de competência: o objeto de trabalho do profissional da informação congrega o trinômio dado, informação e conhecimento e, isso, por si só, já demonstra a complexidade de sua atuação; a multiplicidade de ambientes que o profissional da informação pode atuar; as distintas áreas do conhecimento que podem perpassar sua trajetória profissional; o público usuário que pode variar do cidadão comum a sujeitos hiperespecializados, entre outros aspectos. Sendo assim, o discente deve ser preparado durante sua formação para interagir com distintos públicos e profissionais.

Moran (2000, p.7) explica que

O caminho para a autonomia acontece combinando equilibradamente a interação e a interiorização. Pela interação aprendemos, nos expressamos, confrontamos nossas experiências, ideias, realizações; [...] buscamos ser aceitos, acolhidos pela sociedade, pelos colegas, por alguns grupos significativos. Pela interiorização fazemos a integração de tudo, das ideias, interações, realizações em nós, vamos encontrando nossa síntese, nossa identidade, nossa marca pessoal, nossa diferença.

Nesse contexto, o docente necessita incorporar ao ensino-aprendizagem atividades que contemplem esse equilíbrio, de maneira que o discente ao longo do curso possa aprender a se expressar, estabelecer interconexões entre as experiências vivenciadas e as ideias, bem como saber se comunicar com um determinado grupo, para tanto também há a necessidade de aprender a coordenar as ideias de modo lógico expondo-as em linguagem compreensível, respeitando a própria identidade.

Fadel, Bialik e Trilling (2015, p.84-85) evidenciam que vivenciamos um mundo interconectado, portanto, é fundamental desenvolver no discente algumas competências que possibilitem a interação humana (Quadro 1).

Quadro 1: Interação e Conexão.

Tópicos e Temas (temas indicados por*)	Áreas do Conhecimento (tradicional e moderno)	Resultados do Aprendizado
Habilidades sociais. Inteligência emocional.	Psicologia. Sociologia. Antropologia. Ciência política. História do mundo. Educação cívica e cidadania global. Religiões comparadas. Música e teatro globais.	Compreensão dos pensamentos, sentimentos, perspectivas e motivações dos outros. Colaboração e trabalho em equipe virtual e visceral entre as inúmeras diferenças culturais.
*Alfabetização global.	Estudos culturais (geografia, história geral, etnografia, música, etc.) Mídia/Jornalismo. Línguas estrangeiras e linguística. Negócios internacionais e economia	Perspectivas globais: compreensão de eventos globais, práticas culturais e comportamentos de uma série de culturas.
*Pensamento sistêmico.	Matemática (sistemas complexos) Disciplinas integradas (por ex., robótica, biosistemas, negócios, etc.). Estudos de ecologia e meio ambiente. Futurologia.	Interconectividade. Causalidade. Interações ecológicas. Previsão.

Fonte: *Center for Curriculum Redesign (CCR) apud Fadel, Bialik e Trilling (2015, p.84-85).*

O discente deve aprender a negociar, visto que a ação cotidiana do profissional da informação é voltada a um determinado público que,

por sua vez, possui características ímpares. Isso requer uma compreensão sobre os processos de negociação. Segundo Primo (2000, p.5) “[...] a negociação é um processo de comunicação para a resolução de diferenças. As resoluções desses processos de negociação vão definindo a relação”.

A mente aberta é essencial para a atuação do profissional da informação, uma vez que é responsável pela mediação da informação, ou seja, é a partir da compreensão das necessidades informacionais do público usuário que o profissional da informação desenvolve os fazeres profissionais, visando o atendimento à essas necessidades. Primo destaca que (2000, p.14)

Uma interação mútua, por sua vez, vai além da ação de um e da reação de outro. Tal automatismo dá lugar ao complexo de relações que ocorrem *entre* os interagentes (onde os comportamentos de um afeta os do outro). Vai além do *input* determinado e único, já que a interação mútua leva em conta uma complexidade global de comportamentos (intencionais ou não e verbais ou não), além de contextos sociais, físicos, culturais, temporais, etc. Por outro lado, os sistemas reativos, por trabalharem no automatismo, não podem perceber (ou o fazem com grandes limitações) a maioria das informações dessa complexidade, nem tampouco elementos meta-comunicacionais.

Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem deve incorporar elementos que possam desenvolver no discente a capacidade de interagir com distintos públicos, mas para que isso ocorra, antes é necessário que esteja apto a ouvir demandas simples e complexas, compreendê-las e transformá-las em serviços e produtos informacionais que atendam essas demandas.

Identificar as Novas Demandas Sociais de Informação

Identificar as demandas sociais de informação é crucial para o profissional da informação, visto que vivenciamos em um País com carências históricas no que tange a informação. Faltam unidades de informação, de documentação, centros culturais, centros de

informação e de documentação, faltam bancos e bases de dados, enfim muito deve ser feito para que a sociedade brasileira possa de fato ser uma sociedade informada.

Evidencia-se, também, que a informação noticiosa é fortemente manipulada pela mídia – televisão, jornais, revistas e rádios –, porquanto seus proprietários estão vinculados a partidos políticos e, por essa razão, estão a serviço de interesses partidários e não da sociedade como um todo. Por último, mas não menos importante, as redes sociais são usadas para divulgar informações falsas ou manipuladas, oriundas de partidos e movimentos que possuem interesses próprios e de poder.

lunes ([19--], p.99) conceitua demanda “[...] como a quantidade do bem ou serviço que as pessoas desejam consumir em um determinado período de tempo, dadas as suas restrições orçamentárias”. Ainda, conforme explica lunes ([19--], p.102-103),

Vários fatores afetam a quantidade que as pessoas pretendem consumir de um bem ou serviço. Estes determinantes podem ser classificados de maneira simplificada nos seguintes grupos:

- a) a estrutura de preferências do consumidor, que, como fica claro a partir do exposto, é um dos principais determinantes da demanda por um bem ou serviço;
- b) a qualidade percebida sobre um produto ou serviço;
- c) o preço do bem ou serviço;
- d) o preço de outros produtos ou serviços; e
- e) a renda disponível do consumidor.

Demandas sociais ou necessidades sociais se referem as

[...] próprias necessidades humanas individuais e, por ser assim, estão relacionadas com os diferentes planos e dimensões da vida humana - biológica, psicossocial, cultural, espiritual. Daí se segue que as necessidades sociais não são apenas de ordem técnica e econômica, mas também de natureza cultural e espiritual (SUCUPIRA, 1978, p.99).

Vale ressaltar que, em geral, no âmbito do ensino-aprendizagem dos cursos de Biblioteconomia, os conteúdos formadores abordam o termo ‘necessidades informacionais’ e não ‘demandas sociais’. Cunha e Cavalcanti (2008, p.257) definem necessidade de informação como “Informação necessária ao desempenho adequado das atividades de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos”. Os autores definem o termo ‘demanda de informação’ como “[...] solicitação de informação necessária a pessoas ou instituições envolvidas em análises de problemas, pesquisas e estudos diversos, além de ser, igualmente, relativa a dados, conhecimentos e informações que fazem parte do dia-a-dia de usuários de diversos serviços [...]” (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p.116-117).

De outro modo, ao inserir aspectos relacionados às demandas sociais nos conteúdos formadores amplia-se o espectro e a visão do discente em relação às múltiplas possibilidades de atuação, uma vez que a abordagem apenas voltada às necessidades informacionais se centra apenas no indivíduo ou em um grupo de indivíduos.

A partir do exposto, identificar as demandas informacionais se faz necessário e, portanto, no âmbito da formação do profissional da informação há que se desenvolver competências profissionais que possibilitem uma atuação voltada às demandas reais e potenciais.

Assessorar e Intervir na Elaboração de Normas Jurídicas em Biblioteconomia e Ciência da Informação

O ensino-aprendizagem deve necessariamente contemplar a importância das normas jurídicas para o exercício profissional. Além de haver um rol de decretos, leis, resoluções e portarias em distintos níveis governamentais que regulam a profissão do profissional da informação e das instituições em que atuam, o profissional da informação deve desenvolver competências para elaborá-las institucionalmente, no que tange as funções que exerce em organizações públicas ou privadas.

As normas jurídicas que se relacionam ou afetam a atividade profissional devem ser acompanhadas de perto e, assim, o profissional da informação deve desenvolver competências para assessorar e intervir junto às instâncias legislativas da cidade, estado ou país em que atua.

Bobbio (2004, p.26) ressalta que “São várias as perspectivas que se podem assumir para tratar do tema dos direitos do homem: [...] filosófica, histórica, ética, jurídica, política. Cada uma dessas perspectivas liga-se a todas as outras, mas pode também ser assumida separadamente”.

Nessa perspectiva, os conteúdos formadores devem contemplar o desenvolvimento de competências para elaborar e analisar projetos de lei, propor diretrizes, legislações e normativas que propiciem a melhoria das instituições biblioteconômicas, bem como o direito de acesso à informação pela sociedade. Nessa perspectiva, destacam-se as seguintes competências:

- a) Conhecer a legislação vigente que possa subsidiar a nova norma jurídica;
- b) Defender os motivos para a elaboração de uma norma jurídica;
- c) Formular corretamente o texto, evitando a possibilidade de compreensões ambíguas e/ou subjetivas da norma jurídica;
- d) Compreender os efeitos que a implantação de uma nova norma jurídica pode causar à profissão, às instituições e aos demais envolvidos no curto, médio e longo prazos;
- e) Acompanhar todo o processo de tramitação nas instâncias à qual a norma jurídica se aplica.

Desenvolver competências voltadas aos direitos do homem, no que tange a informação, documentação, leitura e cultura, é essencial para o exercício do profissional da informação, pois é a partir da aplicação de normas jurídicas relacionadas à área que se consolida a democratização do acesso à informação. O cidadão tem direito à informação, mas sem normas legais que garantam esse direito, certamente será muito mais difícil viabilizar e consolidar esse direito numa determinada sociedade.

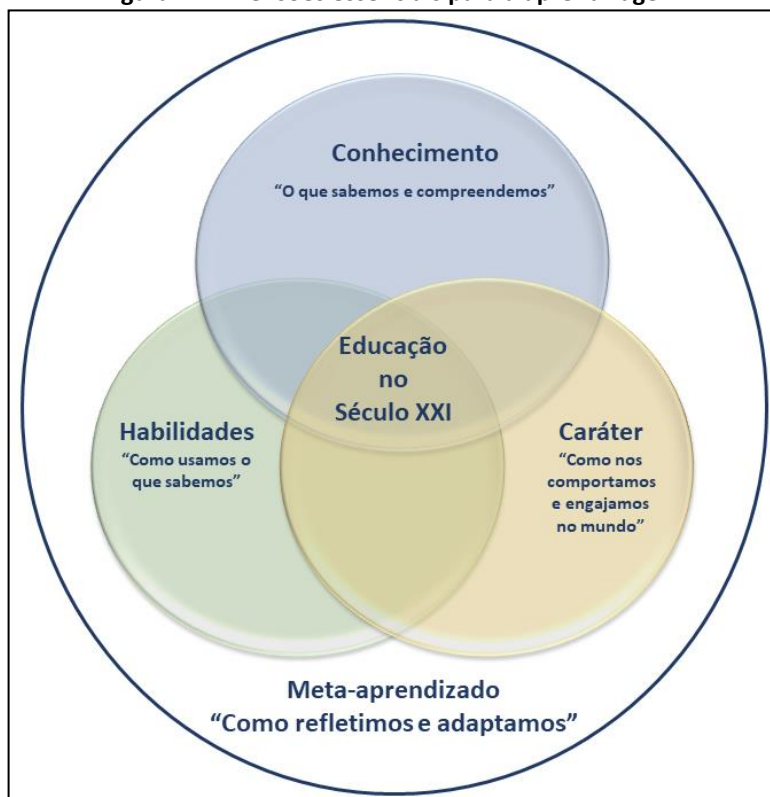
Considerações Finais

Evidenciou-se a importância da atuação política do profissional da informação, destacando-se alguns elementos que devem ser objeto de atenção e incluídos nos conteúdos formadores dos cursos de graduação da área.

Fadel, Bialik e Trilling (2015, p.68) propõem algumas dimensões essenciais para a aprendizagem (Figura 2) e explicam que essas dimensões estão inter-relacionadas, porquanto o aprendizado ocorre a partir da interação entre elas.

Nessa perspectiva, as disciplinas que compõem um projeto pedagógico devem interagir e proporcionar as abordagens necessárias para atingir as competências essenciais para a formação de um profissional, ou seja, não será uma disciplina que possibilita o desenvolvimento de competências sociais e políticas no discente, mas sim um conjunto de conteúdos formadores distribuídos entre distintas disciplinas que podem oferecer conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas ao social e ao político.

Figura 2: Dimensões essenciais para a aprendizagem.



Fonte: Adaptado de *Center for Curriculum Redesign (CCR)* apud Fadel, Bialik e Trilling (2015, p.67).

Destaca-se o papel do docente nesse processo, sua responsabilidade educativa e a necessidade de refletir continuamente sobre os processos de ensino-aprendizagem que utiliza no âmbito da formação profissional.

Por último, destaca-se o papel do profissional da informação, cujo dever é contribuir para constituir uma sociedade mais informada, mais liberta e mais ciente de seus direitos.

Referências

- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 97p. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- CUNHA, M. B. da; CAVACALTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451p.
- FADEL, C.; BIALIK, M.; TRILLING, B. **Educação em quatro dimensões: as competências que os estudantes devem ter para atingir o sucesso**. Boston: Center for Curriculum Redesign, 2015. 156p. Disponível em:
<<http://curriculumredesign.org/wp-content/uploads/Educacao-em-quatro-dimensoes-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais transformadores: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 270p. Disponível em: <
https://issuu.com/paulocesar609/docs/os_professores_como_intelectuais_-_>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- IUNES, R. F. **Demanda e demanda em saúde**. [Brasília: IPEA, [19--]. Cap.4; p.99-123. Disponível em:
<<http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/CAP4pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v.31, n.1, p.30-48, jan./fev., 1997. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7971/6714>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- MORAN, J. M. Mudar a forma de ensinar e de aprender. **Revista Interações**, São Paulo, v.5, n.9, p.57-72, jan./jun. 2000. Disponível em:

<http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_educacao/uber.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.

PERRENOUD, P. **Desenvolver competências ou ensinar saberes [recurso eletrônico]?: a escola que prepara para a vida**. Porto Alegre: Penso, 2013. 224p.

POLLARD, A. *et al.* **Reflective teaching**: Evidence-informed professional practice. 3rd.ed. London: Continuum International, 2008. 30p. Disponível em: <<http://www.freerangeproduction.com/Reflective%20Teaching.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

PORTO, R. T. C.; DIEHL, R. C. Os novos desafios das políticas públicas de inclusão social na promoção da cidadania: o vale encantado da globalização. In.: COSTA, M. M. M. da; LEAL, M. C. H. (Orgs.). **Políticas públicas e demandas sociais**: diálogos contemporâneos II. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. 540p.; p.223-248. Disponível em: <[http://www.eventize.com.br/new/upload/001269/files/2016%20-%20Políticas%20Publicas%20e%20Demandas%20Sociais%20II%20-%20Sem%20Nac%202016\(2\).pdf](http://www.eventize.com.br/new/upload/001269/files/2016%20-%20Políticas%20Publicas%20e%20Demandas%20Sociais%20II%20-%20Sem%20Nac%202016(2).pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2017.

PRIMO, A. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo. **Revista da Famecos**, Porto Alegre, n.12, p.81-92, jun. 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/int_mutua_reativa.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.

PROGRAMA, Acuerdos y Recomendaciones. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4., 2000, Montevideo. **Anais...** Montevideo: EUBCA, 2000. 422p.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. p.21-42.

SORDI, M. R. L. de; BAGNATO, M. H. S. Subsídios para uma formação profissional crítico-reflexiva na área da saúde: o desafio da virada do século. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto (SP), v.6, n.2, p.83-88, abr. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11691998000200012>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

SUCUPIRA, N. L. B. Conceito de necessidades sociais e critérios de sua aplicação. **Fórum**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.91-118, jan./mar. 1978. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/download/60463/58720>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

UNESCO. **Padrões de competência em TIC para professores**: marco político. Paris, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001562/156210por.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

CAPÍTULO 3
BIBLIOTECÁRIA(O)S NA POLÍTICA: PERFIL DA(O)S
PROFISSIONAIS BIBLIOTECÁRIA(OS) NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2016
Carlos Wellington Soares Martins
Maria Mary Ferreira

Introdução

A política se configura como um tema instigante e, nos tempos atuais, assume papel de destaque nas discussões, tanto na academia, quanto no cotidiano das pessoas. Ao ser compreendida como um movimento, a política apresenta complexidades e contradições que nos aguçam e estimulam a tentar desvelar nuances determinantes para quem almeja participar dos processos. Entendemos que a política vai além das questões partidárias, no entanto, quando se trata de uma democracia (burguesa), esse viés acaba por impactar diretamente na vida das pessoas, bem como influi no exercício das profissões.

Em se tratando da profissão de bibliotecário, cujo exercício está, em grande parte, voltado aos sistemas de informação, em especial as bibliotecas, este profissional, em sua maioria mulheres, tem se apresentado de forma muito tímida no âmbito da política representativa, são pouca(o)s a(o)s deputada(o)s, prefeita(o)s, vereadora(e)s, eleita(o)s nos últimos pleitos no País. Observamos, entretanto, que na eleição de 2016, foi eleita (o)s algumas bibliotecária(o)s, fato que merece análise.

Desse modo, buscamos através desta pesquisa traçar o perfil da(o)s bibliotecária(o)s que concorreram às eleições municipais brasileiras do ano de 2016, aos cargos das prefeituras e câmaras municipais. Para tanto, foi realizado um levantamento no *site* da justiça eleitoral do Supremo Tribunal Eleitoral (STE) das pessoas que declararam sua ocupação especificamente como sendo a de BIBLIOTECÁRIA(O).

Foi contabilizado um quantitativo de quarenta e uma (41) pessoas com a ocupação de bibliotecária(o). O levantamento das informações permitiu delimitar o perfil da(o)s candidata(o)s em relação

ao gênero, idade, município pelo qual concorre ao cargo, partido ao qual é filiada(o) e se obteve êxito no pleito.

No segundo momento da pesquisa foi encaminhado para os *e-mails* da(o)s candidata(o)s um questionário misto (perguntas abertas e fechadas) com foco na formação política, na participação no movimento de representação da categoria, nas razões que os motivaram a concorrer nas eleições municipais e, em caso de já ter cumprido mandato de cargo eletivo, se houve atuação efetiva com pautas diretamente ligadas ao campo da Biblioteconomia.

Em nossa análise apresentamos questões e categorias embasadas na teoria acerca da política em Hannah Arendt e apresentaremos um foco maior nas contribuições de Gramsci e Althusser, principalmente no que diz respeito a suas abordagens sobre Ideologia e Hegemonia em uma tentativa de apreender a importância destas categorias para a discussão sobre os partidos políticos.

Os autores supracitados foram elencados por considerarmos relevantes seus estudos e apontamentos acerca das categorias levantadas para a presente análise e por considerarmos suas perspectivas teóricas e políticas importantes para o desvelamento de questões apresentadas hoje como desafios para compreender os partidos políticos.

A sistematização deste texto é composta por quatro desdobramentos que se iniciam com uma introdução onde é apresentada a temática a ser abordada no texto, objetivo, procedimentos e a escolha teórica metodológica de Gramsci e Althusser para discorrer sobre as categorias Ideologia e Hegemonia, debate este que é apresentado na segunda seção a partir dos autores mencionados, dialogando com outros estudiosos da matéria, inclusive pesquisadora(o)s da área da Biblioteconomia. Por fim, apresentamos uma conclusão que não se configura como um término para o debate, pois entendemos que esta análise não se esgota apenas com um texto e que, por conta de seu formato, nem todos os elementos necessários para um debate mais profundo e extenso foram contemplados.

Os Aparelhos Ideológicos (e Hegemônicos) do Estado: aspectos conceituais e teóricos para refletir a condição atual dos partidos políticos

A política, em seu sentido aristotélico, é compreendida como uma ação inerente ao ser humano e seu escopo de atuação como sendo o meio social no qual o indivíduo está inserido. Segundo Hannah Arendt a política e, por conseguinte, o seu exercício, pressupõe liberdade da ação política. Embora a autora entenda que exista um pessimismo acerca da matéria e uma constante associação ao fazer político apenas por meio de partidos políticos, o que restringe o sentido da política, Arendt (2006) considera que a política ainda tem algum sentido.

Em conformidade com o pensamento de Arendt, a política em si não é um domínio apenas focalizado na distinção entre governantes e governados, mas uma ação conjunta em prol da sociedade como um todo, ou seja, como aquilo que seria o fim da política como política em si. Ao considerar política e liberdade como sinônimos, a autora enfatiza que apenas o pensar, o refletir, não são suficientes para o exercício político, tal ação deve estar balizada em uma ação que influa no meio social.

Essa ação política ilustrada por Arendt também é expressa no pensamento de Antonio Gramsci quando o mesmo questiona: “será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar em partido político?”. Em Gramsci, o conceito de hegemonia é apresentado como uma ação que atinge não apenas a estrutura econômica e a organização política da sociedade, mas também age sobre o modo de pensar, de conhecer as orientações ideológicas e culturais. Entre os vários aparelhos existentes – igreja, família, sindicatos, e o interesse maior deste texto: os partidos políticos.

Na perspectiva althusseriana ideologia é todo enunciado que em termos puramente epistemológicos se configura de modo oposto àquele que seria a função teórica ou função de conhecimento. Ideologia se confunde e se identifica com um enunciado que ultrapassa o plano estritamente epistemológico. Ou seja:

[...] é um sistema (possuindo sua lógica e o seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos segundo o caso) dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma sociedade dada [...] a ideologia como sistema de representações se distingue da ciência visto que sua função prático-social tem preeminência sobre a função teórica (ou função de conhecimento) (ALTHUSSER, 1967, p.204).

Assim, em toda sociedade, a ideologia teria um papel específico a desempenhar; pois é parte da totalidade social sendo sua função prática a aplicação nas sociedades de classe como forma de manter os dominados subjugados à classe dominante através de diversos sistemas de controle: políticos, morais e sociais.

A existência material da ideologia se faz sentir através dos aparelhos ideológicos de Estado, que constituem instituições concretas, através das quais se manifesta um conjunto de práticas e rituais que nelas se situa. Para Althusser, então, a ideologia não seria apenas um simples conjunto de discursos ou um sistema de representações imaginárias, mas a ideologia dominante é um poder organizado num conjunto de instituições. Ao refletir sobre ideologia Marx e Engels (1977, p.31) consideram que:

[...] A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim, como as normas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também com essa realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Portanto, o caráter dos aparelhos ideológicos de Estado não é determinado apenas pelo seu lugar jurídico na sociedade, mas pelo seu funcionamento enquanto prática. Gramsci (2001) afirma a primazia do coletivo sobre o indivíduo porque embora seja uma relação orgânica, o indivíduo se dilui no coletivo, não podendo ser entendido como indivíduo biológico, mas sim, como grupo social.

Bibliotecária(o)s nas Eleições Municipais Brasileiras de 2016: exposição e análise dos dados

A Biblioteconomia como campo de atuação profissional situada na área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas tem se mantido, ao longo das últimas décadas, distanciada do debate acerca da política. A exceção de iniciativas isoladas de algumas poucas bibliotecárias que tentam manter associações e sindicatos vivos, porém, o que se percebe

é que a categoria é pouco afeita a movimentos políticos. O reflexo desta assertiva é percebido pelo número de profissionais que ocupam ou ocuparam cargos eletivos no legislativo, considerado inexpressivo, fato este também percebido nos altos cargos de decisão no executivo. Um exemplo dessa assertiva é a Câmara Municipal de São Luís, que registra apenas dois bibliotecários eleitos vereadores em toda a sua história. As assembleias legislativas na maioria dos estados da federação, nunca elegeram um bibliotecário como deputado ou deputada.

Esse cenário é resultante do fato de que a formação do bibliotecário tem privilegiado uma formação mais voltada para os processos técnicos em detrimento dos processos políticos. Em um olhar mais atento aos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação em Biblioteconomia é possível observar que estes tem dado pouca atenção a esse campo de reflexão.

Em estudo apresentado por Ferreira (2015), no 38º Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia realizado em 2015 em São Luís a autora analisou os projetos pedagógicos de seis cursos de Biblioteconomia e Gestão da Informação das universidades: UFAL, UFSCAR, UFSC, UFBA, UFRJ e UFMA observou-se que a exceção da UFRJ, UFSC e UFMA as Universidades pouco ou nenhuma atenção tem dado a formação política dos bibliotecários (FERREIRA, 2015).

O debate político não tem tido o espaço necessário na formação dos bibliotecários. Grande parte da produção acadêmica e científica da área concentra-se em políticas (programas e projetos) focadas em gestão (livro e leitura, indexação, coleção, preservação, acesso à informação) em detrimento de pesquisas com foco na formação política em seu sentido macro (SPUDEIT, MORAES; CORREA, 2016). Pensar uma formação política para os bibliotecários e ou profissionais da informação subentende-se segundo Ferreira (2015, p.16):

[...] pensar de forma ética e cidadã, temas que devem estar inscritos nos projetos pedagógicos de cada curso que tenha este horizonte como princípio. Para tanto urge rediscutir os atuais PPP com a participação expressiva de alunos, professores e a sociedade em geral que precisa ser ouvida para interferir nos campos das Ciências da Informação.

A necessidade da construção de uma economia política para a Biblioteconomia também se faz necessária como postula Birdsall (2005, p.3):

Compreender a permanente ligação entre economia e política é crucial para compreender o atual domínio político da Biblioteconomia. Para alcançar esta compreensão é necessário desenvolver uma economia política da Biblioteconomia. Atualmente, o foco da atenção dos bibliotecários para a política e a economia é a defesa política da geração de maiores recursos financeiros para bibliotecas. Tal defesa é reconhecidamente muito importante e os bibliotecários têm se tornado cada vez mais sofisticados ao fazê-la. Entretanto, afirmo que os bibliotecários necessitam investir mais esforços em pesquisar as dinâmicas políticas e econômicas que definem os contextos passados e atuais das bibliotecas. As bibliotecas são criatura e instrumento de políticas públicas derivadas de processos políticos. Compreender esses processos inclui avaliar a conexão entre organização política e economia.

Ao enfatizar a necessidade de uma compreensão maior acerca de economia e política, Birdsall (2005) aponta um novo paradigma para a área. Isto posto decorre de um posicionamento que em nada se configura como neutro, como postulado de que o profissional bibliotecário(a) não deveria assumir posturas políticas, no entanto essa pseudoneutralidade carrega, sim, uma denotação política e ideológica, como aponta Silva (2011, p.7)

A premissa de que o bibliotecário não deve ser em sua prática profissional, nem de esquerda, nem de direita, ou de centro, devendo ser totalmente apolítico e neutro, trata-se também de uma maneira de utilizar os mesmos e as instituições como armas de controle.

O não se posicionar politicamente já denota uma escolha ideológica, que seria a da ideologia dominante, como postula Skrepetz (2011) independente de qual ofício o cidadão e cidadã executa, a

aspiração a uma consciência crítica, política e reflexiva na formação de um discurso contra ideológico configura-se como uma postura legítima e democrática.

Falar de formação política é caminhar por temas como: democracia, governo, Ideologias, partidos e eleições, políticas públicas, cidadania e participação política, opinião pública. Formação política pressupõe compreender os conceitos de igualdade e desigualdade e como estes dois conceitos se articulam com as relações de classe, de gênero, de raça e etnia. Temas pouco recorrentes no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação em especial nos cursos de Biblioteconomia, Gestão da Informação e Documentação.

Porque a formação política é importante? Porque é através do conhecimento sobre os temas relacionados à política que adquirimos a capacidade de discernir, de interferir, de opinar e de se situar no mundo presente, compreender os contextos e saber se articular dentro do mesmo.

É a formação política que nos permite compreender a opressão e reagir quando somos oprimidos. É a formação política que nos instrumentaliza para marcar posição do mundo e nos diferenciar dos obtusos, medíocres, dos bajuladores. É a formação política que nos dar a capacidade de construir uma identidade política e se transformar em sujeito (FERREIRA, 2015, p.3).

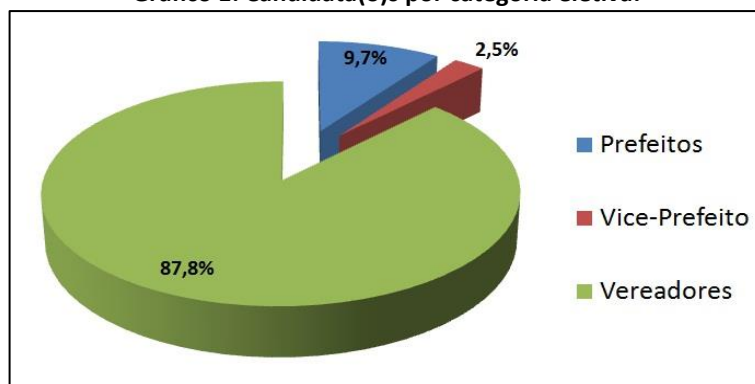
Portanto, ao pensar na política devemos recuperar seu sentido político de transgredir o lugar comum, buscando torná-la um instrumento de transformação da realidade, do dia a dia que começa ao acordar e se insere na luta cotidiana para viver e, para muitos, sobreviver neste mundo em que as distâncias sociais nos agridem e nos motivam a fazer da política como uma saída e uma resposta às desigualdades sociais. Pensar e fazer política é, também, inserir-se em cargos representativos para, através de novas leis, buscar construir um País mais igual. É participar do processo eleitoral, não apenas votando, mas na condição de candidato. O que temos observado é que a formação política do bibliotecário é pouco afeita à política, tem contribuído para uma inserção muito pequena daqueles profissionais na vida política partidária e, conseqüentemente, nos cargos eletivos como iremos evidenciar nos dados a seguir.

Perfil da(o)s Bibliotecária(o)s que Participaram nas Eleições de 2016

O Brasil conta com aproximadamente 5.570 municípios. Nas eleições municipais de 2016, tivemos apenas quarenta e uma pessoas que declararam sua ocupação como sendo a de bibliotecário para concorrer aos cargos eletivos referentes ao pleito deste ano de 2016.

Trinta e seis (36) concorreram ao pleito como vereadora(o)s, quatro (4) como prefeita(o)s e uma (1) candidata como vice-prefeita. Desse total, oito (8) foram eleitos sendo uma (1) eleita como prefeita em município do Estado do Maranhão, outra como vice-prefeita em município do Estado da Bahia e sete (7) eleita(o)s como vereadora(a)s em municípios dos Estados de Tocantins (1), Goiás (1), Rio Grande do Norte (1), Paraná (1), Amapá (1), Piauí (1), Maranhão (1).

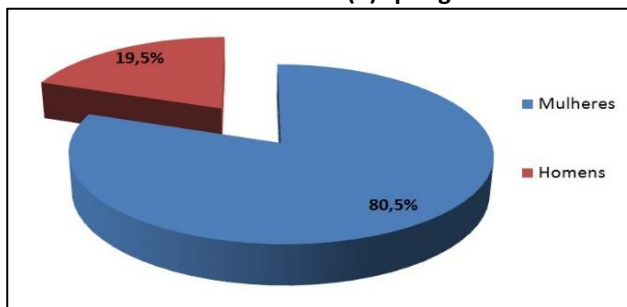
Gráfico 1: Candidata(o)s por categoria eletiva.



Fonte: Dados da pesquisa – 2016.

Vale destacar que a representatividade de candidatas foi superior ao de candidatos, fato perfeitamente justificado pelo número de mulheres superior ao de homens na categoria. Das quarenta e uma pessoas que lançaram suas candidaturas nas eleições municipais de 2016, tendo como ocupação declarada a de bibliotecário, na justiça eleitoral, trinta e três (33) são mulheres e oito (8) homens (Gráfico 2).

Gráfico 2: Candidata(o)s por gênero.

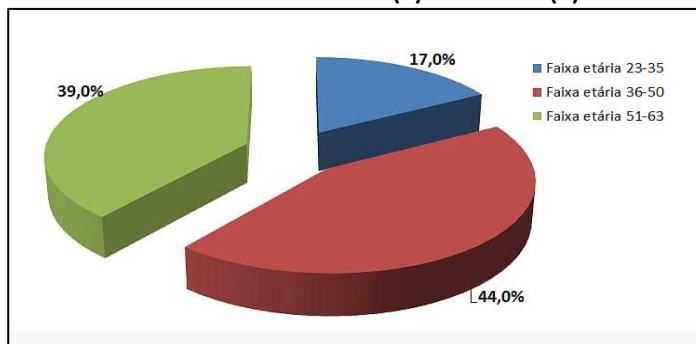


Fonte: Dados da pesquisa – 2016.

Seria de esperar que a juventude assumisse o protagonismo nas lutas sociais, no entanto, os dados da pesquisa apontam que, na faixa etária entre 23 a 35 anos, sete (7) pessoas se candidataram, na faixa etária entre 36 a 50 o número foi mais expressivo, contabilizando dezoito (18) candidaturas, em seguida na faixa entre 51 a 63, dezesseis (16) candidata(o)s se enquadravam neste intervalo de idade.

Observamos, portanto, que as bibliotecárias se candidatam na maturidade, fato também comprovado nos estudos de Ferreira (2010; 2015) sobre as mulheres na política no qual evidencia que a maioria das mulheres entra na política nos cargos eletivos em fase mais madura, quando os filhos estão criados ou quando cumpriram com algumas das “obrigações” determinadas historicamente às mulheres. A candidata mais nova inscrita na justiça eleitoral tinha vinte e três (23) anos e a que apresentava mais idade, sessenta e três (63).

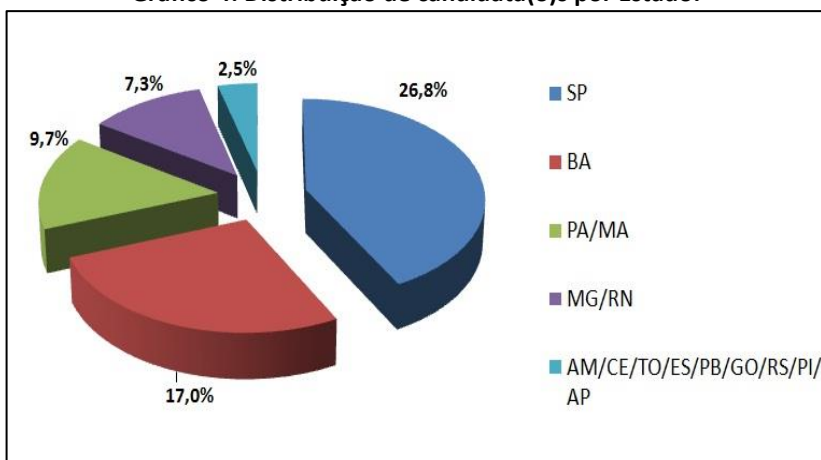
Gráfico 3: Faixa etária da(o)s candidata(o)s.



Fonte: Dados da pesquisa – 2016.

O Gráfico 4 apresenta o quantitativo de candidata(o)s por Estado, evidenciando a predominância nos municípios dos Estados de São Paulo 11 candidata(o)s, Bahia 7 candidata(o)s, Maranhão e Paraná 4 candidata(o)s seguidos pelos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte 3 candidata(o)s e os Estados do Amazonas, Ceará, Tocantins, Espírito Santo, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Sul, Piauí e Amapá com uma candidata(o).

Gráfico 4: Distribuição de candidata(o)s por Estado.



Fonte: Dados da pesquisa – 2016.

Outro ponto importante para esta análise é a filiação partidária. A escolha de se filiar a um partido político perpassa questões ideológicas ligadas a um projeto com interesses particulares e coletivos envolvidos.

Quadro 1: Número de candidata(o)s por partido.

PARTIDO	NUMERO DE CANDIDATA(O)S
PP	4
PPS	4
PSOL	3
PT	3
PMDB	3
PR	3
PDT	2
SD	2

PHS	2
DEM	2
PCdoB	2
PSB	2
PSD	2
PTN	1
PMB	1
PMN	1
PRB	1
PRP	1
REDE	1

Fonte: Dados da pesquisa – 2016.

Os partidos com o maior número de candidaturas foram o Partido Progressista (PP) e o Partido Popular Socialista (PPS) com um total de quatro (4) candidaturas por legendas, seguido pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da República (PR) com três (3) e o Partido Democrático Brasileiro (PDT), Solidariedade (SD), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Democratas (DEM), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Social Democrático (PSD) com duas (2) candidata(o)s e, por fim, Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido da Mulher Brasileira (PMB), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Republicano Progressista (PRP) e a Rede Sustentabilidade (REDE) com uma (1) candidata(o).

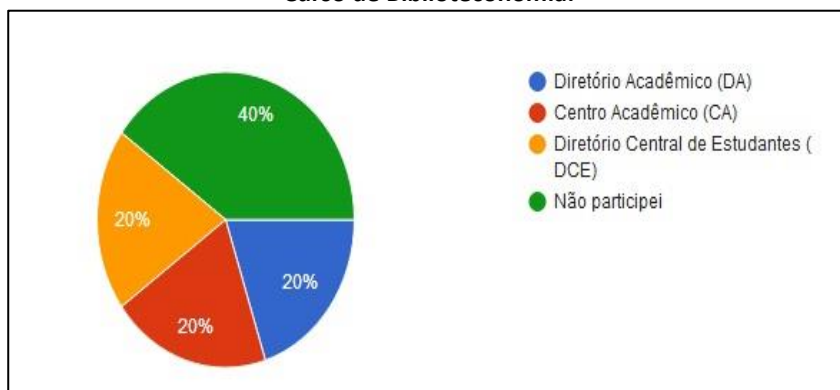
Sabemos que o espectro de análise das orientações político-partidárias vão para além da categorização de esquerda, centro e direita, inclusive muitos trabalhos (de autora(e)s clássica(o)s e contemporânea(o)s) versam acerca de uma pluralidade maior sobre a classificação dos partidos e das orientações políticas, por entendermos que este momento não é o mais adequado para uma análise mais profunda ficaremos com as definições de esquerda, centro e direita, de mais fácil compreensão e facilidade para o entendimento da análise. O quantitativo de partidos de orientação político-ideológica mais de centro e de direita também mostra, neste aspecto particular da população investigada, uma ação mais conservadora de se pensar e fazer política.

Entendemos que quando se analisa a participação política focalizada em uma área profissional específica devemos levar em

consideração três aspectos na formação destacados por Souza (2009) que são o universo profissional, acadêmico e político. Desta forma, os questionamentos a seguir têm sua centralidade na formação política enquanto discente, profissional e escolha político partidária.

Para chegar a estas respostas foram inquiridos as (os) eleitos neste pleito. Questionamos sobre sua participação em movimentos estudantis, movimentos associativos, sobre as propostas que teriam para a classe.

Gráfico 5: Participação no movimento estudantil enquanto discentes do Curso de Biblioteconomia.

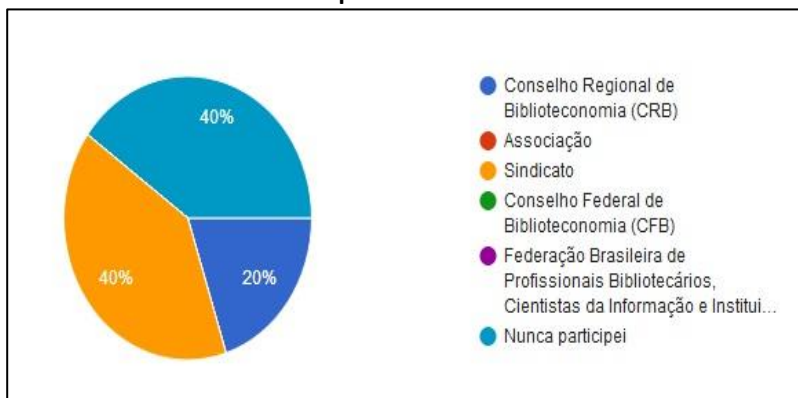


Fonte: Dados da pesquisa – 2016.

Uma curiosidade que nos levou a traçar o perfil da(o)s candidata(o)s foi também saber se enquanto discentes participaram do movimento estudantil e se quando já como profissionais atuaram no movimento representativo da categoria. Um total de 40% das respondentes afirmou que nunca participou do movimento estudantil, enquanto a participação em Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretório Central de Estudantes (DCEs) totalizam 20% respectivamente de participação nessas representações. Mas, 60% afirmaram que participaram de outras experiências em diferentes tipos de agremiações discentes. Silva (2016) aponta a importância deste momento para a formação política da(o)s futura(o)s profissionais da área e considera vital o fortalecimento do movimento estudantil em seu âmbito interno (DAs, CAs e DCEs) e externo (ENEBDS e EREBDS) além de constantes momentos durante a graduação que visem uma formação política mais ampla.

No que tange à participação no movimento de representação da categoria (Gráfico 6) 40% afirmaram que nunca participaram de nenhum tipo de movimento enquanto outros 40% atuaram pelos sindicatos e 20% pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRBs).

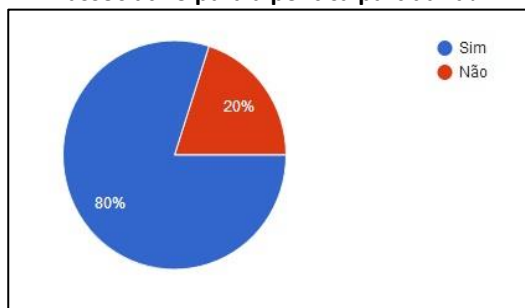
Gráfico 6: Participação nos movimentos representativos da categoria profissional.



Fonte: Dados da pesquisa – 2016.

Ao serem questionadas (o)s se consideravam importante, e um fator determinante, para concorrer nas eleições municipais a participação no movimento estudantil e associativo 80% foram taxativa(o)s de que sim enquanto 20% consideram que estas experiências não contribuiriam para a opção de concorrer a um cargo eletivo.

Gráfico 7: Considera importante a experiência no movimento estudantil e associativo para a política partidária?



Fonte: Dados da pesquisa – 2016.

Em seguida buscamos identificar qual foi a principal motivação para filiação a um partido. Nenhum dos/as eleitas faz referência a ações no campo das bibliotecas ou da cultura. E o ingresso em uma disputa eleitoral. Destacamos algumas falas que consideramos importantes:

“em prol da coletividade”

“Luta social e de classe”

“Nasci na política partidária, o meu pai o primeiro prefeito do meu município, casei com uma pessoa que respira política, foi prefeito duas vezes e aí naturalmente fui escolhida para representar o grupo. Me filiei no PHS a convite de um amigo”

“Para fazer a diferença no meu município”

“Fazer a diferença na política e ser uma alternativa”

Outra questão que consideramos importante foi saber se o partido a que a(o) candidata(o) está filiado atualmente foi a primeira experiência enquanto política partidária. Todas as respondentes afirmaram que já mudaram de partido mais de uma vez, algumas chegaram a concorrer por outras legendas anteriormente. 60% das respondentes afirmam que esta eleição não se trata de sua primeira experiência em campanha eleitoral, enquanto 40% são estreantes na corrida eleitoral.

Quando questionadas sobre qual foi a principal motivação, ou motivações, que a(o) fez optar por concorrer a um mandato eletivo, tivemos algumas repostas que destacamos a seguir:

“Poder contribuir com a melhoria da minha cidade”

“Luta por uma sociedade socialista”

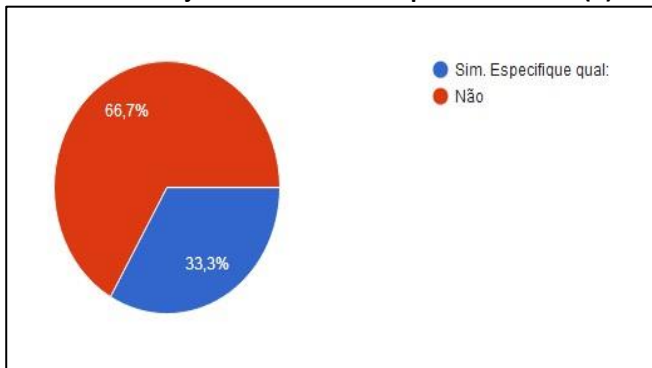
“Fui cotada pelo grupo como a única opção para ganhar as eleições”

“Para representar a população de uma forma diferente”

“Ser a diferença nas opções que tem na cidade”

Na pesquisa foi detectado que um número relevante de candidata(o)s já cumpriu mandatos em cargos eletivos anteriormente, perguntamos a esta(e)s se durante seus mandatos pautas exclusivas diretamente ligadas a Biblioteconomia foram colocadas em debate e transformada em projetos ou posteriormente em leis.

Gráfico 8: Projetos desenvolvidos por mandatária(o)s.



Fonte: Dados da pesquisa – 2016.

Do total, 66,7% das que já cumpriram mandatos em cargos eletivos anteriores afirmam que não desenvolveram e nem levaram ao debate projetos relacionados à área e 33,3% disseram que seus mandatos tiveram essa preocupação, mas, não informaram quais projetos desenvolveram.

Pelo tom das respostas observamos o pouco engajamento dos eleitos nas causas da Biblioteconomia. Ao que parece suas candidaturas não nasceram de movimentos bibliotecários e nem sequer se aproximam da categoria, aparentemente seus projetos estão articulados com outras demandas, embora demonstrem algum tipo de interesse pela área.

Conclusão

A pretensão deste texto é de iniciar o debate sobre um tema ainda pouco discutido na Biblioteconomia. Apresentamos alguns elementos para suscitar uma discussão acerca das categorias Ideologia e Hegemonia, por compreendermos que ambas possuem papel central na caracterização de atuação dos partidos políticos, seja para tentar

entender experiências passadas quanto para antever possibilidades futuras de intervenção no tecido social. Alguns fatores percebidos durante a pesquisa nos possibilitaram aproximar das conclusões que apresentamos a seguir.

A discussão acerca da política, tanto em seu sentido macro, quanto em sua materialização em políticas executadas pelo legislativo ainda carece de um olhar investigativo maior por parte da Biblioteconomia, talvez aumentando a discussão nas disciplinas e nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, conforme é mencionado por pesquisadoras citadas neste texto. O quantitativo de profissionais que concorreram no pleito municipal de 2016 é muito baixo se levarmos em consideração o total de 5.570 municípios brasileiros, o que faz necessário o estímulo para lançar nomes para concorrerem nos pleitos que virão.

Alguns profissionais que são bibliotecária(o)s de formação, e que concorreram nas eleições municipais de 2016, não foram consideradas população para a pesquisa pelo fato de não terem declarado sua ocupação como sendo a de bibliotecária(o) na justiça eleitoral, mas destacamos a eleição de Fernanda Melchionna (PSOL), bibliotecária, a vereadora mais votada de Porto Alegre e a eleição de Cesar Bombeiro (PSD), também bibliotecário de formação, eleito pela cidade de São Luís e que integra a Comissão de Educação e Cultura da Câmara de São Luís, sendo responsável pela implantação de bibliotecas em instituições prisionais. Duas candidatas tiveram êxito em cargos nas prefeituras de Vitória do Mearim (MA) e Itagibá (BA) respectivamente nos cargos de Prefeita e Vice-Prefeita.

Chamou a atenção que algumas pessoas afirmavam que sua ocupação era a de bibliotecário, mesmo não tendo curso superior, alguns com ensino superior incompleto e outras com ensino médio o que nos aguça a curiosidade de como são inseridos os dados do perfil da(os) candidata(o)s no *site* da justiça eleitoral. Tentamos verificar se eram discentes do curso de Biblioteconomia, mas não conseguimos êxito. A única candidata a fazer menção direta à área em seu nome que apareceu nas urnas foi Elisabete Aparecida Gabricho candidata pelo município de Vargem Grande do Sul (SP) que utilizou o apelido Bete da Biblioteca para concorrer às eleições, porém, não foi eleita.

A participação no movimento estudantil e movimento de representação da categoria foi considerado como fatores importantes

na atuação política. Um fato considerado negativo é a pouca articulação das (os) candidatas (as) com as pautas diretamente ligadas à área caberia uma pesquisa mais criteriosa para entender melhor este fenômeno em particular.

Por fim, esperamos que a produção acadêmica e científica acerca da política na área da Biblioteconomia encontre uma centralidade para que as escolas não direcionem apenas uma formação técnica alijada das discussões políticas que permeiam o entorno social e acabam incidindo diretamente, tanto na vida profissional quanto na vida pessoal. Esperamos, também, que mais profissionais se engajem na política partidária para uma maior inserção nos espaços de poder e de decisão como garantia de que pautas diretamente ligadas a área da Biblioteconomia sejam contempladas e discutidas de forma séria e orgânica com vistas a sua inserção na agenda governamental com retorno a toda a sociedade.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Análise crítica da teoria marxista**. São Paulo: Zahar, 1967.

_____. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **O Que é Política?** 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BIRDSALL, Willian F. Uma economia política da Biblioteconomia? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.86-93, jan./jun. 2005.

Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/304/107>>.

Acesso em: 15 nov. 2017.

FERREIRA, Maria Mary. **Os bastidores da tribuna: mulher, política e poder no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. **Vereadoras e prefeitas no Maranhão: ação política com enfoque de gênero**. São Luís: EDUFMA, 2015.

_____. **Formação política, reflexões éticas, práticas de transformação social e mídias na informação: qual profissional temos e qual queremos ser?** Palestra proferida no Encontro Nacional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação (ENEBD). São Luís, 19 a 25 jul. 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.1

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

SPUDEIT, Daniela F. A. de O.; MORAES, Marielle Barros de; CORREA, Elisa Delfini. Formação política do bibliotecário no Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v.3, n.1, p.24-46, jan./jun. 2016. Disponível em:<<http://www.abecin.org.br/revista/index.php/rebecin>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SKREPETZ, Inês. Reflexões em torno de ideologia e resistência. **Extraprensa: Cultura e Comunicação na América Latina**, São Paulo, v.5, n.8, p.14-21, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/77235/81099>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Biblio, 2016.

SILVA, Vagner Rodolfo. **Biblioteconomia e política**: luta de classes, acesso a informação e cidadania. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/10/Biblioteconomia-e-polc3adtica-luta-de-classes-acesso-c3a0-informac3a7c3a3o-e-cidadania.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SOUZA, Francisco das Chagas. Espaço político e atuação do bibliotecário catarinense. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.14, n.1, p.5-8, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/668/735>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CAPÍTULO 4

BIBLIOTECÁRIO: UMA PROFISSÃO POLITICAMENTE CORRETA

Adelaide Ramos e Côrte

Introdução

Entendemos que a atuação política do profissional bibliotecário está ligada diretamente a dois importantes fatores. O primeiro diz respeito à sua formação como cidadão, formação essa que vem do berço, dos valores e culturas do ambiente familiar em que foi criado. A postura cidadã de alguém que passou a infância e adolescência participando junto com pais, familiares e vizinhos, de movimentos sociais, encontros, rodas ou saraus de discussões sobre os caminhos e descaminhos da sociedade, os rumos de suas organizações político-partidárias, as políticas públicas definidas pelo Governo que interferem no dia a dia da comunidade em que vivem, é totalmente diferente do cidadão criado em ambiente de total alienação e desconhecimento das ações políticas que cercam a comunidade em que vivem.

O segundo fator é a análise da origem e os fundamentos da profissão observando as características exigidas para o exercício profissional, a preparação dos indivíduos, os programas de ensino oferecidos, a motivação de professores e direção dos cursos para o olhar crítico e comprometido das políticas públicas que interferem no dia a dia do exercício profissional. A apatia do primeiro fator poderá ser totalmente dissipada nesse momento.

Para Guedes (1985), o bibliotecário deve estar preparado para cumprir, com qualidade, todas as etapas do ciclo documental, organizando o conhecimento de tal forma que seja útil ao usuário no atendimento de suas necessidades de informação. O campo de atuação desse profissional é amplo e exige do bibliotecário a capacidade de transformar usuários em leitores, assim, contribuirá para a "nossa sobrevivência como povo e nação livres". Nesse trabalho observa-se ênfase nas atividades técnicas, mas observa-se, também, uma possibilidade de atuar de forma política, no verdadeiro sentido da palavra, quando atua na transformação de usuários em leitores. Isso se

faz não pela técnica somente, mas pela atenção ao usuário como ser social.

O Fórum (2014), promovido pela Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO) que tratou sobre a formação do profissional da informação, dentre esses profissionais temos o bibliotecário, concluiu sobre a necessidade de os cursos de Biblioteconomia participarem ativamente na elaboração de políticas públicas que implicam, direta ou indiretamente, no fazer bibliotecário. Essa conclusão teve por base os problemas identificados nos grupos de trabalho, quais sejam: a inexistência de uma "voz política", a passividade dos cursos, incluindo professores e alunos frente às questões discutidas nas próprias universidades e a falta de representatividade nas instâncias políticas, gestoras e sociais no âmbito da universidade.

Walter e Baptista (2008), ao elaborarem estudo sobre a formação profissional do bibliotecário, encontraram na literatura indicações de que os profissionais bibliotecários continuam dissociados da realidade, privilegiando mais a área técnica que os aspectos sociais da profissão. Podemos, ainda, acrescentar os aspectos políticos da profissão.

Castro (2000, p.9) analisa que o perfil desejado para o moderno profissional da informação deve contemplar, em sua formação, "[...] ativa participação nas políticas sociais, educacionais, científicas e tecnológicas".

Mais recentemente, Spudeit, Moraes e Correa (2016, p.42), em preciosos estudos sobre a formação política do bibliotecário no Brasil, concluíram que existe "[...] uma lacuna evidente nos conteúdos das disciplinas no sentido de uma formação política mais evidenciada," e relacionam os seguintes questionamentos:

Diante dessa realidade, durante a realização desta pesquisa vários questionamentos foram surgindo, tais como: o que poderia ser feito para ultrapassar essa falta de participação política dos bibliotecários contemporaneamente, como forma de ter uma atuação contra hegemônica dos bibliotecários? Outra questão a ser colocada é em relação à formação dos bibliotecários, ou seja: a formação dos bibliotecários propicia a defesa de um projeto ético, político e crítico da profissão

comprometido com a construção do projeto de emancipação humana e com a defesa dos direitos sociais? E ainda: o projeto político pedagógico propicia aos estudantes terem uma visão crítica da profissão de forma a que os mesmos transformem em práxis os conhecimentos adquiridos, na luta contra o ensino precarizado e também pelos interesses da sua profissão? Tais questões ainda ecoam sem resposta e consistem em novas possibilidades de pesquisa ainda a serem exploradas.

De fato, no campo da formação profissional, do ensino da Biblioteconomia percebe-se a inexistência quer seja de disciplinas, ou mesmo de conteúdos programáticos inseridos em disciplinas, ou em ações que privilegiem o desenvolvimento crítico e o "pensar" sobre as políticas públicas que interferem no fazer bibliotecário.

O Que Significa Atuar Politicamente

Norberto Bobbio é considerado um dos maiores cientistas e estudiosos da Ciência Política. Atribuía o conceito à palavra **política** àquilo que é da sociedade, de interesse do homem, do cidadão. Ribeiro ([201-?], p.1), ao analisar a obra de Bobbio, observa:

Ao longo do tempo, o termo política deixou de ter o sentido de adjetivo (aquilo que é da cidade, sociedade) e passou a ser um modo de "saber lidar" com as coisas da cidade, da sociedade. Assim, fazer política pode estar associado às ações de governo e de administração do Estado. Por outro lado, também diria respeito à forma como a sociedade civil se relaciona com o próprio Estado.

Spudeit, Moraes e Correa (2016, p.37) observam que em Bobbio o conceito de política se refere à "prática humana e a forma como a sociedade civil se relaciona com o Estado".

Para Telésforo (2012 *apud* SPUDEIT; MORAES; CORREA, 2016), formação política não significa somente "aprender a pensar". Significa aprender a fazer, ser capaz de atuar de modo "conscientemente político".

Se entendermos que atuar politicamente é organizar os ambientes, a comunidade, de tal forma que seja possível garantir qualidade de vida ao cidadão, então, devemos procurar desempenhar ações que conduzam a esse resultado. Nesse momento estamos fazendo política.

Para Aristóteles, o homem é um animal político, porque, pela sua natureza, não consegue viver sozinho; vive sempre acompanhado de outros, desde o nascimento até sua morte. Esse convívio em grupos, em sociedade, exige o estabelecimento de ações que contribuam para a melhoria de todos, em benefício de todos (DALLARI, 1983).

Como seres humanos, somos seres sociais por natureza, não podemos fugir da característica de vida em sociedade, em grupo, a começar pelo grupo familiar, o mais próximo de cada um de nós, e tal situação se expande para os vizinhos da rua, habitantes do bairro, da cidade, na escola, com colegas de sala, professores, no trabalho, no clube, nas igrejas.

Agir politicamente é respeitar as características individuais de cada um, os interesses particulares, mas sem deixar de lado o foco no coletivo. Em determinados momentos, o coletivo deve prevalecer ao individual. Essa é a ciência do agir como ser político e social.

Ainda Dallari (1983) afirma que o momento em que o homem mais se assemelha a um outro é no nascimento e na fase da infância. À medida em que cresce, e em função do meio ambiente em que vive (mais um fato de convívio social), cada um vai procurando o caminho que o conduzirá na jornada pela vida e, dessa maneira, os indivíduos vão se distanciando ou se aproximando uns dos outros. Os conflitos surgem quando, na fase adulta ou de amadurecimento, as diferenças surgem, e é natural que surjam.

Viver em sociedade não é tarefa fácil. Há muitos exemplos de vizinhos que vivem brigando, de colegas de profissão que trabalham em uma mesma sala, mas não se falam, de famílias cujos pais não falam com filhos, filhos que ignoram pais e irmãos.

A vida em sociedade pressupõe que existem interesses sociais e coletivos e que os indivíduos são considerados como um todo e não isoladamente. Os problemas políticos, que envolvem interesses comuns, são também comuns ao grupo social.

Nesse contexto é preciso considerar os aspectos éticos do convívio político. Se somos seres sociais por natureza, somos seres

éticos também por natureza. Política e ética andam de mãos dadas. Infelizmente vivemos uma época, um triste momento no nosso País em que a política se distanciou dos interesses coletivos e o comportamento ético distanciou-se das decisões coletivas. Predominam o interesse individual e o comportamento umbilical e, assim, perdeu-se a capacidade de olhar para e pelo o outro. Predomina o interesse individual ao coletivo. Esse comportamento é consequência do próprio agir e fazer política e não da ciência política.

Nesse cenário é natural que pessoas se agrupem para defender ideias comuns. Isso encontramos em associações de classe, de bairro, grupos de amigos, em uma perspectiva de sociedade civil.

Na esfera pública e governamental encontramos os partidos políticos, agrupamentos organizados da sociedade, criados para representar os desejos e as necessidades da população, para servir como instrumento de articulação entre os interesses da sociedade e dos governantes, estabelecer políticas públicas de interesse à população, canalizar a vontade do povo e afastar o caos da vida das pessoas (BATISTA, 2015).

Entretanto o que se observa é que os interesses coletivos, atualmente, não fazem parte das estratégias e das prioridades dos partidos políticos. Há, explicitamente, prevalência dos interesses individuais quer seja do próprio partido ou de seus representantes, como indivíduos. Esse comportamento aumenta a distância entre representantes e representados e favorece o não cumprimento dos programas e planos de governos para os quais foram eleitos. Observa-se, ainda, que as políticas públicas estabelecidas são aquelas relacionadas aos determinantes ideológicos dos partidos (PIMENTEL, 2014), e não dos interesses e necessidades da própria comunidade.

Qual o Espaço que o Bibliotecário Possui para Atuar Politicamente

O bibliotecário é, sem sombra de dúvidas, um profissional altamente comprometido com o interesse comum da sua comunidade usuária.

O princípio básico, e o que nos encanta no exercício da profissão de bibliotecário, é que não existe ambiente de maior sociabilização, espaço mais democrático que uma biblioteca.

Se pensarmos que os livros e as informações estão disponíveis para os usuários que, por sua vez, circulam livremente pelas estantes, pelas bases de dados à procura do que lhes interessa, sem nenhuma censura do que se pode ou não pode ler, isso não tem preço.

As bibliotecas especializadas oferecem acervos para uma comunidade que tem um interesse específico. Por isso, é comum presenciar usuários felizes por terem encontrado a informação de que necessitam para o seu trabalho.

É inegável a importância da biblioteca escolar na formação do hábito de leitura do cidadão do futuro, ser social, político e ético que será responsável pelo olhar geral e não específico da sociedade.

Não há dúvidas da importância da biblioteca universitária na formação técnica dos profissionais que compõem o grupo de pessoas que gerarão conhecimento para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

E o que dizer da importância democrática exercida pelas bibliotecas públicas?

O espaço e a liberdade de acesso à informação que o cidadão, de qualquer credo, cor, raça, formação, tem são ímpares. Conheci um rapaz que era guarda noturno do cemitério de uma determinada cidade. Novo na cidade, foi o emprego que conseguiu. Não tinha onde morar. Quando chegava para trabalhar tinha a sua disposição um banheiro onde tomava banho e colocava seu uniforme. De manhã, ao tomar banho e trocar sua roupa, saía a perambular pela cidade até que entrou em uma biblioteca pública. Passava seus dias lá. E como aprendeu, como leu, como viveu... Como melhorou de emprego, de vida. Isso não tem preço também. E assim encontraremos, por esse Brasil afora, exemplos de pessoas que resgataram sua dignidade como cidadãos frequentando bibliotecas públicas.

Temos exemplos também de bibliotecários de bibliotecas públicas que, pela importância do trabalho que desenvolvem junto à comunidade usuária, são "paparcados" pelos deputados, prefeitos e vereadores, convidados para todos os eventos políticos, porque os representantes do povo têm a noção exata da credibilidade do bibliotecário junto à comunidade. E por isso querem tê-lo por perto.

Se o homem é um ser político, social, e o bibliotecário é homem, então o bibliotecário também é um ser político, social. Verdade? Nem tanto.

Para isso precisará construir uma identidade que o caracterize e seja reconhecido como esse ser social.

Walter (2008) analisa que a construção da identidade do profissional bibliotecário, da visão e da compreensão dos papéis social e político da profissão, poderia ser influenciada positivamente pelas organizações representativas da profissão.

Essa afirmativa nos conduz a refletir sobre o bibliotecário e sua atuação política não sob o ponto de vista da atuação político-partidária, mas sob o ponto de vista da política pelo convívio, pelo social, pelo trabalho em prol da melhoria de qualidade de vida da sociedade. E nisso precisamos ser bons. Precisamos ser bons, porque nossa atividade é extremamente democrática.

O espaço de trabalho é um espaço igualmente democrático onde não existe (ou não deve existir) acepção de pessoas. Mas é possível reconhecer que um profissional com consciência política desempenha melhor sua profissão. E essa consciência inicia no ambiente familiar, aprimora em sala de aula, é exercida com a participação e o envolvimento em movimentos e atividades sociais, no período de formação profissional, dentro e fora das universidades.

No período de formação profissional, o envolvimento com os movimentos políticos se dá nos Encontros de Estudantes, na participação nas atividades dos grêmios estudantis ou nos Centros Acadêmicos. É um momento de liberdade de expressão. Livre mesmo. Falar e falar. Discutir e discutir. Sem compromisso com sustento financeiro. Usar esses espaços na vida estudantil é de muita importância para a formação do futuro profissional.

O envolvimento dos cursos de Biblioteconomia na vida da universidade, mesmo que, em determinados momentos, prejudiquem a carga horária e atrasem o conteúdo a ser ministrado aos alunos também faz parte do aprendizado e da consciência política que se refletirá em toda a vida profissional. O incentivo a projetos comunitários de criação de bibliotecas é tão importante na formação do profissional quanto o desenho de uma belíssima base de dados.

Já, no exercício profissional, a atividade do bibliotecário é muito rica e intensa. E todas as funções: seleção, aquisição, tratamento, armazenagem, difusão, uso e transferência da informação se interagem. Por quê? Porque o objetivo de todas essas funções é um só: atender às necessidades de informação do usuário, o nosso maior e

único cliente que faz parte de um grupo social, que interage e interfere na comunidade em que vive.

Dessa maneira, é impossível o bibliotecário responsável pelo processo de seleção, não saber, do bibliotecário de referência, as necessidades, características e os limites dos usuários.

Por sua vez, o processo de tratamento da informação (catalogação, classificação e indexação) só será completo se o bibliotecário responsável por esse serviço conhecer as características e os tipos de perguntas feitas pelos usuários.

E de nada adiantará as estantes estarem muito bem organizadas se os usuários a elas não têm acesso, quer seja pela complexidade de entender a ordem dos números de classificação, quer seja pela altura das estantes, ou pela pouca luz existente no salão onde se encontram os livros e demais documentos de consulta e pesquisa.

Desta forma, o bibliotecário desenvolve suas habilidades políticas e de convívio, exercendo um comportamento ético dentro do próprio espaço da biblioteca, no seu dia a dia.

Certamente encontraremos excelentes acervos com índice baixíssimo de consulta quando o elo de comunicação entre os profissionais é quebrado. O contrário também é verdadeiro. Bibliotecas, com poucos recursos, porém com serviços de primeira linha, cheia de usuários, pois isso é resultado de trabalho cooperativo, ético e político do bibliotecário.

É importante registrar que, no ambiente e espaço da biblioteca, não deve existir posição político-partidária. O maior partido político do bibliotecário, no exercício de sua profissão, é a Biblioteca. Lá fora, é livre.

Com certeza existem muitos bibliotecários que são totalmente envolvidos com um determinado partido político. Isso é muito bom. E é um direito individual que deve ser respeitado em sua totalidade e plenitude. Mas, a partir do momento em que as posições político-partidárias interferem na formação de coleções e nos serviços que serão prestados e, principalmente, na escolha de qual usuário tem prioridade independente das condições próprias institucionais, um grande e grave erro está sendo cometido.

Voltemos aos estudos de Walter (2008). A Biblioteconomia foi criada, como profissão, pelo Estado brasileiro para atender uma

necessidade da sociedade. E essa profissão precisa de uma identidade, de uma imagem e uma atuação política junto à sociedade.

Para isso é fundamental o papel de quatro organizações: o curso de formação, as associações, os conselhos de fiscalização do exercício profissional e os sindicatos, além, claro, do comportamento ético do profissional bibliotecário no seu dia a dia, na sua instituição.

A pergunta que se faz é: como o aluno recebe, durante sua formação, informações sobre a importância dessas organizações no exercício profissional? Se o corpo docente não as valoriza, como o aluno, hoje, profissional de amanhã as valorizará? E qual o papel dos dirigentes dessas instituições junto aos alunos e junto aos profissionais?

É muito comum encontrar bibliotecário que não sabe a diferença e o papel dos conselhos de fiscalização profissional, das associações de classe e dos sindicatos. Há uma confusão geral nessa área. Ressalte-se que o cenário profissional é integrado por essas instituições no nosso País.

Se, por um lado, compete ao Estado a organização do exercício profissional, por outro lado, as profissões surgem não por força de medidas do Estado, mas por demanda da sociedade, com base em necessidades sociais ocorridas em diversos contextos e momentos históricos. Uma vez existindo a demanda, é preciso organizá-las, preservando e zelando pelos interesses coletivos e não individuais ou corporativos.

Desse modo, se a atividade profissional nasce do desejo de uma sociedade, ela assume um caráter público, tornando-se objeto de fiscalização do Estado. Nesse contexto, considera-se a importância da regulamentação profissional tanto para assegurar o exercício profissional de pessoas qualificadas e habilitadas para tal, quanto para assegurar e defender os interesses da comunidade e dos cidadãos, que procuram atendimento especializado.

O Estado, na busca de agilizar suas atribuições, delega aos conselhos profissionais a função pública de fiscalizar, defender e disciplinar o exercício da atividade profissional, bem como o dever de zelar pelo interesse público. Delega, também, a supervisão qualitativa, ética e técnica do exercício das profissões, de acordo com a Lei, com o único objetivo de assegurar qualidade aos serviços prestados à sociedade, de uma perspectiva do profissional para a sociedade e não

do profissional para o profissional de forma corporativa. Mesmo assim, é o profissional fiscalizando o profissional.

Diferentemente dos sindicatos, os conselhos não se caracterizam pelo corporativismo. Se um determinado profissional cometer algum erro, no exercício de sua profissão, o seu respectivo conselho abrirá processo ético-disciplinar, aplicará a penalidade e, se for o caso, denunciará ao Ministério do Público.

A natureza jurídica da profissão leva ao entendimento de que a regulamentação profissional é uma questão de cidadania. Primeiro, porque, em essência, as ações desses órgãos visam garantir a prestação de serviços de informação aos cidadãos brasileiros com uma qualidade presumida e, por isso, os conselhos de fiscalização profissional lutam para que esses serviços sejam prestados por profissionais habilitados, única maneira de assegurar que as funções social e ética das profissões que representam sejam cumpridas de modo eficaz (CÔRTE, 2015).

O compromisso social dos conselhos é observado, também, em suas ações que fortalecem os mecanismos de controle social e promovem a democratização das políticas públicas.

Mas, se os conselhos desempenham papel fundamental para a sociedade, por que é corriqueiro ver um profissional menosprezando a atuação de seu conselho? Uma das causas, certamente, é o desconhecimento da real função dos conselhos que leva o profissional a crer que, se ele paga o tributo, deve ser devidamente retribuído, por meio da defesa de interesses de sua categoria.

Esse profissional não deixa de ter razão, porque o sistema contributivo é, por excelência, retributivo. Porém, as ações oriundas do tributo pago devem ser revertidas para dar proteção à sociedade, em relação aos serviços que lhe são prestados por seus profissionais.

Um instrumento importante para a classe sob a responsabilidade dos conselhos é o Código de Ética Profissional. Se em outras profissões esse documento é a Bíblia dos profissionais, bibliotecários há que nunca sequer o abriram para uma leitura geral. É esse documento que estabelece as normas de atuação política e técnica do bibliotecário.

As associações de classe são as maiores responsáveis pelo processo de educação continuada. Mas o que é mais grave é que os profissionais estão totalmente ausentes de suas Associações, poucos são os profissionais filiados, há pouquíssima representatividade, muito

embora as associações são importantes para o desenvolvimento das profissões. Isso a história mostra e registra. Almeida Junior, citado por Walter (2008), aponta algumas razões pelas quais o bibliotecário não participa das associações: a) complexo de inferioridade; b) descrença na importância da profissão; c) desconhecimento da real função social; e) a Biblioteconomia é unicamente técnica; f) o bibliotecário não se vê como agente de transformação; e acrescentamos: é melhor permanecer na zona de conforto onde o mais importante é o contracheque ao final do mês; além disso, normalmente as atividades da associação ocorrem após o expediente, e o cansaço se faz presente. Durante o dia, é impossível sair do trabalho. Nem tanto por causa do trabalho em si, mas certamente porque os próprios dirigentes não reconhecem a importância da profissão e, portanto, não liberam os profissionais para essas atividades. Resta ao pequeno grupo de interessados assumir e participar das programações.

Aos sindicatos compete a luta pelos salários e por melhores condições de trabalho. Mas também, na Biblioteconomia, essas instituições são frágeis e sobrevivem pelo esforço de um pequeno grupo. De maneira geral, as associações promovem o desenvolvimento profissional, os conselhos fiscalizam o exercício profissional sempre em benefício da sociedade e os sindicatos lutam por melhores salários e condições de trabalho. Mas de nada adianta a existência dessas instituições se o profissional delas não participar. Esse é o cenário atual.

Elaine Faria (BIBLIOTECÁRIO, 2015) observa que o caráter tecnicista da profissão fala mais alto, ainda hoje, que os benefícios sociais que essa mesma profissão pode trazer para a comunidade. Lembra que, no período em que a profissão foi regulamentada, a parte técnica era importante e necessária, mas, com o decorrer do tempo e com o avanço tecnológico, a área humana, político e social da Biblioteconomia deveria ter recebido maior atenção por parte do profissional. Sente falta da representatividade política do Bibliotecário nas câmaras municipais, estaduais, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Não possuímos representação política e só a amizade dos parlamentares para com as bibliotecas, a informação e o bibliotecário não têm sido suficientes para que alcancemos vitórias no estabelecimento de políticas públicas.

Em se tratando de serviços e produtos, estamos muito bem, reflete Elaine. Mas continuamos trabalhando e nos modernizando da

biblioteca para a biblioteca, deixando de lado a parte política e o grande impacto social da informação. Nesse cenário, as escolas, os cursos formadores também estão muito distantes do processo político e social.

Conclusão

Pensar a atuação política do bibliotecário é pensar que todo ser é político, social, independentemente de sua profissão. Porém o bibliotecário, em razão do seu ambiente de trabalho e do caráter humanista da profissão, precisa, sem sombra de dúvidas, zelar pelo exercício político da profissão.

Não é possível dissociar a atuação profissional do ser social. Não é possível pensar as funções de uma biblioteca dissociadas entre si, e principalmente, das características dos usuários, razão de ser da nossa profissão.

A Biblioteconomia é uma profissão muito bem estruturada tanto perante o Estado, que a criou oficialmente, estabeleceu o campo de atuação, criou instrumentos de fiscalização do exercício profissional, sempre em benefício da sociedade, e também da sociedade civil, com as associações civis que objetivam aperfeiçoar a prática profissional mediante a valorização da profissão e a capacitação contínua de seus profissionais.

Os sindicatos, embora tímidos, procuram exercer o direito de garantir e lutar por melhores condições de trabalho e salários dignos. Sua missão tem sido muito árdua.

É preciso fortalecer o movimento associativo, como já o foi nas Décadas de 1970 e 1980.

Na luta para estabelecer políticas públicas na área das bibliotecas, nada será possível sem a representatividade da categoria profissional. O bibliotecário sozinho não conseguirá fazer caminhar um projeto de lei de interesse à sociedade. Mas o profissional representado pelos conselhos, pelas associações, pelos sindicatos e cursos, as portas dos gabinetes se abrem com maior facilidade.

Os cursos de formação, na sua maioria dentro das universidades públicas, devem atuar com maior rigor na formação política do aluno. Isso não quer dizer posição político-partidária tão somente. Quer dizer proporcionar momentos de reflexão e participação ativa na vida universitária, principalmente na luta por melhores condições de ensino-

aprendizagem, na participação universitária em programas sociais que proporcionam a melhoria da qualidade de vida do cidadão, preparando assim o aluno como um ser social ético e humanista, atendendo os princípios da atuação profissional.

Por outro lado, as organizações profissionais - associações, sindicatos e conselhos - precisam atuar junto aos cursos para levar ao aluno o conhecimento desse ambiente profissional que o aguarda. O aluno deverá, durante todo o seu processo de formação profissional, estudar, compreender e discutir o código de ética da sua profissão, analisar as responsabilidades e envolver-se politicamente com as atividades associativas acima relatadas.

É preciso, ainda, tornar a profissão de valor inquestionável para a sociedade.

Ainda vivemos a era em que poucos agem nesse sentido. Se, por um lado, conseguem caminhar um passo à frente, por outro, esse passo não traz legitimidade representativa pelo reduzido número de profissionais envolvidos e pelo excesso dos que não abandonam a zona de conforto de suas atuações. Os esforços então se tornam em vão.

Que sejamos profissionais atentos à nossa missão de servir, envolvidos politicamente, no verdadeiro sentido da palavra, com a comunidade, desenvolvendo o olhar crítico do fazer bibliotecário sempre em benefício da sociedade tornando-nos profissionais cada dia mais, úteis à comunidade usuária dos nossos serviços.

Referências

BATISTA, Alexandre Lins. Para que servem os partidos políticos? **Politize!**, [S.l.], 15 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/partidos-politicos-para-que-servem/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

CASTRO, César Augusto. Profissional da Informação: perfis e atitudes desejadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.10, n.1, p.1-13, 2000. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/346/268>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CÔRTE, Adelaide Ramos e *et al.* (Orgs). **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil - 1965-2015**. Brasília: CFB, 2015.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FORUM, 2014, São Paulo. **A formação do profissional da informação: desafio contemporâneo**. São Paulo: ABRAINFO, 2014. 2p. Disponível em: <http://www.abrainfo.org.br/sites/default/files/Documentos/CartaAberta_ForumProfissionalInfo.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.

GUEDES, Marina Zeni. A formação profissional do bibliotecário no curso de Biblioteconomia e documentação da Universidade Federal do Paraná. **Educação em Revista**, Curitiba, n. 4, p.159-183, jan./dez. 1985. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.053>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

SPUDEIT, Daniela F. A. de O.; MORAES, Marielle Barros de; CORREA, Elisa Delfini. Formação política do bibliotecário no Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v.3, n.1, p.24-46, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/50427>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

RIBEIRO, Paulo Silvino. Ideia de Política em Norberto Bobbio. **Brasil Escola**. [201-?]. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/ideia-politica-norberto-bobbio.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

PIMENTEL, Marcelo Araújo Matias. **Os determinantes dos gastos sociais das prefeituras: o papel do financiamento eleitoral**. 2014. 78f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), 2014.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles. **Bibliotecários no Brasil: representações da profissão**. 2008. 345f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília (UnB), 2008.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. Formação profissional do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.13, n.25, 1º sem. 2008. Disponível: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p84/885>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

CAPÍTULO 5

HIPERLINKS SUBVERTEM HIERARQUIAS: ATUAÇÃO POLÍTICA DO BIBLIOTECÁRIO NA SOCIEDADE DIGITAL

Elisa Cristina Delfini Corrêa
Jorge Moisés Kroll do Prado

Introdução

A sociedade em que vivemos hoje foi e está sendo desenvolvida sob moldes digitais desde a segunda metade do século passado. Uma de suas características principais é a transição da economia baseada na força do trabalho industrial para o intelectual, cognitivo. Disso decorre o que Castells (2002) chama de “capitalismo informacional”, marcado pelo avanço das tecnologias digitais e da globalização por elas mediadas.

Em especial a partir da Década de 1990 e, de forma ainda mais contundente nos anos 2000, a chamada *Web 2.0* instaurou uma dinâmica de interatividade social na qual o uso de dispositivos eletrônicos tornou-se o meio primordial de comunicação *online*, troca de informações, prestação de serviços e comércio em geral (dentre tantas outras possibilidades de interação via rede Internet).

As diferentes mídias sociais que estão à disposição do cidadão contemporâneo facilitaram sobremaneira não apenas o acesso a todo tipo de informação, mas também conferiram a cada pessoa conectada o status de coautoria de um quase infinito universo de textos, imagens e sons continuamente inseridos na rede. Como consequência, é notório que a qualidade da informação contida na internet deve ser questionada para que seu consumo possa efetivamente agregar valor a qualquer que seja a atividade para a qual ela foi acessada.

Ainda mais preocupante é o fato de que o fácil acesso oportunizou uma igualmente fácil manipulação, seja com fins políticos ou econômicos, de uma grande massa de pessoas que com um simples toque em seus aparelhos celulares (por exemplo) podem ser enganadas com notícias falsas ou tendenciosas.

Mais do que nunca se percebe a extrema necessidade de desenvolver estratégias para o consumo crítico da informação e, portanto, mais do que nunca a atuação política do bibliotecário nesse contexto se faz necessária.

Este capítulo tem por finalidade refletir sobre o contexto informacional contemporâneo, analisando aspectos positivos e negativos da sociedade digital e apontando o papel político e social do bibliotecário na construção de uma sociedade melhor informada e, portanto, mais justa e com melhor qualidade de vida. Trata-se de um convite ao desenvolvimento de uma utopia possível.

Sociedade Digital

Uma das palavras de destaque associadas a textos, debates e discussões que retratam a sociedade digital atualmente é “imersão” (em dados, em experiências, em conteúdo, em informação). Percebe-se que a sociedade ao mesmo tempo em que está convivendo com uma série de facilidades a partir do acesso à informação, também se defronta com alguns malefícios. Desta forma, apresenta-se aqui, uma imersão teórica e brevemente analítica dos principais produtos, serviços e aspectos que moldam este contexto alinhando-os às implicações econômicas, culturais, sociais e políticas, numa tentativa de caracterizarmos a sociedade digital.

A começar pelas implicações econômicas e indo além das evidências pautadas na aceleração dos processos, produções e transações, atualmente há uma nova forma de se relacionar com as finanças e com o mundo do trabalho idealizada por dois aspectos: o *blockchain* e os *bitcoins*. O primeiro garante a transformação de documentos de autoridade (como certificados, comprovantes e similares) ou quaisquer outras atividades que necessitem de confiança em registros digitais (TAPSCOTT; TAPSCOTT, 2017). Por outro lado, o *bitcoin* é a principal moeda em ambiente digital, descentralizada, *peer-to-peer* (sem a intermediação de um banco), criada por um especialista em criptografia, podendo servir para qualquer necessidade de compra (ULRICH, 2014).

São dois elementos que trazem transformações significativas economicamente, a começar pela relação do indivíduo com o dinheiro até a confiança depositada em algo que é tão recente, mas mesmo assim já fidedigno. A forma de desenvolver contratos também está mudando em virtude destes aspectos, fazendo com que novos negócios surjam muito mais rápidos, já que as informações são registradas de maneira mais transparente e de fácil acesso.

Ainda dentro das questões econômicas, a repercussão tecnológica no trabalho tem sido motivo de estudo de diferentes áreas do conhecimento. Segundo o Fórum Econômico Mundial, estamos passando por uma 4ª Revolução Industrial que indica várias revoluções tecnológicas que alteram as organizações sociais (PERASSO, 2016).

A sociedade está trabalhando e produzindo mais e isso tem alterado inclusive o modo como seu tempo é organizado (fins de semana se emendam com dias úteis, reuniões por videoconferência podem ser marcadas a qualquer horário entre outros). Ao mesmo tempo que benefícios são apontados (como a economia do compartilhamento mudando o acesso aos bens e aos serviços), alguns pontos críticos precisam ser pensados (como a precarização, direitos do trabalhador, a saúde e ansiedade, despersonalização e a exacerbada função multitarefa).

Acerca das implicações culturais, pode-se mencionar a interação da tecnologia com produções e manifestações artísticas. As realidades virtual e aumentada são bons exemplos disso. A primeira nos leva a ambientes digitais que nos deixam mais tempo conectados, interagindo num universo paralelo. Lemos (2017a) afirma que esta tecnologia já alcançou um patamar que deve se preocupar quanto a questões éticas e políticas. Sua facilidade em criar conteúdos imersos, que propõem novas narrativas e experiências, também traz inquietudes psicológicas, pois cada vez mais ambientes virtuais tem servido de fuga e alavancado o individualismo. Já a realidade aumentada nos faz interagir com objetos físicos que possuem um conteúdo digital, como o caso de livros, jogos, museus e ações de marketing, por exemplo. Ambas as realidades nos trazem um comportamento diferente, uma nova possibilidade de consumir informação, de aprender e de interagir.

Estes produtos são desenvolvidos a partir de tantos estudos que um novo departamento já está em atuação dentro das grandes empresas tecnológicas, que é o da engenharia do comportamento. Os profissionais ligados a ele são responsáveis por criar dispositivos eletrônicos e aplicativos que capturem cada vez mais a atenção das pessoas (LEMOS, 2017b), o que traz implicações sociais. Os resultados disso são relacionamentos construídos de maneiras distintas e que precisam “sobreviver” de maneira igual, pois entra em jogo uma gama de notificações sedentas pelo nosso olhar.

O espaço que situa todas estas possibilidades tem sido chamado de cidades inteligentes, onde os dados possuem predominância nas tomadas de decisões. Ações em tempo real podem ser adaptadas a partir de informações geradas a partir de dados (TOWNSEND, 2013) e da integração entre capitais humano e social (CARAGLIU; BO; NIJKAMP, 2011). Estas cidades são capazes de prever catástrofes naturais, transformar movimento em energia, mapear e melhorar o trânsito e são munidas de dispositivos que coletam dados a todo momento (carros, *sites* inteligentes, aplicativos, eletrodomésticos e outros). Caracteriza-se por dois modelos de inteligência: i) o concentrado em prefeituras e prédios governamentais; e ii) distribuído entre os cidadãos (SHIRKY, 2012).

A participação coletiva é de presença marcante nas cidades inteligentes e também na atuação política. A internet tem se desempenhado como um aparato *tecnopolítico* de extrema valia. Castells (2013) menciona os principais movimentos originados em ambiente digital e organizados ou engajados a partir dele, como a Revolução Verde (Irã, 2009), Primavera Árabe (Egito, 2011), Occupy Wall Street (Estados Unidos, 2011), Revolução das Panelas (Islândia, 2009), Revolução da Liberdade e da Dignidade (Tunísia, 2010), Movimento Vem Pra Rua (Brasil, 2013).

Todos são movimentos sem lideranças, organizados de maneira muito rápida e capazes de levar milhões de pessoas às ruas em torno de um objetivo comum. Estas ações têm feito com que os governantes ouçam a voz de seu povo a fim de que tomem decisões mais acertadas, pois ainda, somente eles, é que conseguem institucionalmente alguma mudança ou melhoria. Este novo contexto político abriu inclusive um novo nicho de mercado, onde empresas como a *Cambridge Analytica* se especializaram em análise comportamental nas mídias sociais com a finalidade de antever manifestações e repassar estes dados a partidos e líderes de campanhas políticas em tempos de eleições.

Todos estes exemplos e características nos mostram como a sociedade está cada vez mais digital, onde o *online* vem se hibridizando com o mundo analógico. São as interações entre homem/máquina/redes que demonstram nossa hiperconexão.

A Era da Conectividade

Há 18 anos, quatro entusiastas da Internet – David Weinberger, Doc Searls, Rick Levine e Christopher Locke –, se reuniram para criar um manifesto de 95 teses (tal qual as de Martinho Lutero) chamado *Cluetrain Manifesto*¹. Nele, encontram-se 17 menções à palavra “rede”, sem levar em consideração seus sinônimos, o que demonstra que estamos numa era de conexões.

Em suas origens, este contexto nasce a partir de dois aspectos na reflexão de Castells (2002): i) microengenharia: aspectos físicos relacionados à invenção do circuito integrado em processo plano, o surgimento do computador em 1946, do microprocessador em 1971 e do computador pessoal em 1981; ii) internet: surgiu da necessidade de um ambiente seguro para troca de mensagens de cunho militar, sendo a MILnet para militares e a ARPAnet para os cientistas das universidades e centros de pesquisa parceiros, posteriormente amplia-se o protocolo de comunicação para que abranja diferentes tipos de computadores.

É na relação com a Internet, que nos permite entendê-la como um novo espaço, que a conectividade com diferentes redes (no sentido sociológico do termo) se desenvolve. Mais recentemente, com a evolução da Internet das coisas, este espaço passa a se configurar também no ambiente real, como se fosse uma mescla, intercambiando-se entre as telas e ao redor das pessoas. Lemos (2013, p.239) afirma que isso se torna possível em virtude de um conjunto “de redes, sensores, atuadores, objetos ligados por sistemas informatizados que ampliam a comunicação entre pessoas e objetos e entre os objetos de forma autônoma, automática e sensível”.

Com tantas possibilidades de conexão, torna-se mais simples estabelecer a disseminação da informação, a criação de conteúdo, o relacionamento com outras pessoas, a comunicação e tantas outras tarefas cotidianas. É um processo de globalização, que ao menos por enquanto, não descarta nenhum tipo de manifestação cultural, ideológica, política e social. Martel (2015) comprova isso demonstrando numa pesquisa que passou pelo Brasil, Estados Unidos, Índia, Faixa de Gaza, Rússia, México, China e África do Sul, que a conectividade permite a estes indivíduos ter conhecimento e se comunicar com outros de opiniões diametralmente opostas.

¹ Disponível em: <<http://www.cluetrain.com/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

O maior efeito social em longo prazo da tecnologia vai além da eficiência quantitativa de se fazerem coisas de maneira mais rápida e barata. O maior potencial de transformação da rede está em conectar pessoas; é a chance de se fazer coisas novas, um potencial de cooperação em escalas que antes não eram possíveis. Internet não tem nada a ver com computadores. Tem a ver com pessoas. De nada adiantam programas incríveis, tecnologia de bolso ou quaisquer outros aplicativos se as pessoas não estiverem vivendo, convivendo e participando desse lugar feito de cabos, silício e, também, de tecnologia sem fio. (DIMANTAS, 2010, p.20).

Esta era de conectividade é capaz de se apresentar em dois vieses a partir do uso que é feito de suas ferramentas.

Mídias Sociais: para o bem e para o mal

Geralmente quando se fundamenta um texto sobre internet e se busca caracterizá-la, os principais pontos destacados são dos benefícios que ela traz. Já é de conhecimento, a partir de diversos autores inclusive mencionados nos parágrafos anteriores deste texto, que a internet (principalmente com as mídias sociais) tem a capacidade de acelerar processos (de comunicação, de trabalho, de relacionamento) e ainda torná-los mais eficientes.

Com as mídias sociais você exerce seu direito e influência de manifestar sua opinião, tem a possibilidade de encontrar um emprego, de criar o seu próprio trabalho, realizar campanhas de financiamento coletivo, de se informar praticamente em tempo real, de criar ações de ativismo.

Estes benefícios podem ainda ser segmentados conforme propósitos ou ambientes. Na área da educação, as mídias sociais têm se tornado aliadas tanto dos professores como dos alunos, seja para a produção de conteúdo como para o compartilhamento e acesso. No ambiente organizacional, algumas delas tem facilitado a comunicação interna e o relacionamento com o público.

Por outro lado, há alguns aspectos negativos embutidos no uso das mídias sociais. Um dos mais conhecidos, inclusive ilustrado em

diversas imagens compartilhadas nestes espaços, é o de nos manter distantes daqueles que estão próximos fisicamente. Na mesma medida em que relacionamentos são construídos e aproximados, outros tantos acabam por se distanciar em ambiente *offline*.

Keen (2009) traz reflexões mais contundentes quando analisa a Internet, afirmando que estamos num culto de amadores, onde qualquer pessoa conectada cria e compartilha conteúdo de maneira irrefreada. Ele pontua ainda que:

A ética judaico-cristã [no contexto estadunidense] de respeitar a propriedade alheia, central para a nossa sociedade desde a fundação do país, está sendo jogada na lixeira de nossos computadores de mesa. A colagem, remixagem, combinação, empréstimo, cópia - o *furto* - da propriedade intelectual tornou-se a atividade isolada mais disseminada na internet. E está transformando e distorcendo nossos valores e nossa própria cultura. (KEEN, 2009, p.135).

Já não é possível saber mais qual o preparo dos autores que disseminam este vasto volume de informação e que é necessário entender e avaliar o conteúdo publicado. Anos mais tarde, numa forte crítica ao Vale do Silício, Keen (2015) reafirma que a internet tem contribuído para a delimitação de classes distanciando os pobres dos ricos e enfraquecendo nossa economia.

Para uma análise mais biológica, Carr (2011, p.19) argumenta que nosso cérebro está se moldando em uma superficialidade informacional, “[...] antigamente eu era um mergulhador em um mar de palavras. Agora deslizo sobre a superfície como um sujeito com um *jet ski*”. Os indivíduos estão se acostumando a ler manchetes, a descartar publicações sem imagens que as identifiquem e atraiam visualmente. José (2010) apresenta o que chama de “fast-food informacional”, onde somente vãs curiosidades são alimentadas em detrimento do real processo comunicador e satisfação da necessidade informacional.

Se a formação de opinião a partir da leitura de textos completos já influenciava a leitura de outros indivíduos, conseguinte, suas opiniões, a leitura breve e o passar de olhos pelos parágrafos nos faz com que tenhamos interpretações apressadas e equivocadas. Logo,

questiona-se se realmente estamos numa era da informação ou da desinformação.

Sociedade da Desinformação?

Como visto, a era da conectividade representa um pacote que tanto oferece benefícios quanto apresenta riscos aos que dela participam. Vamos aqui nos ater ao que consideramos ser uma das principais armadilhas do atual contexto informacional: a manipulação da informação por meio das notícias falsas (*fake news*) e da chamada pós verdade.

Antes de mais nada, é preciso definir esses conceitos para poder entendê-los e combatê-los²:

- *Fake news*: Em português, notícias falsas, trata-se de um neologismo que se refere à fabricação de notícias com finalidades escusas, a fim de enganar o público que a elas terá acesso. Espalham desinformação, tem aparência de fatos quando na verdade não o são. Apesar de não se tratar de fenômeno recente, ganhou avanços exponenciais na era digital.
- Pós verdade: Eleita como a palavra do ano pelo Dicionário *Oxford* em 2016, o termo refere-se a um adjetivo que qualifica um momento em que a verdade se torna irrelevante diante da concepção ou crença individual sobre um fato qualquer. A pós verdade tem relação direta com as *fake news* na medida em que podem ser utilizadas com a finalidade de moldar a opinião pública para obter vantagens políticas e econômicas.

Assim é que, a todo instante, o cidadão conectado depara-se com (des)informações especialmente criadas para confundi-lo e enganá-lo, levando-o a acreditar em ‘fatos’ fabricados que coincidem com suas crenças pessoais sobre determinados assuntos, gerando uma imensa população de replicadores de falsas notícias que, sem saber, estão na verdade favorecendo um pequeno grupo que

² Ainda não são frequentes as definições em textos acadêmicos, no entanto, existe um vasto número de sites e blogs confiáveis nos quais é possível encontrar informações sobre esses termos. Neste capítulo, utilizamos o site Politize! <http://www.politize.com.br/noticias-falsas-pos-verdade/>.

intencionalmente cria condições informacionais para sua manipulação em benefício próprio.

São muitos os exemplos que poderiam ser citados atualmente, já que é possível constatar uma avalanche de notícias falsas diariamente replicadas por conta do movimento de pós verdade que leva muitas pessoas a compartilhar postagens veiculadas exatamente com essa (má) intenção. Como resultado disso, somos levados por uma crescente onda de comentários preconceituosos, excludentes e elitistas, muitas vezes até mesmo grosseiros e enfurecidos.

Portanto, a Internet atual, neste contexto onde as notícias falsas e a pós verdade circulam com frequência, torna-se um campo minado no qual um desavisado consumidor de informação pode se transformar em uma espécie de ‘fantoche’ manipulado por grupos de pessoas (ou mesmo de máquinas) mal-intencionadas que atuam em seu favor e em detrimento do bem social comum.

Nesse aspecto, vale a pena refletir por um momento no conceito de regime de informação, discutido por González de Gómez (2003, 2012) com base em Bernd Frohmann (1984), Sandra Braman (2004) e Hamid Ekbia (2009). Esse conceito, segundo a autora, pode estar ligado às relações entre informação e poder e representam ações de distribuição seletiva da informação de acordo com interesses monopolistas e hegemônicos:

Entendemos aqui por ‘regime de informação’ o modo de produção informacional dominante numa formação social, que define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição. Um “regime de informação” desdobra-se, logo, num conjunto de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. Em síntese, um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e sua não transparência

imediate, por nele ocorrerem conflitos, vontades plurais e efeitos não desejados (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 1999, p.27).

Para atuar criticamente dentro desse vasto e complexo regime de informação, é preciso estar atento ao movimento de desinformação nele latente e atualmente mais visível e perceptível. Infelizmente boa parte dos cidadãos conectados, especialmente em nosso País, não possui o conhecimento ou as ferramentas necessárias para precaver-se contra essas armadilhas informacionais contemporâneas e por isso, faz-se necessária uma intervenção profissional do bibliotecário mais diretamente voltada para esse contexto nos dias atuais.

Nossa reflexão, portanto, volta-se para a urgência da formação de um perfil bibliotecário não apenas conectado, mas também mais consciente de seu papel político, técnico e educativo na sociedade contemporânea.

Atuação Política do Bibliotecário no Contexto da Sociedade Digital

Para muitas pessoas, talvez o termo ‘atuação política’ remeta à ideia de atividades partidárias e, portanto, soe desconectado da atuação social e educativa que o bibliotecário pode e deve exercer. No entanto, o sentido do termo amplia-se na medida em que se pensa a política como a arte da negociação e da mobilização diante de interesses conflitantes.

A atuação bibliotecária brasileira é, em sua essência, uma atuação política uma vez que tem como meta tudo fazer para preservar seu cunho humanista que se fundamenta na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana (juramento profissional).

Fundamentar sua atuação na defesa da dignidade da pessoa humana significa lutar contra tudo quanto se opõe a uma vida justa, digna e de qualidade. Desta forma, o bibliotecário deve ser um profissional que não se cala diante das injustiças, da opressão e dos direitos do cidadão em todas as áreas da sua existência, mas em especial, no que diz respeito ao direito básico e constitucional à informação.

Assim, a atuação bibliotecária extrapola os limites físicos das bibliotecas e amplia seu campo de atuação para todos os lugares onde

a informação puder ser disponibilizada, e isso certamente inclui o universo da informação digital.

Apesar das facilidades de acesso à internet a partir de dispositivos celulares, os usos mais frequentes limitam-se à interação em mídias sociais, o que representa apenas um pequeno ponto no topo de um imenso iceberg. É preciso que o bibliotecário esteja consciente da necessidade de ser um mediador e educador para o uso cidadão e crítico de diversas informações contidas em diferentes fontes de informação públicas ou não que dizem respeito aos direitos e deveres dos interagentes.

Faz-se necessário que esse profissional seja um disseminador de informações digitais de interesse de sua comunidade, mediando e orientando o uso de fontes eletrônicas como os portais governamentais, por exemplo, auxiliando na compreensão de seu conteúdo e no conhecimento de seus direitos.

Além disso (e tão importante quanto), para que o bibliotecário possa atuar politicamente, precisa conhecer o contexto social no qual está envolvido. É preciso que ele conheça bem seu entorno, as demandas sociais de sua comunidade, o momento político em que vive. Apenas a partir desse envolvimento é possível atuar de forma social e politicamente relevante, compartilhando conteúdos de valor que possam realmente transformar a qualidade de vida de seu público alvo.

Sua atuação em unidades de informação deverá ser firme contra a censura e o preconceito de qualquer natureza e, ao mesmo tempo, firme a favor da democracia, do respeito às diferenças e da busca do bem comum. Deverá ser inclusiva, atenta quanto a possibilitar o acesso a deficientes físicos e cognitivos e lutar contra qualquer tipo de discriminação.

Por outro lado, tendo em vista o uso massivo de mídias sociais, mais uma vez, a intervenção política da atuação bibliotecária parece-nos imprescindível. É o que discutiremos a seguir.

Atuação Política a Partir das Mídias Digitais

Os tempos digitais demandam uma atuação bibliotecária mais presente e efetiva em dois polos principais:

1. Dentro da própria rede, atuando como curador e filtro da informação em seu próprio ambiente.

2. Junto à sua comunidade de interagentes, atuando como mediador e educador para o desenvolvimento de competências em informação (CoInfo).

A curadoria da informação para atuação na perspectiva do bibliotecário pode se destacar em dois pontos: a primeira na gestão de dados e a segunda num ciclo vital da informação. É deste segundo que queremos trazer algumas tarefas relevantes para a filtragem de informação no contexto apresentado neste capítulo.

Equiparado com a disseminação seletiva da informação, a tarefa de analisar, avaliar e selecionar conteúdo em ambiente digital ou impresso, é uma necessidade premente nos espaços que o bibliotecário atua, bem como em seus próprios canais de mídias sociais. Engajar-se e ampliar iniciativas como o “Trust Project”³, da jornalista Sally Lehrman, que cria indicadores para *sites* que medem a confiabilidade da informação, são ferramentas importantes para a curadoria de informação em tempos de pós-verdade.

Um dos grandes desafios para os bibliotecários inseridos neste novo ciclo de curadoria é antes compreender se a informação é de fato confiável ou não e em seguida nos preocuparmos com a seletividade deste conteúdo. Anderson (2017) destaca que ao realizarmos uma seleção de conteúdo confiável, é inevitável não deixarmos de ser políticos, pois é impossível entregar toda a informação sobre determinado tema. Não somente a missão institucional, mas como valores do profissional, são requisitos de destaque no momento desta seleção. “No contexto mais limitado de defender a verdade e ir contra as *fake news*, acredito que a nossa capacidade de demonstrar uma neutralidade política significativa ainda é maior” (ANDERSON, 2017, p.5, tradução nossa).

No quesito das notícias, muito do que é publicado são interpretações. E novamente temos outro desafio para o bibliotecário, pois a seleção deste conteúdo acaba por ser resultado também de um processo de interpretação do profissional. É aqui que entra um aspecto importante que é o de comparar com outros textos, preferencialmente não noticiosos e mais científicos.

Se a tarefa de curadoria da informação, envolvendo a seleção e entrega de informação atualizada, relevante e confiável, por si só já era uma função bastante delicada e fundamental, em tempos de pós-

³ Disponível em: <<https://thetrustproject.org/>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

verdade e notícias falsas, ela alcança um patamar muito mais alto na responsabilidade política do bibliotecário. Mais do que manter exclusividade nesta função para o profissional, uma sociedade melhor informada será desenvolvida quando tiver percepção e capacidade de identificar estes conteúdos, entrando em pauta a necessidade de atuar como um mediador/educador.

Do outro lado da tela, o bibliotecário deve exercer seu papel social fomentando o desenvolvimento de habilidades para o uso crítico da informação digital. Esse papel passa tanto por sua atuação como mediador da informação quanto pela educação de seu interagente para seu crescimento pessoal e para uma intervenção positiva na sociedade a partir das informações que acessa e insere na internet.

A atividade de mediação possui, em si própria, uma natureza educativa, uma vez que acompanha o interagente no uso dos recursos e fontes de informação dando-lhe as instruções e apontando os caminhos necessários para a busca da informação. É a partir desse contato que pode ser iniciado o desenvolvimento da competência em informação:

Nessa perspectiva, as atividades de mediação realizadas pelas bibliotecas devem ser geradas e desenvolvidas de modo que os sujeitos possam desenvolver competências nas atividades que necessitam desempenhar, seja na universidade, no emprego ou mesmo na interação com os sujeitos (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014, p.49).

Como mediador,

[...] o bibliotecário deve estar atento às mudanças sociais e tecnológicas a fim de desenvolver competências para favorecer o acesso, uso e apropriação da informação para a criação de novos conhecimentos, como também permitir a inclusão social e digital dos sujeitos (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014, p.51).

No entanto, trata-se apenas de um primeiro passo que, apesar de importante, não garante a continuidade de todo o processo de competência em informação. Isso porque a mediação, como conceituada por Almeida Júnior (2008) representa uma intervenção do

bibliotecário para a solução de uma determinada demanda informacional.

Em seu papel educativo para o desenvolvimento de habilidades para o acesso e uso da informação, em especial neste caso, a digital, o bibliotecário precisa promover um ambiente propício e criar/desenvolver estratégias para o aprendizado e autonomia do interagente para a busca, acesso e uso da informação disponibilizada em rede.

Significa afirmar que o desenvolvimento da competência em informação de sua comunidade deve estar priorizado em sua pauta de trabalho. Existem diversos modelos e programas de competência em informação⁴ que estão disponíveis em artigos e trabalhos acadêmicos, facilmente adaptáveis a diferentes contextos e que podem ser implementados sem que sejam necessários grandes recursos financeiros ou pessoais (embora sejam muito bem-vindos, sempre).

Para atuar nesse contexto, em primeiro lugar, o bibliotecário deve conhecer bem sua comunidade, interagindo sempre com ela para que saiba quais são os conhecimentos e experiências prévias que já possuem para usar como ponto de partida para o desenvolvimento de suas habilidades.

Será necessário também dominar o uso de dispositivos eletrônicos e de aparatos informáticos para orientar seus interagentes no uso desses equipamentos, bem como ter condições de explorar diferentes fontes de informação online, dando-lhe indicações de como checar a veracidade e a confiabilidade de seus conteúdos.

Nesse aspecto, em especial, ressalta-se o valor de seu papel social diante do contexto de informações falsas e pós verdade. A classe bibliotecária já tem demonstrado sua preocupação com esse aspecto e um bom exemplo disso é o infográfico⁵ criado pela *International Federation of Library Association* (IFLA), que já foi traduzido em português e circula pelas redes sociais no Brasil.

De grande importância será discutir questões éticas no uso da informação, bem como questões de segurança para sua presença

⁴ Sugerimos a leitura do texto de Furtado e Alcará (2014) que faz um apanhado geral de padrões e modelos de Colnfo: <<http://www.ufpb.br/evento/iti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/vi ewFile/2918/1040>>.

⁵ Disponível em: <<https://www.ifla.org/node/11174>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

digital. Igualmente essencial será orientar o interagente no entendimento do conteúdo acessado, bem como formas de armazenamento para futuro acesso e disseminação, fechando assim o ciclo da ColInfo.

O ambiente da biblioteca, ou de qualquer unidade de informação, deverá proporcionar a liberdade e o conforto necessários para os cursos, oficinas, palestras e demais atividades projetadas pelo bibliotecário a fim de construir estratégias de atuação junto à sua comunidade. Dessa maneira, a reflexão, o debate e a capacitação para o uso ético, responsável e crítico da informação poderão diminuir os efeitos negativos da veiculação de informações falsas e tendenciosas, diminuindo também o controle e a manipulação que delas resulta.

Conclusão

Quando atribuímos uma das 95 teses do Manifesto Cluetrain como título deste capítulo, entendemos que ela pode estar no cerne de uma série de elementos que discutimos. Os *hiperlinks* subvertem hierarquias quando a criação de conteúdo não passa pela obrigatoriedade de uma aprovação, quando os indivíduos são (ainda) livres para se expressar em ambiente digital, quando se organizam em prol de uma causa sem a necessidade de uma liderança, mas também ficam com todos os acessos livres para propagar o que não é verdadeiro ou elaborar interpretações equivocadas (com ou sem noção disso).

Pudemos perceber e evidenciar que a sociedade se encontra cada vez mais hiperconectada. Isso traz uma série de novos desafios para o bibliotecário. O contexto da pós-verdade e das *fake news* demonstra uma necessidade de atuação política do profissional para que honre com sua responsabilidade social.

Assim elencamos que dois aspectos podem ser trabalhados em prol de uma sociedade que questionamos se está desinformada ou não. O primeiro deles é uma apurada curadoria de informação que vá além do tradicional ciclo de avaliação, análise e disseminação, mas sim com um viés pautado em princípios (institucionais e do próprio bibliotecário). E o segundo se delinea no desenvolvimento de uma competência em informação que se alie com esta difícil tarefa de curadoria, pois é mais fundamental que o indivíduo saiba por si do que saibam por ele.

Entendemos que esse nível de envolvimento torna política a atuação do bibliotecário no contexto digital. Acreditamos que o exercício profissional realizado com a finalidade de proporcionar ao cidadão conectado maior autonomia e competência para o acesso e busca de informação na internet, desenvolvendo suas habilidades críticas para não se deixar ser manipulado e fazendo escolhas que busquem o bem social comum, pode sim realizar a utopia sonhada na introdução deste capítulo.

Referências

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 1 CD-ROM.
- ANDERSON, R. Fake news and alternative facts: Five challenges for academic libraries. **Insights**, v.30, n.2, p.4-9. 2017. Disponível em: <<https://insights.uksg.org/articles/10.1629/uksg.356/>>. Acesso em: 30 dez. 2017.
- CARAGLIU, A.; BO, C. del; NIJKAMP, P. Smart cities in Europe. **Journal of Urban Technology**, Londres, v.18, n.2, p.65-82, ago. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10630732.2011.601117>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- CARR, N. **A geração superficial: o que a Internet está fazendo com os nossos cérebros**. Rio de Janeiro: Agir, 2011.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DIMANTAS, H. **Linkania: uma teoria de redes**. São Paulo: SENAC Editora, 2010.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.7-31. 1999. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_6d5abbbf137_0008552.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.
- JOSÉ, H. **O fast-food informacional e a era da superficialidade**. 23 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/o-fast-food-informacional-e-a-era-da-superficialidade/50832/>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

- KEEN, A. **O culto do amador**: como *blogs, MySpace, YouTube* e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- KEEN, A. **The Internet is not the answer**. New York: Atlantic Monthly, 2015.
- LEMOS, A. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.
- LEMOS, R. **Expresso futuro**: realidade virtual. 2017a. Disponível em: <<http://www.futuraplay.org/video/realidade-virtual/375276/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- LEMOS, R. **Expresso futuro**: relacionamentos em tempos de hiperconexão. 2017b. Disponível em: <<http://www.futuraplay.org/video/relacionamentos-em-tempos-de-hiperconexao/369849/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- MARTEL, F. **Smart**: o que você não sabe sobre a internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- PERASSO, V. O que é a 4ª revolução industrial - e como ela deve afetar nossas vidas. **BBC Brasil**, 22 out. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-37658309>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- SANTOS, Raquel do Rosário; DUARTE, Emeide Nóbrega; LIMA, Izabel França de. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.10, n.1, p.36-53, jul. 2014. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279/289>>. Acesso em: 29 dez. 2017.
- SHIRKY, C. **Lá vem todo mundo**: o poder de organizar sem organizações. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- TAPSCOTT, D.; TAPSCOTT, A. **Blockchain revolution**: como a tecnologia por trás do *bitcoin* está mudando o dinheiro, os negócios, o mundo. São Paulo: SENAI Editora, 2017.
- TOWNSEND, A. **Smart cities**: Big data, civic hackers and the quest for a new utopia. New York: Norton, 2013.
- ULRICH, F. **Bitcoin**: a moeda na era digital. São Paulo: Mises, 2014.

CAPÍTULO 6

MULHER E POLÍTICA NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: AS PIONEIRAS

Danielle Borges Pereira
Irajayna de Sousa Lage Lobão
Jéssica Glienke David

Introdução

À luz das transformações políticas, culturais e ideológicas ocorridas celeremente no Século XX, compreende-se que o conhecimento da história de uma profissão que se faz oportuno, fornece condições para a compreensão do significado de seu desenvolvimento. Dessa maneira, entender que a Biblioteconomia é uma profissão majoritariamente feminina, mas, no entanto, tem incensado, sobretudo, homens em seu percurso, elucida muito a respeito de como se dão as relações de poder em nossa sociedade ainda contemporaneamente.

Frisa-se nesse ponto que o entendimento aqui de desigualdade de gênero não é encarado como natural no processo de construção das identidades. As relações de gênero são mecanismos de opressão não biologicamente determinados, mas construídos socioculturalmente e reproduzidas cotidianamente a partir dos processos de naturalização dos comportamentos, inferiorizando e desqualificando a condição feminina. Essa desqualificação não acontece só no âmbito privado, mas também na esfera pública e, sobretudo no mundo do trabalho.

Silva (2012) aponta que a Biblioteconomia está inserida nas áreas de conhecimento das humanidades e das ciências sociais aplicadas, desse modo, possui laços com o social o que incide no contexto político, visto que as relações sociais são designadas por processos e atividades políticas, e a política é o resultado da atividade dos próprios homens vivendo em sociedade.

Assim sendo, pretendemos por meio desse capítulo fechar essa lacuna destacando as contribuições de mulheres ímpares que deixaram grande legado na história da Biblioteconomia brasileira através de seu fazer político por meio das biografias de Lenyra Camargo Fraccaroli, Etelvina Lima e Laura Garcia Moreno Russo. Resgatando as

contribuições dessas mulheres avaliadas como precursoras, politicamente atuantes, e enfatizando as histórias de vida que orientaram seu fazer profissional retrçando os momentos já consagrados pela historiografia dominante.

Lenyra Camargo Fraccaroli

Lenyra de Arruda Camargo nasceu em 21 de Abril de 1908, em Rio Claro, no interior de São Paulo. Filha de Leonor Rodrigues Torres e Francisco Arruda Camargo. O ano de nascimento de Lenyra segundo Pasquim (2017) possui algumas divergências, em vários *sites* pela internet se é encontrado seu ano de nascimento como 1906, porém de acordo com Mello (1954 apud PASQUIM, 2017) e Coelho (1983 apud PASQUIM, 2017) seu ano de nascimento é de 1908, assim como Pasquim decidimos manter o ano de 1908 por ser possivelmente o ano de nascimento informado pela própria Lenyra.

Em sua cidade natal passou toda sua infância, onde iniciou seus estudos e possivelmente seu interesse pelos livros e pela leitura, não há registros sobre sua adolescência, os dados mais próximos são os de seu casamento com Raul João Fraccaroli do qual obteve sua mudança de nome para Lenyra Camargo Fraccaroli e teve uma filha chamada Dulce antes de 1928, quando se mudou para capital de São Paulo. (PASQUIM, 2017).

Após sua mudança para a capital de São Paulo, Lenyra iniciou seus estudos na Escola Normal de São Paulo, na qual passou os anos de 1928 a 1932, ano de sua formação. Segundo Pasquim (2017) no acervo iconográfico de “Lenyra Fraccaroli”, localizado na Biblioteca Infantil “Monteiro Lobato”, em São Paulo, constam informações sobre seu desempenho no período em que estudou na instituição, Lenyra se destacava principalmente nas disciplinas de pedagogia, psicologia e didática, onde também participou das atividades que levaram a organização e fundação da Biblioteca Infantil da Escola Normal de São Paulo, fatores que provavelmente lhe deram formação para Lenyra ser conhecida até hoje como a bibliotecária que lutou a favor do incentivo à leitura para crianças e jovens e na criação de bibliotecas infanto-juvenis.

Em 1932, após sua formação como professora, Lenyra participa e presta serviços para as causas da Revolução Constitucionalista, que foi

um movimento cívico-político-militar organizado em diversos lugares do Brasil inteiro, do qual seu principal objetivo era contra o governo de Getúlio Vargas. (PASQUIM, 2017).

Na Escola Caetano de Campos, Lenyra se forma em Administração no ano de 1933. Devido às dificuldades da formação do magistério para as mulheres nesse período histórico, no tempo em que passou pela Escola Caetano de Campos se dedicou inicialmente a criação de uma biblioteca escolar da qual anos depois resultou na “[...] Biblioteca Infantil do Instituto de Educação “Caetano de Campos” (SP [...]” (PASQUIM, 2017, p.54).

De junho a agosto de 1933, Lenyra fez estágio na Biblioteca Francisco de Paula Ribeiro exercendo funções como professora e bibliotecária e em 1935 foi nomeada como Inspetora de ensino do Instituto de Educação Caetano de Campos, nesse mesmo ano Lenyra foi convidada a organizar e dirigir a Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo decorrendo de sua formação como professora e seu conhecimento nas práticas de organização de bibliotecas. Em 1955 a Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo passou a ser renomeada de Biblioteca Infantil “Monteiro Lobato”, da qual Fraccaroli idealizou em conjunto com o escritor José Bento Monteiro Lobato e foi diretora entre 1936 a 1961. (PASQUIM, 2017).

Conforme Pasquim (2017, p.55) é com esse convite de organizar e dirigir uma biblioteca infantil que Lenyra “[...] sistematiza um conjunto de práticas relativas à organização e ao funcionamento de bibliotecas infantis, em especial no desenvolvimento de atividades de promoção à leitura e formação cultural de crianças”

Mesmo que Lenyra já exercia a função de bibliotecária desde 1936 na Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo, como já citado, sua formação em Biblioteconomia ocorreu entre 1938 a 1940 na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. A partir de então a educadora e bibliotecária Fraccaroli contribuiu para o incentivo, orientação e divulgação da importância da criação de bibliotecas escolares e de acervos destinados a crianças e jovens nas práticas dos professores e bibliotecários (PASQUIM, 2017).

Ainda em seu ano de formação em Biblioteconomia (1940), Lenyra “[...] foi nomeada secretária da Associação Paulista de Bibliotecários (APB) e foi vice-presidente dessa Associação, entre 1952 e 1953” tendo como principal discurso sobre a importância da

profissionalização de bibliotecárias e bibliotecários, assim como sua atuação nas bibliotecas infantis e escolares (PASQUIM, 2017, p.57).

A APB teve grande importância para os bibliotecários e bibliotecárias não só de São Paulo, mas do País inteiro nesse período, pois além de levantarem discussões sobre temas relevantes da área, teve seu importante papel na regulamentação da profissão de bibliotecário no Brasil.

Após 5 anos (1945) na Biblioteca infantil Municipal de São Paulo, em conjunto com os funcionários da biblioteca, Lenyra organiza o 1º Congresso de Escritores Infantis, em São Paulo, tendo como objetivo o incentivo à leitura para crianças e jovens, conforme a própria Fraccaroli (1982 *apud* PASQUIM, 2017, p.57), durante o congresso foram debatidos pelos jovens diversos assuntos, com ênfase na “[...] literatura infantil e juvenil, os programas de rádio, a necessidade de bibliotecas para crianças na periferia de São Paulo e no interior, a situação brasileira no setor cultural, econômico e social e etc” (FRACCAROLI, 1982, p.109 *apud* PASQUIM, 2017, p.57).

A repercussão desse congresso foi tão positiva, que outras edições foram realizadas, respectivamente, nas seguintes cidades: Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, Recife/PE e Salvador/BA. (PASQUIM, 2017, p.57).

Uma das maiores preocupações de Fraccaroli, como bibliotecária, era a falta de integração de crianças e adolescentes nas bibliotecas, tendo como principal objetivo ao longo de sua carreira a criação de bibliotecas infantis e a agregação do maior número possível de crianças em ações, práticas e atividades que aconteciam nas bibliotecas. Foi seguindo esse seu objetivo que Lenyra inaugurou em 1947 a seção de Braille na Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo com o intuito de atingir e “[...] proporcionar às crianças com necessidades visuais um espaço de cultura e valorização da infância/da leitura/da cultura” (COELHO, 1983 *apud* PASQUIM, 2017, p.57).

A cada ano que se passa, Fraccaroli não deixa nenhum segundo de participar de reuniões e de incentivar os profissionais e demais pessoas à sua volta sobre a importância da leitura nas fases iniciais da vida do ser humano. Participou de uma reunião realizada no Rio de Janeiro, em 1948, tendo como objetivo a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Brasileira (SBPC), no ano seguinte (1949),

Lenyra iniciou a organização de um curso para os professores e substitutos de São Paulo a respeito da Biblioteconomia (PASQUIM, 2017).

Em 1950 obteve o cargo de chefia na Divisão de Bibliotecas Infante-Juvenis de São Paulo, fazendo com que suas ações até então praticadas a favor das bibliotecas, livros e leitores fosse amplamente maior, ainda representante dessa divisão nos anos de 1951 a 1960, Lenyra entrou como membro do Comitê Interamericano de Bibliotecas Infante-Juvenis para a América-Latina e em 1951 participou da comissão do Congresso sobre Bibliotecas Infantis, realizado em São Paulo, “[...] decorrente das ações propostas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com objetivo de elevar a formação cultural das crianças” (PASQUIM, 2017, p.58).

Em 1953, Lenyra elaborou e publicou o catálogo Bibliografia de literatura infantil em língua portuguesa, decorrente das diversas solicitações que recebia de professores e bibliotecários que necessitavam de orientação a respeito dos livros e das leituras a serem realizados para as crianças. O catálogo possui 1883 referências de livros editados no Brasil e em Portugal, entre os anos de 1945 a 1950, tendo lançado em 1995 uma segunda edição e um suplemento de referências em 1960 (PASQUIM, 2017).

No ano de 1956, a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo formou uma comissão responsável por emitir pareceres sobre revistas infantis brasileiras e dela participou Lenyra Fraccaroli. De acordo com Oliveira (2015), essa “Comissão Orientadora de Literatura infantil” objetivava debater sobre a literatura que poderia prejudicar a “mentalidade infantil” (PASQUIM, 2017, p.60).

Segundo Pasquim (2017), Lenyra realizou visitas em alguns países da América do Norte, como Canadá e suas cidades de Toronto, Quebec e Montreal, devido ao seu trabalho realizado na Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo, nesse percurso foi possível “[...] estabelecer um intercâmbio internacional quanto às inovações no campo da Biblioteconomia, o que contribuiu para o aprimoramento de

suas atividades profissionais” (ABLIJ, 1983, p.12 *apud* PASQUIM, 2017, p.60).

Devido às diversas participações de Lenyra Fraccaroli em eventos relacionados a educação, principalmente de crianças e adolescentes e o incentivo de seus envolvimento com as bibliotecas e até mesmo na formação de bibliotecas infanto-juvenis que eram mais voltadas para esse meio, a bibliotecária começou a ser conhecida como representante dos direitos da criança, sendo até mesmo convidada, em 1958, a participar da chapa de deputados do partido União Democrática Nacional (UDN), do qual recusou (ABLIJ, 1983, p.13 *apud* PASQUIM, 2017). Conforme Pasquim (2017) essa recusa de filiação ao partido de caráter conservador e elitista deve-se ao fato de não possuir interesse na carreira legislativa ou se envolver com políticas partidárias.

No Ano de 1961 surge a Lei Estadual nº. 3321, de 29/12/55, com finalidade de autorizar e estabelecer convênios no estado de São Paulo com os seus municípios na criação e manutenção de bibliotecas infantis, segundo Pasquim (2017) foi por meio dessa lei que Lenyra percorreu o interior de São Paulo para verificar a possibilidade da criação de outras bibliotecas infantis.

Nesse mesmo ano, em 27 de janeiro de 1961, Lenyra Fraccaroli se aposentou do seu cargo de chefia na Biblioteca Infantil Municipal e da Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis, mas não parou de participar dos eventos, de publicar a respeito das bibliotecas infantis e muito menos de viajar para os estados do Brasil e até mesmo de fora do país para prover a leitura e literatura infanto-juvenil, além disso Lenyra começou a ministrar cursos e palestras nos eventos relacionados a leitura, crianças e bibliotecas (PASQUIM, 2017).

Decorrente do seu trabalho de vários anos, Lenyra foi eleita representante da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) em 1971, além de ser convidada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para dar orientações a respeito de assuntos relacionados a bibliotecas infantis e escolares. Em 1975, foi nomeada sócia-fundadora e conselheira do Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil (CELIJU), e nesse mesmo ano, também foi nomeada vice-presidente da Colmeia, Instituição a serviço da juventude, no ano seguinte (1976), Lenyra começou a ministrar aulas de Biblioteconomia no curso promovido pelo Serviço Social de Indústria (SESI) em São Paulo

e viajou para Florianópolis, em Santa Catarina, para ministrar o curso de Literatura Infantil (PASQUIM, 2017).

Conforme pesquisas realizadas por Pasquim (2017, p.69) foi possível recolher dados a respeito das condecorações recebidas por Lenyra Fraccaroli, da qual recebeu 37 condecorações, incluindo “[...] medalhas, homenagens, prêmios e títulos recebidos entre as Décadas de 1951 e 1984, abaixo relacionadas”. Ainda a partir das pesquisas realizadas por Pasquim (2017), dessa vez a respeito da bibliografia de Lenyra entre os anos de 1930 a 1986, possui 67 publicações fazendo com que esses fatores contribuíssem para sua atuação profissional e seu reconhecimento até os dias de hoje.

Em 17 de janeiro de 1991, tivemos a grande perda de Lenyra Camargo Fraccaroli que faleceu no estado de São Paulo. Em toda a sua carreira e o desenvolvimento do seu trabalho a fim de promover a criação de bibliotecas infantis com o intuito de incentivar as crianças e adolescentes a participarem das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas e na contribuição da formação cultural das crianças e dos jovens brasileiras, sendo reconhecida ainda em vida pelos diversos convites e prêmios recebidos, e nos incentivando até os dias de hoje na prática e envolvimento político de assuntos relacionados a Biblioteconomia, objetivando alavancar a profissão, trazendo reconhecimento para os profissionais que tanto lutam pela disseminação da informação e o incentivo à leitura e literatura.

Etelvina Lima

No dia 15 de fevereiro de 1919, em Belo Horizonte, nasceu a filha de um fiscal de rendas, Seu Miguel Lima e uma ex-professora primária, Dona Etelvina Vianna Lima. Cada um deu um pedaço de seu nome à mais nova filha: Etelvina Lima. Ela foi a penúltima dos seis filhos que nasceram e, precocemente, perdeu seu pai aos nove anos de idade. (SOUZA, 2000).

Após a morte do marido, Dona Etelvina precisou voltar a exercer sua profissão como professora primária. Porém, sua idade avançada a mantinha em constante estado frágil. Aos treze anos, Etelvina começou a trabalhar como professora substituta de sua mãe, quando a mesma se encontrava doente. De acordo com Souza (2000),

a diretora da escola permitia que isto acontecesse por conta do nome idêntico de mãe e filha.

Em 1937, quando Dona Etelvina por fim se aposentou, a mesma insistiu que a filha – já com quase dezoito anos na época - substituísse permanentemente sua vaga na escola. Porém, lecionar não estava nos planos de Etelvina para o futuro, e esta recusou a oferta, para a decepção de sua mãe.

No entanto, Dona Etelvina não desistiu de ver sua filha em um emprego estável e com sua insistência, Etelvina prestou concurso público para vaga de ‘Prestante’ na prefeitura de Belo Horizonte, classificando-se em 12º lugar. Durante quatro anos ocupou o cargo, exercendo atividades burocráticas. Uma das atividades executadas por Etelvina era a de datilografar documentos – documentos estes levados por José Guimarães Menegale, o diretor da Biblioteca Pública Municipal (SOUZA, 2000).

Quando José foi promovido, assumindo o Departamento de Educação e Cultura, Etelvina foi junto para trabalhar com ele, atuando no Setor de Biblioteca Pública. Apesar de não ser bibliotecária ainda na época, seu serviço lá foi o primeiro passo em sua trajetória como uma força política na área biblioteconômica do Brasil.

Etelvina foi a primeira candidata a ser indicada no curso de Biblioteconomia do Colégio Mackenzie em São Paulo e, por meio de uma bolsa de estudos cedida pela Fundação Rockefeller, iniciou sua formação de bibliotecária em 1944.

De acordo com Fiuza (2000, p.39), o diretor do Colégio, Prof. Rubens Borba de Moraes, escreveu uma carta a José Guimarães Menegale, o antigo chefe de Etelvina:

Etelvina Lima revelou-se uma das melhores alunas do curso. É uma moça de notável capacidade. Os professores são unânimes em elogiá-la. Ela volta para Belo Horizonte perfeitamente habilitada a fazer qualquer serviço de biblioteca. Pode confiar a ela, sem susto, a chefia de qualquer secção.

Diante dos futuros feitos de Etelvina, os elogios do Prof. Rubens não foram descomedidos. Porém, apesar de voltar habilitada para Belo Horizonte, a cidade havia mudado. Com o término da ditadura de Getúlio Vargas, conseqüentemente o prefeito indicado por ele para atuar na cidade (Juscelino Kubitschek), deixou seu cargo. O prefeito que

o substituiu não cumpriu com promessas feitas por Juscelino, deixando o prédio da Biblioteca Pública, onde Etelvina trabalharia, ser devolvido à Câmara dos Vereadores. (SOUZA, 2000).

Ainda segundo Souza (2000), em 1949 seu irmão lhe conseguiu a vaga de Assistente Técnico Regional no INL (Instituto Nacional do Livro), onde, realizando funções inerentes ao cargo, Etelvina conheceu o Secretário de Educação do Estado, Abnard Renault, a quem se apresentou e informou-lhe de seu desejo em trabalhar na área da Biblioteconomia. Logo depois, foi convidada para uma entrevista na Secretaria da Educação, onde saiu com uma nova função: dar aulas em um curso de especialização para a formação de professores bibliotecários.

Em 1950, já mantinha o título de Diretora e Professora do curso de Biblioteconomia do INL, que posteriormente tornou-se a Escola de Biblioteconomia da UFMG, uma vitória para Etelvina, que desejou durante muito tempo a integração do curso à Universidade. Segundo Fiuza (2000, p.41), Etelvina argumentou em entrevista publicada pelo Estado de Minas:

É interessante assinalar que falta ao povo, e, notadamente, aos estudantes, uma certa consciência do que lhes é devido pelos poderes públicos nesse setor (bibliotecas). Os institutos de nossas Universidades, por exemplo, têm, todos, boas verbas para suas bibliotecas e não oferecem, via de regra, serviço bibliotecário eficiente. Entretanto, professores e alunos não se apercebem do fato, pelo menos, continuam comprando, particularmente, os livros e periódicos que as bibliotecas não lhes oferecem. A exemplo do que se faz em outros estados onde há Escolas de Biblioteconomia, a UFMG deveria interessar-se pela Escola de Biblioteconomia, uma vez que necessita de bons profissionais para suas bibliotecas.

De acordo com Fiuza (2000), foi graças à Etelvina que Belo Horizonte recebeu sua primeira experiência com a biblioteca móvel, que possuía como objetivo prover a distribuição de livros a funcionários das fábricas locais, por meio de uma caminhonete. Este esforço prova claramente sua dedicação à disseminação do conhecimento,

entendendo, desde aquela época, a importância de levar o livro ao seu leitor.

Souza (2000) relata que durante os anos de 1953 e 1954, Etelvina trabalhou no Serviço Social da Indústria (SESI) do Paraná, onde implantou o Curso de Biblioteconomia. Foi durante seu trabalho lá que percebeu a necessidade de uma divergência na formação do bibliotecário brasileiro com a do bibliotecário europeu, ou estadunidense. Os bibliotecários dos outros países entrariam em um sistema biblioteconômico já existente, com uma cultura atenta à importância das bibliotecas, diferentemente do Brasil, que estava em seus primeiros passos para o estabelecimento das mesmas na sociedade.

Com sua influência, foram adicionadas ao currículo do curso as seguintes disciplinas: Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, e Introdução aos Estudos Sociais, que foram introduzidas em 1962 ao Currículo Mínimo de Biblioteconomia pelo Parecer nº 362, do Conselho Federal de Educação, e ainda se encontram presentes nos currículos dos cursos de Biblioteconomia atuais (SOUZA, 2000).

Com algumas exceções (um ano trabalhando como Secretária Executiva do Curso de Biblioteconomia da recém-criada Universidade de Brasília, e posteriormente um ano na função de *Visiting Lecturer* no *Queens College* da *City University of New York*, nos Estados Unidos), Etelvina trabalhou como professora na UFMG até sua aposentadoria – um contraste interessante com sua falta de interesse em lecionar, na juventude.

A participação de Etelvina Lima no início do cenário biblioteconômico no Brasil foi fundamental para a evolução da área. Suas ações configuraram a característica do ensino de Biblioteconomia no País e como mulher, superou as expectativas do seu tempo não apenas com uma carreira de sucesso, mas com o que a levou ao sucesso: sua determinação e confiança na Biblioteconomia, propiciada pela sua mente perspicaz e habilidade política.

Laura García Moreno Russo

A Biblioteconomia era, até 1960, considerada uma profissão de nível médio, para que a área recebesse o prestígio delegado às profissões de nível superior, foi necessário um grande empenho

empreendido. Nesse contexto, uma figura de liderança se destacou: Laura Garcia Moreno Russo, uma das pioneiras na luta em prol de políticas de alicerce para o campo.

Natural do Rio de Janeiro, onde nasceu no ano de 1915, Laura Russo, cursou Biblioteconomia entre os anos de 1941 a 1942 na Escola de Sociologia e Ciência Política de São Paulo. Durante o período de 1942 a 1959 trabalhou exercendo o cargo de bibliotecária na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, e no Ministério do trabalho de São Paulo. Dessa maneira, no Ano de 1944 foi empossada Bibliotecária-chefe, do Ministério do Trabalho e em 1947 recebeu o prêmio da Associação Paulista de Bibliotecários, pelo trabalho em bibliotecas hospitalares (LIMA; CORREDOR, 2016).

Entre os anos de 1950 a 1952 foi bibliotecária da Primeira Clínica Cirúrgica de Mulheres, da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Concomitante a isso, em 1951 foi responsável pela fundação da Biblioteca Circulante Professor Celestino Bourroul para pacientes da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (LIMA; CORREDOR, 2016).

No período referente aos anos de 1957 e 1958, Laura Russo cursou Biblioteconomia Superior na Biblioteca Nacional de Madrid, na Espanha, obtendo grau de mestre em Biblioteca e Arquivística. Durante esse período, representou os bibliotecários paulistas na 24ª Sessão Anual da Federação internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA), realizada na capital espanhola em 1957. Observou nessa época a estrutura e as atividades da IFLA, de forma a fundar mais tarde a Federação Brasileira de Bibliotecários (LIMA; CORREDOR, 2016).

Entre os Anos de 1957 a 1974 visitou bibliotecas e centros de documentação dos seguintes países: Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, México, Espanha, Portugal, França, Alemanha, Áustria, Itália, Suíça, Bélgica, Holanda, Escócia, Inglaterra e Marrocos. Foi eleita primeira presidente da Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo, órgão que ajuda a fundar (LIMA; CORREDOR, 2016).

A partir de 1958 iniciam os esforços em relação ao Governo Federal, para que a profissão de bibliotecário fosse incluída no quadro dos profissionais liberais e para que tivesse Conselho próprio. No ano de 1959 em apresentação da Plenária do II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, participa da elaboração de um Currículo Mínimo para os cursos de Biblioteconomia e da criação de registro dos diplomas de Biblioteconomia. Entre os anos de 1961 a 1974

é eleita primeira presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) (LIMA; CORREDOR, 2016).

Laura Russo, aparece nos anais da história da Biblioteconomia brasileira como uma figura chave para a regulamentação da profissão. Um aspecto interessante ressaltado por Brinquet de Lemos (2016) diz respeito, ao fato de os bibliotecários do Rio de Janeiro terem pouca interferência na regulamentação da profissão. Na época as palavras de ordem da Biblioteconomia e dos bibliotecários de São Paulo versavam sobre a regulamentação profissional. Apesar, de existir no Rio de Janeiro, desde 1949 a Associação Brasileira de Bibliotecários (ABB) e que a Câmara dos Deputados continuaria funcionando no Rio até abril de 1960, lembrando ainda que o staff de bibliotecários cariocas contava no período com Lídia Sambaqui, Edson Nery da Fonseca, Adélia Leite Coelho, entre outros nomes importantes para a área, ainda assim, nem os paulistas solicitaram auxílio e nem os cariocas lhes ofertaram (LEMOS, 2016; CASTRO, 2000).

Pode-se especular que talvez isso refletisse antigas picuinhas entre bibliotecários do Rio de Janeiro, a capital do País, e de São Paulo, a metrópole orgulhosa de seu quarto centenário, embalada ao som do slogan de que era a cidade onde se construía um prédio a cada 50 minutos, com uma biblioteca pública municipal modelar, e a veleidade de incorporar padrões de vida e costumes da modernidade norte-americana (LEMOS, 2016, p.30).

Em junho de 1962 é promulgada a lei 4084 regulamentando o exercício da profissão de bibliotecário e sua formação.

A "vez do bibliotecário" só chegou em 1962, depois que o projeto de lei tramitou por várias instâncias federais. De acordo com relato de Mattos, o documento que resultou no projeto de lei, e "a posteriori" na própria lei, fora elaborado "exclusivamente" por Laura Russo [...] (CASTRO, 2000, p.160).

É também de sua responsabilidade primeira versão do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, que foi aprovada por ocasião do

IV CBBB, em 1963, sob a responsabilidade da FEBAB. Em 1966, passa para o âmbito do CFB, assumindo desde então o *status* de lei. A partir disso, esse instrumento vem sendo alvo de estudos e atualizações, que acompanham as mudanças pelas quais passou a profissão (RUSSO, 2010).

Em 1965 ela colabora nas eleições para a instalação do Conselho Federal de Biblioteconomia e outros dez Conselhos Regionais. Em 1966 publica o livro *A Biblioteconomia Brasileira: 1915-1965*. Em 1968 assume a direção da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo e é eleita Bibliotecária do Ano, em portaria do MEC (LIMA; CORREDOR, 2016).

Entre os Anos de 1968 a 1977 assume como primeira diretora da Divisão de Documentação (DAMU), da Prefeitura de São Paulo, órgão que ajudou a fundar, já em 1970 colabora no projeto de criação do Departamento Nacional de Bibliotecas e Arquivos e na reforma administrativa do Arquivo Nacional, assim como na reformulação da Biblioteca Nacional. Entre 1973 e 1977 editou a *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. E foi eleita mais uma vez para o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) entre 1981 e 1984, sendo esta sua última vez (LIMA; CORREDOR, 2016).

Ainda com toda essa prolífica carreira Laura Russo frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no período de 1971 a 1975 onde graduou-se em Direito. Seu falecimento ocorreu em 2001 aos 86 anos de idade.

Laura Russo recebeu inúmeros prêmios e homenagens em sua trajetória, como a placa de prata da Casa de Cervantes em São Paulo, a medalha da *Deutsche Staatsbibliothek*, de Berlim, a placa de prata, da Associação Paulista de Bibliotecários, pelo trabalho desenvolvido para regulamentar a lei 4084/62, a homenagem na denominação de “Laura Russo” ao Centro de Estudos das Faculdades Integradas Teresa D’Ávila, de Santo André, além do diploma e medalha, conferidos pela Biblioteca Nacional, pelos serviços prestados ao livro e à cultura nacional. Por fim no ano de 1998 foi criado pelo Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo o Prêmio Laura Russo, para divulgar a profissão e promover o reconhecimento de profissionais, estudantes e instituições que desenvolvem ações significativas ligadas à área da Biblioteconomia (CORDERO, 2010).

Considerações Finais

Após o relato biográfico dessas três mulheres que vivenciaram a Biblioteconomia no Século XX, se torna cada vez mais visível a importância de Lenyra Camargo Fraccaroli, Etelvina Lima e Laura Garcia Moreno Russo para a área. Mesmo sendo no século passado, onde havia ainda mais dificuldades a serem enfrentadas pelas mulheres do que nos dias de hoje, foram essas pioneiras que lutaram, sem desistir por um segundo, independente dos preconceitos e das dificuldades encontradas em suas trajetórias, para que a Biblioteconomia fosse reconhecida e que toda uma sociedade fosse beneficiada com os recursos que essa área poderia lhes trazer.

Lenyra Camargo Fraccaroli foi bibliotecária e educadora, teve como propósito na vida construir bibliotecas escolares e bibliotecas infantis para que fosse cada vez mais incentivada a leitura de crianças e jovens, mostrando que é principalmente nessa fase que se adquire o gosto e prazer pela leitura e literatura, assim como a vontade de participar das ações nas bibliotecas, sendo incentivadora também das funções que acarretam aos professores (as) e bibliotecários (as) que devem trabalhar em conjunto para construir juntos adultos imponderáveis e críticos.

Etelvina Lima foi a bibliotecária que percebeu a divergência da formação e da atuação do bibliotecário no Brasil com relação aos outros países. Enquanto em outros países a profissão já estava bem estabelecida e tinha como ponto principal a importância das bibliotecas, em nosso País a profissão ainda estava no seu início, sendo necessário dar empoderamento para a área. Sendo assim, Etelvina teve como objetivo em sua carreira disponibilizar e disseminar a informação para todas as pessoas, independentemente de suas localizações, levando o acervo até o leitor, tornando-se uma personagem de grande importância para pensar na Biblioteconomia de modo diferente, de modo fora do modelo tradicional de biblioteca.

Laura Garcia Moreno Russo foi uma das bibliotecárias mais conhecidas e reconhecidas da atualidade, se tornou o alicerce da Biblioteconomia durante sua carreira, fundando a Federação Brasileira de Bibliotecários, lutando para o reconhecimento da profissão de bibliotecário e a posse de um Conselho próprio para a profissão, auxiliou na elaboração de um Currículo Mínimo para os cursos de

Biblioteconomia e na primeira versão do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, feitos que trouxeram muito valor e importância para a formação e atuação do bibliotecário. Por fim, para trazer o reconhecimento desses profissionais que Laura Russo tanto lutou para acontecer, foi criado o Prêmio Laura Russo.

Sendo por meio da pesquisa realizada a respeito da vida dessas grandes mulheres, seu trajeto durante suas vidas e seus feitos como bibliotecárias, que concluímos a sua importância não somente para a Biblioteconomia que conhecemos hoje, mas também na atuação política dessas profissionais da área que nos incentivam cada dia a participar efetivamente das questões políticas dessa área que muitas vezes é deixada de lado, tornando-se uma grande oportunidade e feito, relatamos esses acontecimentos nesse capítulo de livro.

Referências

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a Profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2 de julho de 1962.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FIUZA, Marysia Malheiros. Percorrendo o currículo de Etelvina Lima. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.5, n. esp., p.39-44, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/554/335>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

LEMONS, Antônio Agenor Brinquet de. **A regulamentação da profissão de bibliotecário**. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016.

LIMA, Drielli Almeida de; CORREDOR, Jefferson André de Jesus. **Perfil: Laura Garcia Moreno Russo**. 16 dez. 2016. Disponível em: <<https://pt.linkedin.com/pulse/perfil-laura-russo-jefferson-andr%C3%A9-de-jesus-corredor>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

PASQUIM, Franciele Ruiz. **Lenyra Camargo Fraccaroli (1908-1991) na história da literatura infantil brasileira**: contribuições de uma bibliotecária educadora. 2017. 194f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152400/pasquim_fr_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jan. 2018.

CORDERO, Valeria. Prêmio Paulista Laura Russo. **Infogente**, São Paulo, 14 abr. 2010. Disponível em: <<http://infogente-biblio.blogspot.com.br/2010/04/premio-paulista-laura-russo.html>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

SILVA, Patrícia Nunes da. **Organização social do conhecimento**: um estudo no contexto das universidades federais brasileiras. 2012. 144f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012.

SOUZA, Jourglade de Brito Benvindo. Uma mulher mineira: a construção de um ideal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.5, n.esp., p.25-37, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000006630/bcead663e77edad9a1878f72d7873ec7/>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

CAPÍTULO 7
O BIBLIOTECÁRIO NO NORTE DO
BRASIL: BREVE RELATO ACERCA DE AÇÕES E
ATUAÇÕES POLÍTICAS
Anderson Alberto Saldanha Tavares

É sempre complexo falar sobre política, existem muitas teorias e conceitos que envolvem esse termo, e é ainda mais difícil abordar a atuação política do bibliotecário, uma vez que não recebemos em termos acadêmicos, nenhuma formação para atuar politicamente.

Não pretendo aprofundar conceitos sobre política, mas buscarei expor práticas políticas dos bibliotecários e expor minha experiência política ao ocupar a Presidência do Conselho Regional de Biblioteconomia da 2ª Região (Pará-Amapá-Tocantins) de 2015 a 2017.

Desde o tempo em que cursava a universidade, tenho observado que é comum falar sobre política, assim como é normal falar sobre evolução da Biblioteconomia e o bibliotecário contemporâneo, e em todo caso, a teoria é significativamente diferente das práticas vividas. É muito fácil mencionar que o bibliotecário precisa atuar politicamente, e esta é uma realidade em toda a Região Norte do Brasil, onde falamos muito, mas na prática, pouco fizemos concretamente nos últimos anos, em comparação com o crescimento populacional e econômico da região.

É bom partilhar alguns dados na nossa região, para que todos entendam alguns desafios na região. O Norte do Brasil, a maior entre as cinco regiões - cobrindo 45,25% do território nacional, e de acordo com o IBGE, possuía quase 18 milhões de habitantes em 2017, sendo formada por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Suas maiores e principais cidades são Manaus-AM, Belém-PA, Ananindeua-PA e Porto Velho-RO. Atrelado a isso, temos o que chamamos de "Fator Amazônico", um conjunto de características especificadas da região, que no geral, dificultam o acesso e a integração dos municípios, características como, clima, muitas florestas, muitas ilhas e distancias continentais entre as cidades, e ainda, uma diversidade cultural, econômica e étnica fantástica. Para exemplificar, uma realidade vivida em nossa região, é a dificuldade de deslocamento entre as localidades, às vezes, para irmos ao município de Afuá-PA,

temos que partir de avião de Belém rumo a Macapá-AP, e de lá, ir de barco para Afuá. Em algumas cidades, partindo de capitais, é necessário percorrer quilômetros de avião, depois quilômetros de barco e ainda mais uns quilômetros de carro ou moto para podermos chegar. O que dificulta muito mobilizações e ações políticas e até mesmo a abertura de bibliotecas e contratações de bibliotecários para essas muitas localidades de difícil acesso.

A atuação política dos bibliotecários deveria florescer após a inserção destes nas universidades, digamos que, o primeiro contato ocorreria através do centro acadêmico, que instigam a participação política dos discentes em prol de seus direitos na universidade, mas a maioria de fato toma consciência da necessidade de atuação política, e não apenas de observar uma política governamental, quando os mesmos conquistam seu diploma e estão aptos a exercerem a profissão, momento em que é necessário adquirir o registro profissional, que o obriga a conhecer a legislação biblioteconômica, e a adotar um comportamento participativo na instituição onde irá trabalhar.

Apesar de uma grande atuação política nas Décadas de 1970, 1980 e 1990. Nas últimas décadas vimos uma decaída no movimento associativo na Região Norte, existindo registros de apenas duas (2) associações de bibliotecários, uma no Estado do Amazonas e outra no Estado do Pará, o mesmo vale para os Conselhos Regionais de Biblioteconomia, havendo o CRB-2 em Belém-PA, e o CRB-11 em Manaus-AM. Com muita alegria, posso citar o caso da Associação Paraense de bibliotecários - ASPABI, que depois de décadas de atuação, foi "fechada" em 2008, com o objetivo de transformar sua estrutura no sindicato de bibliotecários. Todavia, os bibliotecários ainda não entenderam que Política não é apenas uma ciência, nem apenas especificamente uma pessoa com poder para nos representar em alguma instância de governo ou setor privado. Precisamos visualizar a política do ponto de vista prático, como uma atividade desenvolvida em sociedade, algo que faz parte diariamente a todo instante das nossas vidas, buscando nossos interesses sejam individuais ou coletivos. O bibliotecário precisa perceber que ele deve ter iniciativa para buscar seus interesses e ao mesmo tempo, buscar também os interesses de sua classe. Apesar da "criação" do sindicato de bibliotecários, a maioria dos bibliotecários não frequentaram as assembleias e nem contribuíram com as cotas de sócio fundador, motivo que enfraqueceu o grupo que

buscava legalizar o referido sindicato, e que até hoje ainda não conseguiu a referida regularização.

Entendo que, no que tange compreensão do que seja a política, penso que de um lado e em sentido amplo todos os homens fazem ou realizam diariamente a política dos seus interesses, e por outro, e em sentido restrito, os políticos exercem os poderes instituídos a eles, com vista a realizar os fins para os quais a sociedade os elegeu.

Em 2012, assumi o cargo de conselheiro suplente no CRB-2, a fim de conhecer melhor o conselho e verificar o porquê dos profissionais que conhecia questionarem tanto a atuação do regional. Somente a partir disso, pude observar como se constitui o movimento associativo e como os bibliotecários atuam de verdade em nossa região. Para uma minoria, que começa a se envolver com política na faculdade, nos centros acadêmicos e demais ações dos movimentos estudantis, é nítido que, depois de formados, estes se tornam bibliotecários bem mais atuantes politicamente.

De pouco em pouco, passei a conhecer a estrutura administrativa do CRB-2 e sua forma de atuar junto a profissionais, universidades, órgãos e instituições da região, e o quanto pesava a imagem de ser conselheiro. Enquanto conselheiro, vivenciei consciente, a política enquanto sentido restrito, representando uma classe de profissionais.

Em 2015 quando assumi a presidência do CRB-2, já com mais experiência e maturidade para conduzir a gestão e tomar decisões. Pude conhecer vários estados da Região Norte e continuar a conversar com profissionais e instituições de todos os estados do Norte, e em geral, é muito pequena a atuação política consciente dos bibliotecários na Região Norte, digo consciente, pois a maioria vivencia a política no seu dia a dia, enquanto atividade de busca individual, sem perceber que está atuando politicamente. De maneira consciente, apenas uma minoria organizada por meio das associações, "sindicatos" e conselhos, que exercem a política de forma restrita tenta promover, difundir e defender os interesses da Biblioteconomia e dos bibliotecários. Certa vez, numa conversa com uma das fiscais do CRB-2 na época, Eliane Martins, a mesma me disse que Um meio legal para se evidenciar a prática e atuação política dos bibliotecários, seria justamente através das vivências efetivadas durante as fiscalizações realizadas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), pois é através do

processo fiscalizatório que o fiscal provido do seu conhecimento sobre a legislação reconhece o estado participativo dos bibliotecários sobre a política da classe. Para ser mais específico, a atitude de alguns profissionais ao reconhecerem o papel do Conselho e de outras entidades classistas, é algo totalmente positivo, diferentemente da atitude de determinados profissionais que são céticos e demonstram total desconhecimento sobre o papel das entidades de classe, perdendo a oportunidade de engajar-se no movimento político da classe que também é promovido neste caso.

Nos estados do Norte, a atuação política dos bibliotecários pode ser medida através da participação nos Sindicatos e nas Associações e principalmente através do Conselho Regional de Biblioteconomia. Os meios tecnológicos também ampliaram os limites das atuações dos bibliotecários, incluindo aqueles que se encontram mais distantes dos centros urbanos, isto é, a participação política ocorre através das redes sociais, que promovendo diálogos políticos com bibliotecários de outras cidades tanto do mesmo estado onde vivem quanto de outras regiões do País.

Observo que a atuação política da classe mudou nos últimos anos, seja porque estreitou-se a relação da política no contexto geral do País ou seja por haver a necessidade de se conhecer as políticas que norteiam a profissão. No início de 2015, o prefeito de Belém-PA, Senhor Zenaldo Coutinho, propôs um projeto de Lei que previa a extinção de cargos integrantes do quadro de provimento efetivo da Administração Municipal. O motivo alegado era a racionalização do uso dos recursos públicos, segundo o texto do Projeto de Lei. Além de extinguir cargos como o de agentes de serviços gerais, eletricista e fotógrafo, o PL ainda limita a quantidade de cargos do quadro efetivo do município, entre eles, o cargo de bibliotecário. O projeto determinava um número de 23 bibliotecários para o município de Belém, que considerando apenas as bibliotecas escolares, possuía 77 na ocasião, o que prejudicava a qualidade dos serviços prestados pelas bibliotecas e descumpria a Lei federal 4084/62 e a Lei federal 12244/2010. Naquele momento, o CRB-2, juntamente com outras entidades e principalmente estudantes de Biblioteconomia, protestaram firmemente na Câmara de Vereadores, buscando a não aprovação do referido projeto. Atos como este são frutos de uma organização e atuação política, mesmo que muitos nem percebam isso.

De modo rotineiro, os bibliotecários das universidades, buscam politicamente recursos e mais investimentos para suas bibliotecas universitárias, assim como os profissionais das bibliotecas públicas buscam para suas, e essa lógica se reflete nas bibliotecas escolares, comunitárias e de órgão públicos. Entretanto, de forma ampla e geral, fica concentrado nas entidades de classe esse papel de buscar recursos ou benefícios para a classe toda de profissionais, fato que pude experimentar fortemente estando no CRB-2 por 6 anos. Nesse tempo, avalei que várias instituições não respeitavam ou não valorizavam o conselho como deveriam, visto que ele não estava politicamente presente e visível para órgãos e instituições de sua jurisdição, fato que ocorria também com o CRB-11. Então em decisão conjunta do plenário do Regional, percebemos que era necessário opinar mais nas políticas públicas e representar a classe em outras instâncias deliberativas, ou ainda, se fazer presente por meio da fiscalização.

Se refletindo, é possível afirmar que política é governar, mas também defender interesses coletivos, decidimos usar principalmente a fiscalização profissional para isso. Criamos uma forte estratégia de fiscalização para que o maior número possível de instituições fosse visitado e autuado pela nossa fiscal, tornando visível a existência do CRB-2, gerando indiretamente vagas de emprego, e ao mesmo tempo cumprindo nossa missão de garantir profissionais de qualidade para nossa sociedade. Paralelamente, buscamos contato presencial e via ofício com governadores, prefeitos, vereadores, deputados e senadores de nossa jurisdição para divulgar as leis e normas que norteiam a Biblioteconomia e os bibliotecários. Tudo isso nos deu visibilidade e maior respeitabilidade, principalmente por parte das instituições que foram autuadas e passaram a dialogar conosco em busca de sanarem irregularidades, e ou simplesmente para se aperfeiçoarem dentro nas exigências legais, no que tange a atuação profissional dos bibliotecários.

Mobilizar a classe e governos ou instituições federais e estaduais como Universidade Federal do Tocantins-UFT, Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, Ministério Público do Amapá-MP-AP, Ministério Público do Pará-MP-PA, Assembleias legislativas dos Estados, foi uma das estratégias adotadas por nós nos meses de março, a fim de comemorar e divulgar a profissão de bibliotecário, atitude que gerou grandes resultados positivos, sendo dois deles, o contato entre

bibliotecários para troca de experiências entre si, e uma maior proximidade desses profissionais junto ao CRB-2.

De forma pessoal, partilho que não é fácil estar à frente das decisões de qualquer entidade de classe, é necessário ter bastante atenção e prudência em cada reunião, em cada análise situacional e em cada decisão. É preciso maturidade para dialogar com governos, líderes comunitários, reitores, representantes de instituições públicas e privadas para defender principalmente a contratação de bibliotecários e ou a qualificação dos mesmos. Percebi ao longo desses anos que a imagem do bibliotecário é frágil, quer seja pelas atividades muitas vezes desenvolvidas de forma fechada dentro dos seus locais de trabalho, ou em alguns casos devido a não terem firmeza para atuar politicamente. Muitas instituições acreditam que bibliotecários não sabem lidar com projetos de incentivo à leitura, que não são necessários em bibliotecas públicas e comunitárias, e ainda que pedagogos possam tomar conta de bibliotecas escolares e fazer o mesmo trabalho dos bibliotecários, fato absurdo, mas que pode ser resultado da falta de uma postura mais atuante de nossos profissionais. Todavia, também temos muitos profissionais visivelmente atuantes politicamente em suas instituições, que acabam por fazer parte de conselhos institucionais deliberativos, ou que simplesmente acabam captando recursos e executando seus projetos devido a possuírem articulação política.

Vejo que existe um obstáculo ao buscar uma atuação política coletiva. No Pará, nas assembleias puxadas pelo “sindicato de bibliotecários-SINBIB”, poucos profissionais comparecem, o mesmo vale para a ASPABI, isso enfraquece muito essas duas entidades que poderiam estar brigando por piso salarial e melhores condições de trabalho. O Conselho acaba sendo a entidade mais forte por possuí renda anual significativa e ter um corpo de conselheiros mais atuantes. Ao continuar decidindo os caminhos que o CRB-2 tomaria para atuar politicamente, buscamos estruturar o espaço físico do Conselho ao percebermos que não era possível uma entidade ser respeitada sem ter um espaço adequado que conquistasse respeitabilidade, tantos das autoridades que convidávamos para se reunir conosco, quanto as instituições que se faziam presentes em nossa sede, para participar dos julgamentos dos processos de atuação.

Por meio de uma articulação junto ao CFB, em junho de 2017, foi possível inaugurarmos a nova sede do CRB-2, que deu nova

aparência a todos os nossos atos e fez crescer o respeito que possuímos institucionalmente. Além disso, viajamos, organizamos eventos e participamos de ações em cidades de vários estados como o Amapá, Tocantins, Amazonas, Brasília, Ceará, São Paulo, etc. Buscamos frequentar ações e participar de audiências públicas, dialogar com secretarias de educação e cultura tanto estaduais quanto municipais, e ainda, eventos com os sistemas estaduais e municipais de bibliotecas públicas e escolares.

Também buscamos apresentar sugestões de propostas de lei e pedidos de alteração de leis existentes, além de propor mudanças em projetos de leis complementares que envolviam nossa área de atuação. Enviamos muitos e-mails e ligamos para Vereadores, Deputados Federais e Senadores, coisa que todos os bibliotecários poderiam fazer individualmente em busca dos interesses coletivos e ao mesmo tempo individuais. Essas práticas contribuem muito para o fortalecimento da profissão e do profissional em si. Posso citar vários projetos nos quais buscamos atuar e cobrar o andamento de seus processos tanto no congresso Nacional, quanto nas assembleias legislativas e câmaras municipais, posso citar alguns observados como o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2015 do Senador Cristovam Buarque, que Institui a Política Nacional de Bibliotecas, projeto importantíssimo, afinal, uma política Nacional de Bibliotecas, beneficiaria muito a Região Norte que é muito carente de bibliotecas, e cujas bibliotecas existentes na região, carecem de recursos e funcionam com estrutura precária no geral. Poucas são as bibliotecas que possuem recursos para oferecer serviços modernos e de qualidade. De acordo com as diretrizes da nova política estão a igualdade de acesso à biblioteca; a especificidade de serviços e materiais à disposição de usuários em atenção especial e a elevada qualidade das coleções.

Outro Projeto de Lei importante é o PL nº 15, de 2017 (nº 6.038/13 na Câmara dos Deputados), que "Regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Biblioteconomia", mesmo com vetos, ele acaba de ser sancionado pelo presidente da república, virando a Lei nº 13.601/2018, sendo um marco recente no crescimento profissional e financeiro na área de Biblioteconomia brasileira. Além disso, temos também a proposta do Deputado Federal, Veneziano Vital do Rêgo, de 2015, que Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas

de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU); Há também o Projeto de Lei 7455/2017 do Deputado, que foi apresentado em 20 de abril de 2017, projeto este, que altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que "Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país", para tornar obrigatória a presença de títulos de autores locais nas bibliotecas escolares, e este temos que ter cuidado pois altera uma lei importante e que pode dar brecha para que segmentos opostos à classe, tentem excluir pontos benéficos da lei na hora das alterações.

Uma ação política que muitas vezes gera bons resultados é pedir que deputados cobrem explicações ou ações do Poder Executivo, como podemos ver na Indicação 4089/2017 da Deputada Federal Pollyana Gama, apresentada em 31 de outubro de 2017 que sugere ao Ministério da Educação (MEC) que crie grupo de trabalho destinado a estabelecer parâmetros para as bibliotecas escolares do Brasil. E também, seu Requerimento de Informação - RIC 3253/2017 que solicita ao Ministro de Estado da Educação informações sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), concernente ao envio de livros de literatura para bibliotecas de escolas públicas. Essas ações acabam obrigando o Poder Executivo a tomar providências em vários aspectos.

O Projeto de Lei 1529/2011 de autoria do Deputado Federal, que propõe alterar a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para dispor sobre a criação do Vale-Livro. E ainda o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2016, da Senadora Regina Sousa, que altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Deste modo, o projeto determina que cada sala de aula de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental deve contar com acervo de livros paradidáticos e de literatura infantil "para uso intensivo dos professores e estudantes que a frequentam, devidamente catalogado e controlado pelo responsável pela biblioteca escolar.

Projetos como estes são frutos de ações políticas baseadas nos anseios de profissionais, empresários e da população no geral, que solicitam ou cobram atitudes dos Políticos eleitos para seus mandatos como representantes do povo. Os bibliotecários são eleitores e possuem todo direito de cobrar projetos que de forma coletiva

beneficiam toda a classe de bibliotecários, daí a importância de uma prática política que nos leve a votar em políticos que possam contribuir com nossas expectativas e de saber exigir ações dignas durante seu mandato. Isso nos leva a outro ponto importante, que é o receio que observo em muito bibliotecário de assumir suas “ideologias partidárias”. Acredito que esse receio de muitos bibliotecários em decidir que políticos ou partidos apoiar, se irá ou não se filiar a um determinado partido, ou se apoiará ou não projetos benéficos considerando apenas qual político apresentou o mesmo, acabam prejudicando toda a classe. É preciso sair de cima do muro e adotar uma atitude de lutar por tudo que beneficie os bibliotecários, mesmo que às vezes seja preciso uma aliança com grupos de ideologias distintas, mas com objetivos comuns.

No Norte, essa união é totalmente necessária por nossa região possuir menos recursos, grandes desigualdades sociais, menor número de bibliotecas por habitante, salários baixos em relação às demais regiões, e um grande grau de exclusão informacional. Apesar disso, uma minoria de bibliotecários, que está à frente da maioria das ações políticas na Região Norte, tem tido bons resultados em suas atividades. Nessa perspectiva, também existem os projetos locais, neste caso, podemos acompanhar uma ação política no Estado do Pará, onde para garantir maior conforto às mães e aos filhos pequenos que realizam tratamento médico em unidades pediátricas, os deputados paraenses aprovaram em outubro de 2017, durante Sessão Ordinária, o Projeto de Lei 53/2016, que dispõe sobre a instalação de brinquedoteca nas unidades de saúde estaduais que mantenham atendimento pediátrico em regime de internamento ou ambulatorial, a fim de implantar um espaço que estimule o desenvolvimento e a diversão das crianças, e a instalação de equipamentos educativos e lúdicos que auxiliem no tratamento e recuperação de crianças e adolescentes, considerando que é possível observar que atividades lúdicas ajudam na recuperação de crianças em tratamento. E ainda, foi aprovado o Projeto Indicativo 52/2016, de autoria do deputado Carlos Bordalo, que sugere ao Poder Executivo, a criação de uma biblioteca virtual, no âmbito do Estado do Pará.

Ações políticas como o Projeto TÔ NA REDE, que é uma parceria do Instituto de Políticas Relacionais com a Fundação Bill e Melinda Gates, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e governos locais para

melhorar o engajamento das bibliotecas públicas com a sua comunidade, objetivando fomentar uma rede de conhecimento, leitura e informação por onde passamos e, desse modo, potencializar o papel das bibliotecas públicas dentro de seus municípios. Por meio desse projeto, que teve o Pará como local do pontapé inicial concreto, foram mapeadas as bibliotecas públicas de todo o estado, ação possível graças à articulação política de profissionais do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Fundação Cultural do Pará, bibliotecários e instituições locais.

Essas ações, reafirmando ser resultado de nossos anseios pessoais ou coletivos e muitas vezes do interesse pessoal do próprio político, em alguns casos requerem apoio popular por meio de audiências públicas ou abaixo-assinados, e no âmbito de atuação dos próprios políticos, acaba sendo necessária a busca de apoio político, que solicita a criação de mecanismos de convencimento de grupos muitas vezes antagônicos, e nesta situação, considerando o fragmentado sistema partidário brasileiro, esta é uma tarefa muito complicada, o que nos leva à “política da boa vizinhança”, como ocorre em casos nacionais como o da reforma tributária, a qual está contida no sistema tributário brasileiro que na minha concepção é um dos mais prejudiciais da América Latina, se comparando com os benefícios que deveriam proporcionar ao povo em retorno aos tributos pagos. E ainda posso citar as desonerações fiscais como importantes, que já não fazem mais tanto efeito. Trazendo esse exemplo para nossa rotina à frente do CRB-2, vejo que muitas vezes fazíamos o mesmo ao não aplicar multas buscando simplesmente a contratação de bibliotecários qualificados por meio de diálogo que “criasse” simpatia das instituições pela classe bibliotecária, e em alguns casos, buscando aplicar multas padronizadas que não traziam financeiramente o retorno do que foi necessário gastar para fiscalizar as infrações denunciadas.

Foi preciso perceber isso, para então tomar atitudes renovadas, como ser firme na exposição de razões a fim de conseguir apoio do Plenário do CRB-2 para a aplicação de multas condizentes com as infrações cometidas, considerando as leis e normas vigentes como prioridade para exigir o cumprimento do exercício da profissão de bibliotecário, e isto, trouxe muito mais benefícios do que tentar apenas a política educativa. Na nossa realidade, aplicação de multas previstas em leis, foi uma prática que mais trouxe bons resultados, no que tange

a garantir profissionais nos locais com demandas de atribuições privativas de bibliotecários. Todavia, nunca quis resumir nossa atuação política apenas em garantir contratações de bibliotecários, sempre buscamos uma política de promoção da imagem dos bibliotecários perante a sociedade.

No Norte do Brasil, a maioria da população não sabe da existência ou não reconhece a profissão de bibliotecário, mesmo ela sendo reconhecida por lei há mais de 50 anos. De quem seria a culpa deste fato? É difícil apontar quem seria responsável por esse desconhecimento ou desvalorização dos bibliotecários. Historicamente nossa profissão tem contribuído para a preservação da memória local, além do desenvolvimento social, cultural e intelectual na região, entretanto, em municípios como Laranjal do Jari-AP, Humaitá-AM, Boa Vista-RR, Gurupi-TO, Breves-PA entre tantos outros, é normal acharem que o Bibliotecário, é qualquer pessoa de nível fundamental que esteja trabalhando dentro de uma biblioteca qualquer.

Talvez, a nossa não atuação política constante, tenha sufocado a imagem de nossos profissionais. Muitas vezes observo atitudes apáticas e passivas de bibliotecários, que em algumas vezes, possuem até vergonha de dizer que são formados em Biblioteconomia, algo contraditório em relações a outros colegas que tem orgulho em ser bibliotecários, e que contagiam as pessoas ao seu redor, criando fãs para os bibliotecários e simpatizantes da Biblioteconomia. Realmente não entendo como isso ocorre, se considerarmos que no Norte, existem apenas 3 faculdades de Biblioteconomia, e que a maioria dos profissionais da região são formados nas Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal do Amazonas. Pode ser que o Ensino da Biblioteconomia tenha relação direta com as práticas políticas dos profissionais formados, ao analisar a grade curricular dessas faculdades, nitidamente não observamos disciplinas que envolvam uma atuação política dos futuros profissionais, ficando a cargo da própria e espontânea individualidade uma potencial atuação política com fins coletivos.

Apenas a Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia, possui uma disciplina optativa de Políticas Públicas em sua grade curricular. Um fato curioso é que o próprio curso da Universidade Federal de Rondônia é um grande exemplo de atuação política, primeiro que ele foi criado pelo anseio da própria região e de

profissionais que atavam em Rondônia, sendo um dos mais novos no Brasil, criado em 2009, e em segundo pelo fato dele ter sido criado com o nome de Ciências da Informação, tendo ênfase em Biblioteconomia. Em pouco tempo, perceberam que o CRB-11, não aceitara registrar os formados nesse curso, como se fossem bibliotecários, iniciando imediatamente uma grande luta política para mudar a nomenclatura do curso de Ciência da Informação para Biblioteconomia. Alguns universitários alegaram que poderiam até perder as vagas garantidas em concursos públicos se a nomenclatura não fosse modificada, sendo que em 2012 a UNIR, aprovou a mudança de nome, e apenas em 2013 o MEC aprovou a mudança. Conquista de atuação política.

Não podemos julgar sem uma pesquisa aprofundada, se seria ou não eficiente ter disciplinas nessa linha nas grades curriculares dos Cursos de Biblioteconomia, entretanto, posso crer que havendo, com certeza seria muito interessante diante de uma realidade em que respiramos política em tudo o que vivenciamos.

Mesmo pouco conhecido ou reconhecido pela sociedade, é fato que as maiores instituições públicas e ou privadas nos conhecem bem, e muitas valorizam nossa atuação. Em novembro de 2017 em Manaus-AM, o deputado Serafim Corrêa prestou homenagem ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), durante Sessão Especial no plenário da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM), sendo que por meio dessas ações, é que a sociedade passa a conhecer e valorizar o nosso trabalho. No Amapá, a Lei nº 1.907, de 24 de junho de 2015, Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação - PEE, para o decênio 2015-2025, e dá outras providências, nele várias ações fortalecem o espaço Biblioteca, plano que contou com o olhar de bibliotecários, e ainda, outro fruto da presença de bibliotecários, foi o Projeto de Lei nº 0003/2017 do Ministério Público do Estado do Amapá, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Ministério Público do Estado do Amapá e sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos seus servidores efetivos e cargos comissionados, que incluiu o cargo de bibliotecário em sua estrutura administrativa e prevê desenvolver ação articulada com os gestores municipais para captar recursos junto ao MEC e ao Ministério da Cultura (MINC), no sentido de construir, equipar e manter bibliotecas públicas nas sedes dos Municípios. Tais fatos contaram com o engajamento de bibliotecário que lutam politicamente para conseguir essas conquistas,

fatos que às vezes parecem simples, mas que contribuem muito para o desenvolvimento regional da profissão.

Já em Palmas, Tocantins, a Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015, aprovou o Plano decenal Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), que também prevê o fomento à estruturação de bibliotecas, melhorando o ambiente de trabalho dos bibliotecários e estimulando o acesso à informação. Além disso, a Lei nº 3.252, de 31 de julho de 2017, que dispõe sobre o Sistema de Cultura do Tocantins e criou o Sistema de Bibliotecas, Livro, Literatura do Tocantins - SBLL/TO, também contou com a participação de instituições e profissionais da área de Biblioteconomia.

De pouco em pouco essas práticas políticas vão produzindo bons resultados, fortalecendo nossa imagem e valorizando os profissionais bibliotecários, além de garantir direitos individuais.

Num determinado momento, enquanto Conselho Regional, decidimos trabalhar a política de acessibilidade, então aproveitamos para divulgar o Dia do Bibliotecário, promovendo em Palmas-TO, palestras e oficinas versando sobre acessibilidade, num evento aberto para a comunidade. Articulamos com palestrantes especialistas de São Paulo e Santa Catarina, para estarem em Palmas compartilhando suas experiências e conhecimento teórico e prático acerca de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. Atividades como esta foram organizadas em várias capitais da Região Norte, organizadas tanto pelo CRB-2, quanto pelo CRB-11.

Outras instituições e entidades também promoveram ações semelhantes nos últimos cinco anos, e mesmo assim, ainda precisamos fazer muito mais na busca pela acessibilidade e inclusão em bibliotecas públicas. Nessa linha, a Diretoria de Leitura e Informação da Fundação Cultural do Pará, promoveu a Semana do Braille, em novembro de 2017, com oficinas, palestras temáticas e torneio de dominó, e ainda promoveu uma Audiência Pública, onde as pessoas com deficiência visual e entidades de classe, profissionais e autoridades puderam ser ouvidas, e nesses atos é fundamental a representação política das áreas envolvidas.

É muito prazeroso atuar como representante de uma determinada classe, mas também é muito difícil atuar “politicamente” com algo que mexe com a vida em coletividade. Atuar na política em qualquer âmbito, ou ser político, requer trabalho e convivência com

muitos atores que possuem opiniões na maioria dos casos distintas da sua, o que naturalmente gera conflitos de poder, sendo talvez este "objeto de conquista", o maior obstáculo vivido por todos que atuam politicamente.

Tantos os ocupantes de cargos políticos, ou aqueles que praticam atos políticos, vivenciam esses conflitos de interesse e poder rotineiramente, seja em redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, ou *sites* de notícias e jornais de grande circulação entre outros meios. O que observo é que esses conflitos em muitos casos dificultam o alcance de ações que poderiam beneficiar muitos coletivamente. É muito comum observar brigas em grupos de *Whatsapp* na hora de decidir coletivamente um evento ou ato público, ou então de debater a escolha de uma atividade e tomada de decisão, percebo que vários colegas bibliotecários têm dificuldade de avaliar qual resultado de uma atuação política, beneficiaria o maior número de profissionais, sendo que muitos pensam apenas em seu círculo profissional em sua determinada cidade, e ao perceberem que suas ideias estão ficando de lado, preferem partir para conflitos verbais ou abandono da conversa, do que pensar coletivamente e aceitar que outra opinião seja mais benéfica para todos.

O que me deixa contente e alimenta minha esperança, é ver que mesmo com esses casos, muitas ações conseguem ser executadas e tem grandes efeitos. Recordo-me agora da Associação Paraense de Bibliotecários, que esteve "desativada" desde 2008, e que por meio da coragem de poucos, foi convocada uma assembleia geral de profissionais, e mesmo com a presença de poucos, foi reativada a Associação. O CRB-2 convidou, na época, a ASPABI para compartilhar espaço em seu *stand* na Feira Pan-Amazônica do Livro, no início de 2017, oportunidade onde a ASPABI pode "renascer" visualmente para a classe. Essas parcerias entre entidades de classe são fundamentais para o fortalecimento da atuação política de seus membros e associados, deixar o ego de lado e pensar coletivamente, é muito mais gratificante e recompensador do que trabalho sozinho.

A partir daí a ASPABI, tem atuado com a parceria do CRB-2, tanto em formatura de Biblioteconomia, feiras, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação-CBBDD e outros eventos na área. A ASPABI organizada é um grande passo nas nossas expectativas de sediar a próxima edição do CBBDD. Assim como a boa articulação entre a classe

de profissionais das Instituições federais de ensino, trouxeram o SNBU para Manaus em 2016, espero que em breve venha para Belém. Torço e atuo para que isso continue, pois quanto mais uma entidade colaborar com a outra, mais todas se fortalecem pelo bem da classe, afinal, política é conviver em sociedade.

Estando a atuação política relacionada à organização e administração de qualquer instituição privada, como as empresas, as escolas, os sindicatos, os conselhos, as associações, etc. O simples ato de alguém poder dirigir outras pessoas, já podemos considerar uma relação política entre os envolvidos. Até dentro de nossas casas temos uma política própria, se consideramos que as regras em nossa casa provavelmente são diferentes daquelas da casa do seu vizinho ou amigo, ou as normas do clube que frequentamos, e para quebrá-las ou modificá-las, é preciso negociar com seus pais, ou familiares, donos dos locais etc. E nessa ação de buscar seus direitos ou defender seu ponto de vista, já está sendo adotada uma postura política.

Os bibliotecários no Norte vêm atuando politicamente de forma descentralizada e de forma mais eficaz por meio das entidades de classe existentes e as quais, possuem integrantes eleitos direta ou indiretamente por estes profissionais. O foco atual dessas ações políticas está voltado para a implementação de ações que contribuam para o cumprimento da Lei 12244 de 2010, Lei da universalização das bibliotecas públicas. Na Região Norte, do universo de 33.955 escolas, apenas 16% possui biblioteca, e estimo que apenas 3% possuem bibliotecários. Mobilizar esforços de bibliotecários e simpatizantes, para conseguir apoio popular e peso político é o nosso grande desafio hoje na Região Norte, e para isso, é preciso que cresça a atuação concreta dos bibliotecários em nossa região. Nossos profissionais também precisam ter persistência, respeito ético, e precisam saber fazer alianças e assumir suas próprias ideologias políticas, em busca daquilo que seja melhor para os profissionais e para a sociedade.

Referências

BRASIL. Câmara Dos Deputados. **Bibliotecas Escolares no Brasil**: uma análise da aplicação da lei nº 12.244/2010. Brasília: Edições Câmara, 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projetos de Lei e outras proposições**. Disponível em:

<<http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>>. Acesso em: 4 de jan. 2018.

BRASIL. Congresso. Senado. **Pesquisa de Matéria**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em: 5 de jan. 2018.

CENTRO ACADÊMICO DE BIBLIOTECONOMIA. Disponível em: <<https://cabibliounir.jimdo.com/>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal do IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

TÔ NA REDE. **Site**. Disponível em: <<https://tonarede.org.br/>> Acesso em: 7 jan. 2018.

UNIVERSIDADE oficializa nomenclatura do curso de Biblioteconomia em RO. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/03/universidade-oficializa-nomenclatura-do-curso-de-Biblioteconomia-em-ro.html>>. Acesso em: 3 de jan. 2018.

CAPÍTULO 8

O FAZER POLÍTICO NA BIBLIOTECONOMIA: ATUAÇÃO DOS CONSELHOS, SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Daniela Spudeit

Irajayna de Sousa Lage Lobão

Introdução

Hannah Arendt (2005) em sua obra “A condição humana” conceitua trabalho como uma atividade que a espécie humana impõe a si. Dessa maneira, não é algo naturalmente constituído, mas culturalmente construído, uma atividade que consiste em transformar coisas artificiais em coisas naturais. A autora observa ainda que apenas no mundo contemporâneo o trabalho é visto como algo abonador, aponta que na antiguidade quanto mais longe da vida ativa, ou seja, mundo do trabalho e mais perto da vida contemplativa e reflexão uma pessoa era considerada humana.

Contemporaneamente o ser humano passa grande parte de sua existência no mundo do trabalho. Assim as organizações laborais demandam novos olhares e estudos, tendo em vista que as condições da existência humana desde a antiguidade vêm se reconfigurando incessantemente.

Nesse contexto, as entidades de classe profissionais no Brasil, sejam representadas por conselhos, associações ou mesmo sindicatos, originam-se com a finalidade de conquistar objetivos por meio de ações conjuntas perante o modelo político econômico imposto pela sociedade dominante vigente. Assim, o surgimento e evolução dos conselhos, associações e sindicatos objetiva, em última análise, à valorização profissional.

Dessa maneira, a presente pesquisa apresenta um conjunto de ações e iniciativas empreendidas pelas entidades de classe da área de Biblioteconomia no Brasil no que tange à atuação política dos sindicatos, associações e conselhos regionais em prol do fortalecimento, visibilidade e consolidação da profissão e da área no País.

Acerca do conceito de ação ou atuação política Kosik (1986) apresenta alguns elementos para compreender esse movimento que envolve a passagem de um mundo alienado para um momento marcado pela autenticidade, ou seja, a "destruição da pseudoconcreticidade". Isso pode ocorrer por meio de "[...] diferentes formas de ação, tanto individuais como coletivas, que constituem opções históricas, com conteúdos sociais e de classe precisamente determinados [...]". Dessa maneira, é comum ocorrerem ações políticas no âmbito institucional e das entidades de classe formadas por grupos sociais com os mesmos objetivos.

Para Gramsci (1978, p.78), "[...] a atuação política dos grupos sociais adquire grande consistência e vinculação prática [...]". Este autor desenvolve um conceito de "filosofia crítica" que se opõe ao senso comum. A filosofia crítica é a base para o conhecimento e para a reflexão política e, assim, pode fundamentar verdadeiros projetos para o futuro e para a transformação da sociedade.

Dentro dessa perspectiva do pensamento crítico de Gramsci e da ação política dos atores e movimentos sociais dentro da visão de Kosik (1986) que devemos perceber as práticas, representações, limitações, avanços e demandas de uma classe profissional. A ação política extrapola o ato de governar ou se relacionar somente às práticas do Estado. Bobbio (2000, p.216) explica que a política pode ser "[...] entendido o poder como a capacidade que um sujeito tem de influenciar, condicionar, determinar o comportamento de outro sujeito". Qualquer ação tomada em prol de um interesse social, público, é um ato político.

É no âmbito profissional e político que essa pesquisa se desenvolve e apresenta-se fundamentos teóricos e práticos que caracterizam as ações e atuação política profissional com foco na missão de entidades de classe como sindicatos, associações e conselhos regionais na área de Biblioteconomia.

Fundamentos Teóricos

As relações sociais são constantes, caracterizando e transformando os indivíduos e as organizações humanas ao longo da história. Por meio dessas relações, as pessoas passam por processos de socialização e constroem suas identidades.

A socialização, segundo Dubar (2005, p.23), “[...] não é apenas transmissão de valores, normas e regras, mas desenvolvimento de determinada representação do mundo. É um processo de identificação, de construção da identidade, ou seja, de pertencimento e de relação [...]”.

Socializar-se é assumir seu pertencimento a um grupo, isto é, assumir suas atitudes, a ponto de elas guiarem a conduta pessoal e profissional. Os estudos desse autor elucidam os processos de socialização pelos quais as identidades profissionais se constroem e se reconstróem ao longo da vida. Antes de se identificar com um grupo profissional, o indivíduo possui uma identidade que é construída por diferentes interações e ações relacionadas muitas vezes ao desenvolvimento de uma própria área.

Pensar sobre a consolidação de uma profissão e a identidade do bibliotecário envolve analisar as exigências para qualificação profissional, as tecnologias, as mudanças no mundo do trabalho, as práticas e as competências profissionais, a conjuntura social em que ele está inserido, os fatores que influenciam tal contexto bem como suas práticas e atuações políticas.

Dentro do foco de “atuação política” é que essa pesquisa se debruça com o objetivo de trazer reflexões acerca do fazer profissional do bibliotecário a partir da análise das práticas empreendidas pelas associações, conselhos e sindicatos de Biblioteconomia no Brasil. “Toda ação política é uma ação social no duplo sentido de ação interindividual e de ação de grupo” (BOBBIO, 2000, p.222), dessa forma qualquer ação tomada em prol de um interesse social, público, é um ato político.

Atuação Política

Um dos primeiros filósofos a tratar sobre política como uma prática intrínseca aos homens foi Aristóteles, com seu livro “A Política”. Lá consta a famosa frase o homem é um animal político.

Da antiguidade aos dias atuais o conceito de participação reconfigurou-se bastante acompanhando os novos olhares do ser humano no Século XXI, nas sociedades democráticas a política tem seu significado fortemente vinculado à conquista dos direitos de cidadania. Em particular, a extensão dos direitos políticos aos cidadãos adultos. Max Weber (1982, p.97) define política como “[...] qualquer tipo de

liderança independente em ação”. Na mesma linha Bobbio (2000, p.216) explica que pode ser “[...] entendido o poder como a capacidade que um sujeito tem de influenciar, condicionar, determinar o comportamento de outro sujeito”

Assim, a participação social na construção de uma sociedade mais equânime passa pela política, bem como no espaço das demais políticas sociais, é defendida enquanto necessária e indispensável para que sua consolidação se construa de forma mais democrática e eficaz.

Existe em nosso País uma expectativa do surgimento de um Brasil com representantes públicos mais compromissados com a população, mas pouco se compreende que para que isto se dê, necessita-se de um povo mais preocupado com o destino da nação, pois, sobretudo, a participação política não deve estar relegada ao reconhecimento de uns poucos, inculcada no imaginário popular que política é apenas a partidária que de tão achincalhada acaba por receber status de coisa abjeta e imoral. Para Norberto Bobbio (2000, p.160), pode-se compreender a política como “[...] atividade ou conjunto de atividades que têm de algum modo, como termo de referência, a polis, isto é, o Estado”.

Nesse contexto, no Dicionário de Política de Bobbio (1998), existem três níveis de participação política, um que envolve presença, seja em reuniões, exposição em mensagens ou propagandas políticas denotando comportamentos passivos. O segundo se relaciona a uma atividade prática com participação voluntária, seja dentro ou fora de organizações políticas, em manifestações públicas, militâncias, campanhas eleitorais, etc. O terceiro nível condiz com decisões, seja em eleger seus representantes delegando poderes ou mesmo se candidatar a representações em órgãos e entidades de classe ou mesmo em cargos governamentais (vereadores, prefeitos, líderes de partidos, deputados, entre outros cargos políticos).

Quando se refere à atuação ou participação política, é interessante perceber esse movimento sob um olhar plural coletivo que envolve o desenvolvimento de uma profissão da sociedade, visto que essa representatividade pode também ocorrer por meio da atuação de órgãos e entidades de classe como será tratado a seguir.

Desenvolvimento das Profissões

Conforme Freidson (1998, p.51), o termo profissão refere-se a um “[...] amplo estágio de ocupações prestigiosas e muito variadas, cujos membros tiveram uma educação superior e são identificados pelos saberes específicos acessíveis a seu grupo de educação [...]”. Abbott (1988, p.8) define as profissões como “[...] grupos ocupacionais exclusivos que aplicam conhecimentos mais ou menos abstratos a casos particulares, com o objetivo de resolver problemas para uma clientela”. Esses grupos são comunidades que compartilham normas, costumes, identidades e interesses específicos num determinado contexto histórico. Qualquer que seja a forma de definir ‘profissão’, ela é, principalmente, um tipo específico de trabalho especializado (FREIDSON, 1998). Para esse autor, as profissões caracterizam-se por:

Um corpo de conhecimento especializado e abstrato adquirido através de formação superior; autonomia no exercício das atividades; capacidade de auto-regulamentação; autoridade sobre as tarefas executadas em relação ao público; ‘expertise’, ou seja, conhecimentos e competências especializados (FREIDSON, 1998, p.87).

Para Rodrigues (2002, p.8), “[...] uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando resposta a necessidades sociais”

As profissões distinguem-se em virtude de sua posição relativamente elevada na classificação da força de trabalho. Nesse sentido, uma profissão é uma especialização, ou um conjunto de tarefas desempenhadas pelos membros de uma mesma ocupação (FREIDSON, 1996). O trabalho especializado requer um conhecimento específico de determinada área. Diniz (2001) e Rodrigues (2002) apontam para uma sequência de eventos associados ao desenvolvimento das profissões que integra desde a criação das escolas profissionais para formação, o estabelecimento das associações profissionais para garantir aos membros, através da mobilização do apoio do estado, vantagens e privilégios ocupacionais com base nas credenciais educacionais, e por

fim, as reservas de mercado criadas pela legislação do estado que regulamenta também as profissões.

Dessa maneira, duas instituições legitimam as profissões: por um lado, as entidades de classe que mobilizam e garantem os privilégios da profissão e por outro, o Estado que apoia essas entidades e regulamenta a profissão.

Entidades de Classe Profissionais na Área de Biblioteconomia

No Brasil, a Biblioteconomia é uma profissão regulamentada pela nº 4.084, de 30 de junho de 1962 que dispõe sobre seu exercício. O Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965 destaca em seu Artigo 2º que a designação profissional do bibliotecário foi incluída no quadro das profissões liberais da Consolidação de Leis Trabalhistas. Desde então cabe às associações, conselhos e sindicatos a luta por valorização, reconhecimento, fiscalização e educação continuada da profissão.

Os conselhos de classe servem a sociedade, tendo como principal função protegê-la da má atuação profissional e garantir a preservação dos valores éticos da profissão. Aos sindicatos cabe resguardar os interesses econômicos e laborais dos trabalhadores pertencentes a uma mesma categoria profissional. Às associações, diferente dos sindicatos, legalmente, compete, apenas representar seu grupo de associados, enquanto os sindicatos representam a totalidade da classe profissional, no entanto, ressalta-se que as associações podem se destacar na divisão de valores comuns aos profissionais, na disponibilidade a que se dedicam laboralmente. Silva (2016) aponta que as associações objetivam congregar os profissionais e organizações com atividades que agreguem valor a formação intelectual, como cursos, oficinas, palestras, congressos e jornadas, encontros, simpósios, aperfeiçoamentos e especializações.

Os sindicatos de bibliotecários foram frutos de pesquisa de alguns autores como Spudeit e Fuhr (2011), Moraes, Silva, Silva Neto (2009), entre outros.

Os sindicatos de bibliotecários possuem a função de defender os direitos trabalhistas, representar a categoria profissional junto ao Judiciário, governos, empresas privadas e possuem o poder de celebrar Acordos e Convenções Coletivas de

Trabalho. Porém, para a consolidação dessas entidades, para o fortalecimento da identidade dos bibliotecários enquanto categoria profissional exige-se a conscientização da sociedade e a coesão e participação ativa dos profissionais bibliotecários (SPUDEIT; FUHR, 2011, p.245).

Entretanto, “[...] é interessante notar que não existe um Sindicato Nacional dos bibliotecários, nem uma Federação dos poucos Sindicatos Estaduais existentes [...]” segundo Moraes, Silva, Silva Neto (2009, p.57). Spudeit e Fuhr (2011) citam que atualmente existem apenas três sindicatos atuantes no Brasil (Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro), embora já tenham surgido outros como na Bahia (foi o primeiro na Década de 1970), Minas Gerais, Maranhão. De acordo com essas autoras, em Santa Catarina iniciou um movimento de estruturação, mas não chegou a ser criado efetivamente. Efetivamente somente a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (foi fundada em julho de 1959 e que congrega em torno de catorze associações pelo Brasil) e o Conselho Federal de Biblioteconomia (criado em dezembro de 1965 com catorze unidades regionais atualmente) que tem força de representação da classe bibliotecária e atuação em diferentes esferas no âmbito nacional.

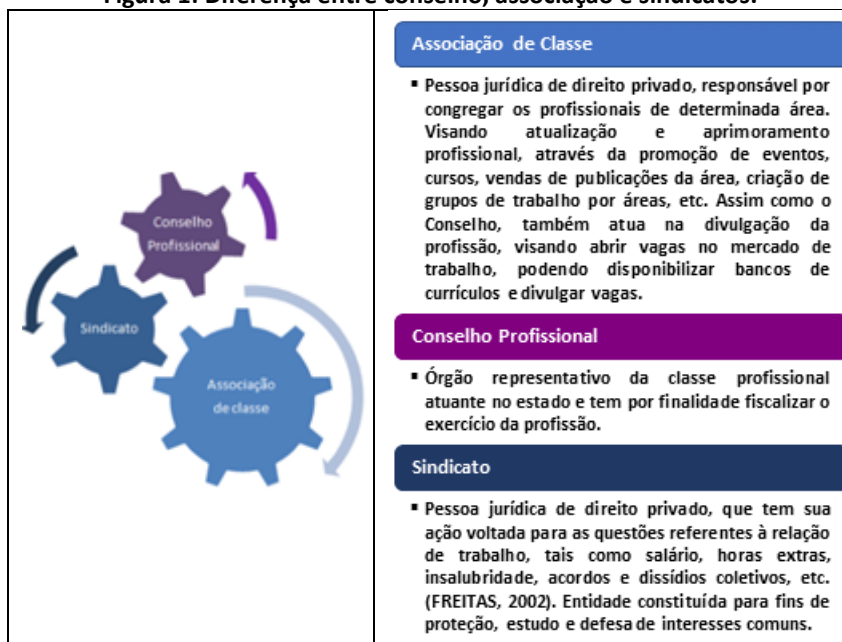
Ribeiro, Miranda e Reis (2013, p.3) retratam as contribuições do movimento associativo e conselhos regionais de Biblioteconomia. Embora tenham objetivos e atuações distintas, os autores destacam que:

As entidades de representação da classe bibliotecária foram criadas para atuarem de forma coordenada, ou seja, cada qual atuando em uma direção, como uma engrenagem, sem que exista disputa de espaço e uma auxiliando a outra. Isso ocorre comumente na organização das comemorações pelo dia 12 de março de cada ano, Dia do Bibliotecário. Infelizmente, por falta de sindicatos em número suficiente, associações e conselhos profissionais acabam ampliando, muitas vezes com deficiências, suas atividades. A Academia, por sua vez, trabalha pouco o tema do associativismo e, o profissional recém-formado raramente não tem dificuldade em saber qual o

papel de cada instituição. Em algumas regiões do país é nítido que nenhuma das três entidades consegue cumprir sequer o seu papel, que dirá ampliar e preencher as lacunas deixadas pelas outras entidades.

Ao longo da última década, percebe-se que profissionais de diversas regiões e entidades de classe têm unido esforços para traçar ações coletivas principalmente no que tange às iniciativas políticas em prol da legislação como a Lei da Biblioteca para fortalecer as bibliotecas e impor padrões de estruturação, trazer as diferenças entre as tipologias e missões existentes e estabelecer recursos orçamentários permanentes para investimentos. Também teve recentemente a inclusão do bibliotecário na Política Nacional do Livro. Entretanto, é importante entender as diferenças entre as funções dos conselhos, associações e sindicatos que legalmente são sujeitos a fiscalização e acompanhamento por parte do Ministério Público, Tribunal de Contas da União e outras instâncias superiores.

Figura 1: Diferença entre conselho, associação e sindicatos.



Fonte: Adaptado de Ribeiro, Miranda e Reis (2013, p.4).

Todos esses órgãos, seja associação, sindicatos ou conselhos, têm papel fundamental na defesa, fortalecimento e atuação política, principalmente no que concerne à formação política dos bibliotecários. Sabe-se que essa responsabilidade também recai sobre as quarenta universidades¹, instituições de nível superior reconhecidas pelo Ministério da Educação no Brasil, formadoras de bacharéis em Biblioteconomia, que devem incluir conteúdos formativos e reflexivos em seus projetos pedagógicos bem como desenvolver ações de pesquisa e extensão nos currículos que visem à formação política dos bibliotecários.

Sobre isso, Spudeit, Moraes e Correa (2016) realizaram uma pesquisa nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil e verificaram que há bastante utilização do termo política nos documentos analisados, porém referindo-se ao fazer técnico dos bibliotecários e não em relação à política como uma dimensão da vida em sociedade. Ao analisar as formas de viver em sociedade, da construção e manutenção do bem comum, de forças e interesses de quem detêm o poder na sociedade, advém a necessidade das universidades discutirem e incentivarem a participação política dos bibliotecários. As autoras supracitadas defendem que:

As instituições de ensino, de forma geral, desempenham um papel importantíssimo na sociedade não apenas ao que tange à educação, enquanto forma de aquisição de conhecimentos gerais, mas cumpre também o papel essencial de educar para a cidadania. Para tal, busca, por meio das práticas pedagógicas de ensino e pesquisa, inserir a comunidade escolar/acadêmica no universo do conhecimento de diferentes possibilidades e leituras do mundo e da sociedade global e local, assumindo assim, mesmo que indiretamente, um caráter político de formação para a vida (SPUDEIT; MORAES; CORREA, 2016. p.28).

Em alguns estados brasileiros, é possível perceber ações políticas das universidades em parceria com conselhos regionais e associações,

¹ Conforme lista de cursos de graduação ativos na modalidade presencial e a distância disponibilizada pelo Ministério de Educação, em dezembro de 2017.

como é o caso do Rio de Janeiro e Santa Catarina. “Preocupa a inatividade do bibliotecário no cenário político, mesmo que seja para debater o assunto entre os colegas de profissão ou mesmo realizar ações nas bibliotecas ou entidades de classe para despertar esse olhar crítico sobre o tema com a comunidade onde a biblioteca está inserida [...]” segundo Spudeit, Moraes e Correa (2016, p.41). Os dados da pesquisa dessas autoras apontam para um conservadorismo da educação e formação desses profissionais, não contribuindo assim para uma mudança paradigmática no quadro da participação política nacional.

Por outro lado, em especial por parte da comunidade acadêmica, um desejo de participação mais ativa nos movimentos sociais da atualidade, como pode ser observado no texto de Corrêa e Prado (2015), onde é analisada a participação de alunos e profissionais no movimento “Vem pra Rua”, ocorrido no Rio de Janeiro em 2013, no qual se verificou a mobilização democrática da categoria profissional na luta por seus direitos enquanto cidadãos e classe profissional. Assim, infere-se que a proposta de repensar os conteúdos das disciplinas formativas nos cursos de Biblioteconomia brasileiros na direção do debate sobre a atuação política do profissional vai ao encontro não apenas do anseio da classe bibliotecária, mas também de uma demanda real da sociedade contemporânea.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia empregada consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental acrescida do mapeamento de ações realizadas pelas Associações e Conselhos Regionais de Biblioteconomia, Sindicatos de Bibliotecários brasileiros. Além das unidades regionais, houve a coleta de dados das ações nos *sites* da FEBAB, da ABRAINFO e do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Inicialmente foi feito contato via e-mail com as entidades de classe no qual solicitou-se relatório das ações da gestão ou último triênio. Como houve pouco retorno, buscou-se coletar os dados por meio dos *sites* e páginas no *Facebook* das próprias instituições. A coleta ocorreu no período de 01 de dezembro de 2017 a 10 de janeiro de 2018.

Analisou-se as ações realizadas no último triênio, o que equivale à última gestão em alguns órgãos compreendendo o período de 2015 a

2017. Os dados coletados foram tratados sob uma abordagem qualitativa onde se usou a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2010).

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, p.37).

Bardin divide em etapas que envolvem a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Na pré-análise, é estabelecido um roteiro de trabalho para sistematizar as ideias, formular hipóteses e indicadores para fundamentar a interpretação final. Na fase de exploração do material, faz-se a preparação dos documentos para a análise, em função de regras definidas que permitirá fazer as inferências e interpretações.

Apresentação e Análise dos Dados

Para verificar as ações e práticas políticas das entidades da área em prol da Biblioteconomia, levou-se em consideração o conceito de participação política de Bobbio (1998) no Dicionário de Política em que se relaciona a ações que envolvem: a) presença passiva (reuniões, mensagens de apoio, manifestos) em causas ligadas a acesso à informação, cultura e educação no País. b) participações voluntárias em manifestações públicas, militâncias, campanhas eleitorais, etc. c) decisões na eleição de representantes em entidades de classe ou órgãos governamentais no poder executivo ou legislativo.

Inicialmente foi feito um mapeamento das associações², conselhos³ e sindicatos⁴ de bibliotecários ativos de acordo com o *site* na internet e elaborou-se o quadro 1 para facilitar a coleta.

² A análise foi feita de acordo com as associações filiadas à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) conforme lista disponível no www.febab.org.br em dezembro de 2017.

³ Conforme lista disponível no *site* do Conselho Federal de Biblioteconomia disponível em www.cfb.org.br.

⁴ Listados no artigo de Spudeit e Furh (2011).

É importante destacar que existem iniciativas de criação de outros sindicatos de bibliotecários pelo País, mas ainda em processo de estruturação. Também se salienta que no período de coleta (2015-2017) a associação do Paraná fez algumas ações de capacitação profissional em parceria com o sindicato de bibliotecários do Paraná e conselho regional de Biblioteconomia do Paraná, entretanto não consta na lista acima porque não estava na relação de associações afiliadas a FEBAB. Em 2017, também se destaca a criação e organização da associação de bibliotecários do Pará (Associação Paraense de Bibliotecários ASPABI) e outra no estado do Amazonas (Associação Profissional da Biblioteconomia Amazonense) que estão em processo de filiação a FEBAB.

Quadro 1: Entidades profissionais de Biblioteconomia no Brasil.

Associação		Conselhos		Sindicato
Associação de Bibliotecários do Ceará (ABC)	Ceará	Conselho Regional de Biblioteconomia 1	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Sindicato de Bibliotecários do Rio de Janeiro (SINDIB)
Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia (AAPB)	Alagoas	Conselho Regional de Biblioteconomia 2	Pará, Amapá e Tocantins	Sindicato de Bibliotecários do Paraná (SINDIB)
Associação Profissional de Bibliotecários do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Conselho Regional de Biblioteconomia 3	Ceará e Piauí	Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo (SINBIESP)
Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APBPB)	Paraíba	Conselho Regional de Biblioteconomia 4	Pernambuco e Alagoas	
Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco (APBPE)	Pernambuco	Conselho Regional de Biblioteconomia 5	Bahia e Sergipe	
Associação Profissional dos Bibliotecários e	Sergipe	Conselho Regional de	Minas Gerais e Espírito Santo	

Documentalistas de Sergipe (APBDSE)		Biblioteconomia 6		
Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí (ABEPI)	Piauí	Conselho Regional de Biblioteconomia 7	Rio de Janeiro	
Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul (APBMS)	Mato Grosso do Sul	Conselho Regional de Biblioteconomia 8	São Paulo	
Associação dos Bibliotecários de Goiás (ABG)	Goiás	Conselho Regional de Biblioteconomia 9	Paraná	
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF)	Distrito Federal	Conselho Regional de Biblioteconomia 10	Rio Grande do Sul	
Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais (ABMG)	Minas Gerais	Conselho Regional de Biblioteconomia 11	Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima	
Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro (REDARTE/RJ)	Rio de Janeiro	Conselho Regional de Biblioteconomia 13	Maranhão	
Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB)	Rio Grande do Sul	Conselho Regional de Biblioteconomia 14	Santa Catarina	
Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB)	Santa Catarina	Conselho Regional de Biblioteconomia 15	Paraíba e Rio Grande do Norte	

Fonte: Dados da pesquisa – 2017.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, (CFB) mantém seu *site* e página no *Facebook* atualizado onde aponta suas realizações. É possível ver uma infinidade de ações políticas, além da divulgação de cursos e

eventos organizados por outras instituições. No período de 2015-2017, observa-se a participação do CFB em ações referentes ao fortalecimento da posição do bibliotecário com relação a PL 9.257/17, que trata da Política Nacional do Livro. Ressalta-se ainda a consulta pública em relação às mudanças no código de ética da profissão, entre muitas outras ações que apontam uma forte atuação política da instituição em prol da área.

No *site* podemos ver diversas ações políticas como a postada no Boletim Eletrônico em 13 de março de 2015 sobre a tramitação do Projeto de Lei do Senado_(PLS) 28/2015, de autoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que abre novos caminhos para o estabelecimento de políticas públicas para Bibliotecas que ainda se encontra em tramitação atualmente sendo acompanhado pelo Conselho Federal e com atualizações por parte dos mesmos para seus membros. O CFB também participou da redação da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), O PL 7752/2017, de origem no Senado Federal que objetiva promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil, (<http://www.cfb.org.br/noticia/politica-nacional-de-leitura-e-escrita/>) que segue para análise conclusiva da Comissão de Constituição de Justiça e cidadania. Além desses dois projetos de lei o CFB também esteve junto na criação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 49/2015, da senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que institui uma política nacional de fixação de preço dos livros em todos os seus formatos.

Outras ações do Conselho Federal dizem respeito ao fortalecimento do Programa Nacional de Incentivo à Leitura e ações frente ao Ministério da Educação alicerçando suas políticas para as bibliotecas do Brasil em suas mais diversas tipologias.

No que se refere à Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO) apresenta em seu *site* poucas notícias sobre os eventos ocorridos referentes ao período de 2015-2017, o *site* aparenta ser pouco atualizado. Uma notícia de março de 2015 aponta que a ABRAINFO apoia ações como o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de São Paulo, como também apoia o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e seus desdobramentos nos Estados e Municípios e estimula os profissionais e cidadãos a participarem destes fóruns, a fim de pleitear junto aos governos o atendimento do item 36 da Agenda 21 da Cultura que afirma que os

mesmos devem ter o compromisso em: - Estabelecer políticas e investimentos que fomentem a leitura e a difusão do livro, assim como o pleno acesso de toda a cidadania à produção literária global e local. No corpo dessa mesma notícia também consta uma convocação para participação de plenárias na cidade de São Paulo para construir o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas.

Com relação a sua *fanpage* no *Facebook* encontramos uma chamada pública para selecionar experiências interessantes que foram aplicadas em bibliotecas e salas de leituras e muitos *links* externos sobre acontecimentos da área, sem participação da ABRAINFO.

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) entre 2015-2017 a instituição realizou duas edições do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD), evento que ocorre de dois em dois anos em que os profissionais da área se encontram e discutem sua práxis. Tanto que na última edição, ocorrida em outubro de 2017, o evento abordou problemáticas relacionadas à Biblioteconomia social e fazer político da área para ampliar, publicizar e fortalecer as ações na área no Brasil.

O *site* da FEBAB também apresenta informações da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBBD) que é um canal de comunicação e divulgação da área, trata-se de:

Resultado do esforço coletivo de equipe de natureza multidisciplinar e de pessoas comprometidas com a consolidação de ideias e Ideais, sendo um veículo de comunicação que está sempre aberto às novas contribuições que visem o compartilhamento de experiências e conhecimentos para o fortalecimento e o engrandecimento dos profissionais da informação no contexto brasileiro (FEBAB, 2017)⁵.

É possível ainda encontrar no *site* informações sobre a articulação da FEBAB junto às associações de bibliotecários nos Estados e seus filiados como as comissões vinculadas (Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – CBBU; Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares – CBBE; Comissão Brasileira de Direitos Autorais; Comissão

⁵ Disponível em <http://www.febab.org.br/rbbd-2/>.

Brasileira de Acessibilidade), bem como as associações (AAPB, ABDF, ACB, APBSE, APBPE, REDARTE, ABEPI, APBMS, ARB, ABCE, ABG) que se reúnem com a FEBAB para apresentar seus planos de ação anualmente.

A Federação mantém também estreita articulação com a IFLA-LAC (Latino América e Caribe), identificando líderes pessoas de destaques em distintos temas e regiões do Brasil para atuar no programa de advocacy da IFLA. O movimento *advocacy* ou *Internacional Advocacy Program (IAP)* corresponde a ações planejadas e estratégicas que visam subsidiar, ofertar capacitação, promover e apoiar o papel das bibliotecas no desempenho, no planejamento e implementação da Agenda 2030 da ONU. Essa agenda objetiva firmar compromisso para o desenvolvimento sustentável global. Dessa maneira, foi criada a Agenda, estruturada em 17 objetivos com um total de 179 metas que abrangem o desenvolvimento econômico, ambiental e social, sendo elaborada de forma coletiva para que todos os países que são membros da ONU se empenhem ativamente em tornar o mundo melhor para o seu povo e para o planeta. A FEBAB está alinhada a essa agenda de maneira que a edição do CBBB de 2017 apresentou o tema os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030. (DUTRA; PINTO; GERALDO, 2017).

Há ainda em andamento a campanha “Eu amo biblioteca eu quero” criado para mobilizar a sociedade e mostrar que as bibliotecas além de incentivar a leitura, também podem e devem ofertar uma agenda cultural variada com música, cinema, dança, arte, cursos, palestras, oficinas. Além de promover a inclusão e contribuir com a formação cidadã. Assim, incentiva a participação popular na reivindicação de bibliotecas de qualidade para suas comunidades. (EU..., [201-?]).

A *fanpage* do Facebook da Federação é bem rica de informações sobre seu fazer político, foi possível perceber, por exemplo, a articulação com a *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)*, ouvindo bibliotecários brasileiros que manifestaram suas opiniões a respeito da Biblioteconomia e da atuação do profissional para que os mesmos manifestassem a voz brasileira na visão global da IFLA apresentado no Encontro Latino-americano da Visão Global da IFLA, em Buenos Aires, em abril de 2017.

Ações Políticas em Prol da Biblioteconomia na Região Sul

A Região Sul contempla os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Há sindicato somente no estado do Paraná e existe associação e conselho em cada um dos estados.

Em Santa Catarina, observa-se que existe um trabalho em parceria entre a Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB) e Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região no que tange às ações políticas. É importante lembrar que não existe sindicato de bibliotecários em Santa Catarina. Dessa maneira, elenca-se abaixo algumas ações políticas realizadas pelas duas entidades e que foram divulgadas no *site* e *fanpage*: Mais de 300 visitas para fiscalização in loco da profissão em diversas instituições em Santa Catarina, assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público de Santa Catarina, participação de Encontro dos presidentes dos conselhos regionais do sul com Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) em Chapecó para alinhamento de ações, reuniões com Procurador Davi do Espírito Santo do Ministério Público em prol da fiscalização das bibliotecas escolares em Santa Catarina, reuniões com vereador Tiago Silva sobre bibliotecas escolares de Florianópolis, reuniões com a Deputada Estadual Luciane Carminatti sobre criação do cargo de bibliotecário no estado de Santa Catarina, campanha com candidatos a vereadores e prefeitos de vários municípios de Santa Catarina para conscientização sobre a Lei 12.244 e a importância das bibliotecas nas escolas para melhoria da qualidade catarinense onde alguns candidatos assinaram cartas de compromisso para incluir esse ponto em seus planos de governo caso fossem eleitos.

Em Santa Catarina, o conselho e a associação tiveram participações em eventos para apresentações de trabalhos e palestras de conscientização ou divulgação, realização de eventos profissionais como o Painel de Biblioteconomia de Santa Catarina, Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, Fórum de Bibliotecas Públicas e Escolares, evento alusivo ao Dia do Bibliotecário, entre outras ações. Além disso, as entidades promoveram cursos de capacitação e participaram ativamente de campanhas em prol das bibliotecas e dos bibliotecários realizadas pelo CFB e FEBAB no âmbito nacional.

No Paraná, existe o Sindicato de Bibliotecários do Paraná (SINDIB - PR) e o Conselho Regional de Biblioteconomia 9ª Região. A Associação

do Paraná não possui *site* e não consta na lista de associações filiadas a FEBAB, dessa forma não foi analisada. Ao analisar as ações realizadas entre 2015 e 2017 no *site* na internet e na *fanpage* do Facebook, encontraram-se poucas informações. Verificou-se a divulgação das assembleias e realização de três eventos. No *site* do CRB9 tem o *link* “Projetos e Programas” e outro chamado “Boletins” não há informações referentes ao período da pesquisa (2015 a 2017). No *site* do SINDIB-PR não há informações sobre ações, projetos ou atividades, apenas menciona a oferta de cursos, mas sem data. Houve aprovação de acordos coletivos e realização de assembleias. Entretanto, percebe-se que as entidades participaram ativamente de campanhas em prol das bibliotecas e dos bibliotecários realizadas pelo CFB e FEBAB no âmbito nacional.

No Rio Grande do Sul também não há Sindicato, mas tem a sede do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-10) e Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB).

As ações realizadas pelo Conselho estão disponíveis no *site*, no *link* Relatórios. Além das dezenas de visitas de fiscalização realizadas no estado, também é possível verificar a realização de palestras de divulgação da profissão, promoção de oficinas, organização do Fórum Gaúcho pela Melhoria das Bibliotecas Escolares e Públicas e participação na organização do Seminário Internacional sobre “Papel da Leitura e da Biblioteca no Desenvolvimento da Sociedade”.

Além disso, o CRB10 participou do projeto “Ministério Público pela Educação (PMEDUC21)” para visitar onze escolas públicas em Santa Maria/RS visando melhorar a qualidade no ensino básico da região. Também publicou uma nota de repúdio à interferência da Câmara de Vereadores de Uruguaiana na gestão do acervo de biblioteca e emitiu nota sobre um projeto de lei na cidade gaúcha de Esteio no que tange a redução de vagas para bibliotecários e técnicos na região.

É importante destacar a participação do CRB10 no Colegiado Estadual Livro, Leitura e Literatura, na elaboração do Plano Municipal do Livro e da Leitura de Porto Alegre (PMLL), na Câmara Rio-Grandense do Livro (CLR), no Fórum dos Conselhos Regionais e Ordens das Profissões Regulamentadas do Estado do Rio Grande do Sul (FORUMRS). O PMLL é formado por diversos representantes das Secretarias Municipais de Cultura (SMC), de Educação (SMED) de

Governança Local (SMGL) e da sociedade civil, que se reúnem para fomentar ações que permitam promover a leitura.

A Câmara Rio-Grandense do Livro promove ações em prol da formação de leitores e educadores e, entre estas ações a Feira do Livro de Porto Alegre. Integrando a feira, o Seminário Internacional “O Papel da Biblioteca e da Leitura no Desenvolvimento da Sociedade – Bibliotecas Comunitárias, Escolares e Públicas”, no qual o CRB10 participou ativamente da Comissão Organizadora.

O CRB10 também participa do FORUM-RS tem por finalidade principal, a representação e a defesa dos interesses da população e das classes profissionais vinculadas aos Conselhos Regionais e Ordens das Profissões Regulamentadas.

A Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB) realizou cursos e participou de eventos que estão divulgadas no *link* Notícias no *site*. No período de 2015-2017, além da participação em ações do CRB10, é possível perceber que a ARB participou do planejamento de ações da FEBAB, esteve presente em reuniões do Conselho Municipal de Leitura de Porto Alegre, do Fórum Gaúcho pela Melhoria das Bibliotecas Escolares e Públicas e empreendeu uma pesquisa para atualização da recomendação salarial praticada no Rio Grande do Sul. Também publicou seu posicionamento sobre ingerência no desenvolvimento de coleções das bibliotecas públicas, assim como uma nota sobre a solicitação de retirada de livro do acervo da Biblioteca Pública Municipal de Uruguaiana, entre outras ações.

Ações Realizadas no Sudeste

A Região Sudeste contempla os estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Tem dois sindicatos, sendo um em São Paulo (SINBIESP) e outro no Rio de Janeiro (SINDIB). Tem duas associações vinculadas a FEBAB, uma em Minas Gerais (Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais (ABMG) e outra especializada em Arte no Rio de Janeiro (REDARTE). Têm três conselhos regionais, um no estado de São Paulo, outro no Rio de Janeiro e um que abrange os profissionais de Minas Gerais e Espírito Santo.

Após contato via e-mail e buscas no *site* e *fanpage* dessas entidades acima relacionadas, percebe-se que o estado tem

empreendido muitas ações políticas entre 2015-2017 no que tange principalmente às bibliotecas escolares.

Percebe-se que houve um movimento para divulgação e debates sobre o projeto de Lei da Biblioteca que busca fortalecer as bibliotecas e impor padrões de estruturação, trazer as diferenças entre as tipologias e missões existentes e estabelecer recursos orçamentários permanentes para investimentos. Também atuou junto à campanha para inclusão do bibliotecário na Política Nacional do Livro (Abaixo-assinado nacional) e no Plano Nacional Setorial de Bibliotecas (PNSB).

No Rio de Janeiro, as informações que estão no *site* do CRB7 estão desatualizadas (*link* Boletim, relatórios, notícias) no que tange ao período de 2015 a 2017. Entretanto, na *fanpage* é possível identificar a participação dos membros do CRB7 em várias audiências públicas municipais, assim como em manifestações e atos em prol das bibliotecas públicas (bibliotecas parques), participação em debates sobre novo código de ética profissional do bibliotecário, participação no plano municipal do livro, leitura e biblioteca, divulgação sobre a consulta pública PL158 que prejudica as bibliotecas escolares, manifesto e carta aos candidatos às eleições municipais no Rio de Janeiro no que tange às bibliotecas escolares e cumprimento da Lei 12.244.

O SINDIB RJ possui um boletim e uma revista em seu *site* onde divulga as ações, porém estava com conteúdo desatualizado. Das notícias relacionadas divulgadas na página principal (<http://www.sindibrj.org.br/>), destaca-se o ganho de algumas causas judiciais, divulgação de cursos e eventos, divulgação de benefícios cedidos pelo sindicato, participação em audiências públicas em Niterói em prol das bibliotecas escolares e também em ações para reabertura das bibliotecas públicas do Rio de Janeiro, orientações sobre a reforma trabalhista e sindical, participou ativamente de manifestações em prol da manutenção de direitos trabalhistas e previdenciários, atualização do piso salarial, entre outras ações.

No que tange às ações políticas das associações do Sudeste (REDARTE e ABMG) vinculadas a FEBAB, percebe-se que focaram apenas nas capacitações e educação continuada. O *site* da ABMG onde constam boletim e revista está desatualizado, em sua página no *Facebook* tem divulgação de cursos e eventos apenas. No *site* e *fanpage* do CRB6 (que abarca os estados de Minas Gerais e Espírito Santo) é

possível perceber diferentes iniciativas além das fiscalizações. Houve a participação ativa na criação de um projeto de lei para criação de cargo de bibliotecário em escolas municipais, participação no Grupo de Trabalho do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de Minas Gerais (PELLLB-MG), além da participação e organização de cursos e eventos, entre outras ações em parceria com Ministério Público em relação às bibliotecas escolares.

Em São Paulo, tem a sede do SINBIESP, CRB8 e a sede da FEBAB que congrega todas as associações brasileiras de Biblioteconomia, além da ABRAINFO.

No relatório de gestão do CRB8 (2015-2017) é possível verificar que houve um grande empenho por parte da diretoria e conselheiros em defesa da fiscalização, plenárias extraordinárias para conclusão dos processos de julgamentos, além de ações com o intuito de estreitar o diálogo com os estudantes de graduação e técnicos em Biblioteconomia sobre as questões que envolvem o trabalho do bibliotecário e sua função social. O relatório de gestão do CRB8 (2015-2017) informa ainda o fortalecimento de eventos tradicionais como o clássico Prêmio Laura Russo apresentando temas atuais e interdisciplinares. Além disso, criou duas novas modalidades: cidade e empresa amiga da Biblioteca, premiando as instituições que valorizaram e investiram nos profissionais e nas bibliotecas que mantêm.

O Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo (SinBiesp) é uma organização que representa legalmente os bibliotecários atuantes no Estado de São Paulo. O SinBiesp possui um boletim em seu *site* onde divulga as ações, esse espaço conta com uma atualização parcial do período de 2015 a 2017. O ano de 2015 está bem documentado em retrospectiva que apresenta tudo que foi realizado, o ano de 2016, no entanto, conta com uma breve menção no boletim do início do ano de 2017 que abrange apenas de janeiro a março de 2017 e por fim temos um último boletim de novembro desse mesmo ano. Das notícias relacionadas divulgadas na página principal (<http://www.sinbiesp.org.br/>), destaca-se o ganho de algumas causas judiciais, divulgação de cursos e eventos, atualização do piso salarial, entre outras ações.

Nos quatro estados da Região Sudeste é possível perceber forte atuação das entidades em prol da fiscalização, notas de repúdio contra arbitrariedades de representantes municipais e estaduais no que tange

à profissão e às bibliotecas, promoção de eventos, fiscalização em editais públicos e também em instituições que não possuem bibliotecários em seus quadros funcionais.

Ações Realizadas no Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste tem somente um conselho regional que atende toda região Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás (CRB1). Não há sindicatos na Região Centro-Oeste do País. Quanto às associações, tem três filiadas a FEBAB: Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

O CRB1 divulga suas ações na publicação “CRB1 em revista”, porém só houve divulgação de uma única ação entre o período de 2015-2017 que os membros do CRB1 participaram que foi o 1º Fórum de Bibliotecas de Mato Grosso para discutir políticas públicas de incentivo e fomento à leitura no Estado. No *Link* Transparência, tem relatórios de gestão, porém não aparecia de 2016 e 2017, no relatório de 2015 constam somente objetivos e metas sem trazer informações do que foi efetivamente feito. Aponta dados relacionados a fiscalização, participação dos conselheiros nas reuniões do CFB e também ações institucionais para divulgar a profissão, porém não detalha o que e como foi feito. No *link* Notícias traz diversas ações de divulgação da profissão, porém não esclarece se houve a participação dos membros do CRB1 nas ações.

Em relação à atuação das associações entre 2015-2017, no Distrito Federal tem a ABDF, porém como o *site* estava fora do ar, a única fonte de pesquisa foi a *fanpage* que tem poucas informações sobre ações, consta apenas divulgação de notícias diversas da área. O mesmo ocorreu com a Associação de Bibliotecários de Goiás (ABG) que não tem *site*, onde buscou-se informações na *fanpage*, porém só tem divulgação de notícias da área e não há menção sobre ações políticas da ABG em prol da classe em Goiás, além de eventos e medalha de honra ao mérito a profissionais destaques. Em Mato Grosso do Sul tem a Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul (APBMS), porém também não possui *site* de divulgação de suas ações. Na *fanpage* no *Facebook* da APBMS tem divulgação de eventos, aponta a participação da APBMS em uma audiência pública sobre bibliotecas públicas e organização da campanha com candidatos às prefeituras que

assinaram o Termo de Compromisso em prol das Bibliotecas Escolares e a aplicação da Lei Federal 12.244, importante ato político.

Ações Realizadas no Nordeste

Tem sete associações: Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará. Não há sindicatos consolidados na Região Nordeste do País. Quanto ao conselho tem cinco, um que atende Ceará/Piauí, um que atende Pernambuco e Alagoas, um para Bahia e Sergipe, um para Maranhão, um para Paraíba e Rio Grande do Norte.

No Ceará, tem a Associação de Bibliotecários do Ceará (ABC) que divulga suas ações no *site* e na *fanpage* onde é possível ver a divulgação de eventos e cursos da área, participação da entidade em alguns eventos, divulgação de bibliotecária cearense homenageada. Não há divulgação de nenhuma ação política em prol do fortalecimento ou visibilidade da instituição além das notícias citadas acima. Também não há divulgação de muitas ações em parceria com universidades, câmaras municipais ou órgãos legislativos acerca da defesa de bibliotecas escolares, públicas ou comunitárias.

Na *fanpage* da ABC é possível ver a divulgação de ações importantes como o convite para participar do Fórum de Literatura, Livro, Leitura e Biblioteca do Estado do Ceará (FLLLEC) onde a diretoria da ABC esteve presente nesse movimento. Outra iniciativa relevante é a do vereador Guilherme Sampaio realizou uma audiência Pública para debater a situação das Bibliotecas Escolares no município de Fortaleza, para a institucionalização do Sistema Municipal de Bibliotecas na forma de lei, e ainda para o lançamento da Campanha “Sou Biblioteca Escolar” organizado em parceria com a ABC e Conselho Regional de Biblioteconomia do Ceará e Piauí (CRB3).

No *site* e na *fanpage* do CRB3, que engloba Ceará e Piauí, é possível ver algumas ações, mas a nível nacional que envolve o Conselho Federal no *link* Notícias. Houve a iniciativa da elaboração do Projeto Guia de Bibliotecas do Estado do Ceará para mapear, registrar e publicizar as bibliotecas do Estado do Ceará, divulgando-as, integrando-as e fortalecendo o sistema. Além disso, o CRB-3 participou do VII BiblioSUS que objetiva ampliar e democratizar o acesso às informações em saúde. A pactuação da rede nas três esferas de governo representa

o aperfeiçoamento da distribuição de publicações institucionais às bibliotecas participantes, simbolizando o compromisso com a democratização, universalização e equidade de acesso à informação e ao conhecimento em saúde.

Em relação às ações da Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí (ABEPI), no *site* no *link* Informativo não tem dados atualizados sobre as ações nos últimos três anos (período dessa pesquisa) e nem menciona nenhum boletim ou relatório de atividades para verificar as ações políticas empreendidas pela ABEPI na última gestão. Na *fanpage* da entidade, é importante destacar a divulgação da audiência pública na Câmara Municipal de Vereadores de Teresina com a apresentação do projeto de autoria do vereador Venâncio. Além disso, houve a discussão da inclusão no plano orçamentário o concurso público para bibliotecários do município de Teresina durante a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca de 2017.

No estado da Paraíba, não foi encontrado *site* que remetesse à Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APBPB), mas na *fanpage* é possível visualizar algumas ações tais o Prêmio Jemima Marques para destacar pessoas e instituições que tenham contribuído social e culturalmente com ações em defesa e para a difusão do livro, da leitura, da literatura e da biblioteca na Paraíba organizado em parceria entre a APBPB e a Academia Brasileira de Cordel do Vale do Paraíba. Também teve a participação da diretoria da associação e do conselho (CRB15) na Audiência Pública em alusão à aplicação da Lei Federal n 12.244/2010 no estado da Paraíba. Também houve a divulgação e organização de eventos tais como Fórum Paraibano de bibliotecários, caminhada do Dia do Bibliotecário e o Encontro Paraibano de Biblioteca Escolar.

A Paraíba é atendida pelo Conselho Regional (CRB15) que inclui também os bibliotecários do Rio Grande do Norte. O Conselho Regional disponibiliza informações que são iniciativas do Conselho Federal como as mudanças no código de ética, regulamentação da elaboração da ficha catalográfica, política nacional de leitura e escrita. Em nível regional, tem informações sobre as fiscalizações, vagas em aberto, eleições, convênios feitos pelo CRB15. No *site* do CRB15 é possível ver a divulgação da audiência pública sobre a aplicação da Lei n 12.244 nas escolas públicas de João Pessoa, além das informações sobre fiscalização e convênios. Sobre a Associação Profissional de

Bibliotecários do Rio Grande do Norte não foi possível encontrar nenhum *site* ou *fanpage* ativo para coletar informações sobre as ações.

No Estado da Bahia, tem a Associação de Bibliotecários Documentalistas do Estado da Bahia (ABDEB) e também a atuação do Conselho Regional de Biblioteconomia que atende Bahia e Sergipe (CRB5). Em relação as ações da ABDEB, não foi possível encontrar *site*, mas coletou-se algumas informações na *fanpage* pois é uma associação que está em fase de estruturação. No período de coleta, houve divulgação de importantes campanhas sobre leis e programas que dizem respeito à área como a Lei 12.244, inclusão do bibliotecário no PL 9.257/17, que trata da Política Nacional do Livro, regulamentação da profissão de Técnico em Biblioteconomia (PLC-15/2017), atualização do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, divulgação de vagas de emprego e concursos públicos, eventos como Dimensão Educativa das Bibliotecas Escolares e também para o evento sobre Educação Patrimonial - Atuação das Instituições Culturais em Tempos de Crise.

O CRB5 abrange os estados de Bahia e Sergipe, em sua *fanpage* e no *site*, tem divulgação de eventos tais como II Encontro sobre livro, leitura e inclusão social no semiárido baiano, cursos e eventos. Também tem uma notícia sobre uma reunião do CRB5 com a Secretaria de estado da Cultura de Sergipe sobre melhorias nas bibliotecas públicas. Também tem a divulgação de um Programa do Ministério Público da Bahia em parceria com o CRB-5 e outras instituições. Trata sobre saúde e educação de qualidade para todos onde visa desenvolver ações para efetivar os direitos de cidadania de crianças, adolescentes e enfermos, contribuindo para a prestação de serviços públicos de qualidade nas áreas de saúde e educação.

No Sergipe, tem também a Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE) que em seu *site* tem divulgação do relatório das ações de 2015, porém não se encontrou as ações de 2016 e 2017. Além disso, tem a divulgação da campanha da FEBB “Eu amo, eu quero biblioteca” e também de cursos. No relatório de 2015 consta divulgação dos cursos e eventos promovidos pela APBDSE, participação da diretoria em eventos da área e reuniões da FEBAB, convênios e a elaboração de um projeto para a criação do sistema estadual de bibliotecas públicas para atendimento à lei 12.244.

No Maranhão, não tem associação filiada à FEBAB, mas tem o Conselho Regional de Biblioteconomia 13ª Região, porém no *site* tem

link chamado “Programas e Ações”, mas não consta nenhuma informação. No *link* eventos, aparece um único organizado pelo CRB13 que foi o II Seminário de Informação e Documentação Jurídicas do Maranhão – SEDIJur/Ma. No *link* “Acesso a Informação”, aparece a opção “Programas e projetos”, porém aparece somente divulgação de eventos diversos da área. No *Facebook* houve a divulgação da participação do CRB13 em atividades de mediação de leitura na XXI FELIS (feira do livro) em São Luiz, além da divulgação de vagas, concursos, eventos promovidos no País. Infelizmente não há divulgação de nenhuma ação política em prol de bibliotecas públicas, escolares ou comunitárias no estado do Maranhão dentro do período de pesquisa.

Em Pernambuco tem a Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco, porém seu *site* estava fora ar (www.apbpe.org.br) e não foi encontrada nenhuma página no *Facebook*. No *site* do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB4) que abrange Pernambuco e Alagoas, tem divulgação de cursos e eventos, mas não há nada registrado no *link* Programas e Projetos. No *link* Notícias trata somente sobre anuidades. Não foi encontrada página no *Facebook*.

Em Alagoas, tem a Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia (AAPB), no *Facebook* foi encontrado somente divulgação de cursos eventos, o *site* estava fora do ar (www.aapb.org.br).

Ações Realizadas no Norte

Têm dois conselhos regionais, um que abarca Pará, Amapá e Tocantins (CRB2) e outro que abrange bibliotecários atuantes no Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia (CRB11). Não há sindicatos ativos na região norte do País, embora em 2015 tenha começado um movimento para criação do Sindicato de Bibliotecários dos Estados Pará, Amapá e Tocantins (SINBIB). Quanto às associações, não há ainda associações filiadas a FEBAB, existem duas que começaram a se organizar em 2017, uma em Manaus e outra em Belém.

No *link* Publicações no *site* do CRB2 é possível verificar as ações realizadas entre 2015 e 2017 nos boletins quadrimestrais como a realização de eventos alusivos ao Dia do Bibliotecário, participação de eventos como no 2º Seminário Paraense de Documentação e Informação Jurídica, apresenta relatórios de fiscalizações, participação

dos membros do CRB2 nas assembleias do Conselho Federal, na feira de livros (Feira Pan-Amazônica de Livros) da região onde o conselho teve um stand e divulgou a Lei 12.244, também participou do encontro dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas da Região Norte onde discutiu-se o Programa Território Leitor. Em 2016, foi divulgada uma nota de repúdio ao prefeito Zenaldo Coutinho que queria extinguir cargos na cidade de Belém, entre eles o de bibliotecário, assim como reuniões na assembleia legislativa para aprovação de projetos que beneficiem profissionais da área de Biblioteconomia.

Na Região Norte tem também o Conselho Regional 11. Região que abrange estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Em seu *site*, tem o *link* Publicações, o *link* chamado Notícias e outro que diz respeito ao Acesso a Informação em que constam dados sobre as fiscalizações do conselho da região. Além dos relatórios de fiscalização e atuação, no *site* tem também divulgação de eventos em geral, notícias sobre o jubileu de ouro de 50 anos do curso de Biblioteconomia da UFAM. O *link* Publicações encaminha para repositório institucional do Conselho Federal de Biblioteconomia. No *link* de Acesso à Informação, constam informações administrativas e financeiras. Não há menção de outras ações, programas e projetos do CRB11 na região que abarque os estados supracitados nos *sites*.

Na página do *Facebook*, é possível identificar algumas ações como a participação do CRB11 no Projeto Livro Vivo do III BiblioArt, campanhas sobre o bibliotecário, participação do CRB11 na Reunião com o Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Rondônia Deputado Anderson Pereira, organização de eventos alusivos ao Dia do Bibliotecário e compartilhamento de outras notícias sobre a área.

Breves Considerações

Ao analisar as ações e iniciativas empreendidas pelas entidades de classe da área de Biblioteconomia no Brasil no que tange à atuação política dos sindicatos, associações e conselhos regionais em prol do fortalecimento, visibilidade e consolidação da profissão e da área no País percebe-se que o movimento ainda é tímido e precisa avançar principalmente nas formas de ação, sejam individuais ou coletivas.

A ação política extrapola o ato de governar ou se relacionar somente às práticas do Estado, nesse modo, as entidades profissionais de Biblioteconomia podem representar os interesses coletivos para influenciar e determinar mudanças, seja no comportamento dos próprios profissionais ou para negociar estrategicamente melhorias nas políticas públicas voltadas à educação, cultura e leitura no País.

Essas relações sociais advindas da cooperação entre os membros das entidades, profissionais e representantes das universidades que formam os bibliotecários auxiliam nos processos de socialização e construção de uma nova identidade profissional para o bibliotecário.

Refletir sobre o fazer profissional pautado nas ações políticas empreendidas por associações, conselhos e sindicatos de Biblioteconomia no Brasil analisadas aqui pode resultar em proposições para avançar nas causas legítimas e valorizam a profissão. Para isso, é necessário que as entidades promovam maior união e alinhamento entre suas práticas e projetos, bem como divulgação e transparências nas ações.

Desse modo, levando em consideração o conceito de participação e atuação política de Bobbio (1998), as ações das entidades de classe de Biblioteconomia no Brasil estão enquadradas no primeiro nível que condiz ao patamar mais passivo que envolve a presença, seja em manifestos, em alguns atos políticos, em cartas de repúdio, em plenárias, em assembleias legislativas ou mesmo câmaras de vereadores, representações nos colegiados universitários, entre outras iniciativas que denotam comportamentos mais passivos.

Observa-se pelo relato das ações divulgadas em boletins informativos, relatórios, revistas eletrônicas, posts nas *fanpages* do *Facebook* e demais *links* nos *sites* das entidades, é necessário avançar as ações para o segundo e terceiro nível de participação política defendida por Bobbio (1998) que se relaciona às atividades práticas de manifestações públicas, campanhas eleitorais, militâncias dentro de partidos políticos e organizações políticas, assim como eleição de bibliotecários e bibliotecárias a cargos no poder executivo e legislativo, na esfera municipal, estadual e federal, ou mesmo na direção e liderança dos partidos políticos.

Nesse sentido, um dos movimentos mais vistos foram algumas parcerias com Ministério Público e conscientização com pré-candidatos a prefeituras municipais nas eleições de 2016 em alguns estados no que

tange à Lei 12.244, assim como manifestações em forma de abaixo-assinado e notas de repúdio emitidas pelas entidades para mostrar sua insatisfação com algumas ações governamentais como foi o caso do PL 9.257/17,

Importante ressaltar a lacuna deixada pela inexistência de sindicatos na maioria dos estados da federação. Isso impede a existência de um Sindicato Nacional dos bibliotecários, na medida em que o artigo 522 da CLT em seu artigo 534 aponta que “[...] é facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou de profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação [...]” (BRASIL, 2000). Dessa maneira, a existência de 5 sindicatos permitiria a criação de um sindicato que representasse a classe nacionalmente, no entanto, o número deles hoje é de três ativos, número pífio em um País com 26 estados e 1 Distrito Federal. Tendo em vista, que cabe aos sindicatos e apenas a estes tratar de questões salariais.

Tendo em vista, que contemporaneamente, a sociedade passa por um complexo momento de transformações, jogo de forças, embates nos mais diversos campos, a Biblioteconomia não pode manter-se isenta e alijada da participação política, compreendemos ser esse momento de intensificação, reconquista da democracia, luta e constante diálogo com a comunidade à qual os bibliotecários se inserem. Entendemos, assim, que a única forma democrática de resgatar o caráter participativo da área é garantindo os espaços de diálogo com os estudantes e permitindo que estes tenham amplo conhecimento e acesso desde a graduação de seu papel político enquanto profissional da informação. Nesse sentido, parabenizamos a Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB) pela criação do Grupo de Acadêmicos de Biblioteconomia, composto exclusivamente por graduandos, visando fortalecer o movimento estudantil nas universidades que contemplam o curso no Estado de Santa Catarina.

Findamos este capítulo com esperança de uma classe mais engajada politicamente, relembramos assim, as palavras de Pablo Neruda:

Enquanto isso trepam os homens pelo sistema solar... Ficam pegadas de sapatos na Lua... Tudo se esforça por mudar, menos os velhos sistemas... A

vida dos velhos sistemas nasceu de imensas teias de aranha medievais... Teias de aranha mais duras que os ferros das máquinas... No entanto, há gente que acredita numa mudança, que praticou a mudança, que fez triunfar a mudança, que fez florescer a mudança... Caramba!... A Primavera é inexorável! (NERUDA, 1999, p.240).

Referências

ABBOTT, Andrew. **The system of professions**: An essay on the division of expert labour. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO. **Missão e objetivos**. 2018. Disponível em: http://www.abrainfo.org.br/missao_e_objetivos Acesso em: 09 jan. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4.ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998. 2v.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho**. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. 104.ed. São Paulo: Atlas, 2000. Coletânea de Legislação.

CORRÊIA, E. C. D.; PRADO, J. M. K. Internet e mídias sociais como canais de promoção de integração e cidadania. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v.2, n.2, p.29-42, maio/ago. 2015.

DUTRA, Sigrid Karin Weiss; PINTO, Marli Dias de Souza; GERALDO, Genilson. Agenda 2030: uma proposta de *advocacy* junto às bibliotecas das universidades públicas de Florianópolis- SC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1964/1965>. Acesso em: 10 jan. 2018.

EU AMO BIBLIOTECA, EU QUERO. [201-?]. Disponível em: <http://www.febab.org.br/euamobiblioteca/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Missão e Histórico**. 2012. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/missao/historico/>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber: professores e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.11, n.31, jun. 1996, p.141-154. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_08.htm>. Acesso em: 10 dez. 2010.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: EDUSP, 1998.

NERUDA, Pablo. **Confesso que vivi**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

RIBEIRO, Alexsander; MIRANDA, Angélica; REIS, Juliani. Movimento associativo e entidades de classe: discussões possíveis na Ciência da Informação, pesquisa sobre produção científica existente. IN: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25., Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013. **Anais eletrônico...** Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1536/1537>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RODRIGUES, Maria Lourdes. **Sociologia das profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

MORAES, Marielle; SILVA, Jonathas Luís Carvalho e; SILVA NETO, Casemiro. Um pouco de história do sindicalismo brasileiro e a organização sindical do bibliotecário. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v.18, n.43, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-68133461.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Órgãos de classe: constituições no campo da CI, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Revista Biblioo: Cultura Informacional**, Rio de Janeiro, 23 dez. 2016. Disponível em: <http://biblioo.cartacapital.com.br/orgaos-de-classe/> Acesso em: 3 jan. 2018

SPUDEIT, Daniela F. A. de O.; FUHR, Fabiane. Sindicatos de bibliotecários: história e atuação. **Transinformação**, Campinas, v.23, n.3, p.235-249, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v23n3/a06v23n3.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SPUDEIT, D. F. A. O.; MORAES, M. B.; CORRÊA, E. C. D. Formação política do bibliotecário no brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v.3, n.1, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/22696>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

CAPÍTULO 9

O BIBLIOTECÁRIO (IN)VISÍVEL: O PODER E AS NARRATIVAS NA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO

Cristian José Oliveira Santos Brayner

Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas Mattos

Introdução

Antes de dar início à discussão do objeto do presente texto, a saber, as narrativas erigidas em torno de uma proposição legislativa destinada a alterar a Política Nacional do Livro, é interessante refletir, ainda que brevemente, a respeito do papel político do profissional de Biblioteconomia, bem como sua influência nas políticas públicas, principalmente as que se relacionam com a área. A linguagem de Bertolt Brecht¹, em virtude de seu alto grau de significação, pode colaborar nesta empreitada:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos [...] (BRECHT, [198-]).

Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis. (BRECHT, [198-]).

Numa perspectiva livre e generosa, ao apresentar o analfabeto político, Brecht evoca, inclusive, aqueles profissionais que ignoram, de forma consciente ou não, a importância da participação nos espaços fora das fronteiras de suas bibliotecas, costumeiramente erigidas a partir de práticas tecnicistas divorciadas do intelecto e alheadas da sociedade que se balança, desde sempre, entre a tradição e a modernidade. A figura desse sujeito pode, também, nos reportar para aqueles que, mesmo dotados de certo nível de percepção quanto à

¹ Bertolt Brecht (1898-1956) foi um dramaturgo, romancista e poeta alemão cuja obra questionava a ideologia dominante e abrangia questões sociais da época.

importância dessa intervenção na arena pública, inclusive para a manutenção de seus próprios interesses, não se dispõem a assumir qualquer atitude conscientemente política. Isso faz com que sucumbam ao seu cotidiano, concebido, equivocadamente, como realidade estável, vinda de fora e dificilmente alterável, colaborando, assim, com a manutenção do *status quo*. Essa falta de participação política enfraquece o coletivo do qual o indivíduo faz parte, ainda que o ignore, incluindo as políticas públicas que entrelaçam sua atuação profissional, as percepções forjadas de bibliotecas e do bem simbólico livro.

Não se pode negar, entretanto, a existência de profissionais que, a exemplo do segundo poema de Brecht, se tornam imprescindíveis, pois dedicam parte de sua vida à luta em prol da classe e, de forma mais ampla, ao fortalecimento de certos modelos de práticas de leitura e de equipamentos culturais que consideram mais adequados para a maioria da sociedade. Estes participam de debates, se filiam a associações e sindicatos, assumem direções de conselhos, realizam projetos sociais e se envolvem na política partidária. Sabem que, mesmo a passos lentos, é necessário continuar lutando. Eles reconhecem, ainda, que os espaços institucionalizados de poder são caracterizados por certa fluidez, passíveis, portanto, de sofrerem reconfigurações em maior ou menor grau.

Nesse sentido, a primeira estratégia destinada a fomentar a intervenção consciente e continuada por parte dos bibliotecários na arena política se dá no campo do conhecimento. De fato, como será analisado adiante, um dos recursos garantidores de políticas públicas destinadas aos mais vulneráveis é a informação. É sempre arriscado e ingênuo acreditar que toda política pública, em si mesma é boa. Ora, políticas públicas são reflexos de interesses e objetivos de grupos sociais detentores de um conjunto de recursos de que outros são privados. Por isso, a defesa ou o rechaço de qualquer política implica, primariamente, no estabelecimento do *lócus* de onde ela foi erigida. Em outros termos, é fundante perguntar: quem a construiu? A partir daí, grupos sociais, inclusive os de pouca influência na estrutura formal de poder, estabelecem uma relação de avizinhamo ou de estranhamento quanto às narrativas do Estado a respeito das políticas públicas culturais que, supostamente, deveriam atender as demandas da parte majoritária da malha social.

O esquadramento desses textos oficiais, repletos de brasões e adjetivos, nos leva a identificar os interesses envolvidos, bem como os atores que os defenderam, evidenciando a maior participação de alguns setores da sociedade em detrimento de outros. Do mesmo modo, a não intervenção de certos atores, seja por desinteresse, desconhecimento da liturgia do Estado ou, mesmo, boicote, fica explicitada pela mitigação ou, mesmo, invisibilização de suas demandas, seja enquanto categoria profissional, seja enquanto porta-voz de grupos sociais mais vastos. Ao mesmo tempo em que o texto legitima, ele interdita, seja expressamente, seja por meio do silenciamento. Portanto, não se pode, sob o risco de incorrer na ingenuidade, ignorar a relação estreita entre poder e escrita, como bem ressaltou Barthes (1971, p.32)

[...] a escritura [...] está sempre enraizada num além da linguagem, desenvolve-se como um germe e não como uma linha, manifesta uma essência e ameaça um segredo, é uma contra comunicação, intimida. Encontrar-se-á pois, em toda a escritura, a ambiguidade de um objeto que é ao mesmo tempo linguagem e coerção; há no fundo da escritura uma “circunstância” estranha à linguagem, há como que o olhar de uma intenção que já não é mais a da linguagem. [...] a escritura, então, encarrega-se de reunir de uma só vez a realidade dos atos e a idealidade dos fins. É por isso que o poder ou a sombra do poder acaba sempre por instituir uma escritura axiológica, na qual o trajeto que habitualmente separa o fato do valor é suprimido no espaço da palavra [...].

No presente trabalho, pretende-se analisar, particularmente, as práticas discursivas envolvidas no processo de alteração, na seara legislativa, de uma política pública cultural intitulada Política Nacional do Livro. Trata-se do Projeto de Lei nº 9.257, de 2017, destinado a alterar a Lei nº 10.753, de 2003, que, por sua vez, instituiu a Política Nacional do Livro. Na proposição supramencionada, seu autor, o deputado Rafael Motta (PSB/RN), almeja incluir os chamados “mediadores de leitura” como atores da Política Nacional do Livro, ao lado de outros protagonistas já contemplados na Lei vigente supramencionada. Em outros termos, pretende-se apresentar algumas estratégias discursivas de poder destinadas a re(construir) uma política

pública, identificando os mecanismos conflitivos e apaziguadores adotados na confrontação de interesses na arena política.

Política Pública: conceitos

Como resultado de um longo e conturbado processo político, o Estado, a partir do Século XX, passa a reconhecer, gradativamente, alguns direitos sociais, inserindo-os em seus ordenamentos jurídicos. Deste modo, a atuação da aparelhagem estatal, restrita a garantir o respeito aos valores individuais apregoados pelo liberalismo, como a segurança da propriedade privada, é ampliada. O progresso da ciência exerceu um importante papel nesse processo, exigindo por parte do Estado uma postura mais proativa no sentido de não, simplesmente, atribuir-se o papel de agente responsável pela paz social, mas de estabelecer metas e estratégias efetivadoras do firmado em ato normativo. As políticas públicas, inclusive as culturais, são desdobramento desta ampliação de pautas protagonizadas pelo Estado, até então muito restrito em garantir o exercício das liberdades individuais.

O fato é que, ao envolver outras pautas até então ignoradas, os embates políticos envolvendo os diversos atores se tornam acirrados. De fato, “relações culturais são por natureza, conflituosas” (BRANDÃO, 2005, p.82). É nesse sentido que uma política cultural, longe de se restringir ao campo do fazer, do realizar, é espaço narrativo disputado, “[...] confronto de ideias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos” (MCGUIGAN, 1996, p.1).

O clima na arena política tende a se intensificar à medida que os personagens tratarão de estabelecer estratégias destinadas a influenciar as decisões da máquina pública, garantindo, assim, que as políticas públicas atendam às suas expectativas. É nesse sentido que estas não podem ser analisadas, simplesmente, dentro da perspectiva da natureza do Estado e das instituições a ele vinculadas, mas, também, ao comportamento do governo, o que envolve, necessariamente, discorrer a respeito das tensões presentes na escolha de determinadas ações em detrimento de outras. Essa segunda perspectiva, de viés norte-americano, é que garantiu o desenvolvimento de estudos em políticas públicas nos países democráticos, já que “aquilo que o governo

faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2007, p.67)

Em virtude do reconhecimento da intervenção de outras entidades e sujeitos na constituição de políticas públicas, não se parece adequado cultivar a ideia de que o Estado é o titular exclusivo das políticas públicas. Isso fica evidenciado, inclusive, por meio da identificação dos campos de investigação da política. De fato, o estudo da chamada “arte da ciência do Estado” compartilha, no campo epistemológico da política, espaço com o fenômeno do poder, que permeia, mas extrapola os limites da máquina estatal e os seus tentáculos. (SCHMITTER, 1974). À luz dessa perspectiva é que se lança a pergunta: Por que o governo escolhe uma ação em detrimento de outras?

Desse modo, uma abordagem multicêntrica se contrapõe a estadocêntrica por cultivar a ideia de que tais políticas são públicas, não estatais, destacando, desse modo, o protagonismo desempenhado por outras entidades na confecção destas. Uma das vantagens de se recorrer a essa abordagem é evitar que estabeleça, antecipadamente, o papel das entidades na deflagração da política pública, como se os limites fronteiros entre as ações a serem deflagradas fossem totalizantes (SECCHI, 2009).

Vale ressaltar que toda política pública deve ser avaliada a partir de quatro operações condicionadoras das relações entre o estado e a sociedade. São elas: 1) Descrição do conteúdo da política; 2) Esquadrinhamento do impacto das forças políticas e econômicas; 3) Avaliação dos efeitos dos arranjos institucionais e do processo político; 4) Avaliação dos resultados das políticas públicas na sociedade. Tentar-se-á analisar o impacto de algumas forças políticas e econômicas na elaboração da Lei, bem como da proposição que pretende alterá-la, recorrendo, para isso, aos próprios textos oficiais, bem como de outros que pretenderam servir de contraponto a proposta original, encabeçada por outros atores.

A Política Nacional do Livro

A primeira política pública para as áreas de livro, leitura, literatura e biblioteca foi a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas. Vinculado ao recém-

criado Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo ministro era Gustavo Capanema, o INL tinha as competências de criar estratégias para baratear a edição de livros no País e a importação de livros, auxiliar as bibliotecas públicas, editar obras raras de interesse para a cultura nacional e elaborar uma enciclopédia e um dicionário nacional. A última atividade nunca foi realizada.

Em 30 de outubro de 2003, foi promulgada pelo então presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva, a Lei nº 10.753. Por meio dela, foi instituída no Brasil a Política Nacional do Livro. Proposta pelo então senador José Sarney e constituída por 19 artigos, a Lei se configura, fundamentalmente, como um conjunto de narrativas destinadas a conceituar objetos e personagens envolvidos na seara do livro e da leitura, como a difusão, a editoração, a distribuição e a comercialização.

O ato normativo principia-se pela apresentação das doze diretrizes da presente política (art. 1º). O acesso e o uso do livro são definidos como direito a ser assegurado. Não passa despercebida a diligência por parte do legislador em atribuir esse direito ao “cidadão”, firmando, desse modo, uma relação inequívoca entre esse bem cultural e o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, o direito de consumir esse bem cultural é encarado como resultado do seu status de cidadão, o que, por sua vez, garante com que essa condição seja fortalecida pela prática da leitura.

Em seguida, o livro é elevado ao status máximo de produto cultural. De fato, o legislado reconheceu, no mesmo dispositivo legal, sua primazia entre todos os outros bens destinados a transmitir e a preservar o conhecimento, bem como seu caráter insubstituível. Para isso, ocupou-se em definir o livro, entendendo-o como “a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento”, e equiparando sete formatos a ele, desde mapas, livros digitais e álbuns para colorir. Observa-se, quanto a esse aspecto, o movimento de sístole e de diástole deflagrado pelo legislador.²

Embora reconheça as fontes impressas em diversos formatos, equiparando-as, inclusive, ao livro, o que lhes garante,

² Sístole e Diástole são os dois movimentos do coração, ou seja, os movimentos de avanço e recuo em relação as políticas públicas.

indiscriminadamente, imunidade tributária nos termos do Artigo 150, inciso VI, alínea *d*, da Constituição (Art. 4º), estabelece o livro em papel como formato por excelência. De fato, no presente texto legal, somente o livro foi objeto de controle, obrigando o editor a adotar, o Número Internacional Padronizado, conhecido por ISBN, bem como a ficha de catalogação para publicação (art. 6º). Ademais, é prevista a criação de linhas de crédito específicas para as editoras e as distribuidoras (art. 7º).

Todas essas ações, tanto de controle do processo produtivo do livro, quanto da oferta de formas de financiamento têm por fim garantir o cumprimento de objetivos arrolados nas diretrizes gerais da Política (capítulo I). Além de reconhecer a leitura como direito que nasce e que fortalece a cidadania, a Lei em questão arrola outras diretrizes, verdadeiros objetivos. São eles:

- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
- VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
- VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;
- IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;
- X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;
- XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;
- XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (BRASIL, 2003).

Dentre elas, os incisos X e XI terão particular destaque no texto legislativo. O verbete “biblioteca” aparece sete vezes no curso da Lei nº 10.753. Nascendo do compromisso de criar e expandir as bibliotecas no País (inciso X), o legislador determinará algumas ações destinadas a

garantir o cumprimento desse fim. Se para as editoras são propostas linhas de crédito vantajosas, as bibliotecas deveriam ser contempladas, anualmente, com programas destinados a renovar e a incrementar os seus acervos bibliográficos, inclusive em braile. A tarefa, de competência do Poder Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal, beneficiaria três tipos de bibliotecas, a saber: as públicas, as universitárias e as escolares (art. 7º, parágrafo único).

O artigo 16 é ainda mais promissor, determinando que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignem verbas, em seus orçamentos, não apenas destinadas a aquisição de acervos, mas para a manutenção do equipamento cultural como um todo. No âmbito do Poder Executivo Federal, a rubrica destinada para modernizar e ampliar os programas de incentivo à leitura, bem como o que se chamou de “sistema bibliotecário” seria feita por meio do Fundo Nacional de Cultura (art. 17).

É, também, exigido, que o Poder Executivo Federal estabeleça, de forma objetiva, um acervo bibliográfico mínimo para as bibliotecas escolares, sendo essa condição *sine qua non* para a autorização das mesmas junto aos sistemas de ensino (art. 13, “c”). E, finalmente, o livro, na Administração Pública, passa a ser reconhecido como bem de consumo, facilitando, sobremaneira, seu descarte, e otimizando, portanto, as atividades do desenvolvimento das coleções nas bibliotecas financiadas pelo Estado (art. 18).

Observa-se, a partir da análise destes dispositivos, que a biblioteca, de fato, alcançou destaque no texto final da Política Nacional do Livro. Curiosamente, o mesmo não ocorre com o bibliotecário, profissional responsável, segundo a própria Legislação Federal, de administrar as bibliotecas. De fato, o bibliotecário sequer é citado na Lei em questão, ao contrário de outros personagens também vinculados ao livro. São eles: os autores, editores, distribuidores e livreiros. São esses os protagonistas das ações envolvendo o livro e a leitura no País. Destinado a pulverizar possíveis imprecisões em relação a esses atores, o legislador se ocupou, diligentemente, em defini-los, estabelecendo fronteiras semânticas claras entre eles:

Art. 5º Para efeitos desta Lei, é considerado:
I - autor: a pessoa física criadora de livros;

II - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

III - distribuidor: a pessoa jurídica que opera no ramo de compra e venda de livros por atacado;

IV - livreiro: a pessoa jurídica ou representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros.

No andamento da proposição nas duas Casas Legislativas – Câmara dos Deputados e Senado Federal – não houve nenhuma manifestação da parte de parlamentares em favor da nomeação do bibliotecário no rol de protagonistas das políticas públicas do livro. Da parte dos órgãos representativos dos bibliotecários – Conselho Federal, conselhos regionais, Federação das Associações dos Bibliotecários, associações e sindicatos – imperou o mais absoluto silêncio. Essa apraxia, tanto das instituições, quanto dos agentes individuais em prol da inclusão do profissional bibliotecário nessa Política, justifica, ainda que parcialmente, a formulação da mesma. Ademais, merece ressaltar a articulação poderosa das entidades do mercado livreiro na invisibilização de outros personagens que viessem a questionar seus interesses. A percepção objetivada do legislador de que a biblioteca é, fundamentalmente, um lugar de livros, ignorando, por completo, a inequívoca atuação do bibliotecário na construção destes espaços simbólicos, tantos físicos quanto digitais, pode, também, ser um sinal de forte atuação do lobby dos editores.

A intervenção desses atores individuais e coletivos, inclusive os que encaram o livro como mero produto comercial, estão submetidos, necessariamente, a uma série de estruturas sociais, políticas e econômicas. O conhecimento dessas esferas de poder e dos outros atores envolvidos, contribuem, sobremaneira, na delimitação dos objetivos, bem como na escolha das melhores estratégias destinadas a potencializar as ações. Nesse sentido, o conhecimento se inclui, perfeitamente, entre os recursos necessários, juntamente com o orçamento e a capacidade de recursos humanos, para o sucesso de uma política pública. No caso, em questão, é plausível conjecturar até que ponto que a inação tenha sido resultante do desconhecimento da pauta do autor do projeto de lei ou, mesmo, do processo legislativo, o que

permitiria as entidades bibliotecárias e, mesmo a algum bibliotecário ter atuado de forma individualizada no âmbito do Congresso Nacional.

Em dezembro de 2017, o deputado Rafael Motta (PSB/RN) apresentou o Projeto de Lei nº 9.257, visando alterar a referida Política. Pela proposta, o artigo 1ª da Lei passaria a vigorar com a seguinte redação: “Esta Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes: [...] propiciar aos autores, editores, distribuidores, mediadores de leitura e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei”. Em outros termos, nessa proposta os chamados “mediadores de leitura” são incorporados a Política Nacional do Livro. Segundo o autor da proposição, o objetivo é “oficializar a função dos profissionais mediadores e garantir ações continuadas de estímulo e formação de leitores”

O parlamentar justifica a aprovação do Projeto de Lei do seguinte modo:

[...] existe uma lacuna na Política Nacional do Livro, que impede sua plena eficácia. O dispositivo legal contemplou em seu texto os autores, editores, distribuidores e livreiros, mas esqueceu dos atores imprescindíveis na promoção do encontro entre o livro e os leitores, que são os mediadores de leitura.

De acordo com a educadora Yolanda Reyes, especialista colombiana em fomento à leitura e formação de leitores, mediadores de leitura são aquelas pessoas que estendem pontes entre os livros e os leitores, ou seja, que criam as condições para fazer com que seja possível que um livro e um leitor se encontrem. Além de livros, um mediador de leitura lê seus leitores: quem são, o que sonham e o que temem, e quais são esses livros que podem criar pontes com suas perguntas, com seus momentos vitais e com essa necessidade de construir sentido que nos impulsiona a ler, desde o começo e ao longo da vida.

Em outras palavras, mediador é o facilitador da relação entre o cidadão e o livro. (BRASIL, 2017)

Embora o termo “mediador de leitura” seja naturalmente amplo a ponto de apontar para um leque considerável de profissionais

envolvidos em ações destinadas ao fomento da leitura, em particular da literatura, a proposição legislativa é incisiva em definir esse agente: “Considera-se mediador de leitura, para efeitos desta Lei, o educador com perfil leitor capaz de fazer a promoção da leitura e do livro, e esteja vinculado a Bibliotecas ou a uma rede de ensino, pública ou privada” (BRASIL, 2017, Art. 13-A). Em outros termos, o bibliotecário, nessa proposição, não é considerado promotor do livro e de qualquer prática de leitura.

Caso a proposição seja aprovada nos mesmos termos apresentados pelo seu autor, o deputado Rafael Motta (PSB/RN), privilegiará a atuação do professor que atua em bibliotecas escolares, garantindo-lhe a competência exclusiva de difundir o bem cultural livro por meio das estratégias de leitura. Ademais, a proposição, se aprovada, beneficiará o professor, único disseminador da leitura no espaço escolar, segundo a proposição, por meio de um programa formativo. É o que estabelece o inciso V, artigo 13 do projeto de Lei:

Art. 13. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, as seguintes ações em âmbito nacional:
V – promover a formação continuada das pessoas que trabalham na mediação de leitura, nos setores editorial, gráfico, criativo e livreiro em todo o território nacional. (BRASIL, 2017)

Em resposta, foi criado na plataforma Change, um abaixo-assinado³ destinado a sensibilizar o autor da proposição a respeito da necessidade de se incluir o bibliotecário na Política supramencionada. A meta de cinco mil assinaturas foi alcançada em, apenas, cinco dias, sendo entregues ao Conselho Federal de Biblioteconomia para o uso no tempo adequado. Os termos do abaixo-assinado foram os seguintes:

³ Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9D3F72039D9F1C99C6E328B4A8DBDFA0.proposicoesWebExterno1?codteor=1629373&filename=PL+9257/2017. Acesso em: 22 jan. 2018.

Senhor deputado Rafael Motta,
Vimos, por meio desta, parabenizá-lo pela autoria do Projeto de Lei nº 9.257/2017, que altera a Lei nº 10.753/2003, incluindo na Política Nacional do Livro, os mediadores de leitura. De fato, estes agentes, definidos na proposição supramencionada como educadores vinculados à biblioteca (artigo 13-A), exercem um papel importante no desenvolvimento dos hábitos de leitura.

Com o intuito de aperfeiçoar a vossa proposta, sugerimos que inclua, expressamente, no mesmo inciso do artigo em questão, a figura do bibliotecário. O bibliotecário, mesmo no campo etimológico, evoca aquele que trata tecnicamente o livro, com o intuito de fomentar o seu uso. De fato, bibliotecário vem do grego, “biblion”, evocando a figura dos livros, ou, de forma mais ampla, todos materiais bibliográficos. Portanto, o bibliotecário é, por excelência, o profissional responsável em mediar a leitura, seja ela de natureza técnica, educacional ou recreativa. Não por acaso, o Estado brasileiro regulamentou a profissão, estabelecendo competências exclusivas para o portador de diploma de bacharel em Biblioteconomia (Lei 4084/1962). Em outros termos, não se concebe uma política nacional de livro sem visibilizar o papel do bibliotecário.

Em respeito ao ordenamento jurídico brasileiro e, em particular, ao trabalho desenvolvido por mais de 30 mil bibliotecários brasileiros em prol da cultura e da cidadania, solicitamos que, em seu projeto de lei supramencionado, este profissional seja incluído no rol dos protagonistas das ações em defesa da disseminação do livro.

Atenciosamente (ABAIXO ASSINADO, 2017)

Alguns elementos do abaixo-assinado merecem ser analisados. Embora discordando dos termos do Projeto de Lei, que outorga a competência exclusiva da mediação de leitura em bibliotecas escolares aos professores, o tom adotado pelos que assinaram o instrumento de pressão foi respeitoso. Ainda que em prol do bibliotecário como, “por

excelência, o profissional responsável em mediar a leitura, seja ela de natureza técnica, educacional ou recreativa”, não se constrói uma narrativa de defesa de um direito a partir da negação ou minimização do direito do outro.

A estratégia é exatamente contrária: reconhecer a atividade desempenhada pelos docentes em prol da leitura no espaço escolar – “estes agentes, definidos na proposição supramencionada como educadores vinculados à biblioteca (artigo 13-A), exercem um papel importante no desenvolvimento dos hábitos de leitura” – sem abrir mão do protagonismo do bibliotecário em qualquer tipologia de biblioteca, evocando, para isso, não apenas a legislação vigente, mas, sobretudo, a dimensão do corpo profissional, a saber, 30 mil bibliotecários.

Pode-se aventar que o abaixo-assinado serviu de marco inicial por parte de pessoas físicas e/ou jurídicas na montagem de uma agenda política. Assim, a demanda de uma ação na esfera pública, a saber, a inclusão dos bibliotecários na Política Nacional do Livro, se manifesta por meio de uma narrativa cuidadosamente construída a partir do reconhecimento de um problema e, tão importante quanto, de um modo particular de apresentá-lo.

Embora seja complicado estabelecer algum efeito do abaixo-assinado no momento presente, seria um equívoco negá-lo prontamente. Após a recolha das cinco mil assinaturas, meta firmada desde o início, a deputada Pollyana Gama (PPS/SP) foi indicada como relatora do projeto. Não é impossível que a presteza da parlamentar em tomar para si a relatoria da proposição tenha se dado a partir de uma manifestação coletiva, ou mesmo, individual por parte de um bibliotecário ou simpatizante da pauta.

De fato, a deputada, tem se revelado bastante sensível às pautas nos campos do livro, leitura, literatura e biblioteca, tendo, inclusive, proposto e presidido, em 2017, na qualidade de membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, duas audiências públicas destinadas a discutir projetos destinados a fomentar a leitura, particularmente, entre crianças e adolescentes em idade escolar, bem como avaliar as estratégias que estão sendo, possivelmente adotadas pelos governos em prol da efetivação da chamada Lei das Bibliotecas Escolares. O interesse da parlamentar se explica, parcialmente, pela sua atuação profissional como professora e escritora de livros infantis.

Ademais, não se pode ignorar o impacto eleitoral que o relatório tende a significar caso o dela, se incluir o bibliotecário na Política em questão.

Como esta proposição acabou de ser protocolada e, sabendo que o caminho de um projeto de lei até a sua possível promulgação é longo, os bibliotecários se beneficiam desta demora. De todo modo, é evidente que a inclusão do bibliotecário na Política Nacional do Livro somente se efetivará com um certo domínio por parte dos seus apoiadores no que Foucault (1997) intitulou de “tecnologia do saber”, no caso em questão, o processo legislativo, bem como estratégias destinadas a jogar luz sobre essa questão. Se o abaixo-assinado tem um valor em si mesmo, sendo amplamente usado nas sociedades democráticas como mecanismo de pressão, não se pode atribuir a ele a condição de, em si mesmo, e isoladamente, criar ou alterar uma política pública. Uma das estratégias regimentalmente estabelecidas pelas duas Casas do Congresso Nacional é a audiência pública. A partir da ágora das comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a proposta pode ser diligentemente explorada, e sob diversos aspectos, reduzindo, inclusive, um possível quadro de tensão entre profissionais na disputa de protagonismo pelo espaço da biblioteca escolar.

Considerações Finais

Embora o Poder Legislativo exerça o domínio de forma sistemática por parte do Estado, chamado por Foucault (1997, p.81) de “forma pura de poder”, é incontestável que parte dos instrumentos destinados ao exercício deste poder são costumeiramente plasmados por meio da participação de uma multiplicidade de sujeitos e entidade.

Conceber as políticas públicas como um destes instrumentos de construção coletiva é, certamente, importante, pois desnaturaliza, sobremaneira, a tese de que um texto legal é bom para todos. Parcela significativa das narrativas produzidas pelo Estado, inclusive no âmbito do Parlamento, são o resultado de embates entre pessoas e entidades que não compartilham da mesma perspectiva. A promulgação de uma lei, um decreto, uma portaria, representa, sempre, a visibilização de algumas vozes em detrimento de outras. É dentro, e somente dentro desse jogo melindroso de poder, que uma política pública pode refletir, de fato, o interesse da maioria da sociedade brasileira.

Se no curso da tramitação da proposição legislativa que culminou na Lei ordinária que instituiu a Política Nacional do Livro, o embate se deu entre a diligência do mercado livreiro, habilidoso na prática de um lobby agressivo e bem sucedido, e o descaso por parte das entidades bibliotecárias – o que acabou culminando num texto profundamente restritivo em relação a figura da biblioteca, reduzida a um mero conjunto de acervo de livros, o que atendeu, obviamente, os interesses das grandes editoras –, o Projeto de Lei nº 9.257 tende a perpetuar o estado de marginalidade do bibliotecário no espaço escolar.

É a partir dessa perspectiva de risco que a não inclusão do bibliotecário no projeto de Lei que altera a Política Nacional do Livro deve ser encarada. A proposição em questão, ao não contemplar o profissional bibliotecário, preferindo legitimar a intervenção de professores num equipamento cultural complexo como a biblioteca, além de ir de encontro a Lei nº 12.244 (BRASIL, 2010), não ressaltaria a necessidade de que toda a biblioteca tenha que ser gerenciada por um bibliotecário(a).

É possível, ainda, que no curso do processo legislativo, se recorra a dois argumentos para justificar a proposta do deputado Rafael Motta. Uma delas seria a falta de bibliotecários no País. Para essa questão específica, não parece adequado dar caráter oficial a uma anomalia social, e muito menos por meio de uma lei ordinária. O que se espera, em relação a falta de profissionais, é que o Poder Executivo, em toda as suas esferas, estabeleça mecanismos de média duração para que o problema seja sanado. Outra tentativa de outorgar plausibilidade ao Projeto de Lei seria a pouca ou nenhuma formação por parte dos bibliotecários no trabalho de mediação de leitura. Ora, se a proposição prevê formação continuada para os professores que atuam como mediadores de leitura, porque não fazer o mesmo em relação aos bibliotecários?

Soa bastante incoerente que, ao mesmo tempo que o País garante, legalmente, a todo cidadão o direito de ser atendido por um bibliotecário em sua biblioteca, seja no espaço escolar, seja no balcão de referência de uma biblioteca pública, vislumbre o docente “com perfil leitor” – ninguém sabe, ao certo, o que isso significa – como um produtor de narrativas, capaz de identificar os livros mais apropriados segundo a faixa etária e outros critérios, bem como de estabelecer

estratégias comunicacionais mais profícuas para fomentar o hábito da leitura no âmbito da comunidade escolar.

Talvez o único espaço pensado para o bibliotecário nas dependências da biblioteca seja a baía do processamento técnico. Dentro dessa perspectiva, sua atuação é findada logo após o número de chamada ser colado na lombada do livro. É possível que a não presença do bibliotecário tenha sido um mero lapso legislativo. Talvez o cuidado demonstrado por parte do autor em definir, restritamente, o mediador de leitura como o professor vocacionado ao livro e a leitura tenha sido um preciosismo. De todo modo, a única maneira de se por em xeque esses discursos, sanando as dúvidas e restabelecendo o papel que, de direito, cabe ao bibliotecário, é ocupar os espaços públicos, no caso em questão, o Congresso Nacional.

Referências

ABAIXO-ASSINADO. **Vamos lutar para que o bibliotecário seja incluído na Política Nacional do Livro**. 2017. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9D3F72039D9F1C99C6E328B4A8DBDFA0.proposicoesWebExterno1?codteor=1629373&filename=PL+9257/2017>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BARTHES, R. **O grau zero da escritura**. São Paulo: Cultrix, 1971.

BRANDÃO, J. A tradição da diversidade cultural (ensaio de tipologia). In: LOPES, A.; CALABRE, L. (Org.). **Diversidade cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005. p.47-88.

BRASIL. Congresso. **Câmara dos Deputados**. *Projeto de Lei nº 9.257, de 2017*. Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, os mediadores de leitura. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9D3F72039D9F1C99C6E328B4A8DBDFA0.proposicoesWebExterno1?codteor=1629373&filename=PL+9257/2017>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Institui a Política Nacional do Livro**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. Lei nº 12.244, de 2010. **Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BRECHT, Bertolt. **Antologia poética**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elo, [198-]. 132p. (Poesias selecionadas v.1)

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

MCGUIGAN, J. **Culture and the public sphere**. London: Routledge, 1996.

SECCHI L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **RAP**, Rio de Janeiro, v.43, n.2, p.347-369, mar./abr. 2009.

SCHMITTER, P. Still the century of corporatism? In: PIKA, F.; STRICH, T. (Eds.). **The new corporatism**: Social-political structures in the Iberian world. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1974.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, p.20-45, dez. 2006.

PARTE 2:
DIÁLOGO NECESSÁRIO SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA
NA BIBLIOTECONOMIA

CAPÍTULO 10
POR UMA BIBLIOTECONOMIA PROGRESSISTA:
MENOS TÉCNICOS, MAIS AGENTES
DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva

Introdução

De acordo com Streck e Adms (2006), no Brasil, o desenvolvimento da democracia direta tem constituído e possibilitado acesso a novos lugares e oportunidades de participação aos cidadãos que, por sua vez, têm demonstrado cada vez mais interesse por assuntos políticos, econômicos e sociais; por conhecer seus direitos e participar ativamente dos processos de tomada de decisão pública, sejam decisões na esfera local, estadual, nacional e mais diferentes espaços sociais e políticos.

Partindo-se da premissa que a construção e exercício da cidadania está intimamente relacionada à questão do acesso e uso da informação, entende-se como extremamente importante trazer à discussão a temática da formação e da participação e influência do profissional Bibliotecário.

Aliado a esse debate, tem-se o papel desempenhado pelas instituições de ensino responsáveis pela formação intelectual desse profissional, especificamente as do campo da Biblioteconomia, bem como dos órgãos de classe devido à ação política que podem fazer em prol da formação, valorização, reconhecimento, defesa da própria profissão e de diversos temas existentes na sociedade que merecem um olhar e uma atuação comprometidos com a democratização do acesso à informação para garantia de direitos, justiça, inclusão social e exercício da cidadania por todas as pessoas.

Corroborando com a visão de Telésforo (2012), a formação política, em sentido bastante amplo, é aquilo que nos forma para desempenhar a atividade política de modo cada vez mais eficaz em todas as suas dimensões, o que inclui não apenas a capacidade de compreender a realidade em múltiplos níveis, mas também a de atuar nela de modo concreto. Por isso, é imprescindível refletir acerca da formação e da atuação dos profissionais bibliotecários, principalmente

num momento em que a sociedade cobra maior participação política e social desses profissionais.

Formação e Participação Política: alguns conceitos

De acordo com Spudeit, Moraes e Correa (2016), *política* é uma dimensão essencial da vida humana; o homem é por natureza um animal político já afirmava o filósofo grego Aristóteles. A finalidade da política consiste em “[...] organizar a sociedade de tal modo que nela seja possível a cada cidadão viver uma vida virtuosa e feliz e não apenas materialmente confortável”, conforme explica Azambuja (2008, p.10).

O que forma a sociedade política é a estrutura de ações produzidas pelos indivíduos e seus efeitos sobre a organização da sociedade, seu funcionamento e sobre os seus objetivos. Portanto, a política deve ser uma prática racionalmente orientada para a construção e manutenção do bem-comum.

Nesse sentido, falar de *formação política* é, em sentido amplo, refletir sobre aquilo que nos forma para desempenhar a atividade política de modo cada vez mais eficaz em todas as suas dimensões; o que inclui não apenas a capacidade de compreender a realidade em múltiplos níveis, mas também a de atuar nela de modo concreto.

Essa formação política exige uma série de competências, de habilidades: como saber fazer trabalhos de mobilização, de articulação, de mediação e negociação, de agitação e propaganda, de formulação, etc. Formação política, portanto, não é apenas aprender a pensar, mas também aprender a fazer.

Porém, conforme afirma Telésforo (2012), é possível entender formação política também num sentido mais específico, como aquilo que amplia nossa capacidade de atuar de modo *conscientemente político*. Quando se participa de um movimento que busca reivindicar direitos na área da Biblioteconomia, por exemplo, podemos ter graus diversos de consciência acerca das pautas e mobilizações: se as lutas são simplesmente voltadas a interesses corporativos imediatos ou se são compreendidas à luz de um projeto político mais amplo.

Um dos grandes objetivos da formação política é ajudar militantes, movimentos sociais e organizações políticas a construir visões estratégicas capazes de abarcarem as complexidades inerentes ao processo de pensar e transformar a sociedade em seu conjunto. Tal

formação amplia as possibilidades de participação, enquanto direito reconhecido e incontestável, consagrado pelo Artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, 1948).

Neste artigo, conceitua-se participação, com base no contexto da promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988, apelidada de Constituição Cidadã, como aquela proveniente da participação dos cidadãos nos lugares públicos participativos, institucionalizados ou não, visando intervir nos processos de tomada de decisão pública (BERGANTIÑOS, 2011).

Partindo-se desses conceitos, é preciso discutir o papel da universidade na formação política de seus alunos, enquanto instituição de ensino que, conforme afirmam Spudeit, Moraes e Correa (2016), desempenha um papel importantíssimo na sociedade não apenas ao que tange à educação, enquanto forma de aquisição de conhecimentos gerais, mas também pelo papel essencial de educar para a cidadania, sendo, pois, um dos espaços capazes de promover essa formação.

Para Sobrinho (2003), a universidade é uma instituição

[...] complexa e completa, que desenvolve com maior ou menor articulação e qualidade as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, oferece cursos e produz conhecimentos em todas ou em muitas áreas do conhecimento e se relaciona com os princípios da produção qualificada da sociedade nos diferentes setores das atividades humanas (SOBRINHO, 2003, p.99).

A universidade pública se destaca devido à expectativa de que ela contribua tanto para a formação profissional do indivíduo, quanto para o desenvolvimento de práticas que promovam a cidadania (BRASIL, 1996).

Apesar do Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997) enfatizarem a necessidade de discutir fatos e conceitos da realidade social e política nos currículos escolares, as pessoas em geral não têm uma formação política consistente, conforme afirmam Spudeit, Moraes e Correa (2016).

Nesse sentido, o presente trabalho vem para reforçar o clamor da necessidade de desenvolver valores sociopolíticos nos estudantes universitários.

A Formação e a Atuação do Bibliotecário: o papel da universidade pública na formação política dos profissionais da Biblioteconomia

A construção do conhecimento por meio da educação é, em si própria, um ato político, como sugere Paulo Freire (1979), portanto, a Biblioteconomia não pode ser considerada isenta de abordagens dessa natureza em seus currículos.

Giaretta e Meneghel (2008, p.127) discutem a questão e afirmam que:

[...] o possível é reconhecer a dimensão política da ação educativa enquanto desvelamento das relações de poder/dominação que determinam a nossa atuação como sujeito histórico. (DEMO, 1996; REZENDE, 1984; GUTIÉRREZ, 1988 e FREIRE, 2004, 2005). O político, aqui, é reconhecido como espaço de poder onde se gestam e administram as discriminações sociais, uma vez que reconhece não haver relações sociais que não sejam políticas. Portanto, e conseqüentemente, também a relação educativa, por si, é uma relação política e de poder.

Apesar da evidente efervescência política no ambiente universitário, em que, de maneira geral, as universidades se apresentam como espaços que ricos em debates e participação política que geram novos conhecimentos e práticas sociais que reverberam para além de seus muros, [...], tradicionalmente, e ainda modernamente, as universidades são consideradas entidades apartidárias, não possuindo formalmente uma função de proselitismo ou de formação político-partidária (COSTA; et al., 1994, não paginado).

A ausência de uma formação política mais densa é apontada também por Severino (2009, p.158):

[...] outros veem a superação dos problemas entendendo como único papel da Universidade a preparação de técnicos a serviço do mercado de

trabalho, numa postura meramente profissionalizante, desconhecendo a necessidade não só da formação científica, mas também de uma densa e consistente formação política. São forças centrípetas que tendem a fazer com que o ensino superior se feche sobre si mesmo, como um redemoinho. Nunca é demais insistir: cabe à universidade como instituição como lugar específico do ensino superior dedicar-se à formação do cidadão autêntico, pois seu papel mais substantivo vai muito além da formação do profissional, do técnico e do especialista. Por mais que os resultados históricos não tenham correspondido a essa expectativa, isso não compromete sua finalidade intrínseca, formadora que precisa ser da consciência social que é a única sustentação de um projeto político minimamente equitativo, justo e emancipador.

Contudo, o que se vê cada vez mais é a prática de uma visão neoliberal da educação superior, na qual o ensino é considerado como serviço comercial ligado ao campo mercantil pela Organização Mundial do Comércio, ocasionando um aniquilamento na concepção da educação como bem público”, segundo analisam Oliveira, Borssol e Genro (2011).

Um dos principais prejuízos dessa concepção é o “desaparecimento do ser pensante que cede lugar ao sujeito consumista, resultando num “esquecimento da política e do significado da vida pública, incidindo na concepção da educação e nos processos formativos” (OLIVEIRA; BORSSOL; GENRO, 2011, p.3).

Quando se fala em formação e atuação política no campo da Biblioteconomia, de acordo com Silva (2012), ainda nos anos de 1960, tem início nos EUA um movimento preocupado com o compromisso e a responsabilidade social da profissão. As discussões estavam relacionadas com a neutralidade profissional no desenvolvimento de coleções diante da censura e dos grandes grupos editoriais, no ato de classificar as obras dos acervos bibliográficos, desconsiderando, por

exemplo, as questões de raça, gênero, grupos minoritários, entre outros.

Ainda segundo Silva (2012), em nível internacional, mais recentemente, surgiram diversos grupos sensibilizados com temas sociais, com destaque para o *Progressive Librarian Guild* (PLG), associação americana nascida em 1990, que tem por objetivo desvendar os interesses políticos e econômicos encontrados em cada um dos processos e práticas do trabalho dos bibliotecários. No México, o *Círculo de Estudos sobre Biblioteconomia Política e Social* (CEBI) produz diversas discussões sobre censura e neutralidade, assim como o *Grupo de Estudos Sociais em Biblioteconomia e Documentação* (GESBI) na Argentina.

Embora seja consenso que a Biblioteconomia não é simplesmente um conjunto de técnicas desvinculadas da sociedade, corrobora-se com Silva (2012) que é preciso perceber que a ideia de neutralidade já é uma das premissas do campo neoliberal que marca os parâmetros ideológicos que movem a sociedade hoje.

Ainda é forte a defesa de que, conforme afirma Silva (2012), o bibliotecário não deve ser em sua prática profissional, nem de esquerda, nem de direita, ou de centro, devendo ser totalmente apolítico e neutro. Na verdade, tal visão é uma maneira de utilizar os profissionais bibliotecários e as instituições como armas de controle.

Dados recentes da *Carta Aberta* elaborada em 2014 pelos coordenadores de cursos de Biblioteconomia, docentes, profissionais e estudantes da área, reunidos na Universidade de São Paulo, após ampla discussão sobre temas relacionados à formação do Bibliotecário durante fórum de discussão realizado na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, que teve como tema “*A formação do profissional da informação: desafio contemporâneo*”, sob a relatoria do Prof. Oswaldo de Almeida Junior apontam

[...] não há participação dos cursos de Biblioteconomia na definição de políticas públicas tanto gerais como as que implicam diretamente no fazer do bibliotecário. Quando há, ocorre de maneira incipiente, insuficiente e tímida. Alguns problemas foram elencados: falta de reconhecimento e de representatividade dentre as instâncias políticas, gestoras e sociais; falta de voz política; há, também, distanciamento entre os

cursos e a política universitária, ressaltando-se que os alunos igualmente têm uma postura passiva em relação a atividades na própria universidade, tendo os cursos parcela de responsabilidades em relação a isso (CARTA ABERTA, 2014).

Outro dado importante foi apontado por Spudeit, Moraes e Correa (2016), ao realizarem pesquisa recente sobre o termo “formação política” em conhecidas bases de dados da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, poucos trabalhos foram recuperados, sejam publicados em anais de eventos ou em periódicos.

Quando encontramos o termo “formação política”, na Base Dados de Periódicos em Ciência da informação (BRAPCI), abrangendo na busca os anos de 1972 a 2016, que é a maior abrangência da base de dados, foram recuperados 37 registros, mas nenhum se relacionava à formação política em si, mas às políticas específicas da área (políticas de preservação, políticas educacionais, políticas de leitura, política de formação de coleção, políticas enquanto instrumentos de gestão, políticas públicas de acesso à informação, política de indexação, política de acesso aberto, política de tratamento da informação, política de divulgação, entre outros), não se encontram discussões fundamentadas pautadas na política enquanto objeto de formação, de atuação, relacionada a comportamento e competência profissional para que o bibliotecário participe efetivamente da construção da sociedade, seja por meio de representações, tais como entidades de classe, centros acadêmicos, diretórios de estudantes, ou como membros de organizações independentes (SPUDEIT; MORAES; CORREA, 2016, p.27).

Diante desse cenário, vê-se o quão é importante o papel das universidades na missão de “[...] formar sujeitos autônomos, participativos e críticos, com qualidade formal e política, capacitados a refletir e produzir novos conhecimentos acerca de sua prática profissional e, fundamentalmente, comprometidos com a emancipação e o exercício da cidadania” (RODRIGUES, 2002, p.22).

Um dos caminhos está na qualificação da sala de aula como o espaço de concretude para pensarmos e repensarmos permanentemente o processo de formação, visto que a sala de aula tem um amplo sentido, abrangendo as diversas dimensões do trabalho pedagógico, e configurando-se como um dos espaços educativos onde os sujeitos podem vivenciar os atos de ensinar, pesquisar e aprender.

Por meio das práticas pedagógicas de ensino e pesquisa, o desafio está em inserir a comunidade escolar/acadêmica no universo do conhecimento de diferentes possibilidades e leituras do mundo e da sociedade global e local, assumindo assim, mesmo que indiretamente, um caráter político de formação para a vida, transformando os saberes discutidos em práxis.

Nesse sentido, a universidade pública é uma das mais complexas instituições,

[...] à qual historicamente se atribuem funções de formar plenamente os cidadãos para a vida social, cultural e econômica, mediante produção, desenvolvimento e socialização das ciências, técnicas e artes. [...] toda a universidade deve ser uma instituição com função essencialmente pública. É uma instituição social e política que produz e dissemina conhecimento e a formação técnica social, porém tendo como valores e dolo real de seu cotidiano as dívidas, a pluralidade e o trato com a diversidade, mais que as verdades definitivas e o pensamento homogêneo. Ao mesmo tempo, apresenta muitas respostas e soluções a indagações e problemas correntes, mas também, sendo espaço de crítica e liberdade, “instaura a crise, desmonta as certezas irrefletidas e investiga sobre os sentidos e valores” (SOBRINHO, 2003, p.99-100).

Rodrigues (2002, p.15) afirma que:

[...] o papel desta instituição é oferecer uma formação que vá além de profissionalização por competências, ou seja, para o mercado, mas que resgate o espírito participativo e político quanto ao cuidado com o mundo, com

a educação e com sua própria vida, enquanto sujeito que tem liberdade para agir.

O posicionamento da Biblioteconomia no que se refere à formação acadêmica é discutido por Sebastião Souza (1987) ao atribuir três fases: a primeira vai de 1911-1930 (tendência humanista sob a liderança da Biblioteca Nacional); a segunda vai de 1929-1970 (caracterizada pelo tecnicismo americano); e a terceira vai de 1970-1987 (caracterização nacional da categoria bibliotecária e do seu despertar para a realidade nacional).

Observa-se que nas últimas décadas, embora a Biblioteconomia tenha passado por uma grande reformulação em seu discurso e na sua formação acadêmica, procurando sair um pouco do tecnicismo norte-americano e adequar-se a novas perspectivas de mercado relacionada à utilização das tecnologias como suporte em suas atividades profissionais, ainda há certo esquecimento no que tange ao potencial de atuação social, política, educativa e cultural dos seus profissionais.

Hoje talvez falte ao bibliotecário a real consciência de que ele pode atuar como instrumento de mudança social, pois a defesa da liberdade intelectual, a garantia do pluralismo do conhecimento e a defesa do livre acesso à informação são atividades políticas exercidas diretamente ou indiretamente pelos profissionais da informação.

Segundo Almeida Júnior em sua obra *Biblioteca pública* “[...] o bibliotecário precisa agir de uma maneira mais revolucionária, dado que este tem sido considerado como sendo passivo, guardião do passado, ocioso, inútil, sem função social, funcionário público, dentre outras atribuições”.

Portanto, a Biblioteconomia pode e deve se configurar como uma “instituição política” e compensatória das desigualdades crescentes entre ricos e pobres em informação, amenizando assim as lutas de classes oriundas do sistema político-ideológico atual que se transpõem para dentro e fora dos campos de atuação do bibliotecário.

Considerações Finais

No atual contexto em que se verifica uma crise política instaurada no Brasil, preocupa a passividade do profissional bibliotecário no cenário político, mesmo que seja para debater o

assunto entre os colegas de profissão ou mesmo realizar em bibliotecas ou entidades de classe.

Lamentavelmente, a formação curricular em Biblioteconomia ainda age, em seu contexto histórico, como instrumento crucial de valorização das questões administrativas e técnicas em detrimento das potencialidades sociais, o que indica uma Biblioteconomia despolitizada em seu processo de formação. Embora muito importante, o movimento associativo e sindical bibliotecário não despertou de fato uma luta política em favor dos interesses da sociedade. Moraes, Silva e Silva Neto (2009, p.57) consideram que:

O início da organização sindical bibliotecária no Brasil dá-se quase concomitantemente com a entrada do neoliberalismo no cenário político, fato que promove a adequação do bibliotecário aos padrões ideológicos neoliberais, confirmando a visão de uma Biblioteconomia reprodutora da ideologia dominante, dos valores daqueles que detêm o poder. É preciso oferecer, contudo, novas marcas para a Biblioteconomia, como ações de cunho coletivo, desenvolvimento de projetos que satisfaçam as necessidades da sociedade e tornem essa área do conhecimento e da formação profissional mais reconhecida e legitimada perante as demandas contemporâneas.

E aí fica a pergunta: O que pode ser feito para ultrapassar essa falta de participação política dos bibliotecários na contemporaneidade, como forma de ter uma atuação contra hegemônica desses profissionais?

Fica evidente, portanto, a importância da formação de bibliotecários para a política, para a cidadania e, nesta perspectiva, estão inseridas as buscas de uma formação que objetive formar para a construção da paz, para fomentar a participação para o pleno exercício da democracia, sempre tão atacada contemporaneamente.

Essa preocupação com a formação política do bibliotecário, conforme apontam Spudeit, Moraes e Correa (2016), é expressa pelos docentes da corrente denominada *Biblioteconomia Progressista* que organizaram o *Colectivo de Docentes de Información y Documentación*, fundado pelo Prof. Dr. Pedro López, professor titular da Facultad de Ciencias de la Documentación, da Universidad Complutense que se

preocupa com a pouca formação e sensibilidade nos currículos do campo da Informação e da Documentação em relação a temas como: política, participação social, responsabilidade social dos profissionais da informação, discutidos no Manifesto intitulado *“El Compromiso Social de docentes de Información y Documentación por el compromiso social”* (2008), assinado por docentes da Colômbia, Espanha, Argentina, México, Bolívia, Venezuela e Paraguai, cuja preocupação central é que o ensino deve reforçar os aspectos relacionados com o pensamento social e o compromisso democrático para alcançar uma formação realmente integral.

Faz-se urgentemente necessário reforçar o proposto por Spudeit, Moraes e Correa (2016): um diálogo e integração política maior e mais evidente entre os diferentes setores/áreas de estudos/pesquisas na área, capaz de propiciar a aproximação do fazer profissional com a sociedade e o exercício de uma política cotidiana de ação para além do discurso, o que resultará também na promoção de uma melhor formação desses profissionais da informação.

A universidade, as representações estudantis e os órgãos de classe devem atuar em conjunto na busca da formação de bibliotecários mais politizados para atuar na sociedade de forma protagonista e não apenas como reprodutores da ordem social e política vigente.

Essa formação precisa propiciar a defesa de um projeto ético, político e crítico da profissão comprometido com a construção do projeto de emancipação humana e com a defesa dos direitos sociais, pois se a construção da cidadania está intimamente relacionada à questão do acesso e uso da informação, a conquista de direitos políticos, civis, sociais e os deveres dos cidadãos são reivindicados e reconhecidos mediante a ampla circulação dessa informação. (SILVA; et al., 2005).

A formação do profissional bibliotecário em tempos de constante mudança continua a exigir uma adequação dos currículos e das práticas pedagógicas às múltiplas realidades brasileiras se é que desejamos que estas mudanças não sejam somente de aparência.

Mudanças profundas em nossa sociedade acontecerão quando cada um de nós, professores e bibliotecários, tivermos coragem de ousar e “sair da moda”, se for o caso, para encontrar soluções que as situações críticas estão a exigir.

Como argumenta Almeida Júnior (1995) o bibliotecário precisa agir de uma maneira mais revolucionária, exercendo seu papel de agente de transformação social que deseja ter seu foco na solução de problemas para a grande massa de excluídos que circundam as grandes cidades e grande parte do País.

A defesa e promoção pelo bibliotecário do acesso irrestrito da informação a todos sem qualquer tipo distinção fará a diferença para a vida do indivíduo e para a comunidade a qual pertence. A apropriação da informação pelos cidadãos significa a conquista de um instrumento imprescindível para elaborar a sua própria cultura e para a transformação social.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública**: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. São Paulo: APB, 1995. (Ensaio APB, n.15).

_____. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, APB, 1997.

AZAMBUJA, D. **Introdução a Ciência Política**. 2.ed. São Paulo: Globo, 2008.

BERGANTINÓS, N. Participación y (des)afecciones ciudadanas: Algunas experiencias del País Vasco. In: CONGRESO DE AECPA: LA POLÍTICA EM LA RED, 10., 2011, Murcia. **Anais...** Murcia: AECPA, 2011. p.1-27.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COSTA, J. B. et al. Universidade: espaço institucional para o desenvolvimento político. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.2, n.1, abr. 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000100003>. Acesso em: 15 dez. 2017.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Portugal: Porto, 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIARETA, P., MENEGHEL, S. A dimensão política na prática pedagógica da formação de professores no ensino superior. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2008. **Anais Eletrônico...** Curitiba, EDUCERE, 2008. Disponível em: <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/763_653.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MANIFIESTO del colectivo de docentes de información y documentación por el compromiso social. 2008. Disponível em: <<http://docentesdocumentacioncompromiso.blogspot.mx/2008/11/docentes-de-informacion-y-documentacion.html>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MORAES, Marielle Barros de; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA NETO, Casemiro. Um pouco da história do sindicalismo brasileiro e a organização sindical do bibliotecário. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n.43, jan. 2009.

OLIVEIRA, J.; SILVA, M. L. T. da. Memo-Biblio resgate histórico do movimento estudantil em Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.8, n.1, 1998. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/427/348>>. Acesso em: 20 abr. 2016

_____, R.; BROSSOL, B.; GENRO, M. E. Formação política na universidade: nas entrelinhas do texto normativo. In: SIMPÓSIO PENSAR LA UNIVERSIDAD EN SUS CONTEXTOS, PERSPECTIVAS EVALUATIVAS, 2011. **Anais...** Entre Rios, UNER, 2011. Disponível em: <<https://fcecoordinacioneducacion.files.wordpress.com/2012/02/054.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

_____, M. E. F. A formação profissional em Biblioteconomia: superando limites e construindo possibilidades. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.7, n.13, p.13-24, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2002v7n13p13/5212>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SEVERINO, J. A. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas (SP), v.14, n.2, p.253-266, jul. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772009000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SILVA, Helena *et al.* Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.1, p.28-36, jan./abr. 2005.

SILVA, Jonathas Luis Carvalho. **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Bibliio, 2016.

SILVA, Vagner Rodolfo da. A Biblioteconomia e a política lado a lado. **Bibliio**: Cultura Informacional, Rio de Janeiro, 17 dez. 2012. Disponível em:<<http://biblioo.cartacapital.com.br/a-Biblioteconomia-e-a-politica-lado-a-lado/>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

SOBRINHO, José Dias. **Educação Superior**: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: POLÍTICAS e gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã (GO): Alternativa, 2003.

SOUZA, Sebastião de. **Dimensões atuais da Biblioteconomia no Brasil**: um estudo através de suas tendências no Brasil. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1987.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Ensino de Biblioteconomia no Brasil: o modelo norte-americano. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.3, n.1, p.21-26, 1993.

SPUDEIT, Daniela F. A. de O.; MORAES, Marielle Barros de; CORREA, Elisa Delfini. Formação política do bibliotecário no Brasil. **REBECIN**, v.3, n.1, p.24-46, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/revista/index.php/rebecin>>. Acesso em: 6 jan.2018.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. Lugares da participação e formação da cidadania. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v.6, n.1, p.95-117, jan./jun.2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/24/1588>>. Acesso em: 6 jan.2018.

TELESFORO, J. **A importância da formação política para os movimentos sociais**. 2012. Disponível em: <<https://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/2012/08/30/a-importancia-da-formacao-politica-para-os-movimentos-sociais/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Universal Declaration of Human Rights**.
Paris: [s.n.], 1948. Disponível em:
<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>.
Acesso em: 20 dez. 2017.

CAPÍTULO 11

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO DIANTE DAS DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO E DA SOCIEDADE

Jonathas Luiz Carvalho Silva

Introdução

Quando se fala em formação política é muito comum associar a partidos políticos ou a centrais sindicais/associativas ou de movimentos sociais identificados com ideologias político-partidárias. Essa concepção de formação política predomina nos meios político-institucionais. Entretanto, é fundante a perspectiva de popularizar as bases de formação política para todos os segmentos sociais a fim de promover condições mais participativas para as tomadas de decisão da sociedade.

Um dos meios de popularizar a formação política é através de áreas do conhecimento/profissões que promovam uma aproximação entre o aspecto político-fundacional (temas inerentes à formação política como formação do Estado, políticas públicas, gestão pública, regimes, ética etc.) e o aspecto político-profissional (aplicações da formação política no cotidiano de determinadas profissões).

A formação política profissional pode ser amplamente dinamizada a partir das práticas acadêmicas de cunho extensionista das Universidades em parceria com órgãos de classe (conselhos, associações e sindicatos) em parcerias com os profissionais, elencando temas específicos para formação política.

Assim, o presente capítulo apresenta como seguinte ponto de partida: como é possível pensar a construção de uma proposta que norteie os processos de formação política a partir de fundamentos e diretrizes para profissionais da informação, visando promover perspectivas para atuação profissional no âmbito da sociedade?

O capítulo tem o objetivo de abordar elementos de concepção e aplicação em formação política, visando a elaboração de uma proposta para os profissionais da informação por meio da consecução de fundamentos (acadêmicos, fundacionais e pragmáticos) e diretrizes

(norteadoras e aplicativos), atendendo as demandas do mercado informacional e da sociedade.

Desafios e Perspectivas da Formação Política no Âmbito dos Profissionais da Informação: fundamentos acadêmicos, fundacionais e pragmáticos

A política está relacionada à capacidade de governança que determinados sujeitos, grupos institucionais públicos ou privados, governos e/ou outras entidades possuem para exercer práticas de poder e negociação para produção de tomadas de decisão que sustentem nichos de representação social. Isto quer dizer que a política está presente na vida dos sujeitos (individual ou coletivamente) como modo de produção de ações, execuções, decisões e avaliações que envolvem o rumo do cotidiano social.

No entanto, a política como forma de governo de uma nação ou grupo social/institucional não se dimensiona de maneira isolada, mas possui adequação com as perspectivas de poder que se apresentam como alternativas para condução e tomadas de decisão, conforme as estratégias envidadas por quem detém o poder majoritário ou pela luta de poderes dos contrários ou ainda simplesmente pela luta de poderes de grupos para acumulação de bens e força decisional.

Para Bobbio (1997) o poder se estabelece em três grandes modos: o poder econômico que se estabelece a partir da acumulação de bens materiais e a imposição da díade ricos e pobres; o poder ideológico que se constitui a partir da expressão de ideias por meio da palavra e da imagem [e do conhecimento de forma mais ampla] calcando a contradição entre sábios e ignorantes; e o poder político que prevalece a partir da estrutura burocrática apropriando-se como meio de manutenção e perpetuação em última instância a posse de armas (força e coação) e se fundamentando na hierarquia de superiores e inferiores.

Neste caso, a detenção do poder econômico e ideológico geram grandes perspectivas para controle do poder político, o que significa afirmar que a concentração dos três poderes promove a capacidade de decisão dos rumos de determinada realidade, conforme as percepções econômicas, ideológicas e políticas do grupo que detém o poder.

Isso significa que a política não somente está envolvida em todos os seres humanos (mesmo com relativo grau de inconsciência ou ignorância), como é inerente ao processo de transformação da vida em sociedade e da forma como essa sociedade (aspecto macro) e os órgãos/grupos específicos (aspecto micro) serão governados.

Por isso, é fundamentalmente relevante pensar a política a partir de um construto formativo que oportunize aos sujeitos, perspectivas de aprendizagem para condução e decisão política, seja através de formação formal (nos meios educativos como escolas, universidades, igrejas e outras instituições criando convenções de aprendizagem e construção do conhecimento via palavra e mundo) e formação semiformal (nos meios de relação familiar e de parentesco que estabelecem mecanismos de mediação entre os sujeitos em processo de formação e o mundo criando convenções vinculadas a formação dos costumes e comportamentos morais dos sujeitos) e a formação informal (é a formação a partir das relações sociais entre os sujeitos e como se aplicam aquilo que está sendo construído na formação formal e semiformal confirmando, negando ou simplesmente contestando os outros dois procedimentos formativos).

Em síntese, entre os três elementos formativos, há uma questão em comum: servem de maneira concreta, para ver/rever, confirmar/negar, sustentar/alterar as **crenças** produzidas nos processos formativos dos sujeitos. Isto quer dizer que a formação formal, semiformal e informal quando gestada a partir de uma perspectiva política, está pautada na construção de crenças ideológicas, espirituais, ético-morais e econômicas que gerencia os modos de vida em sociedade.

Assim como ocorre na vida dos sujeitos em geral, a formação política é salutar nas profissões. E no recorte do profissional da informação, a formação é simultaneamente necessária/alvissareira e deficitária. Necessária/alvissareira por conduzir os profissionais em seus múltiplos processos de atuação (institucional, humano, técnico etc.) e deficitária em face da formação política ser muito escassa e incomum nas formações acadêmicas, órgãos de classe (associações, conselhos e sindicatos) e da própria autonomia do profissional em buscar formação política (auto formação, formação formal ou formação informal).

Para constituição progressiva da formação política dos profissionais da informação, três fundamentos¹ são essenciais, a saber:

- a) **Fundamentos formativos acadêmicos** – representado pela Universidade e órgãos de classe (associações, conselho e sindicato). Envolve os seguintes fatores: práticas de ensino – formação de disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas sobre formação política e ética; práticas de pesquisa – desenvolvimento de estudos e produção formal de conhecimentos sobre política e ética no campo da informação (textos de opinião, artigos, livros etc.); práticas de extensão (programas, projetos, cursos de curta, média e longa duração, eventos e prestação de serviços); práticas associativas – elaboração de cursos e eventos sobre formação política e ética para profissionais da informação;
- b) **Fundamentos formativos fundacionais**² – representado pela comunidade acadêmica, política e profissional da área que elege os possíveis temas para construção da formação política. Alguns temas passíveis de formação política para profissionais da informação são: a formação do Estado; regimes políticos [da informação]; relação Estado e sociedade civil [no campo da informação]; políticas públicas [de informação]; relações entre política e ética [de informação]; concepções de gestão pública e privada [da informação]; concepções éticas e morais [de informação]; órgãos de classe e legislação [no campo da informação]. Os fundamentos fundacionais sustentam as concepções que promovem a relação entre ação/sentido e sentido/ação para atuação do profissional da informação (ação intelectualiva);

¹ O uso do termo “fundamentos” se dá pelo fato de ser o alicerce cognitivo que formalizam normas/regras/intencionalidade para o desenvolvimento das ações de formação política no âmbito dos profissionais da informação.

² Fundacionais por agir como mediador entre os fundamentos acadêmicos e pragmáticos. Os fundamentos formativos fundacionais revelam uma interface simultânea ou particularizada com aquilo que os fundamentos acadêmicos devem oferecer e aquilo que os fundamentos pragmáticos devem aplicar.

- c) **Fundamentos formativos pragmáticos** – representado como síntese dos desígnios estabelecidos a partir dos fundamentos acadêmicos e fundacionais, tais como: atuação política e ética em ambientes de informação; atuação política dos profissionais da informação [em consonância com os diversos setores de atuação dos profissionais da informação no contexto dos processos (organização, mediação etc.); dinamização política de acervos/documentos/tecnologias/artefatos; recursos/serviços/produtos; práticas em gestão da informação; atuação intelectual do profissional da informação como elaborador de projetos, serviços, produtos, captador de recursos (humanos, institucionais, infra estruturais, tecnológicos etc.) e consultor/assessor em informação. Em suma, os fundamentos pragmáticos estão relacionados aos aspectos mais concretos do fazer cotidiano do profissional da informação (ação executiva).

Os fundamentos não estão expostos em ordem de relevância ou ocorrência. Cada fundamento pode ser desenvolvido de maneira particularizada, mas o ideal é que haja uma consonância e coordenação na dinâmica de formação política, de modo que seja produzida de maneira mais maturada, continuada e cooperativa. No entanto, é pertinente considerar que o fundamento acadêmico possui um princípio formativo, no sentido de que aqueles que atuam de maneira mais concreta com fundamentos fundacionais ou pragmáticos, tem como amparo (efêmero ou perene) os discursos e ações produzidos na formação acadêmica que dita um conjunto de convenções para atuação fundacional e pragmática.

Em termos de prática acadêmica, com vistas ao incentivo para a prática temática e pragmática, a formação política pode ser estruturada a partir de extensão por meio do desenvolvimento de programas que se constituem como um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. (FORPROEX, 2007).

Os programas seriam uma estratégia de unificar representantes acadêmicos (professores e alunos), políticos (órgãos de classe como conselhos, associações e sindicatos) e profissionais (os próprios profissionais da informação) reiterando que os próprios fundamentos fundacionais e pragmáticos podem ser os temas eleitos para o desenvolvimento dos programas de extensão, em especial a partir de cursos que implicam na “Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos” (FORPROEX, 2007, p.36).

Portanto, como pressuposto de formação política, é possível pensar um programa de cursos de curta duração (entre 8h e 40h), média duração (entre 40h e 80h) e longa duração (entre 80h e 120h) e até mesmo cursos de aperfeiçoamento (entre 120h e 360h) a partir das Universidades em parceria com os órgãos de classe, por meio dos fundamentos fundacionais e pragmáticos, visando atender a toda comunidade acadêmico-profissional alusivas ao profissional da informação com participação primordial de profissionais/estudantes das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e afins. Os cursos podem ser promovidos pelos próprios representantes da área e intelectuais da causa política (professores, pesquisadores, escritores, profissionais de gestão pública, entre outros) com a concessão de certificação formal pela Universidade e órgão de classe envolvido, tanto para o ministrante, quanto para o aluno dos cursos.

Concepções Sobre o Mundo do Trabalho a Partir da Formação do Mercado Informacional

A partir da concepção de formação [incluindo a política] pelos meandros formais, semiformais e informais, com focalização no primeiro, e no âmbito dos fundamentos, acadêmicos, fundacionais e pragmáticos, o profissional da informação produz seu *modus operandi* condensando estratégias de atuação profissional e político-institucional no ambiente interno e externo ao trabalho. Vale destacar que o profissional da informação, por primar pelos processos de atuação informacional, deve estruturar sua conduta dentro e fora do ambiente laboral buscando uma excelência mais concreta e compatível com os desejos/necessidades/demandas da comunidade de usuários e da

gestão superior da organização/instituição em que atua. Essa perspectiva demanda uma leitura da palavra (por exemplo, materiais bibliográficos, além da produção de projetos próprios) e de mundo (observar as experiências e realidade de outros ambientes de informação/profissionais) sobre o trabalho que desenvolve.

Para tanto, é papel fundamental do profissional da informação, para compreender seus nichos de formação e atuação política, reconhecer a amplitude do mercado informacional em que pode/deve atuar. O quadro que segue indica uma percepção geral sobre o mercado informacional:

Quadro 1: Características do mercado informacional.

Organizacional		Institucional	Temática
Convencional	Não convencional	Público Privado Público-privado Terceiro setor Autônomo	Gestor Organizador Mediador Tecnologias Políticas (programas, projetos etc.) Recursos e serviços
Bibliotecas públicas, escolares, infantis e comunitárias	Organizações de saúde		
	Organizações jurídicas		
	Empresas		
Bibliotecas universitárias e especializadas	Indústrias		
Bibliotecas prisionais	Bancos		
Arquivos	Meios de comunicação		
Museus	Editoras, livrarias		
Centros de cultura e documentação	Ambientes virtuais de aprendizagem		

Fonte: Adaptado de Silva (2015a).

O quadro revela sobre as características do mercado informacional:

- a) Superar a percepção discursiva do senso comum de que “o profissional da informação não atua apenas em bibliotecas, arquivos e museus”, visto que mercado convencional e não convencional não são excludentes, mas, ao contrário, devem coexistir primando pela ampliação pragmática de atuação. Por exemplo, é possível que um profissional atue com bibliotecas e/ou arquivos em uma empresa, indústria, banco ou meio de comunicação ou que atue com práticas de informação por meio de bibliotecas (digitais) em ambientes virtuais de aprendizagem. Por isso é pertinente

valorizar o convencional e o não convencional como fenômenos interdependentes de atuação sem relegar a um plano inferior a relevância de cada característica organizacional para o profissional da informação;

- b) A divisão convencional e não convencional não tem o objetivo de segregar, mas de estabelecer a dinâmica historicista daquilo que é dominante (tradicional) no campo da informação que é o mercado convencional e o que é emergente no caso do mercado não convencional;
- c) O quadro não busca estabelecer o nicho totalizador de atuação no mercado informacional, mas apenas indicar uma base geral de atuação no sentido de que as características apontadas formam práticas complementares e elementares de atuação;
- d) Quanto à característica institucional o mercado informacional vem se alargando, sobretudo, para redimensionar o campo da autonomia do mercado informacional incentivando profissionais da informação na construção de seus próprios negócios como a formação de empresas vinculadas à organização e estruturação de ambientes de informação, editorias (científicas ou não), qualificação continuada de profissionais, normalização etc.;
- e) Com relação à característica temática esta é, talvez, a mais complexa, pois é o que norteia as características organizacional e institucional e merece uma atenção mais detida.

É pertinente afirmar que a formação política perpassa, sobretudo, pelas concepções de conhecimento e atuação no mercado informacional, pois diz respeito aos procedimentos de como governar a atuação profissional em termos de mercado organizacional (convencional e/ou não convencional, sem impor exclusões), institucional e temático. Por isso, a formação política quando trata dos fundamentos fundacionais e pragmáticos, eleva as condições cognitivas de cunho teórico-prático para o profissional da informação conduzir de maneira sólida a atuação no ambiente em que atua.

Diretrizes Norteadoras e Aplicacionais da Formação Política para os Profissionais da Informação no Mundo do Trabalho e da Sociedade

Após a discussão acerca dos fundamentos que norteiam as práticas de formação política do profissional da informação (acadêmicos, fundacionais e pragmáticos), assim como as concepções/tipologias do mercado informacional, que constituem os múltiplos nichos de atuação destes profissionais, é pertinente compreender as diretrizes³ que mobilizam os sentidos de ação que empreendem os procedimentos e caminhos de construção profissional.

Duas grandes diretrizes são pensadas para os profissionais da informação: a primeira são as **diretrizes norteadoras** que cumprem com um papel de formação conceptiva de ações, enquanto a segunda são as **diretrizes aplicativas** que cumprem com um papel de execução de ações.

Vale ressaltar que os fundamentos acadêmicos, fundacionais e pragmáticos indicados na primeira seção e dimensionados através de **programas de cursos de extensão de formação política** a serem promovidos pela parceria Universidade-órgãos de classe é que condicionam as diretrizes norteadoras e aplicativas, implicando afirmar que essas diretrizes também fazem parte do processo de formação política. No entanto, o foco nas diretrizes é prioritariamente de execução profissional, mas também podem ser trabalhados na formação política, enquanto o foco nos fundamentos é de formação educacional-intelectual, mas também direcionam para execução profissional, considerando que ambos são indissociáveis e estão intrinsecamente concatenados, bem como não há, de modo recíproco, fundamento formativo acadêmico-fundacional-pragmático sem diretrizes norteadoras-aplicativas.

Com relação às diretrizes norteadoras, estão divididas nos seguintes elementos: construção da ética da informação; dinamização do acervo; gestão da informação; mediação da informação; formação de leitores; e desenvolvimento/preservação da cultura e da memória.

Quanto à **construção da ética da informação**, é possível visualizá-la sob dois fenômenos autorais: a ética da informação digital e

³ As diretrizes são aqui entendidas como um conjunto de teorias, normas e processos para o estabelecimento de objetivos, metas e propostas que promovam perspectivas para o desenvolvimento da atuação dos profissionais da informação.

a ética da informação de Capurro (2009) Em sentido amplo a ética da informação digital vê todos os entes como digitalizáveis, enquanto a ética da informação é restrita ao contexto da comunicação digital (ética da crítica intercultural da informação) e a ética de Luciano Floridi em que postula que “A EI [Ética Informacional] é uma ética ecológica que substitui o biocentrismo pelo ontocentrismo. A EI sugere que há alguma coisa mais elementar que a vida, chamada ser [...]”. (FLORIDI, 2008, p.12). Os tipos de ética propostos favorecem pensar o acesso e uso da informação em rede, valorizando os processos de comunicação entre sujeitos no meio virtual.

Considerando os tipos de ética de Capurro e Floridi, é salutar a atuação do profissional da informação em torno da concepção e aplicação do conceito de **infosfera**⁴. Floridi (2008) nomeia o caráter universal de infosfera impregnadas de um conjunto de operações, funções ou procedimentos, que são ativados em sua relação com o meio envolvendo seres vivos e não-vivos e constitutivas de uso e práticas com objetos informacionais (entidades passíveis de conter/controlar/compartilhar informação).

Isto quer dizer que urge um desafio fundante para os profissionais da informação em termos éticos na contemporaneidade: **promover o acesso e uso da informação nos ambientes de atuação profissional, 24 horas por dia e 7 dias por semana, visando utilizar todo o arsenal de informação disponível no universo virtual para concretização de tal acesso/uso**, pois é inegável que a informação está em todo lugar do universo e o profissional da informação não pode se furtar em construir um protagonismo informacional gerenciando e mediando o conhecimento disponível em múltiplos tempos e espaços.

A aplicação do conceito de infosfera preconiza uma nova forma de governança política para o profissional da informação por meio de um amplo estímulo ao acesso e uso da informação constituindo uma diretriz norteadora de que a informação dispersa pode ser

⁴ A infosfera envolve um complexo ambiente informacional em nível virtual (web de um modo geral, toda sua carga de conteúdos produzidas e disponíveis, contemplando ainda as mídias de massa e mídias alternativas) e físico em que os sujeitos produzem, acessam, utilizam e consomem informação. Este complexo informacional contempla uma totalidade espaço-temporal de informação de cunho universal em que o profissional da informação deve se ater para qualificar seus processos de atuação.

disponibilizada e mediada de maneira mais dinâmica e didática pelo profissional da informação, tornando-o uma referência política.

Com relação à **dinamização do acervo**, demanda uma atuação política do profissional da informação na medida em que a dinamização norteia um conjunto de práticas informacionais que promovem vivacidade ao acervo em seus mais diversos suportes/tipologias (bibliográfico, documental, iconográfico, áudio visual, vídeo gráfico e cartográfico) com o respaldo de aspectos disciplinares como a política de desenvolvimento de coleções, serviços de informação, estudo de usuários e fontes de informação e aspectos temáticos como mediação da informação e competência em informação, assim como mediante aspectos técnicos (organização/representação/sinalização), tecnológicos (prática com acervos em ambientes digitais) e gerenciais (gestão e planejamento do acervo para otimização de serviços, tecnologias e pessoal) (SILVA, 2017).

A dinamização do acervo norteia, por sua vez, ações políticas vinculadas aos suportes, aspectos disciplinares, temáticos, técnicos, tecnológicos e gerenciais, sendo esta dinamização representada por programa elaborado pelos profissionais da informação, norteada por um conjunto de práticas que envolvem serviços, produtos, uso das fontes de informação, ações culturais, educação de usuários e preservação da memória que podem ocorrer de maneira integrada ou individualizada a depender do perfil do ambiente de informação, dos gestores institucionais e/ou da comunidade de usuários.

No que tange a **gestão da informação**, se configura como o *modus operandi* mais amplo de atuação política dos profissionais da informação, visto que pressupõe atuar de modo direto ou indireto com todos os setores de um ambiente de informação, a partir das seguintes práticas de gerenciamento, tais como: gerenciamento do acervo; gerenciamento dos serviços; gerenciamento dos produtos; gerenciamento, acesso e uso das tecnologias digitais; gerenciamento de pessoal; planejamento das atividades dos ambientes de informação; avaliação da atividade gerencial dos ambientes de informação.

O profissional gestor da informação é aquele que governa um ambiente de informação a partir da elaboração de planos estratégicos de atuação, assim como negocia junto à organização/instituição e a comunidade de usuários sobre o desenvolvimento das atividades

(acervos, serviços, produtos, tecnologias, pessoal e avaliação), perfazendo um perfil norteador eminentemente político-ideológico.

Sobre a **mediação da informação**, é alusiva, por um lado, as estratégias de informação, leitura e cultura aplicadas em ambientes de informação e estímulo à formação de competências em informação e, por outro lado, imanente as estratégias técnicas (concerne as ações de organização, representação da informação envidadas pelo profissional da informação estimulando o uso da informação e a construção de serviços e produtos resultantes dessas ações), seja em ambiente físico ou virtual, pedagógicas (consiste na condução dos procedimentos e heurísticas a serem utilizadas no processo de mediação. Para tanto, é fundamental um olhar constante nos estudos de usuários contemplando questões relativas ao uso do acervo, das condições tecnológicas, do serviço, das questões de pessoal e avaliação da atuação do centro de informação de forma geral buscando uma aproximação com a comunidade, assim como promovendo autonomia para que o usuário tenha condições de escolha para apreensão e apropriação da informação) e institucionais (está relacionada aos procedimentos de como o profissional da informação irá buscar recursos (financeiros, pessoais, equipamentos, acervo, instrumentos tecnológicos, etc.), seja dentro ou fora da instituição que o centro de informação está inserido para concretizar suas ações e interferências, assim como promover sua sustentabilidade). (SILVA, 2015a).

Assim, o ato político-norteador da mediação da informação, está relacionado a uma ampla conotação estratégica, pois, exige do profissional da informação dimensão organizadora e criativa de acervos, serviços e produtos (técnica) com atuação indireta e/ou direta com o sujeito usuário, dimensão cultural/educacional/informacional e criativa de acervos, serviços e produtos (pedagógica) em atuação direta com o sujeito usuário e dimensão gerencial, dinamizadora de acervos, serviços, produtos e pessoal (institucional).

A **formação de leitores** denota um ato político-pedagógico a partir da formação de leitura de mundo e leitura da palavra que na visão de Freire (1989, p.9) “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”

Logo, é fundante para o profissional da informação politicamente aproximar o ambiente de informação que atua do

cotidiano social, sintonizando o ambiente que atua como referência de percepção de mundo e, por conseguinte, aguçando a leitura de mundo da comunidade através de práticas de informação sobre questões do cotidiano dos usuários (relações sociais e valores humanos, consciência ambiental, atividades culturais e artísticas (teatro, música, dança, desenho, pintura, contação de histórias, etc.), além de serviços de informação especializados como informação utilitária e disseminação seletiva da informação.

Por fim, o **desenvolvimento/preservação da cultura e da memória**, é inerente a produção de atividades diversas concebidas pelos profissionais da informação, quais sejam: tratamento, conservação e restauração de acervos/documentos raros; valorizar obras de autores mais expressivos e antigos, visando à preservação e dinamização de ideias, teorias e questões; transformar discursos e ideias de expoentes da comunidade em acervo do ambiente de informação; registrar os eventos dos ambientes de informação, transformando-os em acervo do ambiente de informação; e elaboração de serviços de referência, informação utilitária, disseminação seletiva da informação, ação cultural e educação de usuários, com vistas à preservação da memória coletiva e institucional.

Já com relação às diretrizes aplicativas, denotam práticas de informação recorrentes a atuação do profissional da informação. O quadro que segue elucida quais são essas atividades (diretrizes aplicativas) e como podem ser desenvolvidas (procedimentos de atuação):

Quadro 2: Diretrizes aplicativas e procedimentos de atuação.

Diretrizes Aplicativas	Procedimentos de Atuação
Serviços de informação	<ul style="list-style-type: none"> - auxílio bibliográfico para a comunidade em nível físico e virtual; - provisão de documentos para a comunidade em nível físico e digital.
Serviço de Referência e Informação (SRI) – físico e virtual	<ul style="list-style-type: none"> - serviço de alerta informal (exposições sobre aspectos da ciência e práticas de pesquisa) e formais (lista de novas aquisições de acervo direto e indireto dos ambientes de informação) em nível físico e virtual; - orientação ao usuário com consultas orientadas e cursos de fundamentação bibliográfica e documentária que estimulem a busca multiplicada na variedade de acervos diretos e indiretos.

<p>Serviços de informação utilitária físico e virtual</p>	<p>Serviços de aproximação entre o ambiente de informação e a comunidade através de atividades do cotidiano social:</p> <p>a) serviços de informação utilitários temáticos – são serviços mais amplos desenvolvidos a partir de assuntos diversos do cotidiano que podem ser relativos a datas comemorativas (um modelo positivista) ou a partir de um modelo mais autônomo e construtivo (modelo construtivista) que valorize de forma mais efetiva o caráter criativo da comunidade de usuários. Estes serviços normalmente devem ser desenvolvidos a partir de eventos de impacto que envolvem exposições, palestras, exibição de filmes, apresentações culturais, informações nos diversos meios físicos e virtuais disponibilizados pelos ambientes de informação etc. e podem contemplar temas de relevância como: sustentabilidade, cuidados com a saúde (incluindo orientações e estímulos à atividades físicas em crianças, jovens e/ou adultos a depender do tipo de usuário do ambiente de informação), práticas de empreendedorismo, orientação sobre habilidades profissionais e o desenvolvimento das profissões na atualidade (incluindo mercado de trabalho e possibilidades de inserção mercadológica dos usuários), preservação da memória de uma comunidade, município, Estado ou País, direitos e valores humanos, família, fundamentos de legislação, esportes, política, economia, entretenimento, entre outros;</p> <p>b) serviços utilitários autorais – são serviços mais específicos e comumente partem da escolha conjunta dos ambientes de informação e da comunidade de usuários de alguma personalidade (artística, profissional, técnica, religiosa ou científica) que será minuciosamente valorizada e exposta por meio de serviços estratégicos como palestras, exposições, informações nos meios físicos e virtuais, etc. Vale ressaltar que este é um serviço temporário, mas de caráter contínuo que pode ser feito em qualquer período do ano com periodicidade determinada pela própria gestão do ambiente de informação (quinzenal, mensal, bimestral, semestral) e com prazo de realização do serviço sobre o(s) autor(es) escolhido(s) (durante uma semana, quinzena ou mês);</p> <p>c) serviços utilitários culturais – estes são os serviços utilitários mais relevantes de qualquer ambiente de informação, pois atuam cotidianamente nos seguintes temas: mediações culturais, mediações da leitura, questões étnicas e raciais, preservação da memória individual e coletiva, cultura digital. Em outras palavras, este serviço atende informacionalmente a comunidade em atividades culturais e artísticas como música, dança, teatro, pintura, desenho, assim como</p>
--	---

	<p>atividades para o letramento informacional atuando, principalmente, como uma extensão do aprendizado de usuários dos ambientes de informação;</p> <p>d) serviços de utilidade pública – são serviços permanentes a partir de guias, manuais e informações cotidianas disponibilizadas em espaços físicos e virtuais oferecidas pelo ambiente de informação buscando aproximá-lo do dia-a-dia do usuário a partir de temas como: saúde (informações sobre saúde pública, higiene, prevenção de doenças, exercícios físicos, além de informações sobre hospitais públicos, particulares, postos de saúde, ambulâncias, farmácia popular, farmácias particulares, laboratórios, SUS, clínicas, unidades sanitárias, academias populares, academias particulares, etc.); Cultura e lazer (agenda cultural, calendário de eventos, cinemas, teatros, museus, centros e espaços culturais, salas de exposições, galerias de arte, estádios, órgãos ligados ao esporte); utilidade pública (assistência social ao menor, à mulher, ao idoso e etc., associações, assistência legal, juizados, tribunais, prisões, serviço de assistência gratuita, projetos públicos, serviços públicos de pagamento como gás, luz, água, telefone, etc., sindicatos, como tirar documentos de identidade, CPF, título de eleitor e outros, segurança, telefones úteis como bombeiros, emergências, polícia, imprensa local); Trabalho (agências de emprego e estágios, oportunidades de empregos, cursos e eventos de qualificação profissional, etc.), além de outros assuntos referentes a realidade cotidiana dos usuários.</p>
<p>Disseminação Seletiva da Informação (DSI)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. através das redes sociais. Por redes sociais como <i>Facebook</i>, <i>Twitter</i>, <i>Linkedin</i> etc. é possível criar categorias específicas de grupos e muni-las com informações específicas; 2. lidar com a newsletter. Neste caso é uma alternativa fazer um breve estudo de usuários perguntando sobre quais tipos de assuntos mais despertam interesse aos usuários e muni-los informacionalmente via e-mail, <i>site/blog</i> ou redes sociais. A newsletter, embora seja uma prática recorrente em qualquer organização, é pertinente para os ambientes de informação no sentido de conferir informação em tempo hábil para a comunidade; 3. criação de produtos para estimular o uso efetivo da informação pela comunidade de usuários (guias, manuais, cartilhas, aplicativos, <i>blog/site</i> etc.); 4. designar de forma presencial ou virtual (em seu próprio sistema de informação, <i>site</i>, <i>blog</i> ou rede social) um espaço para sugestões dos usuários sobre quais informações mais possuem interesse a fim de que o ambiente possa se

	<p>preparar para prover informacionalmente às solicitações indicadas;</p> <p>5. estabelecer criteriosa seleção do acervo do ambiente de informação e indicar aos usuários, conforme às demandas solicitadas facilitando o trânsito de informações ambiente de informação – profissional da informação (mediador) – usuário. Neste momento é muito pertinente a valorização dos ambientes de informação por <i>e-books</i>, bases de dados, repositórios e outros meios digitais de acesso à informação, visando otimizar a listagem de publicações definidas pelo ambiente de informação em consonância com às sugestões dos usuários.</p>
Ação cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Eventos como palestras, cursos, minicursos, diálogos formais e informais, grupos de estudo etc. que valorizem aspectos da cultura local, regional, nacional e global; - Elaboração de manuais/guias/cartilhas relativos à cultura da comunidade representada nos serviços e nos aspectos do cotidiano da comunidade; - Práticas de mediação cultural sobre assuntos gerais sugeridos pela comunidade.
Educação de usuários	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de cursos/oficinas/treinamentos sobre as obras/autores mais utilizados no ambiente de informação; - Realização de cursos/oficinas/treinamentos sobre assuntos mais sugeridos pela comunidade; - Realização de cursos/oficinas/treinamentos sobre aspectos que resgatam a memória da comunidade de usuários; - Disponibilizar espaços físicos e virtuais para que os usuários possam reunir-se para debater temas diversos atinentes ao acervo direto e indireto do ambiente de informação; - Realização de cursos/oficinas/treinamentos utilizando a participação dos usuários, aproveitando as competências e habilidades da comunidade para promoção dos serviços de educação de usuários transformando a realização desses eventos em acervo direto do ambiente de informação via registro documental físico ou digital; - É recomendável a concessão de certificados para a comunidade que ministra e participa dos cursos/oficinas/treinamentos, visando formalizar e promover credibilidade institucional as atividades do ambiente de informação.
Produtos de informação	<p>Criação de guias, cartilhas, manuais, catálogos, <i>blogs/sites</i>, repositórios, <i>software</i>, aplicativos etc. que mostrem a diversidade de atuação do ambiente de informação e toda a diversidade de conteúdos presentes na infosfera.</p>
Uso de tecnologias	<p>Definição de quais programas, softwares, bases de dados, redes sociais, <i>sites</i>, <i>blogs</i> e outros meios tecnológicos devem</p>

	ser utilizados. Aplicações pedagógicas das tecnologias digitais. Uso dos canais de comunicação virtuais formal e informal em permanente interação com a comunidade de usuários por meio de enquetes, <i>newsletter</i> etc.
--	---

Fonte: Adaptado de Silva (2015c, 2016a, 2016b, 2017).

As diretrizes aplicativas se apresentam como o ponto de ação mais executivo e consequencial de tudo que foi formulado nos fundamentos acadêmicos, fundacionais e pragmáticos e das diretrizes norteadoras, de modo que executam as ações mais prementes do cotidiano dos ambientes de informação (arquivos, bibliotecas e museus), considerando as relações em comum entre esses ambientes e entre os profissionais que lá atuam.

As diretrizes aplicativas se constituem como ponto áureo de execução e compreensão pragmática da formação política, pois preconizam a postura político-ideológica de ação de um ambiente de informação através de serviços de informação (referência, informação utilitária e disseminação seletiva da informação, ação cultural, educação de usuários, produtos de informação e uso de tecnologias).

Portanto, diretrizes norteadoras e aplicativas agem de maneira cooperativa, vislumbrando uma programação político-ideológica de atuação em ambientes de informação a fim de prover sustentabilidade (econômica, pessoal, infra estrutural e de funcionamento geral do ambiente de informação) e efetividade a arquivos, bibliotecas e museus.

Considerações Finais

Tratar sobre formação política é uma condição fundamental para qualquer área do conhecimento ou profissão, pois tenciona analisar, prever, implementar, avaliar ou decidir sobre os rumos da área do conhecimento, da profissão e, por conseguinte do profissional que nela atua. A concepção de formação política para os profissionais da informação é uma realidade que precisa ser aprimorada gradual e intensivamente através de um programa de cursos de cooperação extensionista de curto (entre 8h e 40h), médio (entre 40h e 80h) e/ou longo prazos (entre 80h e 120h), além de cursos de aperfeiçoamento (entre 120h e 360h) que congregue Universidade, órgãos de classe (conselhos, associações e sindicatos) e os profissionais da informação

em uma escala que contemple um todo acadêmico, fundacional e pragmático.

A formação política dos profissionais da informação envolve um conjunto de variáveis temáticas, conforme determinam os fundamentos fundacionais e pragmáticos e as diretrizes norteadoras e aplicativas, tornando explícito que formação política está eminentemente associada a um processo holístico que vai desde o entendimento sobre a noção política de Estado, Regime, Políticas Públicas e Gestão Públicas, passando pelas aplicações temáticas no âmbito da informação (gestão ética, políticas públicas etc.) e chegando na atuação profissional propriamente dita .

Desse modo, respondendo à pergunta/ponto de partida deste capítulo, é possível pensar em uma proposta a partir de formação política para profissionais da informação a partir da produção de um programa extensionista de cursos a partir de fundamentos formativos de cunho acadêmico (Universidade e órgãos de classe), fundacional (temas macro de concepção) e pragmático (temas micro de execução) formulando perspectivas de atuação do profissional no mercado informacional no âmbito de diretrizes norteadoras e aplicacionais com a finalidade de atender os diversos requisitos da sociedade em torno das demandas informacionais. Em síntese, a formação política deve buscar uma conciliação integradora entre os elementos acadêmicos e de prática profissional que condicionam o encaminhamento das diretrizes norteadoras e aplicacionais dos profissionais da informação.

Portanto, o presente texto buscou estabelecer fundamentos e diretrizes propositivas que permitam a construção de um programa de atuação extensionista em torno da formação política dos profissionais da informação envolvendo, principalmente, as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e afins. No entanto, cada fundamento e cada diretriz estabelecida podem gerar perspectivas de estudos e aplicações, mas é no olhar holístico entre os fundamentos e as diretrizes que é possível avançar em termos de formação política para os profissionais da informação.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CAPURRO, Rafael. Digital ethics. In: The Academy of Korean Studies and Korean National Academy for UNESCO (Eds.). **Proceedings del 2009 global forum civilization and Peace**. Paris, 2009. p.207-216.

FLORIDI, Luciano. Information ethics. Its nature and scope. En: Van Den HOVEN, Jeroen; WECKER, John (Eds.): **Information technology and moral philosophy**. Cambridge: University Press, 2008. p.40-65.

FORPROEX. **Extensão universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2011/legislacao_normas_documento/extensao%20universitaria%20forproex%20organizacao%20e%20sistematizacao.pdf>. Acesso em: 5 maio 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23.ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Como a biblioteca universitária pode contribuir para as práticas de pesquisa?** 2016a. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1022>. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. **Como atuar com dinamização do acervo em ambientes de informação?** 2017. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1045>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____. **Como o profissional da informação pode atuar com a disseminação seletiva da informação?** 2016b. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=968>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____. **Dimensões tipificadoras do mercado informacional**. 2015a. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=984>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v.6, n.1, p.93-108, mar./ago. 2015b.

_____. **Serviços de informação utilitária em bibliotecas**. 2015c. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=925>. Acesso em: 18 abr. 2017.

CAPÍTULO 12

INFORMAÇÃO E CULTURA POLÍTICA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO HUMANA NO CAMPO DA BIBLIOTECONOMIA

Maria Aparecida Moura

Introdução

O homem omnilateral não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades – as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre (SOUSA JR., 2018).

O mundo do trabalho tem passado por transformações substanciais nas últimas décadas. As crescentes mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais traduzem por si a dimensão de um contínuo processo de produção globalizado e em rede que, dentre outros aspectos, se desdobra na reorientação de profissões clássicas e no surgimento de novas ocupações.

Nesse contexto, a atuação dos profissionais bibliotecários tem sido fortemente confrontada pelo fluxo contínuo de transformações sociotécnicas. A rápida passagem de uma profissão de cunho humanista a um percurso profissional fortemente impactado pelas inovações tecnológicas e pelas interpelações e engrenagens do mercado alterou as prioridades dos modelos formativos que passaram a articular-se prioritariamente em torno do aprendizado de habilidades técnicas e de atualizações tecnológicas. Nesse contexto percebe-se que,

A dinâmica do capital na atualidade passa pela articulação da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis com reflexos para o âmbito dos mercados de trabalho, de inovação

tecnológica, de produtos e para a vida das instituições. Isto tem significado uma mudança na vivência da temporalidade, pois esses processos induzem à compressão dos tempos presente e futuro e demandam novas formas de organização caracterizadas por maior ênfase no uso de informações (MOURA, 1996, p.11-12).

Conforme ressalta Bauman (2012, p.68) na contemporaneidade os padrões culturais vêm de fora da comunidade em uma velocidade que não permite o teste dialógico. Nesse contexto, é preciso estar atento à interdependência e ao lugar social das culturas em movimento, conforme destaca Burszta (1996) apud Bauman (2012, p.76),

As culturas tornam-se interdependentes, penetram-se, nenhuma é um 'mundo por direito próprio', cada uma delas tem status híbrido e heterogêneo, nenhuma é monolítica e todas são intrinsecamente diversificadas; há, a um só tempo, *mélange* cultural e globalidade da cultura...A época das viagens intelectuais às 'periferias silenciosas' chegou ao fim; estas últimas falam por si mesmas, ou viajam elas próprias para o centro, inúmeras vezes sem convite.

Esse conjunto de alterações revela complexidade para o planejamento de percursos formativos à medida que a profissão de bibliotecário sofreu mudanças em função do vínculo estrito com a infraestrutura da sociedade da informação e a consequente adesão a uma perspectiva de conhecimento e inovação sociotécnica dele decorrente.

Em princípio, as alterações nos modelos formativos se fizeram sentir muito mais na variação semântica das nomeações da carreira, ocasião em que os currículos foram ajustados em relação às novas demandas do mercado de trabalho.

Contudo, essa cunha modernizante sindiu os espaços formativos que atualmente oscilavam entre uma adesão celebrativa às novas lógicas do capital-informação e o papel histórico dos profissionais bibliotecários na mediação da informação em contextos socioculturais. Observa-se nessas circunstâncias que,

[...] entre os fatores técnicos da mobilidade, papel de especial destaque foi desempenhado pelo transporte da informação - o tipo de comunicação que não envolve, senão secundária e marginalmente, o movimento de corpos físicos. Desenvolveram-se meios técnicos que permitiram que a informação viajasse de forma independente de seus portadores corpóreos, mas também dos objetos sobre os quais ela informava: esses meios estabeleceram “significantes” livres da custódia dos “significados”. A separação entre o movimento da informação e a mudança espacial de seus portadores e de seus objetos, por seu turno, permitiu a diferenciação da velocidade de duas mobilidades. O movimento da informação ganhou velocidade numa taxa que excedia em muito aquela que a viagem dos corpos, ou a mudança de situações que a informação “informava”, era capaz de alcançar. Afinal, o aparecimento de uma rede mundial servida por computadores pôs fim - ao menos no que se refere à informação - a própria noção de “viagem” (e de “distância” a ser percorrida), e tornou a informação instantânea disponível pelo globo. Seu impacto, sobre a interação entre associação/dissociação social tem sido amplamente observado e descrito em detalhes (BAUMAN, 2012, p.34-35).

Compreende-se que o fiel da balança, nesse cenário, pode estar na centralidade da cultura política, ou ausência, na articulação dos novos modelos formativos requeridos.

A cultura política se refere, conforme destaca Outhwhite e Bottomore (1996, p.170-171), às crenças, valores e símbolos expressivos que compreendem o contexto emocional e de atitudes da atividade política. Para os autores, a cultura pode atuar como um fator interveniente do devido à multiplicidade de influências que a constitui. Nesse âmbito, acreditam que, ao menos potencialmente, a cultura política é importante e pode aumentar a nossa compreensão da vida política.

Nota-se também no âmbito de formação dos bibliotecários uma inversão de propósitos e uma tendência à defesa corporativista do domínio, como se fosse possível, garantir a permanência dos postos de trabalhos, ora remexidos pelas novas lógicas do capital-informação, tão somente pela posse de um diploma de especialista, e não necessariamente pelo conhecimento, as habilidades e competências a ele associados.

No presente capítulo, analisam-se as soluções dadas ao impasse discursivo entre a expectativa de modernidade tecnológica e a experiência advinda dos processos de mediação cultural nos processos formativos. Esses elementos são analisados nos projetos político-pedagógico de três cursos de graduação em Biblioteconomia vinculados a instituições públicas de ensino superior no Brasil. Esses cursos obtiveram conceito situado entre três e cinco na avaliação do ENADE de 2009, conforme dados disponibilizados na base de dados no eMEC¹.

Formação Profissional: dilemas e tensões

No Brasil, a profissão de bibliotecário é regulamentada pelas leis nº 9.674, de 26 de junho de 1998 e pela lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962 e integra o quadro de profissionais da informação na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que a define nos seguintes termos:

Condições gerais de exercício: Trabalham em bibliotecas e centros de documentação e informação na administração pública e nas mais variadas atividades do comércio, indústria e serviços, com predominância nas áreas de educação e pesquisa. Trabalham como assalariados, com carteira assinada ou como autônomos, de forma individual ou em equipe por projetos, com supervisão ocasional, em ambientes fechados e com rodízio de turnos. Podem executar suas funções tanto de forma presencial como a distância. **Eventualmente, trabalham em posições desconfortáveis durante longos períodos e sob pressão, levando à situação de estresse. As**

¹ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>.

condições de trabalho são heterogêneas, variando desde locais com pequeno acervo e sem recursos informacionais a locais que trabalham com tecnologia de ponta.

Formação da experiência: O exercício dessas ocupações requer bacharelado em Biblioteconomia e documentação. A formação é complementada com aprendizado tácito no local de trabalho e cursos de extensão (CBO, 2018, grifo nosso).

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) apresenta também a descrição sumária da profissão de bibliotecário.

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria (CBO, 2018).

Conforme ressalta o Ministério do Trabalho, a CBO não incide diretamente na regulamentação profissional, trata-se um documento normalizador que estabelece o reconhecimento, a nomeação e a codificação de títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, é um bom indicativo da compreensão nacional acerca do escopo e das competências profissionais desenvolvidas nas diferentes ocupações, e, por consequência, orienta os aspectos gerais da profissão e os desdobramentos éticos e pedagógicos.

O Código de ética do profissional bibliotecário destaca na seção II, art. 2o. que os deveres do profissional de Biblioteconomia compreendem, além do exercício de suas atividades

- a) dignificar, através dos seus atos, a profissão, tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da classe; b) **observar os ditames**

da ciência e da técnica, servindo ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em geral; c) respeitar leis e normas estabelecidas para o exercício da profissão; d) respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais; e) contribuir, como cidadão e como profissional, para o incessante desenvolvimento da sociedade e dos princípios legais que regem o país (CFB, 2001, p.1).

E no artigo 3o. destaca que,

[...] cumpre ao profissional de Biblioteconomia: a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana; b) exercer a profissão aplicando todo zelo, capacidade e honestidade no seu exercício; c) cooperar intelectual e materialmente para o progresso da profissão, mediante o intercâmbio de informações com associações de classe, escolas e órgãos de divulgação técnica e científica (CFB, 2001, p.1).

Do ponto de vista da formação profissional, as instituições de Ensino Superior (IES) possuem como instrumentos legais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB - Lei nº 9.494/96, as diretrizes curriculares nacionais e o desdobramento destas em projetos políticos-pedagógicos no âmbito das graduações específicas. No que se refere à formação em Biblioteconomia as diretrizes curriculares nacionais destacam que o perfil do formando supõe,

O desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, **refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta**, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem

intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc. (CNE/CES 492/2001, p.27, grifo nosso).

As Diretrizes assinalam um conjunto de objetivos gerais e específicos a serem alcançados em termos de competências e habilidades pelos egressos dos cursos de Biblioteconomia. Dentre os objetivos gerais estão:

Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; **formular e executar políticas institucionais**; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; utilizar racionalmente os recursos disponíveis; **desenvolver e utilizar novas tecnologias**; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; **responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo** (CNE/CES 492/2001, p.32, grifo nosso).

Os objetivos específicos abarcam

Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; **realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação** (CNE/CES 492/2001, p.32-33, grifo nosso).

As diretrizes curriculares destacam a autonomia dos colegiados para proporem projetos políticos- pedagógicos (PPP) específicos, considerando-se as especificidades da realidade local e a necessidade de associar aos modelos formativos uma dimensão humanista.

Recomenda -se que os projetos acadêmicos **acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens** (CNE/CES 492/2001, p.33, grifo nosso).

Os modelos formativos dos cursos de Biblioteconomia são pensados em um contexto regional específico e se pautam por um conjunto de formulações legais, classificações profissionais e princípios éticos que precisam ser assimilados pelos futuros profissionais. Esses elementos, incorporados dinamicamente ao modelo formativo, são posteriormente apreciados no âmbito dos sistemas nacionais de avaliação da educação superior e monitorados pelos conselhos profissionais e pela sociedade em geral.

Trata-se de um processo tenso e sem possibilidades de um equilíbrio aparente na medida em que a dinâmica social, os interesses do mercado e os contextos globais incidem de forma permanente no planejamento, efetivação e avaliação dos processos formativos.

O Ministério da Educação realiza a gestão do ensino superior brasileiro e, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), procede o monitoramento e a avaliação qualitativa.

Os alunos ingressantes e concluintes dos cursos de graduação em Biblioteconomia, assim como as demais graduações realizadas em IES brasileiras participam periodicamente do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O exame, realizado pelo (INEP), vinculado ao MEC, objetiva

[...] avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de

atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial².

O Enade gera um relatório qualitativo dos cursos de graduação por área e IES e atribui um conceito de um (1) a cinco (5) aos referidos cursos. A composição da avaliação, que resulta na indicação do conceito, é feita a partir da articulação da avaliação do componente específico (questões específicas) entre os concluintes que compõe 60% da nota final obtida; a avaliação do componente específico entre os ingressantes que ocupa 15% da nota final e a avaliação das questões referentes à formação geral apurada entre os ingressantes e concluintes que compõe 25% na nota.

Trata-se de um dispositivo de monitoramento importante, pois através dele é possível realizar diagnósticos mais precisos sobre a situação global dos cursos que podem contribuir no aprimoramento e planejamento da educação superior em âmbito nacional.

A Dimensão Discursiva da Formação Política do Bibliotecário

O discurso é, conforme Foucault (2010), um conjunto de enunciados que obedecem a regras de funcionamento comuns. As regras de funcionamento do discurso são linguísticas, mas também afetadas pelas determinações históricas e, desse ponto de vista, se movem da arqueologia a uma dinastia do saber na medida em que revelam tanto o regime de discursividade, quanto as condições para o seu aparecimento.

Desse ponto de vista, compreender a concepção de formação política dos bibliotecários a partir dos documentos legais que orientam esses processos, pareceu ser um caminho profícuo visto que a análise do discurso documental pode ampliar a nossa compreensão sobre a concepção de formação adotada nas instituições. Nesses termos, Burr (1995) apud Gill (2004, p.245) ressalta que,

1. A postura com respeito ao conhecimento dado, aceito sem discussão e um ceticismo com respeito à visão de que nossas

² Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/enade>. Acesso em: 22 jan. 2018.

observações do mundo nos revelam, sem problemas, sua natureza autêntica.

2. reconhecimento de que as maneiras como nós normalmente compreendemos o mundo são históricas e culturalmente específicas e relativas.
3. A convicção de que o conhecimento é socialmente construído, isto é, que nossas maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais.
4. Compromisso de explorar as maneiras com os conhecimentos - a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas - está ligada às ações/práticas.

Aspectos Metodológicos

Considerando-se que os Colegiados dos cursos são a instância de proposição e coordenação pedagógica da formação dos alunos de graduação em Biblioteconomia e que o modelo formativo é disposto nos projetos político-pedagógicos (PPP), optou-se por analisar, no contexto deste trabalho, os PPP's de três IES que, na avaliação do ENADE de 2009, obtiveram os conceitos entre três e cinco, oriundos respectivamente da Região Nordeste (UFAL), Região Sudeste (UNIRIO) e Região Sul (UFRGS). Cabe ressaltar que a seleção dos cursos objetivou evidenciar as diferentes traduções do componente político na formação dos profissionais bibliotecários, não possuindo, portanto, caráter amostral.

Na primeira etapa, realizou-se uma análise de conteúdo dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação, tendo-se como referência a dimensão conceitual do curso, os objetivos, o perfil profissional do egresso, os elementos constitutivos da formação geral e as disciplinas que compõem a formação geral, eixo no qual, prioritariamente se realiza a formação política dos alunos.

A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que tem por objetivo esquadriñar os materiais textuais como dados de pesquisa com o propósito de desvelar o conteúdo

simbólico e polissêmico neles latente. A análise de conteúdo se organiza em torno das seguintes etapas: pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na etapa seguinte, identificaram-se os temas predominantes e habilidades aferidas nas questões objetivas de formação geral presentes no ENADE de 2009. O objetivo dessa abordagem foi perceber, do ponto de vista empírico, como a formação política dos estudantes é compreendida nos processos nacionais de avaliação do ensino superior. Como o elemento político aparece? Que conexões são possíveis de se estabelecer entre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e as questões de formação geral presentes no ENADE? Os objetivos explicitados nos projetos político-pedagógicos dos cursos incorporam, em alguma medida, o conceito político subjacente às questões do ENADE?

Posteriormente, à luz das diretrizes curriculares nacionais relativas ao curso de Biblioteconomia, procedeu-se a interpretação dos dados. Para tanto, realizou-se o cotejamento entre os eixos analisados nos Projetos Políticos Pedagógicos (conceito, objetivos, perfil, formação geral e disciplinas) e os temas predominantes e habilidades aferidas no ENADE, tendo em vista identificar os vínculos existentes entre as diretrizes curriculares nacionais, os projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação em Biblioteconomia e os temas predominantes e habilidades aferidas no ENADE.

Nos quadros 1, 2 e 3 sistematizaram-se os modelos formativos consolidados nos PPP's dos respectivos cursos, destacou-se, nos discursos institucionais, a atenção dada à orientação das diretrizes curriculares nacionais quanto a inclusão da perspectiva humanista na formulação dos conteúdos.

Quadro 1: Projeto Político-Pedagógico Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS 2017 Conceito ENADE - 3	
Conceito	O Curso de Biblioteconomia da UFAL busca, em certa medida, contribuir com a superação dos óbices que impedem o direito à informação e à formação na educação pública superior de qualidade, com base na garantia de direitos individuais e coletivos inerentes à construção da cidadania e do estado de direito.

	<p>A manutenção do ensino público superior no Brasil e, particularmente, na Região Nordeste, conjugada à qualificação de profissionais, responde pela gestão institucional do ensino público superior, sujeito a processos de avaliação conduzidos pelo INEP/MEC. Em conjunto, todos esses dispositivos podem assegurar não só a formação profissional do(a) Bibliotecário(a), mas o estímulo à pesquisa e à produção de conhecimento, no âmbito do ensino público superior, em conformidade com as necessidades individuais e as demandas oriundas das esferas públicas e privadas.</p> <p>Partindo desse quadro histórico e conceitual, temos a dimensão geral que potencializa a formação acadêmica no Curso de Biblioteconomia, sem perder de vista a sua interface com a Ciência da Informação e áreas afins. Portanto, algumas balizas sinalizam, de modo implícito, possíveis contextos, onde intervêm a tensão entre tempo e espaço, representação social e institucional, processos e registros culturais. Estes formam uma tríade constituída por informação, tecnologia e conhecimento, representativos de diferentes sociedades e/ou agrupamentos humanos (2017, p.21).</p>
<p>Objetivo do curso</p>	<p>Geral</p> <p>Formar profissionais competentes para atuarem de forma crítica e inovadora no ciclo informacional, por meio dos espaços multirreferenciais de informação presentes na sociedade.</p> <p>Específicos</p> <p>a) Desenvolver potencial criativo nos(nas) discentes para atuarem como gestores(as) e/ou mediadores(as) da informação nos diversos segmentos institucionais;</p> <p>b) Preparar os(as) discentes para o tratamento, mediação, transferência e uso da informação independentemente do ambiente, suporte e tecnologia;</p> <p>c) Possibilitar aos(às) discentes uma postura crítica, criativa e inovadora para desenvolverem de maneira empreendedora diversificadas formas autônomas de atuação profissional na sociedade: consultorias, diagnósticos, pesquisas, produtos, projetos e serviços.</p>
<p>Perfil profissional do egresso</p>	<p>“O perfil estabelecido para o(a) Bacharel(a) em Biblioteconomia ou Bibliotecário(a) do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFAL considera o domínio dos conteúdos presentes em sua estrutura curricular que possibilite ao(à) egresso(a) desenvolver competências, habilidades e atitudes necessárias ao exercício profissional, desta forma, que possam intervir e gerar valor de forma ética nos diversos contextos sociais, tanto no âmbito local, regional e nacional. Em conformidade com as Diretrizes Curriculares em Biblioteconomia, as competências e habilidades gerais dos(as) graduados(as) compreendem:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; - formular e executar políticas institucionais; - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; - utilizar racionalmente os recursos disponíveis; - desenvolver e utilizar novas tecnologias; - traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; - desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; - responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.
Formação geral	<p>Formação geral externa ao campo da Biblioteconomia. Fundamentos sociais e humanísticos da formação em Biblioteconomia.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Compreender a relevância de outras áreas de conhecimento na formação do(a) Bibliotecário(a); b) Oferecer fundamentos sociais e humanísticos à formação do(a) Bibliotecário(a); c) Potencializar o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos na formação do(a) Bibliotecário(a).
Disciplinas de formação geral	<ul style="list-style-type: none"> - Formação Social, Econômica e Política do Brasil - Inglês Instrumental 1 - Inglês Instrumental 2 - Língua portuguesa - Espanhol Instrumental (eletiva) - Francês Instrumental (eletiva) - História da Arte (eletiva) - História e Cultura de Alagoas (eletiva) - Informação e Cidadania (eletiva) - Introdução à Lógica (eletiva) - LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais (eletiva) - Literatura Brasileira (eletiva) - Literatura Universal (eletiva) - Teoria da Comunicação (eletiva)

Fonte: Projeto Político-Pedagógico Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – 2017.

Quadro 2: Projeto Político-Pedagógico Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CURSO DE LICENCIATURA EM BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO) - 2009 Conceito ENADE - 4	
Conceito	<p>“A proposta do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia deriva do conjunto de esforços dos diferentes atores sociais frente às mudanças e pretende promover uma formação integradora dos componentes humanos, técnicos e profissionais necessários às novas propostas profissionais para a formação do professor de Biblioteconomia” (2009, p.21).</p> <p>“As Diretrizes Curriculares propostas estão muito próximas de uma educação de base humanista que a UNIRIO elegeu. Visa assegurar que a formação do Licenciado se efetive não só pelo conhecimento atualizado da área de Biblioteconomia e Educação e de seus instrumentos de trabalho, mas, <i>prima facie</i>, pela compreensão da natureza bio-psíquico-social do homem, do ambiente natural e cultural de sua preservação, na perspectiva do aprimoramento do ser humano” (2009, p.23).</p> <p>“Em sua dimensão política a Biblioteconomia é o <i>locus</i> do estabelecimento de relações e empreendimentos capazes de contribuir para a promoção do desenvolvimento de cidadãos e de comunidades, a partir do acesso à informação [...]” (2009, p.25).</p>
Objetivo do curso	<p>Geral</p> <p>Promover uma formação discente de qualidade por meio de habilidades humanas conceituais, técnicas e profissionais com vistas ao ensino da Biblioteconomia para o âmbito técnico profissional.</p> <p>Específicos</p> <p>a) Promover o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias e específicas ao ensino dos saberes e fazeres biblioteconômicos para a formação de auxiliares e assistentes técnicos no âmbito da Biblioteconomia;</p> <p>b) Articular de forma sistemática os conteúdos didático-pedagógicos do campo da Biblioteconomia para a formação de docentes para o ensino técnico;</p> <p>c) Promover a pesquisa como princípio educativo e da aprendizagem por meio da integração de saberes e práticas biblioteconômicas.</p>
Perfil profissional	<p>Os Licenciados em Biblioteconomia deverão ter uma sólida fundamentação dos conhecimentos da área pedagógica, integrada de maneira orgânica com os da área de Biblioteconomia, entendendo o processo de ensino-aprendizagem como um todo,</p>

	<p>partindo das relações pedagógicas que estruturam o curso, a fim de atuar como um profissional consciente e responsável e prepara-se para:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Desempenhar o papel de “catalisador” do processo educativo em todas as suas dimensões, não se restringindo a ser um mero transmissor de conteúdos, mas um profissional atento às relações éticas e epistemológicas que constituem o processo educacional; b) Desenvolver uma sólida competência profissional visando a integração entre o campo educacional e da Biblioteconomia; c) Compreender os saberes e práticas biblioteconômicas como um processo de desenvolvimento contínuo e integrado aos diversos campos do conhecimento; d) Entender o processo ensino-aprendizagem no contexto educacional de forma dinâmica, integrada e aberta; e) Construir metodologias para o ensino de práticas biblioteconômicas com vistas a formação de quadros de auxiliares técnicos de bibliotecas, centros de documentação, de informação e de memória; de forma que f) desenvolvam habilidades e competências para ensinar a aprender; g) Fortalecer as práticas de pesquisa como princípio educativo no âmbito das bibliotecas, centros de documentação, de informação e de memória; h) Diagnosticar as expectativas e as necessidades dos estudantes nos diferentes níveis que compõem a educação básica e o ensino médio, de modo a planejar, gerenciar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos educacionais em Biblioteconomia e que contemplem os princípios da interdisciplinaridade e inclusão. i) Aplicar o conteúdo didático-pedagógico e técnico-profissional para a formação de auxiliares e assistentes técnicos com atuação em bibliotecas, centros de documentação, de informação e de memória. <p>Desta maneira, apresentará competências relativas à compreensão do papel social da escola, ao domínio do conhecimento pedagógico e de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica e competências referentes aos conteúdos específicos da Biblioteconomia, seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar, atuando na educação formal da Educação Infantil ao Ensino Médio (2009, p.32-33).</p>
Formação geral	<p>Eixo II – Articulador da Integração e Comunicação e Desenvolvimento da Autonomia Intelectual e Profissional Neste eixo estão contempladas as Atividades Complementares, eleitas pelos discentes e por eles realizadas sob a supervisão de um</p>

	<p>professor, onde as atividades comunitárias; culturais; de iniciação científica, seminários e projetos de pesquisa; de seminários, cursos, programas e projetos de extensão; de educação tutorial; de estágios não obrigatórios; de monitoria, de comunicações e divulgações científicas; produção do conhecimento articuladas com a Prática de Ensino.</p> <p>Eixo III – Articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade. Este eixo articula os conhecimentos na Licenciatura em Biblioteconomia com grandes áreas de conhecimento, a partir de disciplinas específicas.</p>
<p>Disciplinas de formação geral</p>	<p>Disciplinas articuladoras³</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação e Filosofia - Filosofia da Ciência e Tecnologia - Introdução à Psicologia - Introdução às ciências Sociais - Comunicação - Língua Brasileira de Sinais - Teorias e Práticas Discursivas - Informática na Educação - Sentido e Forma da Produção Artística - História e Bibliografia Literárias - Administração I - Estatística Aplicada à Educação

Fonte: Projeto Político-Pedagógico Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – 2009.

³ Além das disciplinas articuladoras o aluno pode cursar disciplinas nos seguintes departamentos: Departamento de Ciência Política (DCP/JCP), Departamento de Ecologia e Recursos Marinhos (DER/SER), Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos (DEPB/HEB), Departamento de Estudos e Processos Museológicos (DEPM/HEM), Departamento de Estudos Jurídicos Fundamentais (DEJF/JEJ), Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFCS/HFC), Departamento de Fundamentos da Educação (DFE/HFE), Departamento de História (DH/HHI), Departamento de Informática Aplicada (DIA/TIN), Departamento de Processos Técnico-Documentais (DPTD/HTD), Departamento de Saúde da Comunidade (DSC/SSC).

Quadro 3: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - 2012 ENADE – 5	
Conceito	“O curso de Biblioteconomia tem por missão a formação de profissionais que possuam, conhecimentos teóricos e técnicos que possibilitem uma atuação profissional, crítica e comprometida com o interesse público, produzindo e socializando informações que permitam o pleno exercício da cidadania” (2012, p.18).
Objetivo do curso	Formar profissionais de nível superior, críticos, com competência para interagir em um mercado interdisciplinar e atuar em demandas de disponibilização da informação (2012, p.18). O projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia da UFRGS alinha-se aos seguintes princípios: <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de conhecimentos e competências, através do desenvolvimento de habilidades relacionadas ao domínio de métodos e técnicas, - Promoção de atitudes éticas; - Interdisciplinaridade; - Foco no estudante, que é protagonista de sua própria formação; - Integração ensino, pesquisa e extensão (2012, p.18).
Perfil profissional	“O egresso do Curso de Biblioteconomia da UFRGS deve ser um profissional capaz de interagir no processo de transferência de informação desde a sua geração até o seu uso, consciente do valor que a informação possui para a sociedade e para o indivíduo, com vistas à melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento da produção científica e tecnológica e aumento dos produtos de inovação. É desejável que este bibliotecário conheça os paradigmas, as teorias e técnicas, da Biblioteconomia, Ciências da Informação e ciências afins, possua sólidos conhecimentos específicos de sua área, bem como domínio de ferramentas tecnológicas e saiba, interagir nos vários contextos de sua possibilidade de atuação com relação aos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, respeitando os aspectos legais e éticos de sua profissão. A postura desse profissional deve ser orientada para o trabalho em equipe, com atitude investigativa e proativa, criatividade e espírito inovador” (2012, p.23).
Formação geral	O curso adota flexibilização curricular com a oferta de disciplinas eletivas (450 horas/30 créditos) que possibilitem ao graduando eleger disciplinas em áreas do conhecimento de seu interesse.

	O aluno também pode realizar atividades complementares (180 horas/12 créditos em extensão universitária, cursos, seminários, Iniciação científica, bolsa PET (Programa de Educação Tutorial), bolsa EAD (Educação a Distância), bolsa permanência e trabalho, monitoria, estágios extracurriculares, publicações, dentre outras.
Disciplinas de formação geral ⁴	<ul style="list-style-type: none"> - História dos registros humanos (obrigatória) - Informação na web (obrigatória) - Introdução à sociologia (obrigatória) - Introdução às ciências da informação (obrigatória) - Leitura, Biblioteconomia e inclusão social (obrigatória)

Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 2012.

No que se refere aos temas predominantes e habilidades aferidas nas questões objetivas de formação geral do ENADE 2009 identificaram-se os seguintes temas (Quadro 4).

Quadro 4: Temas predominantes e habilidades aferidas nas questões objetivas de formação geral do ENADE 2009.

Questão	Temas Predominantes	Habilidades Aferidas
1	Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável; Vida urbana e rural.	Ler e interpretar textos; Analisar e criticar informações; Extrair conclusões por indução e/ou dedução; Estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; Detectar contradições; Fazer escolhas valorativas avaliando consequências;

⁴ Dentre as disciplinas eletivas figuram algumas que possuem uma abordagem mais geral como, por exemplo: História do Rio Grande do Sul aplicada à ciência da Informação, introdução à filosofia da ciência, introdução à ecologia, Libras, problemas educacionais brasileiros.

		Questionar a realidade; Argumentar coerentemente
2	Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável; Redes sociais e responsabilidade: setor público, privado, terceiro setor; Exclusão e minorias; Vida urbana e rural; Violência; Relações de trabalho; Diferentes mídias e tratamento da informação	Analisar e criticar informações; Extrair conclusões por indução e/ou dedução; Estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; Detectar contradições; Fazer escolhas valorativas avaliando consequências; Questionar a realidade; Argumentar coerentemente.
3	Ecologia; Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável; Redes sociais e responsabilidade: setor público, privado, terceiro setor; Avanços tecnológicos; Tecnociência; Diferentes mídias e tratamento da informação.	Ler e interpretar textos; Analisar e criticar informações; Extrair conclusões por indução e/ou dedução; Estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; Detectar contradições; Fazer escolhas valorativas avaliando consequências; Questionar a realidade; Argumentar coerentemente.
4	Globalização; Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável; Redes sociais e responsabilidade: setor público, privado, terceiro setor; Democracia e cidadania; Diferentes mídias e tratamento da informação	
5	Ecologia; Biodiversidade; Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde,	

	segurança, defesa, desenvolvimento sustentável.	
6	Arte, cultura e filosofia; Mapas geopolíticos e socioeconômicos; Globalização; Relações interpessoais: respeitar, cuidar, considerar, conviver; sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância, inclusão; Avanços tecnológicos; Diferentes mídias e tratamento da informação	
7	Mapas geopolíticos e socioeconômicos; Globalização; Exclusão e minorias; Diferentes mídias e tratamento da informação.	Analisar e criticar informações; Extrair conclusões por indução e/ou dedução; Estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; Detectar contradições; Fazer escolhas valorativas avaliando consequências; Questionar a realidade; Argumentar coerentemente.
8	Arte, cultura e filosofia; Mapas geopolíticos e socioeconômicos; Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável; Redes sociais e responsabilidade: setor público, privado, terceiro setor; Exclusão e minorias; Democracia e cidadania; Diferentes mídias e tratamento da informação.	Ler e interpretar textos; Analisar e criticar informações; Extrair conclusões por indução e/ou dedução; Estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; Detectar contradições; Fazer escolhas valorativas avaliando consequências; Questionar a realidade; Argumentar coerentemente.

Fonte: SINAES. ENADE 2009: relatório síntese – Biblioteconomia - 2009.

Discussão

O cotejamento entre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Biblioteconomia em relação aos temas predominantes e habilidades aferidas nas questões objetivas de formação geral, presentes no ENADE 2009, evidenciou coerência interna nos dispositivos legais e reiterou a perspectiva humanista e o sentido social e cultural desejado para as formações.

As temáticas assinaladas no exame perpassam um repertório de questões sociopolíticas centrais que exigem uma compreensão histórica situada em relação às problemáticas contemporâneas. Os elementos apontam para a necessidade de planejamento de projetos político-pedagógicos interdisciplinares e transversais que deem conta da diversidade e verticalidade requeridas na compreensão dos problemas sociais e políticos da atualidade.

Os projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação em Biblioteconomia analisados demonstraram sinergia em relação às diretrizes nacionais e incorporaram discursivamente os principais valores assumidos na política nacional. Por integrarem universidades, as propostas apoiam-se na estrutura pedagógica de outros cursos de graduação e nas estruturas acadêmicas já existentes para ampliar o acesso ao repertório de temas que constituem a almejada formação acadêmica geral.

Entretanto, observaram-se poucas ofertas de disciplinas de conteúdo fronteiriço que possam apoiar a verticalização da reflexão de questões políticas no âmbito da ação bibliotecária. Notou-se, no arranjo das disciplinas, pouca abertura para o diálogo interdisciplinar.

Nesse contexto, a exceção percebida refere-se ao curso da UNIRIO que organiza uma licenciatura em Biblioteconomia com o aporte formal das contribuições da área da educação e de diferentes departamentos da Universidade.

Constatou-se que a orientação política ainda continua sendo responsabilidade e prerrogativa do próprio estudante que, diante das ofertas de disciplinas e atividades em outros domínios vai compondo, na medida do possível, o mosaico que constitui a sua formação acadêmica.

Considerações Finais

A formação política de bibliotecários no Brasil é um desafio permanente, em vista da complexidade que as atividades relacionadas à informação e ao conhecimento ganharam nas últimas décadas.

A desestabilização de uma profissão clássica, marcada pela relativa regularidade dos processos e pelo caráter custodial das instituições, em direção a um contexto profissional multidimensional, orientado aos fluxos informacionais globais em que a produção e a distribuição dos produtos culturais tornaram-se autônomas em relação às instituições, ampliou a complexidade do planejamento dos percursos formativos que, como tendência, jamais conseguem corresponder às múltiplas demandas da sociedade em rede.

Os discursos difundidos através dos projetos político-pedagógicos dos cursos demonstraram irrepreensível adesão às orientações nacionais, contudo concentram-se ainda na dimensão técnica e tecnológica associada à profissão o que tende a torná-los “reféns da profissão” e das lógicas do mercado.

Observou-se que contextos acadêmicos dedicados à formação bibliotecária ainda se orientam por uma perspectiva disciplinar da carreira.

Acredita-se que pensar a centralidade da cultura política na formação profissional dos bibliotecários implica compreender que, nos dias atuais, todos os elementos socioculturais encontram-se globalmente interconectados. Nesse sentido, é preciso ousar na formulação de modelos formativos que possam efetivamente romper com a perspectiva, ainda vigente no meio acadêmico, que compreende a formação como uma instância de “recipientes passivos para homilias monológicas”. Dessa perspectiva, o compromisso em formar politicamente os profissionais bibliotecários requer diálogo, pluralidade de perspectivas e a urgente ruptura com as lógicas internas que tendem a reificar o mercado como um modelo de mundo e de sociedade a ser seguido.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p.7- 81.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. Paris: PUF, 1977.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Resolução CFB nº 42 de 11 janeiro de 2002**. Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_042-02.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4084 de 30 de junho de 1962 e regulamentada pelo Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, v.134, n.248, 27 dez. 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação brasileira de ocupações - CBO**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/>. Acesso em 22.01. 2018.

BRASIL. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. **ENADE 2009: relatório síntese - Biblioteconomia**. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2009/2009_rel_sint_Biblioteconomia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Brasília: CNE, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.244-270.

MOURA, Maria Aparecida. **Tecnologias da informação e capacitação de trabalhadores no setor de telecomunicações**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1996.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SOUSA JÚNIOR, Justino. **Dicionário da Educação profissional em saúde**. <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

UFAL.INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Maceió: Instituto de Ciências

Humanas, Comunicação e Artes, 2017. Disponível em:
<<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/Biblioteconomia%20Bacharelado%20-2017>>.
Acesso em: 10 jan. 2018.

UFRGS. FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO. **Projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia**. Porto Alegre: Departamento de Ciências da Informação, 2012. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/projeto-pedagogico-do-curso-de-Biblioteconomia>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

UNIRIO. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Escola de Biblioteconomia, 2009. Disponível em:
<<http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/Projeto-Pedagogico-do-Curso-de-Licenciatura-em-Biblioteconomia.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CAPÍTULO 13

O BIBLIOTECÁRIO É UM PROFISSIONAL APOLÍTICO?

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Muitas áreas entendem que os profissionais que nelas atuam devem ser neutros, isentos, imparciais e apolíticos. Com base nisso, pretendem formar profissionais com essas características. Entre essas áreas, vou incluir a Biblioteconomia.

Em textos passados, já tentei evidenciar que essa concepção é maioria não só entre os profissionais bibliotecários, mas, também, entre os professores e pesquisadores com interesse nos assuntos biblioteconômicos. A formação parte da ideia de que há um único perfil desse profissional e, assim, uma estrutura também única para sua formação.

Cada região demanda um profissional que atenda necessidades específicas. Costumamos identificar a atuação "adequada e correta" do bibliotecário com base em experiências e realidades diferentes da nossa. Fala-se hoje, por exemplo, no avanço inexorável da tecnologia norteando os serviços e trabalhos desenvolvidos e oferecidos pelas bibliotecas. Essa, claro, é uma verdade incontestável. No entanto, a maioria das bibliotecas públicas e escolares brasileiras não conta com computadores ou acesso à internet. Muitas, nem mesmo telefone possuem. A chegada da tecnologia nesses espaços é questão de tempo, mas, quanto tempo? Até lá, vamos, nos nossos cursos, ignorar a existência delas e nos atermos a preparar profissionais para atuar apenas em equipamentos informacionais que possuem a tecnologia como base de seus fazeres e serviços?

Copiamos e traduzimos demandas de países considerados por boa parte dos brasileiros, como desenvolvidos, ou seja, superiores ao nosso e tais demandas devem ser entendidas como aquelas que de fato se revestem das verdadeiras necessidades informacionais da população, mesmo que as condições geográficas, climáticas, políticas, econômicas, culturais etc., sejam diferentes ou muito diferentes.

Os instrumentos utilizados pelas bibliotecas para organizar acervos são construídos em outros países. A tabela PHA, por exemplo, quando confrontada com a Cutter, apresenta grandes diferenças entre os sobrenomes dos autores. É dada, na tabela PHA, ênfase para alguns sobrenomes muito comuns em países de língua portuguesa. É o caso de

Santos, Silva, Souza, Pereira, Ferreira e outros. Heloisa de Almeida Prado percebeu que o instrumento que possibilita o encontro de materiais nas estantes classificando-os por letras e números, sendo estes indicativos dos sobrenomes dos autores (após a numeração por assunto), era importante e útil, mas precisava de alterações que o adequasse às necessidades dos usuários brasileiros.

Por que o mesmo não se dá com outras ferramentas? Por que insistimos no emprego de ferramentas e instrumentos sem nenhuma adaptação?

A informação que é recuperada, veiculada, disseminada e mediada nas bibliotecas dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (termos que parecem ser antigos, mas retratam a realidade atual) deve se contrapor àquelas presentes nas mídias comerciais ou nas mídias que, mesmo sendo públicas, moldam-se e respondem a interesses políticos partidários. No Brasil, a mídia comercial é basicamente formada por empresas que se preocupam com seus próprios interesses, mesmo que a defesa deles acarrete em manipulações, omissões e desinformações. Copiar modelos de bibliotecas, incluindo ferramentas e serviços, de países em que o panorama da mídia é diferente, provavelmente nos remeterá a construir nossas bibliotecas a partir de uma estrutura falsa. Nem tudo o que é bom para um determinado país o é para outros.

Um dos instrumentos mais utilizados pelas bibliotecas é a tabela de classificação. Entre as existentes, destaca-se a CDD. Para construir sua tabela, Dewey acompanhou um entendimento filosófico. Atenção: um entendimento filosófico entre tantos outros. A escolha, a opção entre várias possibilidades já se constitui em um ato político. Priorizar as ideias de Francis Bacon significa tomar uma posição, escolher uma teoria em detrimento de outras. Essa é uma atitude parcial.

Defendo aqui que todas as posições e escolhas feitas pelo bibliotecário são parciais, embora ele deva buscar uma imparcialidade – mesmo sabendo que ela é inatingível – e ter consciência dessa sua parcialidade.

A CDD, continuando, limitou o espaço e as relações do conhecimento humano a dez grandes categorias. Não são as categorias que se adaptam ao conhecimento humano, mas este a elas. Em igual medida, não é a tabela que se adapta aos usuários, mas estes a ela. A

CDD, pelo entendimento hegemônico existente na área, é universal – ou seja, pode ser utilizada em qualquer lugar do mundo – e pode ser aplicada a todo tipo de biblioteca, quer seja pública, escolar, universitária, especializada etc. Essas duas grandes características a tornam, dentro desse olhar hegemônico, neutra, imparcial. Teria ela apenas uma dimensão técnica, portanto, isenta. Claro que essa é também uma postura política.

A estrutura da CDD, mesmo com algumas modificações apresentadas em suas diferentes edições, evidencia suas posições. O que determina que um segmento do conhecimento humano deve ser alocado na classe destinada à Generalidades? O que sustenta, a não ser uma concepção ideológica, o privilégio dado, na classe 2, à religião católica e cristã? Vários exemplos como esses podem ser aqui arrolados, mas vou relatar uma experiência pessoal.

Um orientando de TCC, pesquisando sobre como a informação pode contribuir para a diminuição do preconceito contra os homossexuais, ao finalizar o trabalho, precisando elaborar a ficha catalográfica, dirigiu-se para a biblioteca. Nela, indignou-se com duas constatações. A primeira: o termo utilizado para recuperação no sistema era “homossexualismo”. A bibliotecária, mesmo alertada, ficou em dúvida se alterava o termo para “homossexualidade”, pois, apesar de também considerar mais apropriado, a mudança significaria contradizer ao estipulado pela tabela. A segunda constatação: os materiais sobre o tema estavam classificados na classe 6, medicina, ou seja, o “homossexualismo”, para acompanhar o termo preferido pela tabela, era considerado por ela como “doença”.

Estou afirmando que nossas ferramentas e instrumentos de trabalho não são isentos, neutros ou imparciais. E sendo assim, também não são apolíticos.

A CDU, tabela que surge após a CDD, tem nesta última a base de sua estrutura. Apesar de permitir uma maior relação entre os segmentos do conhecimento humano, possui os mesmos problemas que a tabela que lhe serviu de modelo. Todo material a ser classificado que se refere a mulheres, animais, indígenas e outros, deve ser especificamente indicado com uma analítica. Isso significa que a produção bibliográfica está voltada para o ser humano do sexo masculino, que o conhecimento humano é masculino?

Quantas são as mulheres que conhecemos na história da Biblioteconomia antes do Século XX? Sei que esse não é um problema apenas da Biblioteconomia, mas é um problema da e na Biblioteconomia. Por ser um problema geral, devemos deixá-lo de lado, entendê-lo como uma questão para outra área? Quantos são os pesquisadores da área da Biblioteconomia que se preocupam com questões de gênero?

Nossas ferramentas de catalogação priorizam o autor. É possível que essa seja uma maneira prática para escolher a principal “entrada” na catalogação de um material, no entanto, não teria, essa decisão, uma relação com os direitos autorais? A ideia de autoria de um livro, por exemplo, foi se modificando ao longo da história. Hoje, há pesquisadores que apontam uma possível mudança no conceito de autor. Roger Chartier, (1994) em *A ordem dos livros*, nos alerta que, nos livros impressos, nossa interferência dava-se riscando e borrando o texto ou escrevendo nas margens do impresso. Atualmente, podemos “cortecolar” de alguma publicação – ou algumas publicações – e acrescentar pequenos trechos nossos, produzindo um novo texto. Nesse caso, como definir a autoria? Quem de fato é o autor? Não há uma autoria na interferência que fazemos em outros textos, transformando-os, ampliando-os, modificando suas ideias, concepções e posicionamentos? Vou deixar essa questão para que você responda ou para uma posterior discussão.

Nossos acervos, além de priorizarem o livro, são ordenados de forma a apresentar a concepção com a qual foram analisados e preparados tecnicamente. Explicando melhor: a prioridade de armazenamento é para o livro. Outros tipos de suportes (e o emprego desse termo é outra discussão importante, mas que não a realizaremos aqui) ocupam espaços do que vou chamar de “periferia do acervo”. As bibliotecas trabalham segmentando os tipos de materiais que armazena. É comum em bibliotecas universitárias um acervo principal com livros; outro, específico, para periódicos; outro para obras de referência; outro para a produção de alunos de graduação (TCC) e de pós-graduação (dissertações e teses) – divididas, boa parte das vezes, em encadernações de cores diferenciadas –; outro para as dissertações e teses dos docentes da casa (também com uma cor própria e distinta das dos alunos); outro para obras em “reserva” – separadas para melhor controle, uma vez que há poucos exemplares e grande demanda –;

outro para novas aquisições; outro para CDs, DVDs; outro para filmes; outro para partituras; outro para fotografias e inúmeros outros segmentos de acervo, dependendo dos interesses da universidade de cuja estrutura a biblioteca faz parte.

Durante muito tempo, e ainda hoje encontramos em textos da área, utilizou-se o termo “material não convencional” para designar todos os tipos de materiais diferentes do livro.

A construção do acervo é um discurso único, elaborado pelos bibliotecários que atuam em uma biblioteca específica. Cada acervo é um discurso diferente de outros, mesmo entre bibliotecas que tenham assuntos de interesse comum. Quando um bibliotecário classifica um livro, ele o faz a partir de concepções próprias e as imprime no “número de chamada” e nos “descritores” que escolheu para traduzir o conteúdo desse livro. A dificuldade da classificação encontra-se na análise do conteúdo de um material e em sua síntese, em forma de descritores. Nossa formação, em muitos casos, restringe-se apenas a procura de números existentes nas tabelas de classificação, a partir de hipotéticos títulos ou assuntos de materiais previamente analisados. No dia a dia do classificador, nas leituras técnicas, nas sínteses que elabora, há interferências, há muito de suas ideias. Você diria que um livro cujo tema é a política brasileira no período de 1964 a 1985 deve ser classificado como “democracia”, “democracia relativa”, “ditadura militar”, “revolução”? E o momento político atual da Venezuela? E a relação internacional do Brasil, hoje? E o que estamos vivendo no Brasil de 2016 para cá?

Quantas vezes discutimos esses problemas em sala de aula nos cursos de Biblioteconomia?

Quantas vezes as nossas ferramentas e os nossos instrumentos de trabalho são alvo de questionamentos e análises durante o curso de graduação?

O arranjo dos acervos sempre traduziu o poder. Na Idade Média – e mesmo depois, embora de maneira menos evidente – os livros eram ordenados de acordo com a importância a eles dados pela Igreja. Nas primeiras prateleiras das primeiras estantes, os primeiros livros inseridos eram a Bíblia, vidas de santos, Teologia. A importância desses livros era designada pela ordem em que estavam nas estantes. Aparentemente, isso se alterou posteriormente, mas a proposta de ordenação do mais “geral para o específico” ainda traz conotações de

poder como as de antigamente, embora de maneira menos veemente e camuflada em uma pretensa verdade sustentada pelo conceito de ciência.

Os tesouros, por sua vez, trazem a aparência de uma neutralidade que não se confirma quando os termos utilizados não são conceituados. “Informática” e “automação” são sinônimos, são antônimos? Uma é mais geral que a outra, se sim, qual delas? A falta dos conceitos, como também ocorre com os antigos cabeçalhos de assunto, nos impede de responder com certeza as questões apresentadas acima. Os cabeçalhos de assunto já nos davam essas relações e o faziam com base em determinadas concepções que embasavam os que os elaboravam.

Não há uma única forma, um único entendimento para compreendemos áreas, partes, segmentos dela ou situações, fenômenos etc. Há diferenças que se concretizam em correntes de pensamento, em escolas teóricas, ou outros nomes que se queiram adotar para identificar grupos de pesquisadores e estudiosos que se envolvem e se comprometem com uma concepção. Os objetos das áreas do conhecimento humano não são consensuais. Isso vale tanto para a Psicologia, como para a Medicina, a História, a Educação como para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

Acredito que a não existência de um consenso, em especial nas áreas vinculadas às Ciências Humanas, Sociais ou Sociais Aplicadas (como as agências de fomento classificam a Biblioteconomia e a Ciência da Informação), permite que aflorem e se deixem conhecer formas diferenciadas existentes no interior de cada uma dessas áreas.

A concepção predominante na Biblioteconomia é a que se utiliza de conceitos que querem aproximá-la, tanto em seus fundamentos teóricos como em suas metodologias, dos adotados pelas Ciências Exatas. Apesar de predominante, não significa que carrega com ela um entendimento que a transforme em verdadeiro ou como a única possibilidade de compreender a Biblioteconomia. Outras visões apareceram e continuam aparecendo, propondo alterações epistemológicas e buscando espaços para se apresentarem. Buscam também fomentar debates e discussões que possibilitem que as proposições que defendem possam ser, ao menos, conhecidas.

Voltando aos nossos ferramentais de trabalho, muitos entendem a tecnologia como um instrumento, como algo aplicável.

Esse seria seu objetivo e justificaria sua existência. Outros, no entanto, entendem a tecnologia como uma área específica. São visões diferentes que convivem juntas, embora cada uma delas tenha defensores que apresentam e formulam teorias advogando que é o seu o entendimento verdadeiro.

Entre os que estudam e trabalham com tecnologia boa parte afirma que é ela, tecnologia, neutra. O uso que se faz dela, nessa visão, é que determinaria seu caráter bom ou ruim. Em essência a tecnologia seria boa, voltada para satisfazer necessidades do homem e desenvolvê-lo.

Contrário a esse entendimento, outros acreditam – e me incluo entre eles – que a tecnologia hoje existente é um produto histórico, fruto de lutas e embates pelo poder, pela dominação. Atende, assim, interesses de um sistema, o capitalismo, e está voltada não para suprir demandas da sociedade como um todo, mas de uma pequena parcela, identificada com a elite dominante.

A tecnologia, nessa visão, não está preocupada com problemas ambientais, com a diminuição de tarefas e trabalhos braçais, com a ampliação do tempo que o homem dedica ao lazer, com a democratização do acesso à informação etc. Este último item, a democratização do acesso à informação, calcado na ideia do amplo acesso, possibilitado pela virtualidade, é na realidade uma balela, uma mentira. Além dos controles explícitos oriundos de censuras impostas principalmente por determinados governos, existe também o controle da distribuição das informações.

No âmbito virtual também há a dominação. Diz Ignacio Ramonet (2000) que o território virtual, mesmo não tangível, tem seus donos, tem seus, digamos, latifundiários virtuais. Vale lembrar que, mesmo em outro plano, o exercício de poder desses "donos" dá-se da mesma maneira que no âmbito concreto.

Qualquer pessoa pode publicar o que quiser no mundo virtual. Essa é, basicamente, a ideia que se tenta passar como verdadeira. A realidade, no entanto, contradiz essa afirmação. Há limites para o que se quer veicular; existem custos para que alguém possa se conectar à virtualidade; mas, o principal é o número de pessoas atingidas pelas informações geradas por alguém e disponibilizadas nos espaços virtuais. Quem atinge um público maior são os que possuem dinheiro suficiente para investir em uma infraestrutura necessária e adequada para dar

suporte a trabalhos de grande porte voltados para vários tipos de Informação, ou seja, são os mesmos que já dominam as mídias privadas convencionais.

Em suma, as pessoas podem dizer e escrever o que quiserem, o que desejarem – dentro de determinados limites – mas o público que terá acesso a essas informações é tão restrito, tão insignificante que em nada "incomoda" a estrutura do sistema, que em nada afeta o predomínio dos grupos detentores do quase monopólio dos direitos, mesmo que tácitos, de produção e veiculação de informações. Ou seja, o controle dá-se pela distribuição, restrita, e pelo público atingido, numericamente pequeno. No entanto, o discurso aparenta uma irreal democratização da informação.

Ainda dentro dessa temática, poderia discutir as normas padronizadas para se referenciar trabalhos científicos. De início, são elas padronizadas, mas dentro das indicadas por associações e entidades. Se há diferenças entre as normas da ABNT, da APA, da LC, etc. isso significa que não há um consenso sobre a apresentação dos elementos presentes em uma referência bibliográfica.

A exemplo dos códigos de catalogação, as normas dão prioridade para o autor, com “entradas” principais para seus sobrenomes. O que foi dito anteriormente sobre esse foco no autor vale também agora. Dentro dos elementos das referências, a ênfase está na obra consultada. Claro que essa é uma ideia correta na medida em que se pretende possibilitar ao leitor a localização do material utilizado em um trabalho científico e que é do interesse desse leitor, mas muitos textos são avaliados com base na atualização da bibliografia, mesmo que a data da “produção” do texto não é a mesma que a da publicação da obra citada.

A “República” de Platão não foi escrita em 2015, embora possa existir uma publicação mais atual nessa data. Outro problema nas referências é a exigência de apontar a edição de uma determinada obra. Trabalhamos com a ideia de que uma nova edição deve conter alterações em seu conteúdo. Algumas “novas” edições possuem apenas, como diferença, um novo formato, uma nova capa etc. Outras edições não alteram absolutamente nada, devendo ser consideradas como reimpressões. Muitas editoras se valem desse subterfúgio unicamente como estratégia de venda.

Formação Política

Uma postura política em sala de aula é, para mim, aquela que não se limita a “ensinar”, a “treinar” os alunos nos aspectos formais e técnicos de uma área, nem tão somente apresentar as ferramentas e instrumentos com os quais o futuro profissional poderá exercer seu trabalho em alguns (e friso essa palavra) dos fazeres da Biblioteconomia.

É preciso alertar inicialmente que o termo “política” não está sendo utilizado no sentido de “política partidária”. Muito se tem discutido nos tempos bicudos deste mais recente golpe político no Brasil, da necessidade de buscar uma escola sem partido. Todos concordam com essa ideia, pois ninguém deseja uma escola que tenha como propósito apregoar como verdadeiras as propostas de um partido político. Queremos outra coisa, buscamos incentivar nossos alunos a refletirem sobre a situação em que estão vivendo, a refletirem sobre a forma como o mundo está construído. E para isso a escola deve ser política.

O meu pensamento sobre o mundo não é idêntico aos de outros professores que ministram aulas na mesma escola em que eu atuo. É possível que haja coincidência entre alguns dos professores, mas essa é apenas uma possibilidade. Assim, não podemos imaginar que os professores têm o papel de passar para os alunos o meu modo de ver, interpretar e explicar o mundo. É preciso cuidado com as ideias sobre isso. Não podemos pensar que a solução está na conscientização dos alunos via professor, pois este pode não ter o mesmo pensamento, as mesmas concepções que você.

Um professor racista passará, em sala de aula, concepções racistas, mesmo que não claramente. O mesmo se dá com os professores que são homofóbicos, machistas, antisemitas etc. Sou contrário a essas posições, mas não tenho como exigir que os outros professores da escola em que leciono ou todos os professores que atuam nas escolas, seja do ensino básico, médio ou universitário, acompanhem minhas verdades.

Qual a nossa ideia de formação política do bibliotecário ou de qualquer outro profissional?

A maior parte dos que estão interessados nesse assunto tem uma posição mais à esquerda do pensamento político. Nossa ideia (a

palavra nossa utilizada aqui é porque também tenho esse pensamento) está atrelada a concepção de que as verdades advogadas pela esquerda são mais adequadas aos interesses, demandas, desejos e necessidades das classes populares, das classes trabalhadoras. Talvez não seja isso o que a maioria dos professores pensa.

Algumas noções, que não são nossas, impregnam nosso pensar e nós as reproduzimos. Utilizo com muita constância a expressão "Norte" com o significado de aquilo que se quer alcançar, objetivo, intento. Dentro dessa noção está embutida a ideia de verdade, de algo correto, de algo que se almeja atingir, como ideal. Ora, o ideal é o Norte? Por que não o Sul? A ideia do Norte ser o ideal nos é vendida desde quando éramos pequenos. É ela formulada e veiculada pelos países ditos desenvolvidos – que se contrapõem aos subdesenvolvidos, ou seja, que ainda não atingiram o estágio ideal e são, portanto, menores – no intuito de que essa concepção seja entendida como natural.

Diz Jesse Souza (2017) que os próprios países subdesenvolvidos, de tanto ouvirem a ideia de que o são, assimilam e se apropriam dela, a ponto de criarem formas de se definirem como tais. O exemplo que ele, autor, nos apresenta é o do Brasil, que se menospreza se entendendo como malemolente, brejeiro, preguiçoso, malandro e, portanto, não comparável com os habitantes de outros países, considerados mais desenvolvidos e, portanto, superiores.

Ainda seguindo Souza (2017), o Brasil acredita que tem uma elite política corrupta e que a corrupção está alojada apenas entre os que compõem essa elite, ou seja, os políticos. Vários candidatos apontam esse como o maior problema brasileiro e destacam em suas promessas pré-eleitorais, durante o tempo que antecede as eleições, que eliminarão esse cancro e resolverão, de vez, os problemas brasileiros. No entanto, não é apenas o poder público que é corrupto, nem o é por inteiro. A maior corrupção está na iniciativa privada, na elite que, de fato, apesar de encoberta, manda neste País. E ela não está sozinha, mas mancomunada com interesses internacionais que, como ela, também se interessam em ficar, a preços subvalorizados, com a riqueza dos países subdesenvolvidos. A população entende que essa, o setor público corrupto, é uma situação histórica que não será resolvida e que o melhor é entregar tudo para a iniciativa privada, como ela assim

deseja. O golpe de 2016 ocorreu a partir desses interesses e ficou claro com as atitudes primeiras do governo ilegítimo de Michel Temer.

Assim, a forma como se dá a dominação segue parâmetros vinculados ainda à antiga concepção de escravidão. Somos escravos, embora não mais com as formas dos séculos que antecederam o XX.

Nossa área, por exemplo, a Biblioteconomia, sempre esteve a serviço dos interesses dessa elite escamoteada, pois preservou o conhecimento gerado nas entranhas dela e defendendo os interesses delas. A ciência, diz Marilena Chaui (2006, 2014), se coligou com a Tecnologia, formando a tecnociência como forma de dominação. A ciência já era revestida de uma aura que a identificava com a verdade, em detrimento do saber popular. Este não podia se igualar ao que era e é produzido e veiculado como correto pela ciência. A qualquer momento, para explicar uma situação, chama-se o especialista, aquele a quem a sociedade, determinou que pode falar em seu nome. Nós delegamos aos especialistas a tarefa e o poder de nos dizer o que é certo ou errado. No entanto, entre os especialistas não há consenso, as correntes de pensamento em todas as áreas trazem entendimentos variados e múltiplos. Afinal, qual é a verdade que um especialista pode disseminar se não há consenso – e ainda bem – dentro de cada área?

As ferramentas com as quais trabalhamos são carregadas de ideologias pertencentes a essa elite dominante, como vimos anteriormente.

Não basta a fala do professor. Não é apenas o professor o responsável pela postura política do profissional.

Alguns professores acreditam que a palavra é mágica. As aulas são apenas expositivas, pois tem a palavra o poder de transformar as pessoas ou, ao menos, iluminá-las e preenche-las com conhecimento. Se o aluno não aprendeu é porque não prestou atenção às aulas. O conteúdo foi dado.

Utilizei duas expressões: “o aluno não aprendeu” e “o conteúdo foi dado”, pois são frases corriqueiras, utilizadas cotidianamente entre professores.

O aprendizado, nesse contexto, dá-se tão somente em sala de aula e a partir da “fala” do professor. Para o aprendizado do aluno, o professor basta. Se não houve aprendizado o culpado é o aluno. Ele não aprendeu.

Já em relação ao conteúdo, foi ele ministrado, dado, oferecido. O aluno assimilou esse conteúdo, se apropriou dele? A maioria das escolas e dos professores acreditam que esse não é um problema deles. Na Universidade, por exemplo, os alunos são adultos e devem ter responsabilidade e disciplina. Outras duas palavras que não bastam, sozinhas, para o entendimento do aprendizado do educando. Um aluno cansado, depois de 8 horas de trabalho, mais o tempo perdido no transporte de casa para o trabalho e deste para a Universidade, pode ter responsabilidade e disciplina, mas ter dificuldade para se manter desperto durante as aulas, durante o período em que o professor profere suas mágicas palavras, durante o período em que o professor “repassa” para o aluno o seu conhecimento.

Além da palavra, o professor conta com alguns instrumentos que facilitam sua “performance” educativa: as apostilas, nos cursos fundamental e médio, e o PowerPoint, este com destaque para os cursos universitários. As apostilas são comuns nos cursos iniciantes da aprendizagem. Possuem um conteúdo para cada série e exigem que o professor as utilize exatamente como estão estruturadas, elaboradas, ou seja, trechos com conteúdos mais teóricos e outros com atividades. O professor fica “amarrado” ao conteúdo presente nas apostilas e será cobrado caso não repasse esse conteúdo durante o ano, pois, no próximo, a nova apostila será uma continuação daquela. Padronizou-se, massificou-se o ensino, a educação.

No âmbito da Universidade, a presença maciça é a do PowerPoint. À palavra mágica do professor acresce-se a imagem mágica do PowerPoint. Este é um reforço ao poder da palavra docente. A parte da frente da sala em penumbra – ou, quem sabe, a sala inteira – a imagem focalizada em um único lugar, fixo, o professor se movimentando nos espaços ao lado da imagem ou, na maioria dos casos, parado com um pequeno “jato de luz” para enfatizar a visualização do que está sendo apresentado em um momento específico. A tal da imagem não passa, muitas vezes, de frases e mais frases repetidas monotonamente. Vez ou outra o professor acrescenta algo que não está no texto veiculado pelo PowerPoint, ou muda a ordem das palavras na frase. Há muita diferença das apostilas utilizadas no ensino fundamental e médio?

A essa situação chamei de “A academia na penumbra”. O texto pode ser lido no *site* Infohome (2014), dentro da coluna Mediação da Informação.

Revido e sumarizando o que vimos até agora, podemos afirmar que as ferramentas utilizadas pelos que atuam nas bibliotecas e nos equipamentos informacionais são controladoras, a história da área é conservadora, a postura do profissional é conservadora, as concepções que formam a área são conservadoras. Assim, a postura política do bibliotecário acaba por se tornar, de maneira geral, conservadora. As coisas não são tão deterministas assim, mas é claro que o contexto contribui para que as posições dos bibliotecários sejam mais conservadoras.

A área se entende como neutra, apolítica e imparcial. Sabemos, claro, que essa postura já carrega em si uma identidade com um lado, contradizendo, dessa maneira, a própria ideia de imparcialidade ou de neutralidade. Os bibliotecários, ou boa parte deles, confundem apolítico com apartidário. Que são, claro, coisas distintas.

De tudo o que estamos dizendo fica a ideia de que a formação política do bibliotecário, não se faz apenas e exclusivamente na universidade, durante o estudo formal.

A educação e o aprendizado de qualquer aluno, seja ele do ensino fundamental, médio ou universitário, não ocorrem somente dentro da sala de aula. São eles, educação e aprendizado, a soma de várias interferências, incluindo professores, salas de aula, laboratórios, pais, amigos, colegas, espaços de convivência e, muito importante para nós, as bibliotecas. Utilizei o plural, pois as bibliotecas a que me refiro não são apenas as escolares, mas as públicas também e, em algumas ocasiões, bibliotecas especializadas, como as existentes em associações, organizações não governamentais, institutos de arte, museus etc.

Cada um de nós defende uma forma de entender, ver e explicar o mundo. É inegável que queremos partilhar esse olhar com outras pessoas e, se possível, convencê-las de que nossa concepção é a que responde melhor às situações e fenômenos que a vida nos apresenta. Isso não é manipular nem, autoritariamente, impor uma ideia. Nós estamos sempre discutindo com o mundo, com os outros. Não somos isolados, mas mesclados com os outros, somos uma relação dialógica. Bakhtin (2002) nos fala sobre isso. Nosso conhecimento é construído

individualmente, mas sempre na relação, no nosso contato, no nosso diálogo com o mundo e com os outros. Esse diálogo gera conhecimentos que são transmitidos para outros homens. Antes, já tínhamos o conhecimento de outros homens. Os que se apropriam dos conhecimentos que veiculamos, o fazem quando se relacionam com o mundo, com as outras pessoas. Todos nós estamos sempre discutindo com o mundo, colocando em dúvida o que está sendo veiculado, disseminado e construindo novas formas de entender e explicar o mundo. Mas, não temos o poder de escolher as informações que recebemos nem podemos refletir e analisar cada uma delas. Muitas são por nós apropriadas de maneira inconsciente e podem se impor, camufladas, entre nosso conhecimento.

Todo bibliotecário tem suas próprias ideias, suas próprias convicções, suas próprias concepções. No curso de Biblioteconomia, os professores não devem exigir que os seus entendimentos sejam considerados como corretos e verdadeiros e os dos alunos como errado – caso não se identifiquem com os nossos.

Os responsáveis pela formação dos bibliotecários não são apenas os professores, mas também e em grande medida, os profissionais que estão atuando no mercado. Estes, quando recebem alunos para estágio também estão exercendo ações pedagógicas e de aprendizagem. Fazem parte dos que formam novos profissionais.

As entidades e associações que constituem o Movimento Associativo Bibliotecário Brasileiro também têm responsabilidade nessa formação. E nessa formação estão incluídos os aspectos políticos, sejam eles vinculados à área da informação ou ao âmbito da sociedade como um todo.

Em um evento realizado em Coimbra, recentemente, uma pessoa, portuguesa, dizia que a IFLA voltava suas recomendações especialmente para os países de terceiro mundo. Fazia tempo que eu não ouvia essa expressão. Se voltadas para os países do terceiro mundo, dizia ela, Portugal, por estar na Europa e ter uma situação diferenciada das dos países do Terceiro Mundo, não estava contemplada. Em minha intervenção, disse que pensava o oposto, ou seja, as recomendações da IFLA estão baseadas em estruturas econômicas e políticas diferenciadas das existentes na maioria dos países pobres, e essas recomendações são identificadas como as melhores e mais corretas, sendo recomendadas para todo o mundo. Recomendações não podem ser generalizadas, pois

os países possuem características específicas. Essa posição da IFLA é excludente, assim como o fato de que a língua portuguesa não faz parte das línguas oficiais da IFLA. A pessoa que incluiu Portugal na Europa e a diferenciou dos países de Terceiro Mundo, teve uma atitude totalmente excludente. No entanto, não percebeu – e isso é próprio de pessoas excludentes – que a língua portuguesa, e por tabela essa pessoa, são excluídas da IFLA.

Formar politicamente não é levar a pessoa a pensar como eu, mas leva-la à reflexão, à crítica. Formar politicamente é levar os alunos a tomar posições, a escolher lados de maneira consciente e com base em ideias que estão presentes na fala do professor, mas também em todos os suportes ou equipamentos informacionais. É preciso deixar claro, no entanto, que todos nós, envolvidos de alguma forma com a formação de novos profissionais, devemos apresentar nossas ideias, permitir que os alunos conheçam nossas posições, nossas concepções.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **A academia na penumbra**. Marília: InfoHome, 2014. [Artigo em Web]. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=838>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10.ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora UnB, 1994.

CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.15-25.

CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. In: _____. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. p.53-58.

RAMONET, Ignacio. A colonização do ciberespaço. **Diplô: Cadernos**, São Paulo, n.1, p.38-41, 2000.

SOUSA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

CAPÍTULO 14

A FORMAÇÃO POLÍTICA DO(A) BIBLIOTECÁRIO(A) NO CAMPO DAS RELAÇÕES RACIAIS

Erinaldo Dias Valério

Introdução

A intenção central deste capítulo é trazer para o debate questões preliminares sobre a formação política do(a) bibliotecário(a), no que se refere a atuação antirracista nas diferentes unidades de informação e apresentar algumas possibilidades de ação prática.

A utilização do termo antirracista neste capítulo, parte da compreensão de um conjunto de estratégias, metodologias e atuações que são desenvolvidas com o objetivo de promover a igualdade racial. Acredita-se que bibliotecário(a) com uma formação política pautada na compreensão das relações raciais, pode contribuir para uma transformação social na desconstrução das práticas de discriminação e racismo na sociedade brasileira.

Para tanto, a metodologia deste capítulo consistiu na apresentação de uma experiência pedagógica, vivenciada no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio da disciplina “Cultura Afro-brasileira: mediações da informação etnicorracial”, ministrada no segundo semestre de 2017.

A escolha do tema parte da necessidade e ausência de produções científicas que apontem a necessidade da formação e atuação do(a) bibliotecário(a) no campo das relações raciais no Brasil, notadamente contra o racismo, discriminação e preconceito racial que impedem os(as) negros(as) no acesso e uso da informação.

A Inserção da Temática da Educação das Relações Raciais no Ensino de Biblioteconomia da UFG

O Curso de Biblioteconomia na UFG, em sua última atualização do Plano Pedagógico de Curso (PPC), em 2016 – aplicado em 2017, atentou-se para obrigatoriedade da inserção de disciplinas e temas que atendam às diretrizes curriculares nacionais para educação das relações etnicorraciais.

Neste sentido, para atender a esta demanda, foi inserida no PPC a disciplina de Tópicos Contemporâneos em Informação Social, Cultural e Educacional, dentro da estrutura desta disciplina de Tópicos, está à disciplina **“Cultura Afro-brasileira: mediações da informação etnicorracial”**, na modalidade optativa, com carga horária de 64 horas, divididas em aulas teóricas e práticas. Ressalta-se que os(as) alunos(as) devem cursar, em caráter obrigatório, ao menos duas disciplinas com características de optativas. É importante destacar que esta foi a primeira vez que uma disciplina com este recorte foi inserida no PPC do curso.

Assim, a disciplina de Cultura afro-brasileira: mediações da informação étnico racial, foi ofertada pela primeira vez no segundo semestre de 2017. A ementa da disciplina consiste em perceber os produtos culturais etnicorraciais como suporte de informação e sua análise e entender a dinâmica das relações etnicorraciais e os processos de mediação da informação para uma educação antirracista.

Para atender a ementa proposta pela disciplina, foi necessário elencar os seguintes objetivos: apresentar experiências de abordagens das relações etnicorraciais em pesquisas científicas e na formação de profissionais da informação; discutir a produção de conhecimento sobre os negros na Ciência no Brasil; identificar as principais ações do movimento negro organizado e a luta contra o racismo; investigar a influência da cultura africana no processo de colonização do Brasil, nos aspectos econômicos, sociais e culturais e contribuir com a formação de bibliotecários, visando à conscientização e dinamização do uso do material bibliográfico, com vistas à implantação da Lei 10639/03.

O conteúdo da disciplina foi distribuído em duas unidades, na intenção de fomentar um debate mais efetivo e que atendesse aos objetivos propostos. Desse modo, a unidade I - BRASIL: DEMOCRACIA RACIAL? - Teve como foco os seguintes conteúdos: raça, racismo, discriminação e preconceito racial; o que é ser negro no Brasil; personalidades negras brasileiras; o Movimento Negro Brasileiro: sua historicidade, contribuição e conquistas e a Lei 10.639/03.

A unidade II: MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO – concentraram-se os temas: produção de conhecimento sobre a população negra na Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil; informação etnicorracial; produtos culturais etnicorraciais como suporte de

informação; competência do(a) bibliotecário(a) na sociedade da informação; as unidades de informação e a Lei 10.639/03.

Os debates em torno desses conteúdos discutidos durante a unidade I e II, reforçaram a necessidade e urgência da inserção dessa temática de forma transversal em todas as outras disciplinas do curso.

Resultados Obtidos

As aulas foram construídas tendo como personagem central a participação dos(as) alunos(as) para uma construção coletiva do conhecimento. Optou-se por trazer ao foco a fala de cada um(a). Neste sentido, dúvidas foram elencadas sobre todos os temas, uma vez que para quase todos(as), os assuntos estavam sendo tratados de forma específica, pela primeira vez na vida acadêmica.

Dado que a história oficial tem tornado invisível a contribuição dos(as) negros(as) na sociedade brasileira, bem como, a existência das tensões raciais existentes entre negros(as) e não negros(as), ainda circunscrito no mito da democracia racial.

As aulas foram expositivas e dialogadas. Além disso, houve a apresentação de seminários individuais e construção de um texto crítico sobre o tema apresentado. Os seminários foram desenvolvidos em cima do Programa Heróis de Todo Mundo, uma iniciativa do Projeto a Cor da Cultura¹ que tem como objetivo valorizar e ressaltar as personalidades negras brasileiras, constituídos de homens e mulheres.

Cada aluno(a) ficou responsável por uma heroína negra ou herói negro, distribuídas de forma aleatória. Os(as) alunos(as) apresentaram uma biografia em cada seminário, elencando a participação e contribuição do(a) seu/sua herói/heroína, na arte, música, culinária, educação, tecnologia, literatura, saúde entre outros. Além disso, apresentaram as experiências de preconceito e discriminação raciais vividas por eles(heróis) e elas(heroínas).

Esta metodologia foi importante para a disciplina, porque se fez conhecer cada personalidade negra, uma vez que para os(as) alunos(as)

¹ O projeto A Cor da Cultura, é fruto de uma parceria entre a Fundação Roberto Marinho, por meio do Canal Futura, o Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério da Educação, Fundação Palmares/Minc e Petrobras. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/>>.

eles/elas eram desconhecidos(as). Afirma-se que isto se deve a educação eurocêntrica que vem sendo perpetuada em todos os níveis de ensino. Portanto, os(as) alunos(as) chegam nas universidades sem referências de lideranças e ativistas que contribuíram para a construção do País e lutaram por uma igualdade racial.

Trabalhar estas personalidades negras em sala de aula ajudou a refletir sobre os materiais bibliográficos das bibliotecas e na compreensão da história. Onde estão estas pessoas nos livros didáticos? É possível desenvolver ações culturais nas unidades de informação, que possam torná-los visíveis?

Além dos seminários desenvolvidos pelos(as) alunos(as) e na tentativa de ampliar ações e efetivar o debate, foi solicitado a construção e aplicação de uma ação/serviço/produto sobre relações raciais, com recorte da população negra, e aplicá-la em uma unidade de informação. Os projetos foram realizados em equipe, seguem alguns dos projetos desenvolvidos:

- **Mulher Negra Brasileira** - realizou uma exposição intitulada Mulher Negra Brasileira, na Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás;
- **Professores(as) negros(as) da Faculdade de Letras da UFG** - identificou os/as professores/as negros/as lotados/as na Faculdade de Letras da UFG. Divulgou na Biblioteca da Faculdade de Letras, por meio de cartazes, quem são, quantos são e quais as suas funções e capacitações, bem como, suas obras acadêmicas e científicas, com o intuito de dar visibilidade as/aos professoras(os) negras(os);
- **Contação de Histórias Afro-Brasileiras na Creche da Universidade Federal Goiás** - proporcionou nas crianças o interesse em histórias e contos da cultura africana, através de contação de história;
- **Análise de acervo da Biblioteca Libris: recorte racial e infantil** - analisou o acervo da biblioteca modelo Laboratório do Livro, Leitura Literatura e Biblioteca (LIBRIS), localizada na Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da UFG, a respeito da existência de obras literárias infantis na coleção da mesma que retratem a discussão racial com a temática

para crianças e que possuam em seu conteúdo personagens negros(as), à disposição do público que faz uso da unidade.

- **Projeto de ação e observação na Escola Municipal Marcos Antônio Dias Batista: um estudo sobre as relações raciais** – desconstruiu e refletiu sobre a ideia do mito da igualdade racial, por meio da discussão fílmica no ambiente escolar.

Sem dúvidas, os resultados destes projetos refletiram a concretização dos objetivos da disciplina e permitiram vislumbrar um horizonte de possibilidades de aplicação da temática das relações raciais nas diferentes unidades de informação.

De todos esses projetos, vale ressaltar aqui, que a exposição Mulher Negra brasileira, teve um alcance para além da disciplina. Para avaliação da disciplina, a exposição foi iniciada e finalizada na biblioteca central da UFG, depois disso, ela foi levada para uma biblioteca escolar de uma escola pública do estado e foi exposta no dia 20 de novembro, dia em que se comemora o Dia da Consciência Negra. Além disso, a exposição foi fixada no corredor da FIC, e contemplou alunos(as), professores(as) e técnicos(as) dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Biblioteconomia e Relações Públicas e interessados(as) que passavam pelo local.

Neste contexto, ficou evidente o papel da formação de profissionais da informação no campo das relações raciais, para contribuir no combate as práticas de racismo e disseminar as contribuições dos(as) negros(as) para a sociedade.

Pensares Conclusivos

Uma educação pautada nas relações etnicorraciais consiste em uma postura crítica e reflexiva para a diversidade. E bibliotecários(as) formados(as) com estas características, podem entender as práticas de informação na sociedade e disseminarem melhores qualidades dos conteúdos informacionais.

Diante disso, bibliotecários(as) munidos de informação no campo das relações raciais no Brasil, podem adotar em suas práticas o olhar inclusivo sobre os diferentes grupos étnicos que compõem a nacionalidade brasileira

O presente capítulo não pretendeu esgotar o debate sobre a importância da disciplina no curso de Biblioteconomia. Dedicou-se aqui na descrição de alguns passos adotados, assim, como o texto ainda está em andamento, o segundo passo consistirá em estudos mais aprofundados dando voz aos alunos e as alunas que cursaram esta disciplina, por meio de questionários semiestruturados.

CAPÍTULO 15
AS CULTURAS AFRICANAS E AFRODESCENDENTES EM
BIBLIOTECONOMIA & CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL:
EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA, PENSAMENTO CRÍTICO
E MEIO SOCIAL
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Gustavo Silva Saldanha

Introdução: três teses sobre uma teoria crítica em Biblioteconomia

Como se constituiu uma teoria crítica do pensamento biblioteconômico-informacional? Um primeiro percurso (ou a primeira tentativa) seria desconstruir a figuração hegemônica de um modelo estadunidense no desenvolvimento da perspectiva histórico-teórica do campo. Em outros termos, tratar-se-ia de afirmar a limitação de uma epistemologia colonizadora que avança da América do Norte no final do Século XIX e provoca uma aculturação teorética das expressões de pensamento em grande parte do mundo nos estudos biblioteconômico-informacionais. Nesse movimento geopolítico da epistemologia, a palavra “informação” se tornará a principal ferramenta conceitual para a demarcação final da “conquista” da hegemonia, varrendo não apenas macro agendas epistêmicas, mas toda a diversidade de objetos de estudo em luta, como o foco urgente nas culturas africanas e afrodescendentes no Século XX.

O recurso teórico, no entanto, pode encontrar alguns problemas comuns no plano historiográfico em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), ou da *Library and Information Science* (na visão estadunidense), os quais sintetizamos a partir de três teses sobre uma teoria crítica no campo:

- a) A consagração simbólica: trata-se de um “olhar hegemônico para contemplar a hegemonia”, que traduz-se pelo movimento de contínua (re)consagração do papel colonizador no retorno da crítica permanente sobre suas consequências, representando um culto ao dito papel civilizatório de um dado discurso; seja pelo excesso (a quantidade) de manifestação da vertente hegemônica, seja pela tenacidade conceitual (a qualidade) em apontar a

origem das coisas ali, naquela tradição, faz-se de um dado espectro econômico político a única forma de afirmação de um princípio (das ideias, dos fatos, das pessoas, das instituições);

- b) As epifanias críticas: a construção de uma narrativa da inovação crítica, que insiste em afirmar o novo contra o velho, como o novo criticismo contra a velha hegemonia, criando uma série ininterrupta de desconstruções isoladas, autodeclaradas como inaugurais. Tais epifanias críticas seguem, muitas das vezes, o mesmo curso, as mesmas influências, mas não se articulam, não se criticam, não se relacionam. Elas geram o que reconhecemos como uma história ultrassincrônica, mas, antes, pontualmente, estabelece um criticismo frágil, com os flancos abertos a qualquer avanço da própria velha hegemonia que, pela consagração simbólica, se coloca como a única forma de sustentação da epifania (“eu só sou novo, pois preciso sustentar a consagração do velho discurso hegemônico, contra o qual fui constituído”).
- c) A história ultrassincrônica: a fundamentação de uma historiografia sem histórias, sem narrativas, calcada em cronologias e eventos monumentalizados na possibilidade de produção contínua de reflexões isoladas que propõem-se “derrubar” o discurso hegemônico de uma vez por todas; engendra-se aqui uma lista enorme de pontos de vista que determinam o fim de uma hegemonia sem recorrer à própria dura e lenta luta contra a hegemonia que sustenta não uma, mas inúmeras outras críticas, também elas isoladas no espaço-tempo da discursividade do campo.

Reconhecemos que a teia fundacional de um dado território epistêmico, como em BCI, se torna extremamente rígida, difícil de ser destituída. Não retiramos, pois, nossa condição “de dentro” (e não “de fora”) desse itinerário discursivo, que também perpassa nosso discurso – como nos é contraditória e problemática, mas inevitável, a adoção da expressão “ciência da informação” ou “Biblioteconomia e ciência da informação”. A questão é: como produzir uma visão crítica no campo sem reconhecer e refletir sobre essas teses e outras que nos acossam na formação de uma epistemologia histórica do campo?

A proposta deste estudo, pois, é problematizar a discussão epistemológico-crítica do pensamento histórico-biblioteconômico, com um olhar sobre um cenário de investigação (não o único) onde essa torção crítica se coloca como central, a saber, o âmbito da representação das culturas africanas e afrodescendentes no campo no contexto brasileiro, o que abre o viés na direção da diversidade cultural e transformação social pela ação do bibliotecário. Em cima das respostas às teses acima colocadas, nosso percurso, coloca, pois, duas assertivas que procuram fundamentar o percurso.

De um lado, essas direções possíveis de uma epistemologia crítica no plano da historicidade do campo não são novas, não são inaugurais; e a tentativa permanente de uma epistemologia histórica repousa sobre uma certa reconstrução dos discursos isolados, o recolhimento das críticas espalhadas no tecido discursivo confuso e aberto, uma certa cartografia da diáspora das inquietações e dos contra-ataques ao plano hegemônico da sedimentação historiográfica e política do campo. No entanto, esse não é o primeiro movimento. Enquanto disciplina histórica e fundada na linguagem (ou seja, reconhecendo uma fundamentação filosófico-filológica em BCI), o primeiro movimento é compreender o desdobrar histórico e cultural das lutas epistêmicas, os nascedouros (pois dificilmente teremos apenas um) da diáspora do criticismo nos escombros da avalanche hegemônica de um dado modelo de teoria do conhecimento.

Por outro lado, isso não significa afirmar que a ausência e a baixa reflexividade de tais constantes sociocríticas não se enquadre como problema. A crônica manifestação do silêncio e das baixas incidências de dados cenários de investigação no plano cultural e social é, sim, o resultado de sintomas de um tal estado de coisas dado pela hegemonia que articula uma economia política da epistemologia como marca da fundamentação de nosso campo. Logo, a crítica não é, pois, percebida aqui como acrítica em sua natureza: é seu modo de construção que destitui dela, em grande parte, sua capacidade de articulação dos diferentes aspectos que vão da epistemologia ao trabalho em BCI, das teorias à manifestação e à transformação de titulações, de nomenclaturas de disciplinas, de currículos, de grupos de pesquisa, de grupos interinstitucionais de investigação, de sociedades científicas.

Para essa reflexão, pois, apresentadas as teses da proposta e as condições da reflexão aqui constituída, partimos para a problematização de uma teoria crítica para o campo (não a única, não a pioneira, ou seja, mais um pensamento central para o desenvolvimento de uma visão epistemológico-histórica em BCI). Nosso foco está no papel social do campo colocado a partir do teórico russo Nicolas Roubakine (1998a,b).

Tópicos Epistemológico-Históricos sobre a Formação Crítica do Bibliotecário: a brecha de Nicolas Roubakine

A construção crítica dos estudos informacionais encontra, como indicado, um conjunto muita das vezes disperso de teorizações com pouco diálogo (insistimos: pouco diálogo, ainda que não inexistente), o que em geral provoca o isolamento de suas condições de produção e de apropriação, bem como reproduz as práticas discursivas de críticas inaugurais, ou desdobramentos de teorias isoladas.

Dentro da própria tradição dos Estados Unidos, com Jesse Shera (1977), Lloyd Houser (1988) e Ronald Day (2005) e Bernd Frohmann (2004), por exemplo, já identificamos a própria crítica histórica e contemporânea sobre a qual se debruçam teóricos de outras nações sobre as hegemonias em curso. Encontramos as reflexões, por exemplo, de Antonio García Gutierrez (2011) na Espanha com uma importante linha desta abordagem crítica, bem como Solange Puntel Mostafa (1985), no Brasil. Mas em todos estes casos, raras são as investigações que mergulham nas fontes históricas que antecederam essas críticas, ou seja, que participaram justamente do “calor” dos acontecimentos discursivos que permitem a (re)construção dessa crítica. Não deixamos, certamente, de reconsiderar sempre as intenções de cada discurso em seu espaço-tempo. A visão epistemológico-histórica que se coloca aqui, pois, orienta-se para a questão já lançada: em que medida, pois, a discussão crítica de fato se propõe crítica também à própria historicidade da luta no campo...?

No caso do ponto de vista crítico de Robert Estivals (1981; 1992), na França, por exemplo, encontramos uma saída (dentre tantas possíveis, abertas à investigação epistemológico-histórica). Trata-se de reconhecer a construção do pensamento do russo Nicolas Roubakine

nessa seara histórico-crítica, posicionando-o no espaço-tempo de nosso pensamento.

Toda a estrutura da teorização de Roubakine (1998a,b) repousa sobre uma teoria do meio social. A partir dos cenários intersubjetivos do bibliotecário, da biblioteca, do livro, da leitura, ou seja, das instituições, sujeitos e práticas no âmbito do conhecimento registrado, o teórico russo inicia uma investigação no final do Século XIX sob o plano psicológico. Sua visão, ao contrário de se dar enquanto “mentalista”, postula-se, sob o que chama de “bibliopsicologia”, fundada na condicionante da construção social do leitor, do aprendiz, do conhecedor do mundo, um mundo que é opressor e limita a construção de modelos igualitários de justiça. Sua manifestação como indivíduo é, pois, uma manifestação dada no meio social. O bibliotecário é, nesse contexto, um ator social central.

Uma das teses principais da problematização roubakiniana abre uma linha de reflexão distinta no campo no final do Século XIX: “humanizar a humanidade” pressupõe a afirmação ante essencialista da realidade. Não existe uma natureza na formação do sujeito, na ideia de “humanidade”. Em outros termos, a “humanidade” não é boa, nem é má. Ela se constitui socialmente. É preciso um conjunto de teorias e de métodos, de ciências, de fundamentos epistemológicos e de pesquisa empírica para construir essa humanização. A Bibliopsicologia é, pois, uma forma de constituir essa luta contra a opressão fundada na racionalidade que se estabelece como hegemônica.

Esta tese está fundada na condição contextual do meio social, elemento formado pelas e formador das intenções coletivas e individuais das intersubjetividades. A partir desta noção, depreende-se que o meio não só permite a transformação, como realiza a construção dos mais distintos modos de interpretação da realidade, demarcando, assim, as diferenças que podem se multiplicar em liberdades ou desigualdades.

O papel do bibliotecário em Roubakine (1998a,b) se constitui como foco estruturalmente social. O papel da linguagem e da linguagem da alteridade, do modo como dada comunidade, como dado sujeito, interpreta o mundo através dos registros do conhecimento, e o modo como interage com tais artefatos e, ainda, o modo como tais artefatos constituem visões de mundo, se tornam objetos centrais do campo teórico russo.

Para a teoria roubakiniana está clara a condição da pluralidade, das diferenças culturais e das desigualdades sociais como uma necessária componente das reflexões do bibliotecário. O uso, pois, de tal reflexividade epistêmica, uma teoria do conhecimento que se funda no campo, tem, então, um enfoque, uma intencionalidade: a transformação social e o olhar sobre a dignidade pelas lentes dos estudos que hoje tratamos, genericamente, de informacionais.

Estabelece-se, enfim, na teoria de Nicolas Roubakine (1998a,b), um potencial de constituição de uma das margens de afirmação de uma epistemologia histórica de fundo crítico em BCI, demarcando ainda uma brecha, a possibilidade de percepção que as abordagens que colocam em questão as problemáticas da construção social de nossa realidade recebem, na fundamentação do campo, uma teorização apta para tais problemas. Este é o caso do enfoque aqui articulado, a saber, a historicidade e a contemporaneidade do olhar sobre as culturas africanas e afrodescendentes na epistemologia do campo, em especial no contexto brasileiro.

Tópicos sobre Historicidade Epistêmica das Culturas Africanas e Afrodescendentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação

O estudo das temáticas africanas e afrodescendentes em BCI não é algo inédito. As brechas para o desenvolvimento da luta contra hegemônica, fundadas, em parte, por Nicolas Roubakine (1998a,b) na virada do Século XIX para o Século XX, podem ser visualizadas em distintos contextos, conforme cada domínio iluminado. Para a presente reflexão, internacionalmente, reconhecemos que foram construídos movimentos contra a univocidade discursiva sobre as culturas advindas do pensamento africano, dentre os quais destacamos a *Black Librarianship* dos Estados Unidos.

Em outros termos, como podemos notar, na construção da crítica à hegemonia apontada na introdução de nossa proposta, a própria crítica ao plano estadunidense se faz reduzida ao não reconhecer a pluralidade de possibilidades teórico-empíricas ali constituídas. A importação de abordagens se dá, pois, tão unívoca quanto o próprio criticismo unilateral.

A partir da linha de reflexão produzida sob este conceito, *Black Librarianship*, foram elaboradas importantes fontes históricas,

concretudes da luta histórica pela justiça social, como, por exemplo, o *HandBook of Black Librarianship*, publicado em sua primeira edição em 1977, editado e compilado por E. J. Josey e Ann Allen Schockley. A produção se encontra, objetivamente, se retomarmos a procura roubakiniana, no plano do desenvolvimento da bibliopsicologia, sob três condicionantes: a fundamentação social da realidade sob o ponto de vista biblioteconômico-informacional; as distintas formas de percepção e de construção dos saberes, de interpretação contextual e comunicativa da realidade segundo grupos sociais distintos; a revolução a partir das teorias e dos métodos biblioteconômicos.

Com 392 páginas, o *HandBook of Black Librarianship* é composto por 37 capítulos. Entre alguns fatos, apresenta-nos:

- a) Os episódios históricos com uma cronologia de eventos da *Black Librarianship* (JORDAN; JOSEY, 1977). A partir das fontes produzidas que são apresentadas por esta cronologia, apresentamos a seguir no Quadro 1.

Quadro 1: Publicações referente à *Black Librarianship* de 1900 a 1974.

Ano	Publicação
1900	Daniel A. P. Murray editou sua " <i>Preliminary List of Books and Pamphlet by Negro Authors</i> " para a Negro Exhibit preparada para a Exposição de Paris de 1900.
1905	Atlanta University Press publicou " <i>A Select Bibliography of the Negro American</i> ", compilado por W. E. B. DuBois.
1912	Surge a primeira edição do " <i>Negro Yearbook</i> ", editada pela Monroe Work. Nove edições foram publicadas (1912-1938).
1913	William F. Yust tentou, talvez pela primeira vez, estabelecer o status do negro na cena da biblioteca pública americana com o seu " <i>What of the Black and Yellow Races</i> " na ALA Bulletin, v.7, p.159-167, jul. 1913.
1916	" <i>A Bibliographical Ckecklist of American Negro Poets</i> " foi publicada por Arthur A. Schomburg.
1917	" <i>Negro Educations, a Study of the Private and Higher Schools for Colored People in the U. S</i> ", de Thomas J. Jones, foi publicado pelo Departamento de Educação Superior dos EUA.
1928	"Bibliography of the Negro in Africa and America " foi compilada pela Monroe N. Work.
	"Survey of Black Colleges and Universities" de Arthur J. Klein foi publicado pelo U.S. Office of Education.
1930	Louis S. Shores publicou o " <i>Public Library Service to Negroes</i> ", Library Journal, v.55, p.150-154, fev. 1930.

1940	Eliza Atkins Gleason foi premiada com o primeiro Ph. D. em Biblioteconomia para um afro-americano. Sua dissertação da Universidade de Chicago teve o título " <i>The Southern Negro and the Public Library</i> ".
1945	Virginia Lacy Jones recebeu o segundo Ph.D. em Biblioteconomia concedida a um afro-americano. Sua dissertação foi " <i>The Problems of Negro High School Libraries in Selected Southern Cities</i> " (Universidade de Chicago). " <i>North American Negro Poets: A Bibliographical Checklist of Their Writing</i> " foi publicado por Dorothy Porter.
1963	" <i>Acess to Public Libraries</i> ", um estudo de pesquisa preparado para a American Library Association pela Internacional Research Associates, Inc., sobre discriminação documentada, direta e indireta, em serviços de bibliotecas para negros nos Estados Unidos.
1966	" <i>The Negro Handbook</i> " foi publicado pela Johnson Publishing Company, Inc.
1967	Foi publicada a primeira edição de " <i>The Negro Almanac</i> ", um trabalho de referência abrangente.
1970	" <i>The Black Librarian in America</i> ", editado por E. J. Josey, foi publicado, o primeiro livro para tratar exclusivamente com bibliotecários negros. A Biblioteca do Congresso publicou " <i>The Negro in the United States: A selected bibliography</i> ", editada por Dorothy B. Porter
1971	Edward C Mapp publicou " <i>Books for Occupational Edication Progress</i> "
1972	E. J. Josey publicou " <i>What Black Librarians are Saying</i> ". Edward C. Mapp publicou " <i>Blacks in American Films</i> "
1974	Ann Allen Shockley e Sue P. Chandler publicaram " <i>Living Black American Authors: A biographical directory</i> ".

Fonte: Traduzido de Josey (1977).

- b) Os afro-americanos pioneiros em Biblioteconomia, ou seja, os profissionais negros com formações em instituições predominantemente brancas. Oriundos da *Hampton Institute Library School*, são identificados profissionais como, Eliza A. Gleason, Virginia I. Jones, Hallie B. Brooks, Josephine Thompson, Wallace Van Gleason, Mollie Dunlop, Dorothy Porter, Carrie Robinsn, E. J. Josey, Annete Phinazee, Augusta Baker, Clara S. Jones, Zenobia Coleman, Morteza Sprague, Mollie Huston Lee, Jean Blackwell Hutson, Albert P. Marshall, Lawrence Reddick e Milton Byam. Todos são aqui reconhecidos como grandes nomes da *Black Librarianship*. Além disso, três homens, representados como ávidos bibliófilos, que não eram bibliotecários de formação, foram considerados "homens dos livros" e também influenciaram a *Black Librarianship*, a

saber: Arthur Schomburg, Henru P. Slaughter e Nathan Work, (JORDAN, 1977).

- c) O *Hampton Institute Library School*. Conforme Campbell (1977, p.35, tradução nossa)

Não se pode avaliar a Biblioteconomia negra e o bibliotecário negro sem um olhar retrospectivo para a Escola de Biblioteconomia do Instituto Hampton, pois esta escola tem um lugar único no desenvolvimento da Biblioteconomia nos Estados Unidos. Fundada em setembro de 1925 por uma doação da Carnegie Corporation, a escola da Biblioteconomia foi estabelecida principalmente com o General Education Board e da American Library Association, com o apoio total do Julius Rosenwald Found. No momento em que a escola de Biblioteconomia foi estabelecida, havia somente outra escola de Biblioteconomia credenciada no Sul - Escola de Biblioteconomia da Universidade de Emory em Atlanta, Georgia.

Após o fechamento do *Hampton Institute Library School*, em 1939, a *Atlanta University School of Library Service* assumiu a responsabilidade pela educação da maioria dos bibliotecários negros americanos (JORDAN, 1977).

- d) As primeiras organizações de Biblioteconomia são apontadas neste manual, tais como *The Alabama Association of School Librarians*, *The Librarians' Section of the Georgia Teachers and Education Association*, *The North Carolina Negro Library Association*; *The South Carolina State Library Group* e *The Division of Librarians of the Virginia State Teachers*. (ROBINSON, 1977; LEWIS, 1977; MARSHALL, 1977; CALDWELL, 1977; HILL, 1977)
- e) A *Black Librarianship* contemporânea da época da publicação da obra: ao final da Década de 1960, os profissionais negros que são membros de organizações nacionais perceberam que o racismo estava dentro das organizações profissionais. A partir disso, chegaram à conclusão de que o racismo poderia ter impacto nas suas profissões e desenvolvimento profissional. Neste sentido,

começaram a se organizar para criar organizações visando garantir a sua liberdade enquanto pessoas e profissionais, bem como lutar contra o racismo presente em suas vidas. Existiram conferências como a *National Conference of Black Political Scientists*, onde cientistas políticos negros se organizaram e elaboraram uma publicação bimestral; a *National Conference of Black Lawyers*, de advogados negros que criaram a *American Bar Association*, organização estabelecida para combater o racismo; e a *National Association of Black Social Workers* foi criada por trabalhadores sociais negros. No caso da Biblioteconomia e na *American Library Association*, os negros não romperam seus laços com a organização profissional nacional. Contudo, se organizaram em *caucus* (convenção política), “considerado um encontro fechado de um grupo de pessoas pertencentes ao mesmo partido político ou facção - geralmente com o objetivo de decidir sobre a política” (JOSEY, 1977, p.67, tradução nossa).

- f) Bibliografia descritiva: por fim, a obra, manifesto da luta sobre as disputas do meio social na qual o campo biblioteconômico-informacional se insere objetivamente, apresenta uma bibliografia descritiva de periódicos africanos e afro-americanos selecionados para “auxiliar bibliotecários e educadores na seleção de títulos básicos para coleções afro-americanas e para complemento de currículo de estudos negros” (SCHOCLEY, 1977, p.143). Engloba ainda uma lista de *best-sellers* de autores negros, os livros mais vendidos, a seleção e a aquisição de materiais bibliográficos de África, autores afro-americanos representados na lista de livros da ALA e bibliotecários negros.

No ano 2000 foi lançada a segunda edição, do *Handbook of Black Librarianship*, editada por E. J. Josey e Marva L. DeLoack. Conforme, os Josey e DeLoack (2000, p.13, tradução nossa), “este livro é um tesouro de informações inestimáveis sobre a Black Librarianship” e

Ao conceber a segunda edição da Handbook of Black librarianship, os editores sentiram que este trabalho deveria ser uma ferramenta de referência relacionada aos vários aspectos dos afro-americanos na Biblioteconomia e seu trabalho nas bibliotecas. A primeira edição do manual, publicada em 1977, preencheu um vazio para uma diversidade de estudiosos, estudantes, bibliotecários e outros interessados em informações sobre materiais afro-americanos e africanos e informações sobre a localização desses materiais. Esperamos que a segunda edição do trabalho seja tão importante quanto. Além disso, o manual preserva a herança relacionada aos negros na Biblioteconomia, e narra o pensamento atual entre bibliotecários afro-americanos. Este trabalho é interessante não só para os negros, mas também para todos os bibliotecários, bibliófilos e bibliógrafos que precisam identificar materiais relacionados e essenciais às coleções afro-americanas e africanas (JOSEY; DELOACH, 2000, p.9, tradução nossa).

No que concerne ao Brasil, com relação à BCI, realizamos uma pesquisa entre 26 e 27 de novembro de 2017 na Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e encontramos 61 materiais que abordam a temática africana e afro-brasileira produzidos de 1988 a 2017. Foram utilizados 11 termos de busca nesta pesquisa, a saber: “História and Cultura Africana”, “Memória and África”, “Afro-brasileira”, “Afro-brasileiro”, “Africana”, “População negra”, “Cultura Africana”, “Cultura Afro-brasileira”, “Negro”, “Negro and Memória” e “Diversidade étnica” onde, como critério de seleção dos artigos aptos a esta pesquisa, foi realizada a leitura do resumo, título e palavras-chaves dos mesmos.

Entre os assuntos dos artigos sobre a temática, encontram-se as bibliotecas (pública, especializada, universitária, escolares), a Lei 10.639/03, identidade negra, políticas públicas, informação etnicorracial, expressões culturais, história e cultura africana, relações etnicorraciais, entre outros. Conforme os artigos encontrados na BRAPCI, quanto aos profissionais da informação e bibliotecários que mais produzem sobre a temática no Brasil, destacam-se Mirian de

Albuquerque Aquino, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Leyde Klébia Rodrigues da Silva, Jobson Francisco da Silva Júnior, Vanessa Alves Santana, Graziela dos Santos Lima, Erinaldo Dias Valério, Franciéle Carneiro Garcês da Silva, entre outros. É necessário ressaltar que, para delinear uma BCI negra no País, é preciso um estudo mais aprofundado de obras que deram início à produção sobre a temática no campo.

Em paralelo, o Comitê Gestor do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados e da Biblioteca da Câmara dos Deputados, coordenado por Raphael Cavalcante e Clarissa Estrêla, elaborou um estudo fundamental sobre a questão, que resultou no “Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil”, publicado em 2017. Com um recorte de artigos, livros, teses, dissertações e legislação produzidas entre 1988 e 2016, este livro possui como objetivos:

- a) “facilitar o acesso da sociedade a textos de qualidade que discutem sob os ângulos mais variados a condição do negro no Brasil”;
- b) “oferecer instrumento de pesquisa confiável sobre a questão racial no Brasil”;
- c) “organizar a informação para subsidiar a produção legislativa referente ao tema” (CAVALCANTE; ESTRÊLA, 2007, p.15).

Neste sentido, na visão da proposta, a obra “facilitará, assim, o acesso de legisladores, pesquisadores e cidadãos em geral a um conjunto de textos significativos que informam, debatem, analisam, refletem e denunciam a condição do negro ao longo da história do Brasil, da colonização até os dias atuais” (MAIA, 2017, p.7).

Como podemos observar, diferentemente da *Black Librarianship*, as temáticas africana e afro-brasileira em BCI no Brasil se encontram em desenvolvimento. Ainda não é de nosso conhecimento a criação de associações nacionais ou estaduais voltadas para a Biblioteconomia Negra brasileira e ainda é tímida a inclusão da temática do negro nas pautas de eventos científicos da área. Em breve análise nos portais digitais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), verificamos que o primeiro trabalho sobre a temática africana foi “Informatização e organização do trabalho em bibliotecas universitárias: estudo comparado entre Brasil, Moçambique e África do Sul” de Manuel Valente Mangue e Helena Maria Tarchi

Crivellari, apresentado no VI ENANCIB de 2005, seguido pelo trabalho intitulado “A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD” de Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, apresentado no VIII ENANCIB de 2007. Isso nos leva a refletir se o fato da criação da Lei 10.639 criada em 2003 foi o que despertou o interesse em pesquisas sobre a temática na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O maior evento de Biblioteconomia do Brasil, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), por sua vez, também teve suas três últimas edições avaliadas (2013, 2015, 2017). A temática africana e afro-brasileira (a partir dos radicais: “afri”, “afro” e os termos “negro”, “diversidade” e “étnico”) nos títulos dos trabalhos apresentados do XXV CBBB de 2013, resultou nos itens “Educação e diversidade cultural: a Lei Federal 10.639/03 e os acervos de bibliotecas escolares do município de São José-SC”, escrito por Graziela dos Santos Lima e Paulino de Jesus Francisco Cardoso e o trabalho “A biblioteca pública na sociedade multicultural”, de Meri Nadia Marques Gerlin, Aline Nunes Fraga e Dulcinea Sarmento Rosemberg.

No ano de 2015, encontramos o trabalho apresentado no XXVI CBBB, intitulado “Disseminação de Informações sobre Populações de Origem Africana e Afro-Brasileira: Relato Da Biblioteca de Referência NEAB/UDESC, escrito por Paulino de Jesus Francisco Cardoso; Amabile Costa; Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Graziela dos Santos Lima. Em 2017, ano do XXVII CBBB, houveram os seguintes trabalhos apresentados: “A inserção da etnia negra no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina a partir das ações afirmativas”, de Vera Lucia Rodrigues Barbosa, Marisa Bräscher Basílio Medeiros, Marli Dias de Souza Pinto e Priscila Machado Borges Sena; “Um olhar para o passado. Um olhar para o futuro: democratizando o acesso à história dos afro brasileiros preservada pela Biblioteca Nacional”, de Andreia Sousa da Silva e; “Negra! A cor do Brasil”, de Dávilla Vieira Odizio da Silva e Claudina Azevedo Maximiano. Importante ressaltar que esta última edição do CBBB tinha como tema a Agenda 2030, que possui como um de seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles, tendo a biblioteca como espaço de apoio para inclusão de grupos marginalizados, tais como as populações africanas e afrodescendentes (CONGRESSO..., 2017). Ao que parece,

segundo os dados preliminares disponíveis até o momento, no Brasil alguns avanços vêm sendo registrados no desenvolvimento de pesquisas voltadas para o estudo da temática e tentativas de colocar em cena a visibilidade da história e cultura dos africanos e seus descendentes.

Em outros termos, a teoria do meio social de Roubakine (1998a,b), contextualizada a luz da realidade brasileira, pode ter, na construção do olhar sobre as culturas africana e afrodescendente, um potencial de ampliação do debate. Cabe-nos, no entanto, reconhecer a necessidade ainda ausente de uma síntese no plano epistemológico e no plano metodológico, ou seja, uma investidura no plano qualitativo, capaz de articular a imprecisão perigosa e opressora dos conceitos superficiais enumerados.

O Bibliotecário no Brasil e as Lutas no Plano das Culturas Africanas e Afrodescendentes: atuação crítica e desafios políticos ou... dentro da teoria do meio social de Nicolas Roubakine

Se reconhecermos algumas centralidades do pensamento de Roubakine, as lutas e os desafios políticos nas mais distintas arenas sociais estão em foco na sua perspectiva, como o caso das lutas por justiça social, incluindo o vasto escopo das culturas africanas e afrodescendentes em nosso País. Historicamente, as populações de origem africana sempre estiveram à margem da sociedade brasileira e o processo de escravização e desumanização a que foram submetidas deixaram marcas que perduram até hoje. Conforme nos lembra Aquino (2010, p.27),

A escravidão dos negros perdurou por mais de três séculos de sofrimento e penúria, produzindo uma desigualdade social que excluiu homens e mulheres negros e livres, mesmo depois da Abolição. No Brasil, os negros africanos, considerados seres inferiores e indignos pelos seus algozes, foram impossibilitados de ter acesso aos direitos garantidos pela Constituição Federal brasileira e, conseqüentemente, conquistar o direito à cidadania.

O combate ao racismo e a promoção da igualdade e da diversidade etnicorracial através de ações que promovam a implementação das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/2008, das Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnicorraciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e das Diretrizes para a Educação Indígena constituem-se em um novo desafio para o bibliotecário: Como representar a população afrodescendente e indígena nas unidades informacionais? Como o bibliotecário escolar, por exemplo, fará a inclusão das temáticas de diversidade etnicorracial no acervo da unidade informacional a qual pertence? Quais os principais autores e ações culturais que o bibliotecário precisa criar para inserir a diversidade étnico-cultural nos espaços informacionais?

Primeiramente, é preciso que o bibliotecário tenha o conhecimento sobre o processo de construção do nosso País e das estruturas que foram desenvolvidas e articuladas com o objetivo de suprimir (e porque não dizer: excluir) a cultura e a história das populações de origem africana dos espaços educacionais, sociais, econômicos e políticos a partir da superioridade de um grupo minoritário dominante, e que isso resultou em uma fragmentação de povos de diferentes etnias africanas. Conforme Aquino e Santana (2005, p.2), “os discursos da ciência, da política e da religião, historicamente se articularam para apagar a presença da população negra na constituição da identidade cultural brasileira e anular qualquer forma de resistência”.

Faz-se necessário ressaltarmos que as vivências da população afrodescendente brasileira estão sedimentadas no racismo e discriminação que os condiciona a viverem em situação de desigualdade social e econômica até hoje. Isso significa afirmar que a “construção da sociedade da informação rumo à sociedade do conhecimento, que visa à competição de indivíduos em iguais condições com as demais nações onde muito se fala em inovação, democratização da informação para todos não são as mesmas para os negros” (AQUINO, 2010, p.27). Enquanto que as pessoas pertencentes ao grupo racial branco têm acesso a bens materiais, imateriais e simbólicos (SCHUCMAN, 2014) dentro da sociedade brasileira, os afro-brasileiros ainda lutam por direitos básicos e para serem vistos e respeitados como sujeitos.

Embora tenhamos 54% da população brasileira que se considera afrodescendente (45,1% pardos e 8,9% negros), conforme

informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), o nível de homicídio desta população no Brasil é muito elevado. Conforme o Atlas da Violência 2017, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a cada 100 habitantes que são mortos por homicídio, 71 são afrodescendentes, sendo os jovens negros do sexo masculino os que mais são mortos por assassinatos. Segundo Cerqueira e Coelho (2017) citado por Cerqueira *et al.* (2017, p.30), “o cidadão negro possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência”. E ainda afirmam que a probabilidade de um cidadão negro sofrer homicídio corresponde “por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais” (CERQUEIRA *et al.*, 2017, p.30).

Apesar de a sociedade brasileira ser construída de diferentes grupos que a caracterizam como uma das mais diversas em termos culturais e etnicorraciais, sua história é permeada por desigualdades e discriminações contra as populações afrodescendentes e indígenas (SIMÃO, BILÉSSIMO, 2014). Por ser uma sociedade que está estruturada no desrespeito à diversidade étnico-cultural, os grupos socialmente marginalizados (indígenas, afrodescendentes, população LGBTQI, entre outros) são privados de terem acesso aos seus direitos mais básicos, como educação, saúde, política e trabalho e de serem representados em espaços de poder. Para um bibliotecário crítico e atuante, estas informações são condições *sine qua non* para a inserção do respeito à diversidade etnicorracial e cultural dentro dos seus espaços de atuação, além de permitir que seja um catalizador para transformação social da população receptora de seus produtos e serviços.

Um dos espaços onde há pouca ou nenhuma visibilidade das populações de origem africana é a biblioteca, onde a memória da população afrodescendente é excluída pela ausência de materiais bibliográficos que demonstram a contribuição deste povo na construção do nosso País (CARDOSO, 2015). Os aspectos econômicos, sociais, educacionais e demais experiências cotidianas desta população também são invisibilizados, o que pode perpetuar o preconceito e discriminação criados e sedimentados sobre os afros desde o período escravista. É a partir da biblioteca pública, por exemplo, onde se difundem e representam conflitos socioculturais e ideológicos.

Historicamente, a biblioteca tem sido uma plataforma que sustenta a estrutura social, política e econômica existente em nossa sociedade com a função adaptar o sujeito ao meio social em que vive (CARDOSO, 2015).

Sempre importante lembrar, que se o bibliotecário não tiver consciência a respeito da diversidade étnico-cultural que compõe o povo brasileiro, poderá ser um reproduzidor da dominação cultural e reforçar o complexo de inferioridade construído ao longo dos séculos nos frequentadores negros das unidades informacionais. Pode também, fortalecer posições como a do “branqueamento” e do “mito da democracia racial” construídas no período pós-abolição (CARDOSO, 2015).

Neste sentido, o reconhecimento da diversidade etnicorracial, valoriza a história e cultura destes povos e se propõe a criar uma educação antirracista promovendo discussões em diversos espaços, entre eles, a biblioteca, além de suscitar ações que auxiliem na erradicação do racismo e da discriminação racial (DEBUS, 2017).

Quando refletimos sobre as políticas governamentais, Aquino (2010, p.31-32) aponta que:

É fato que as políticas governamentais vêm alimentando o reencontro das culturas, do diálogo, da unificação, da tolerância, da ética, da responsabilidade social, da solidariedade e da política de promoção da igualdade racial. Entretanto, algumas de suas propostas acabam impondo um poder absoluto, que leva uns a controlarem os outros, a fim de atender a interesses, opiniões e ideologias que se distanciam das pretensões da maior parte da população brasileira.

As forças que são contra a implementação de tais políticas em nível nacional, acabam utilizando mecanismos para obstruir o desenvolvimento das mesmas e garantir privilégios sociais aos grupos raciais dominantes, com a criação de hierarquias sociais e processos de dominação chamado racismo (CUNHA JÚNIOR; RAMOS, 2007, apud AQUINO, 2010).

Por isso, Aquino (2010) propõe a criação de políticas de informação para inclusão da população afro a partir de uma nova

compreensão da diversidade cultural. Para a autora, a abordagem da diversidade cultural e as políticas de informação partem do reconhecimento e da aceitação do outro, a partir de um “diálogo entre o eu e o outro” (AQUINO, 2010, p.32).

Ainda conforme Aquino (2010), ao negligenciarmos a inclusão da população afrodescendente nas políticas de informação, retiramos o negro da condição de sujeito e, como consequência, reduziremos a sua representatividade em instituições públicas e setores do cotidiano de nossa sociedade. Assim, as políticas de informação necessitam ser pensadas como prioridade para todos os grupos que constituem a sociedade brasileira, observando as demandas e particularidades de cada grupo em seus contextos. Nesse sentido,

Essas políticas devem ser portadoras não só das condições fundamentais para o acesso e uso da informação por todos os grupos socialmente marginalizados, mas também mobilizadoras de competências para processar, organizar e disseminar as informações numa perspectiva abrangente, tendo em vista o contextual, o global, o multidimensional e o complexo, sem perder de vista o local e o específico (MORIN, 2000 *apud* AQUINO, 2010, p.33).

Assim, bibliotecários necessitam repensar suas práticas pedagógicas e sociais a fim de incluir estudos com a perspectiva de uma educação afrocentrada que permita legitimar as “formas de resistência negra como os quilombos, as lutas do Movimento Negro e o discurso de especialistas negras e negros de diversas áreas do conhecimento dedicados aos estudos do continente africano e da diáspora africana e sua importância para a construção da identidade negra” (GOMES, 2016, p.738-739).

Gomes (2016, p.739) propõe a Afrocentricidade como alternativa “[...] à inclusão das questões etnicorraciais nas práticas biblioteconômicas no âmbito de recursos e serviços oferecidos e a postura profissional na esfera da formação humana e acadêmica de cunho social”. Nesse viés, a atuação do profissional iria para além da visão custodial, onde o foco de todo e qualquer serviço prestado pela biblioteca será nas pessoas, tendo como objetivo a formação de

cidadãos conscientes dos contextos sociais e culturais dos quais fazem parte e de sua atuação enquanto protagonistas nestes espaços.

A partir desta reflexão, sugerimos algumas ações para que os bibliotecários sejam incentivadores do resgate e positividade da memória, cultura e história das populações de origem africana no Brasil. Para começar, é preciso representar e ressignificar positivamente a diversidade étnico-cultural dentro dos espaços das unidades informacionais às quais estes profissionais pertencem visando a valorização da população afrodescendente. Incluir obras de autores e autoras da literatura afro-brasileira, tais como Abdias do Nascimento, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Joaquim Maria Machado de Assis, Maria Aparecida Silva Bento, Maria Firmina dos Reis, é um dos passos principais que trarão representatividade à esta população.

Para a discussão e representação de outras etnias dentro das unidades de informação, como a indígena, por exemplo, obras de Daniel Munduruku, Eliane Potiguar, Ely Macuxi, Cristino Wapixana, Uziel Guaynê, Lia Minapoty, Yaguarê Yamã, Creomar Tahuare, devem ser incluídas dentro dos acervos das unidades informacionais brasileiras por serem autores e autoras indígenas contemporâneos que possuem uma rica produção de materiais bibliográficos que abarcam as identidades, sociabilidades, cotidiano e dificuldades encontradas pelas populações indígenas.

O bibliotecário ao incluir a diversidade etnicorracial e cultural nas ações e acervo de sua unidade informacional estará sendo um mediador entre a informação e o público que dela necessita (ALMEIDA JÚNIOR, 2008), além de colaborar com a luta antirracista e com discussões sobre

[...] processos históricos de produção do conhecimento e saberes, da valorização cultural e de elementos pertencentes à memória e ancestralidade antes [e depois] do processo de escravização que marginalizou esse grupo étnico e subalternizou seu sistema de crenças e valores em detrimento do poder hegemônico europeu (GOMES, 2016, p.739).

No entanto, ressaltamos que não basta somente disponibilizar os materiais para os usuários/interagentes² das unidades de informação, é necessária uma contextualização das obras e vida desses autores e autoras (que pode ser realizada por intermédio de ações culturais, como por exemplo, escolher um autor ou autora afro-brasileiro por mês e realizar ações – exposições, teatro, saraus literários, sessões de cinema, rodas de conversa, entre outras – integradas com instituições de ensino), além de refletir o seu lugar enquanto afrodescendente ou indígena na sociedade de sua época e seu importante papel para a criação da literatura brasileira que conhecemos hoje.

Quando refletimos no âmbito educacional, em especial nos cursos de Biblioteconomia, o processo de inclusão de disciplinas que tratam sobre as temáticas etnicorraciais ainda é vagaroso (GOMES, 2016). Silva (2016) em pesquisa realizada com docentes de curso de Biblioteconomia de uma universidade pública brasileira constatou que, embora os mesmos considerem importante a discussão e inclusão da temática no curso, não fazem a inclusão por, por exemplo, não terem formação adequada para inclusão das temáticas africana e afro-brasileira nas disciplinas que ministram, além de desconhecerem a Lei Federal nº 10.639/03. Isso sugere que, provavelmente, a biblioteca continuará com a exclusão desta parte da população quando se trata do silenciamento da produção intelectual e cultural de grupos etnicorraciais historicamente excluídos, mas em contrapartida estará em constante incentivo do desenvolvimento da pequena parte da população que detém o poder econômico e social no País. Dessa maneira, esta exclusão causa uma restrição intelectual e hierarquização de saberes, além de contribuir para a exclusão de classes (GOMES, 2016).

Cardoso (2015) nos lembra que o conhecimento é construído socialmente, na relação entre o sujeito e o mundo – em outros termos, retomamos aqui a teorização história roubakiniana e suas aberturas críticas. Os afrodescendentes por séculos tiveram seus conhecimentos passados de um ao outro por intermédio da oralidade e esses não foram

² Termo cunhado por Elisa Cristina Delfini Corrêa (2014) que propõe a substituição do termo “usuário”, pelo termo “interagente” pois, segundo a autora, o frequentador da biblioteca não só utiliza, como também cria e interage com as informações contidas nos acervos das bibliotecas.

registrados em quaisquer suportes. Assim, entender que a cultura africana e afro-brasileira é oriunda da oralidade, fará com que estes bibliotecários consigam suprir com maior afinco as necessidades informacionais destes sujeitos. É preciso ir contra a cultura hegemônica que afirma que o saber e a cultura são aqueles registrados e incluir narrativas orais e ações que tenham a oralidade como instrumento para transmissão de conhecimentos (CARDOSO, 2015).

No que concerne à representação da história e cultura africana e afro-brasileira nos livros didáticos e materiais de apoio escolar, “os estereótipos e a imagem de sofrimento e inferioridade, aliada às heranças da escravidão tornaram a presença de africanos e seus descendentes em livros, e também as mídias, uma marca vislumbrada como ruim” (CARDOSO; RASCKE, 2014, p.42). Por este motivo, há uma dificuldade em positivar a trajetória dos afrodescendentes nos espaços escolares, bem como em outros espaços onde a imagem que os representa está vinculada ao período escravista.

No entanto, a produção de materiais bibliográficos sobre as populações de origem africana e afro-brasileira aumentou a partir da criação da Lei Federal nº 10.639 no ano de 2003 e com isso, há maior discussão e questionamentos sobre a imagem estereotipada e negatizada sobre os afrodescendentes. Foram criados então, movimentos que têm buscado construir novas visões, narrativas, perspectivas e conquistas das populações de origem africana, bem como “[...] o Movimento negro e os intelectuais antirracistas transformaram lutas políticas em pautas para as demandas sociais destes grupos, construindo um olhar diferenciado a respeito da política e dos papéis dos governos” (CARDOSO; RASCKE, 2014, p.42).

A afirmação da autoestima por intermédio da biblioteca e das ações do bibliotecário são fundamentais para a construção da cidadania dos afrodescendentes. Gomes (2016, p.741) nos lembra que, “quando o povo negro tem como eixo central o reconhecimento identitário da sua ancestralidade e valores, este torna-se sujeito, protagonista da sua história e não objeto, algo a ser observado e retratado por outros”. A identidade negra é construída de forma gradativa e entendida “como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2005, p.43). Assim, o bibliotecário precisa entender

que, para influenciar na construção da identidade negra dos frequentadores das unidades de informação na qual atua, tem que considerar as dimensões subjetiva, simbólica e política dessa população. Para Kabengele Munanga (1996), a construção dessa identidade parte da tomada de consciência de um segmento etnicorracial excluído de participar da sociedade onde contribuiu tanto economicamente pelo trabalho gratuito realizado no período escravista, quanto culturalmente por conta dos elementos culturais de seus ancestrais.

Conforme explicitam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, educar os brasileiros para o estudo de temas relacionados à história e cultura africana e afro-brasileira não é restrito à população negra, mas sim a todos os brasileiros, “uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática” (BRASIL, 2004, p.17).

A partir dos pontos supracitados, observamos que o bibliotecário é parte nuclear da luta pelo reconhecimento e pela igualdade no plano da diversidade etnicorracial. A inserção de perspectivas como as elencadas nesta seção (Afrocentricidade e políticas de informação), como uma transformação na concretude desta realidade, visa incluir as populações afrodescendentes na sociedade com acesso pleno aos direitos que nossa Constituição prevê, além de valorizar a identidade e culturas destas populações.

Considerações Finais: meio social e as culturas africanas e afrodescendentes no pensamento e na prática biblioteconômica

O percurso de nossa reflexão permite perceber, a partir das três teses no plano epistemológico-histórico da formação do pensamento biblioteconômico-informacional, em diálogo com Nicolas Roubakine (1998a,b), as possibilidades de compreensão de um longo caminho crítico no campo. A teoria do meio social roubakiniana nos coloca diante da pluralidade de dilemas sociopolíticos fundados nas dinâmicas sociais cotidianas. Em outros termos, cultura e sociedade são apontadas como formações centrais para compreender o sujeito que conhece no mundo, e estabelecer reflexões sobre as dinâmicas desse conhecimento (como

as dinâmicas de exclusão de um dado saber, de um dado passado, de um dado povo).

O enfoque na questão da representação social das culturas africanas e afrodescendentes na Biblioteconomia é uma demonstração clara das potencialidades desse discurso, ou seja, da aplicação das visões de Roubakine (1998a,b) nos objetos de estudo críticos do campo. A partir da teoria roubakiniana, pois, é possível abordar a necessidade de uma (re)construção crítica permanente, de um modo de perceber as dinâmicas sociais que definem as formas de percepção de tais culturas na formação do bibliotecário, nos modos como se constituem os discursos materializados no campo no formato de livros, currículos, titulações, disciplinas, ementas, bibliografias.

Por sua vez, a narrativa histórica da luta de uma Biblioteconomia orientada para o olhar crítico sobre a opressão e a invisibilidade no âmbito das culturas africanas e afrodescendentes demonstra, igualmente, a potencialidade reflexiva das teses colocadas. Em síntese, a urgente fundamentação brasileira de uma frente crítica no pensamento biblioteconômico-informacional sobre a condição de tais culturas em nosso plano epistemológico pode ser vista na reunião não apenas de abordagens recentes, mas em um processo de luta histórica do bibliotecário e da pesquisa no campo. Em outros termos, o cenário aqui visualizado e discutido, aponta, mais uma vez, para a necessária teorização crítica sobre a epistemologia histórica, interessada em reunir os extratos da construção dos modos plurais de repensar a constituição e a afirmação de uma teoria do conhecimento a partir do olhar em BCI.

Dado cenário nacional e sob a luz de uma teoria do meio social em nosso pensamento, a centralidade de uma concretude das formações epistêmicas das culturas africanas e afrodescendentes no território discursivo biblioteconômico-informacional nos leva a pensar que o *ethos* do bibliotecário no Brasil é, no plano de uma epistemologia crítica e histórica, a própria práxis de problematização de tais culturas, incluindo os desafios políticos de sua história. Como nos convocaria Roubakine (1998a,b), humanizar o bibliotecário e suas práticas é humanizar a própria perigosa ideia de humanidade, tomada como natureza, e não como disputa.

Agradecimentos

A reflexão filosófica aqui manifestada é fruto do desenvolvimento de projeto de pesquisa apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008.
- AQUINO, M. de A.; SANTANA, V. A. Para além dos discursos: imagens de inclusão social/racial na Sociedade do Conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2005.
- AQUINO, M. de A. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, v.3, n.2, p.26-37, jan./jun., 2010.
- BARBOSA, V. L. R.; MEDEIROS, M. B. B.; PINTO, M. D. de S.; SENA, P.M. B. A inserção da etnia negra no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina a partir das ações afirmativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., Fortaleza, 16 a 20 out. 2017. **Anais...** Fortaleza: FEBAB, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- CALDWELL, R. B. The South Carolina State Library Group. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.
- CAMPBELL, L. B. The Hampton Institute Library School. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.
- CAMPOS JR., J. **A criança negra na escola**. São Paulo: Salesianas, 1999.
- CARDOSO, F. do C. **O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra**. Curitiba: CRV, 2015.

CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K. L. MÓDULO 2 - Relações Étnico-Raciais na Sociedade. In: CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K. L. (Orgs.) **Formação de professores**: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014. 248p.

CARDOSO, P. de J. F.; COSTA, A.; SILVA, F. C. G. da.; LIMA, G. dos S. Disseminação de informações sobre populações de origem africana e afro-brasileira: relato da Biblioteca de Referência NEAB/UDESC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 26., São Paulo, 2015. **Anais...** São Paulo: FEBAB, 2015.

CAVALCANTE, R.; ESTRÊLA, C. (Coord.). **Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2017. 311p.

CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S. de.; BUENO, S.; VALENCIA, L. I.; HANASHIRO, O.; MACHADO, P. H. G.; LIMA, A. dos S. **Mapa da violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 9. nov. 2017.

CONGRESSO Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. **Eixos temáticos CBBB 2017**. Fortaleza: FEBAB, 2017.

CORRÊA, E. C. D. Usuário não! Interagente! **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v.19, n.41, p.23-40, set./dez., 2014.

DAY, Robert. Poststructuralism and information studies. **Annual Review of Information Science Social and Technology** (ARIST), v.39, p.575-609, 2005.

DEBUS, E. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

ESTIVALS, Robert. A Dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.121-152, set. 1981.

ESTIVALS, Robert. História de la bibliologia. **Item**: Revista de Biblioteconomia i Documentació, Barcelona, n.11, p.25-41, 1992.

FROHMANN, Bernd. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v.52, n.3, p.387-407, 2004.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassification in knowledge organization: A post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas (SP), v.23, n.1, p.5-14, jan./abr., 2011.

HILL, H. M. The Division of Librarians of the Virginia State Teachers. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

HOUSER, Lloyd. A conceptual analysis of Information Science. **Library and Information Science Research: An International Journal**, v.10, n.1, p.3-34, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cor ou raça (Brasil – 2015)**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

JORDAN, C. L.; JOSEY, E. J. A chronology of events in black librarianship. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JORDAN, C. L. Afro-American Forerunners in Librarianship p.In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JOSEY, E. J. Black Caucus of the American Library Association. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.) **Handbook of Black Librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1977.

JOSEY, E. L.; DELOACH, M. L. Introduction. In: JOSEY; E. J.; DELOACH, M. L. (Eds.). (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Lanham, Maryland; London: The Scarecrow Press, 2000.

GERLIN, M. N. M; FRAGA, A. N. ROSEMBERG, D. S. A biblioteca pública na sociedade. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 jul. 2013. **Anais...** Florianópolis: FEBAB; ACB, 2013.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC, 2005. p.39-62.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v.21, n.3, p.738-752, ago./nov., 2016.

LEWIS, L. S. The Librarians' Section of the Georgia Teachers and Evolution. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

LIMA, G. dos S.; CARDOSO, P. de J. F. Educação e diversidade cultural: a Lei Federal 10.639/03 e os acervos de bibliotecas escolares do município de São José - SC. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 jul. 2013. **Anais...** Florianópolis: FEBAB; ACB, 2013.

MAIA, R. Apresentação. In: CAVALCANTE, R.; ESTRÊLA, C. (Coord.). **Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2017. 311p.

MANGUE, M. V.; CRIVELLARI, H. M. T. Informatização e organização do trabalho em bibliotecas universitárias: estudo comparado entre Brasil, Moçambique e África do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., Florianópolis, 2005. **Anais...** Florianópolis: ANCIB, 2005.

MARSHALL, A. P. The North Carolina Negro Library Association. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

MIRANDA, M. L. C. de. Organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., Salvador, Bahia: ANCIB, 8 a 31 out. 2007. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2007.

MOSTAFA, Solange P. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. 147f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, M. J. P.(Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994. p.177-87.

ROBINSON, C. C. The Alabama Association of School Librarians. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

MOSTAFA, Solange P. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. 147f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction a la psychologie bibliologique**. Tomo I. Sofia: Association Internationale de Bibliologie, 1998a.

_____. **Introduction a la psychologie bibliologique**. Tomo I. Sofia: Association Internationale de Bibliologie, 1998b.

SCHOCKLEY, A. A. Establishing Afro-American Collections. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido o branco e o branquíssimo**: branquitude hierarquia e poder na Cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014. 191p.

SILVA, A. S. da. Um olhar para o passado. Um olhar para o futuro: democratizando o acesso à história dos afro brasileiros preservada pela Biblioteca Nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., Fortaleza, 16 a 20 out. 2017. **Sessão de Pôsteres Interativos**: Ideias & Ações. Fortaleza: FEBAB, 2017.

SILVA, F. C. G. da. **A inserção da temática Africana e Afro-brasileira no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina**. 2016. 164f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVA, D. V. O da.; MAXIMIANO, C. A. Negra! A cor do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., Fortaleza, 16 a 20 de outubro de 2017. **Anais...** Fortaleza: FEBAB, 2017.

SIMÃO, M. dos S.; BILÉSSIMO, A. R. Relações raciais na escola: currículo e responsabilidades, livro didático, mídias e escola. In: CARDOSO, P.de J. F.; RASCKE, K. L. (Orgs.). **Formação de professores**: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014. 248p.

SHERA, J. H. Epistemologia Social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.9-12, 1977.

CAPÍTULO 16

O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Elisângela Gomes

Introdução

Em vigor há mais de 13 anos, a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, pouco impactou no ensino de Biblioteconomia, lançando um olhar sobre o Plano Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos de graduação em Biblioteconomia do País, também foi possível verificar que, até o momento, apenas a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal de Goiás (UFG) abordam a temática em disciplinas específicas.

No tocante à aplicabilidade da Lei nas bibliotecas, observamos que a temática tem ganhado atenção nas produções científicas, o que aponta para uma mudança no olhar sobre o papel das profissionais atuantes, mas também das bibliotecas e sua função social.

Esse engessamento curricular se mantém a partir de uma perspectiva histórica sobre a criação do curso de Biblioteconomia, que parte de uma “formação humanista e técnica, mas, a partir do desenvolvimento da ciência em meados dos anos 50, torna-se mais especializada, privilegiando as bibliotecas especializadas em detrimento das escolares e públicas” (CASTRO, 2000, p.115).

Esse distanciamento da função social da Biblioteconomia impede que os leitores¹ sejam tratados como sujeitos, pois estão subordinados às tipologias de biblioteca, ou seja, o tratamento se dá pelo perfil do leitor, seja ele escolar, seja universitário, seja especializado, seja membro de uma comunidade, e não pelo perfil socioeconômico, de pertencimento étnico e racial, excluindo também as questões de gênero e sexualidades.

¹ Optou-se pela utilização do termo leitores (as) ao termo usuário, por acreditar que este termo pode carregar carga pejorativa nos contextos de bibliotecas que atuam em circunstâncias de vulnerabilidade social, onde este termo é associado às pessoas usuárias de substâncias ilícitas.

Esse contexto tem sido desconsiderado para a realização de práticas como: catalogação, serviço de referência, desenvolvimento de coleções. Negação que impacta não só na construção da identidade do público que frequenta as bibliotecas, como também no corpo discente que ingressa nos cursos de graduação em Biblioteconomia. Para além dessa discussão localizada na formação acadêmica, o tema sobre as relações raciais deve ser tratado como um assunto que diz respeito à construção da história do Brasil, ignorar a presença africana e indígena e, sobretudo, a diversidade é escolher contar apenas a história e os valores dos colonizadores. Perpetuar esse discurso hegemônico não condiz com o perfil de profissional que deveríamos almejar na Biblioteconomia.

Mudanças no Contexto da Universidade e o Currículo de Biblioteconomia na UFG

Acessar o ensino através de uma universidade pública, embora seja um direito do cidadão, ainda se apresenta como um privilégio. Os dados sobre o ingresso de pessoas negras no ensino superior deram um salto significativo após a adoção de políticas de cotas raciais, mas ainda não estão em paridade com o contingente populacional, em que 52% da população brasileira são de negros. Além da perspectiva do ingresso, a permanência tem sido pauta de muitos estudos, entre os pontos abordados, está a não atualização dos currículos no que tange ao ingresso dos diferentes.

O curso de Biblioteconomia na UFG está vinculado à Faculdade de Informação e Comunicação (FIC); nesse sentido, é importante pontuar algumas ações de mobilização estudantil, de docentes e técnicas, negras, negros e LGBTTT que antecederam a atualização do PPP e influenciaram sobre determinadas posturas adotadas na universidade e da faculdade.

Dentre as estratégias para refletir sobre a permanência estudantil, o primeiro Colóquio Comunicação e Diferença realizado na FIC, no ano de 2012, apresentou para a comunidade acadêmica algumas demandas dos estudantes cotistas, que em plenária afirmaram que “o corpo docente promove uma uniformização no ensino, não demonstram interesse em reconhecer os cotistas e não entendem que

a presença destes estudantes promove uma reconfiguração no espaço acadêmico (SANTOS, 2014, p.252).

Outras falas afirmam também o descompromisso em compreender e aceitar as ações afirmativas como uma medida de democratização do ensino superior. Os estudantes cotistas não são encorajados à auto declaração, nem a compreender as cotas como “um elemento de promoção de equidade, que entende que algumas pessoas sofreram processos históricos de exclusão que as colocaram em condições desfavoráveis na competição por uma vaga na universidade” (SANTOS, 2014, p.254). A auto declaração como cotista reafirma a importância da adoção da política de cotas e também auxilia na construção de uma pedagogia que celebre a identidade e a diferença, fortalecendo o sentido de pertencimento “pelo que somos e não pelo que não somos” (DIAS, 2014, p.332) e, conseqüentemente, caminhar para a construção de identidades afirmadas, propositivas.

Sobre as tensões ocasionadas pela entrada de corpos diversos na universidade pública, Nilma Lino Gomes, em palestra no auditório da FIC, em 2017, afirma que “os sujeitos diversos acessam lugares que historicamente foram negados e ingressam na universidade com suas diversas experiências e outras formas de conhecimento que rivalizam com a ciência moderna”; nesse sentido, o ingresso dos estudantes cotistas impacta na produção de conhecimento, e “essa relação entre universidade, diversidade e as políticas antirracistas não é somente epistemológica, mas também política” (informação verbal)².

Sendo uma disputa também política, cada estudante que ingressa na universidade precisa ter informações que possibilitem acessar os recursos e serviços de que a instituição disponibiliza além de reconhecer canais que possam mediar e representar suas demandas estudantis; entretanto, observamos que as políticas são adotadas, mas a mudança nas ações e estratégias para sua incorporação acontece de forma morosa e negligente, é nesse campo em que as tensões se tornam acirradas e as organizações estudantis exigem uma devolutiva da instituição.

² Palestra “Universidade pública, diversidade e antirracismo” ministrada pela Doutora em Antropologia e ex-ministra da SEPPIR, Nilma Lino Gomes para toda a comunidade acadêmica da UFG em Goiânia em 9 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AuXjRimn8vY>>.

Uma das mais expressivas reivindicações foi a ocupação feminista da reitoria da UFG em 2016, que durou 12 dias. A manifestação foi uma forma de pressionar a gestão da universidade a tomar um posicionamento diante de diversas denúncias de agressões, entre elas, assédio e abuso sexual ocorridas no campus. A ocupação deu origem a um documento que apresenta 13 pautas “formuladas em assembleias deliberadas de forma democrática por mulheres levando em consideração o voto da maioria, que reivindica políticas e ações afirmativas de gênero e raça na UFG” (PAUTAS..., 2016, p.1). Dentre as pautas, estão segurança, conscientização, acolhimento e assistência estudantil, pautas, que deveriam ter sido implementadas desde a constituição da universidade, estão sendo requeridas pelos sujeitos que antes tinham este espaço negado.

[...] hoje nós temos a visibilidade e vozes que trazem consigo as marcas da diversidade, mulheres, negros, indígenas, LGBTT, e publicamente isso tem se organizado na sociedade através de vários movimentos, não só as vozes são diversas, mas os corpos, os sujeitos e experiências e essa diversidade articulada de forma estratégica pode ser nosso trunfo para a emancipação (informação verbal).

De fato, a afirmação de Nilma Lino Gomes sobre atuar politicamente de forma estratégica nos emancipou, em certa medida. A articulação da ocupação feminista teve efeito imediato para alguns aspectos das pautas apresentadas, por exemplo, a implementação de disciplina obrigatória em PPP de todos os cursos sobre feminismo e as temáticas sobre raça, classe, gênero e sexualidades.

Uma demanda que por muito tempo foi silenciada na universidade, mas permanentemente discutida por um núcleo de docentes que militam pela diversidade, ganha a atenção da gestão. A reitoria, na iminência de uma devolutiva, solicitou que todos os docentes que discutiam essas temáticas se organizassem em grupos de trabalho para ofertar as disciplinas já no segundo semestre, essa articulação suscitou na oferta de 22 disciplinas³ com vagas na

³ Para acessar as disciplinas ofertadas e suas ementas, acesse o *site*: <<https://www.ufg.br/n/90429-ufg-oferece-disciplinas-sobre-genero-sexualidade-e-relacoes-etnico-raciais>>

modalidade núcleo livre, abertas para qualquer estudante de graduação independente do curso.

A faculdade de Informação e Comunicação apresentou duas disciplinas, “Tópicos em Comunicação I: Jornalismo e relações de gênero”, ofertada pelo curso de jornalismo, e “Literatura negra e sociedade”, a primeira disciplina de Biblioteconomia a discutir relações etnicorraciais.

Outra demanda atendida de forma parcial, pois não teve adesão de todas as unidades, foi a criação de políticas e ações afirmativas de gênero e raça na UFG. Nesse sentido, e por força da portaria nº 15 de 2017⁴, a FIC criou o Grupo de Trabalho em Ações Afirmativas (GTAA)⁵ composta por docentes, técnicos administrativos em educação e discentes de graduação e pós-graduação. O GTAA vem se dedicando à construção das políticas de ação afirmativa partindo de ações de promoção para a emancipação racial, de gênero e sexualidades, por meio de palestras, grupos de estudos, cine-debate abrindo um canal de diálogo com a comunidade acadêmica para atender as demandas estudantis da própria unidade para a construção dessas políticas.

O curso de Biblioteconomia da UFG, desde a sua criação, 1980, passou por reformas curriculares que transformaram a formação exclusivamente tecnicista e generalista em uma grade que articula os conhecimentos técnicos aos conhecimentos culturais e humanísticos chegando a adotar o sistema de ênfases, em que o estudante poderia optar por cursar "Informação Educacional e Social" e, ou "Informação científica, tecnológica e industrial" (UNIVERSIDADE..., 2016). A última alteração do PPP do curso abandonou as ênfases e está orientada para a formação social, cultural e educacional.

De acordo com o PPP, com essa matriz curricular, os ingressantes têm a possibilidade de cursar disciplinas que atendem às diretrizes curriculares nacionais para educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena (Lei nº 11.645/08 e resolução CNE/CP nº 01/04):

O PPC contempla conteúdo desta natureza na oferta da disciplina de tópicos contemporâneos

⁴ Disponível em: <https://afirmativas.fic.ufg.br/up/991/o/Portaria_GT.pdf>.

⁵ Para mais informações sobre o Grupo de Trabalho em Ações Afirmativas da FIC-UFG, acesse o *site*: <<https://afirmativas.fic.ufg.br>>.

em informação social, cultural e educacional, especialmente: Cultura afro-brasileira: mediações da informação étnico-racial; bem como em temas que pautam pela questão ambiental (UNIVERSIDADE..., 2016, p.60).

A disciplina de Cultura afro-brasileira: mediações da informação étnico racial, mencionada acima, está no PPP do curso como disciplina optativa, com carga horária de 64 horas, a estrutura do curso torna obrigatório ao estudante cursar ao menos duas disciplinas dessa modalidade, ou seja, 128 horas para cumprir parcialmente a carga horária total do curso, 3.080 horas.

Embora tardia e pouco expressiva no montante das disciplinas ofertadas e ainda na modalidade optativa, a implementação dessa disciplina apresenta-se como um movimento de escuta dos movimentos sociais, dos movimentos negros e estudantis. Ela também legitima as pesquisas que inserem as relações etnicorraciais como um assunto inerente ao fazer biblioteconômico, tema cada vez mais discutido nos encontros de Biblioteconomia, a partir da perspectiva da diversidade cultural e do papel social da profissão que apresentam essa inquietação não só dos profissionais em exercício nas bibliotecas e demais unidades de informação, como também do corpo docente dos cursos de graduação.

As entidades representativas de classe também têm se mobilizado politicamente, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), na sua gestão atual, criou o observatório social, formado por uma Comissão de Trabalho que “propõe refletir e pensar ações para preservar valores relacionados ao respeito e tolerância à diversidade e igualdade” (ASSOCIAÇÃO..., 2016).

Também o posicionamento público da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB) emitiu uma nota⁶ se posicionando contra a decisão da Câmara de Vereadores de Uruguaiana de retirar o livro “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, do

⁶ “Associação Rio-Grandense de Bibliotecários repudia ação de retirada de livros sobre Queermuseu”. Notícia divulgada no jornal online Sul 21 em outubro de 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/AC2PSD>>.

acervo da Biblioteca Pública da cidade. E por fim, o posicionamento de um grupo de bibliotecárias contra o golpe⁷.

Não cabe a este artigo esgotar os exemplos de mobilização, mas, sim, demonstrar que, em diversas regiões do País, a classe profissional tem compreendido a importância da diversidade étnica e cultural e a democratização dos espaços públicos. Nesse sentido, Nilma Lino Gomes contribui com os argumentos e acrescenta:

A representação da diversidade deve ser democratizada dentro da universidade, gestão e docência devem também ter contratação dos sujeitos diversos para que possamos abordar e romper com o racismo estrutural e descolonizar os currículos apresentando sujeitos sociais que até então estavam na invisibilidade enquanto outros sujeitos legitimados estavam protagonizando as lutas (informação verbal).

Dessa maneira, os discursos racistas, homofóbicos e xenofóbicos não encontram mais ressonância em determinados espaços da universidade, pois temos a entrada de sujeitos que se afirmam em suas diferenças e se mobilizam politicamente para alterar o cenário antidemocrático.

Outro ponto relativo à contratação de profissionais que discutem as temáticas de raça, gênero e sexualidades é a aproximação dos sujeitos na produção de pesquisa autor representada, não mais na condição de objeto de pesquisa. Isso “amplia e fortalece as bases teóricas e práticas para a educação de discentes, docentes, pesquisadores e profissionais quanto à pluralidade etnicorracial” (VALÉRIO, 2016, p.3) e promove a emancipação racial, de gênero e sexualidades.

Relações Étnicorraciais no Ensino de Biblioteconomia da UFG

Como apresentado no capítulo anterior, o curso de Biblioteconomia inaugurou as discussões sobre relações etnicorraciais com a disciplina “Literatura Negra e Sociedade”, ofertada como núcleo

⁷ Vídeo “Bibliotecárias contra o golpe”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FfXgUqtTYIU>>.

livre⁸, a qual não está inserida no PPP do curso, o que não torna obrigatória a oferta dessa disciplina novamente; entretanto, inseriu a disciplina optativa “Cultura Afro-brasileira: mediações da informação etnicorracial”.

É inegável a importância de disciplinas específicas de caráter obrigatório para abordar as relações etnicorraciais no ensino de Biblioteconomia, entretanto uma única disciplina não tem condições de discutir a complexidade do assunto, já que o racismo se manifesta em diversas esferas, seja no campo técnico, social, tecnológico, seja no educacional. Desse modo, é essencial que essa discussão seja transversalizada em todas as disciplinas, pois um olhar antirracista pode questionar e modificar práticas profissionais que operam em um sistema de exclusão da temática.

Na prática docente, foi possível inserir nas disciplinas obrigatórias algumas discussões. A disciplina **Fontes de Informação II**, com metodologia de ensino teórico-prática se dedica a apresentar estratégias de busca, caracterização, avaliação e análise de fontes de informação especializadas nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia, Ciências Biológicas e Saúde, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências Agrárias e da Terra e Ciências Jurídicas.

A apresentação da ementa por sua abrangência a todas as áreas do conhecimento dá margem para estudar fontes de informação etnicorraciais. Entendemos que o acesso à informação contribui para a autonomia dos sujeitos, no caso da universidade, é uma ferramenta para entender e acessar a sua estrutura. Mirian de Albuquerque Aquino (2010, p.32) contribui com essa discussão ao afirmar que:

[...] as políticas públicas de informação estão posicionadas nas relações de poder. Assim, os projetos e os estudos que se voltam para políticas de informação com a finalidade de incluir os diferentes grupos que estão à margem da sociedade nos diferentes âmbitos nacionais, regionais e locais, devem ser inventariados, sintetizados, confrontados e questionados. Tais

⁸ Disciplinas, eixos temáticos/módulos de núcleo livre podem ser criados por qualquer curso de graduação por meio de aprovação em conselho diretor da unidade, bem como todas as disciplinas ou eixos temáticos/módulos oferecidos pela Universidade com vagas disponíveis.

políticas são permanentemente desafiadas pelo novo papel da informação e do conhecimento e das novas formas de se questionar a compreensão da diversidade cultural.

Dessa maneira, utilizamos, em sala de aula, a metodologia de levantamento através da identificação, classificação e descrição das fontes etnicorraciais com base nas diretrizes teóricas sugeridas pela literatura.

A proposta de realização desse levantamento de fontes, localizada na discussão das relações etnicorraciais como algo que poderia ser utilizado como um material de apoio aos estudantes que chegassem na UFG, trouxe questionamentos sobre a função e a finalidade do conhecimento que está sendo produzido academicamente.

Foi possível observar o interesse dos estudantes em se aprofundar em temáticas como racismo, cotas raciais e no entendimento crítico sobre informação e poder; além disso, a atividade possibilitou ultrapassar os limites da sala de aula em uma discussão que geralmente fica restrita aos docentes e discentes da disciplina, pois o levantamento realizado foi encaminhado para a disciplina de design gráfico, ofertada pelo curso de Jornalismo da UFG, e servirá de base para a criação de uma cartilha que irá compor o material de acolhimento dos estudantes egressos por cotas na UFG.

Em **Representação descritiva**, uma disciplina que é um desdobramento dos procedimentos técnicos de classificação e catalogação, a temática das relações etnicorraciais, foi discutida, mas também foram ampliadas para outros grupos marginalizados socialmente.

Devido ao engessamento da disciplina, ao utilizar o código de catalogação, seria necessário mais do que uma disciplina para questionar e repensar os sistemas de classificação adotados desde o surgimento da Biblioteconomia; entretanto, na arte prática da disciplina, na qual os estudantes exercitam a catalogação de diversos materiais, foi possível utilizar obras que estão à margem da academia, como livros, músicas e obras de arte, produzidos por pessoas negras. A mudança dessas referências, ou seja, a inserção de materiais que não correspondem ao padrão eurocêntrico gerou estranhamento e curiosidade da turma. Catalogamos obras como o CD do grupo musical

“Aláfia”, o próprio nome já suscitou em buscas na internet para compreensão do seu significado e alguns estudantes até baixaram as músicas para ouvir o que era produzido pela banda.

A busca dessas referências para formular a atividade em sala de aula foi também desafiadora, pois, além de romper com um modelo, ampliou as referências utilizadas; o que levou a um aprofundamento no entendimento e relevância dessas fontes para pensar a produção do conhecimento. A exclusão da ciência produzida pela população negra não se refere à má qualidade dessa produção, e, sim, de uma estrutura institucional racista que reproduz os valores eurocêntricos, provocando um epistemicídio. Ou seja, o assassinato do conhecimento, um dos instrumentos utilizados pela colonialidade para a manutenção da dominação racial, que retira a legitimidade de outras formas de produção de conhecimento e promove a negação da população negra na condição de sujeito da produção de saber (CARNEIRO, 2005).

Discutir sobre essas formas de dominação racial nas atividades ministradas, agregou conhecimento sobre uma gama de materiais, produzidos por pessoas negras, antes desconhecidos e desprezados no ambiente acadêmico, além de despertar um olhar crítico sobre a construção do conhecimento.

Outro âmbito trabalhado foi o debate sobre laicidade e homofobia aplicada nas terminologias. Nesse sentido, podemos citar a categorização da religião nos sistemas de classificação bibliográfica.

As Religiões de matrizes africanas, geralmente, estão categorizadas em uma classe denominada “Outras Religiões” e/ou também na classe Antropologia (Ciências Sociais), mais precisamente em uma subclasse denominada Folclore, o que poderia evidenciar o esmaecimento das crenças praticadas pelos negros no Brasil, enquanto As Religiões ocidentais foram consideradas como sendo universais. (TRIVELATO; MOURA, 2017, p.15).

O uso do nome social como ponto de acesso principal e o processo de atualização dos registros de autoridade de assunto, substituindo o termo “Homossexualismo” por “Homossexualidade”, leva-nos ao entendimento sobre a impossibilidade da neutralidade dos

sistemas de classificação “os termos para representar as comunidades definidas por gênero, raça e orientação sexual são frequentemente inadequados, e o uso desses termos em categorias de classificação reflete ideologias e premissas que são arcaicas ou inválidas” (CABRERA, 2012, p.50).

A catalogação precisa ser trabalhada para além da aplicação técnica, qualificando a prática aliada a um discurso crítico e reflexivo, assim, foram abordadas questões referentes ao uso de pseudônimo como uma ferramenta para não revelar a autoria original, um dos motivos seriam o desejo e a necessidade de inserção e valorização da produção longe de uma análise sexista, homofóbica e racista, o uso de pseudônimo é uma prática muito comum na escrita literária de mulheres, LGBTQ+ e negros, como Lima Barreto, Machado de Assis, Miriam Alves, entre outras que publicaram suas escritas em detrimento da afirmação de suas identidades.

A relevância do ensino sobre pesquisa e uso das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de suma importância para recuperação da informação; entretanto, a informação principal que se refere à autoria pode dificultar esse procedimento. Em **Pesquisa e Normalização de Trabalhos Acadêmicos** abordamos o uso do sobrenome como entrada principal nas referências e nas citações. Com a opção da abreviatura de nome e prenome, o acesso apenas pelo sobrenome dificulta a verificação da autoria feminina. Parece uma reflexão pouco significativa, entretanto creditar a produção científica aos sujeitos que, de fato, produziram esse conhecimento, faz-se necessário, pois inscreve a presença de pesquisadoras que historicamente são invisibilizadas e silenciadas no ambiente acadêmico, em que o reconhecimento, salvo exceções, é atribuído ao homem.

Na disciplina **Documentação Audiovisual** também discutimos sobre o uso do vocabulário controlado na indexação a partir da inserção de sujeitos, até então não indexados. Debates sobre uma campanha publicitária, que retrata um casal homoafetivo, uma fotografia que retrata uma família negra e a polêmica fotografia que retrata o beijo de um casal durante a comemoração do fim da segunda guerra mundial, entretanto “o beijo” em questão não teve consentimento por parte da mulher.

A documentação audiovisual, além de preservar a memória, afeta o nosso imaginário e a interpretação que fazemos dessas imagens

está intimamente relacionada à nossa visão de mundo que ainda está arraigada em valores eurocêntricos, machistas, sexistas, racistas e homofóbicos. Nesse sentido, como a indexadora irá se posicionar diante das questões raciais, de gênero e sexualidades? “Em outros tempos, esse processo era considerado técnico, mas, hoje, sabe-se que possui natureza intelectual, devendo ser norteado por reflexões críticas e princípios éticos” (CABREIRA, 2012, p.19).

“É importante que esse olhar apurado da profissão dê visibilidade e voz para a diversidade étnico-cultural, denunciando práticas e materiais de cunho discriminatório, resignificando também o ideal de sociedade democrática” (GOMES, 2016, p.12). Manuais e normas são elaborados por profissionais e devem ser repensados e atualizados conforme as demandas sociais. A indexadora deve se antecipar e buscar a diversidade e equidade nos serviços da biblioteca, e essa conscientização pode e deve ser despertada na sua formação durante a graduação.

Considerações Finais

Este trabalho buscou apresentar possibilidades de discutir as relações etnicorraciais de forma transversalizada aos conteúdos de cunho obrigatório no ensino de Biblioteconomia. Aqui, temos representado apenas um recorte que evidencia a necessidade de aprofundamento nessa discussão, que só foi possível de ser realizada a partir do momento em que o racismo começou a ser discutido no âmbito acadêmico, o que demonstra a atuação imprescindível dos movimentos negros, das representações estudantis e de profissionais que se preocupam em educar a partir da perspectiva antirracista.

Observamos um crescente no que tange as pesquisas e publicações no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação que afirmam a necessidade de mudança de paradigma no fazer profissional, em que as atividades técnicas não estão desvinculadas das relações sociais e, para isso, exigem um pensamento crítico e ético em todos os âmbitos da profissão. Essas pesquisas estão legitimando outros conhecimentos e saberes, inserindo outros sujeitos sociais com novas experiências e referências as quais agregam na construção do conhecimento que parte das múltiplas vivências e que só pode emergir através do respeito à diversidade étnica e cultural.

Concluimos que, embora tenhamos de enfrentar as barreiras impostas pelo racismo institucional cotidianamente, também conseguimos criar rachaduras nessa estrutura, as quais não modificam por completo, mas acrescentam novas discussões, novos olhares e formas de pensar à universidade como um espaço de acolhimento das demandas sociais.

Referências

- AQUINO, Mirian Albuquerque. Políticas de informação para a inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, v.3, n.2, p.26-37, jan./jul. 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Observatório social**. Marília, 2016.
- CABRERA, Miriam Regiane Dutra. **A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação**. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2012.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.
- CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- DIAS, Luciene de Oliveira. Desatando nós e construindo laços: dialogicidade, comunicação e educação. In: SOUZA, Rose Maria Vidal; MELO, José Marques de; MORAIS, Osvando J. de (Orgs.). **Teorias da comunicação: correntes de pensamento e metodologia de ensino**. São Paulo: Intercom, 2014.
- GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.21, n.3, p.738- 752, ago./nov. 2016.
- PAUTAS de reivindicação da ocupação feminista da reitoria da UFG. Goiânia, 2016. Disponível em:
<https://seguranca.ufg.br/up/900/o/01_Pauta_de_Reivindicacao%20da_Ocupacao%20_06_2016.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- TRIVELATO, Rosana Matos da Silva; MOURA, Maria Aparecida. Identidade, religião e a formação discursiva nos sistemas de classificação bibliográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., Marília, 2017 **Anais...** Marília, 2017.

SANTOS, Mariza Fernandes dos. Ações Afirmativas no curso de Jornalismo da UFG: uma (in)experiência de inclusão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS (AS), 8., Belém, 2014. **Anais...** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Faculdade de Informação e Comunicação. Curso de Biblioteconomia. **Projeto Político Pedagógico**. Goiânia, 2016. Disponível em: <https://Biblioteconomia.fic.ufg.br/up/75/o/projeto_pedag%C3%B3gico_DEZEMBRO.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

VALÉRIO, E.D.; SILVA, D. M.F. da. Discutindo as relações raciais: os trabalhos de conclusão de curso em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). In: ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NORTE-NORDESTE, 1., Fortaleza, 2016. **Anais...** Fortaleza: UFC; ABECIN, 2016.

CAPÍTULO 17

DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA DE BIBLIOTECÁRIOS: ELEMENTOS PARA REPENSAR OS CURRÍCULOS

Marielle Barros de Moraes

Introdução

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais (Bertolt Brecht).

Pensar nos desafios para a formação política de bibliotecários significa, antes de tudo, que somos seres em constante transformação e em constante processo de aprendizagem. Assim, não há nada mais político que o próprio ato da educação em si: a educação de si e dos outros. Por este motivo, começamos com a epígrafe do Bertolt Brecht, como forma de chamar atenção que todo e qualquer sujeito inserido em sociedade é um ser político, pois o próprio ato de estar vivo e de estar inserido em uma sociedade é um ato e uma decisão política.

A educação, em quaisquer níveis de ensino, é um espaço privilegiado para analisar a sociedade e suas estruturas no passado, no presente e propor perspectivas de futuro, portanto, é um espaço privilegiado da vivência de utopias. Assim, a formação política de bibliotecários nos instiga a pensar os tempos presentes, o nosso tempo, que convencionalmente se denomina de tempos contemporâneos, tempos pós-modernos, tempos modernos, ou qualquer outra denominação que se lhe dê. Por quê? Em primeiro lugar, porque a educação é essencialmente política e não há possibilidade de não ser. Politizar é aproximar o ensino da realidade, da contemporaneidade,

num determinado local e tempo. Essa contemporaneidade é marcada por deslocamentos e reviravoltas, encaixes e desencaixes, onde tudo parece se diluir, características de um período que o sociólogo polonês Bauman (2005) denominou de Modernidade Líquida, buscando enfatizar que tudo na contemporaneidade não dura, nem as relações, nem os conhecimentos, muito menos as coisas.

A liquefação das relações sociais, do processo de construção do conhecimento, que cada vez mais se faz num espaço de um clique, contribui para a produção de uma enxurrada de dados, de informações e de opiniões no ciberespaço que são realizadas sem a devida reflexão, sem o amadurecimento de ideias, sem embasamentos teóricos para justificar argumentos. Tudo é feito com base em opiniões que se advogam como verdades, mas na verdade passam a criar a realidade, com base em argumentos, opiniões e notícias muitas vezes falsas, as quais também são criadas como forma de criar a realidade.

Neste contexto, é necessário e fundamental o exercício da crítica permanente no mundo midiático, no mundo informacional e em todos os entornos dessa sociedade líquida. Quando pensamos na responsabilidade da universidade em oferecer uma formação política para o bibliotecário, duas questões se apresentam: *O que estamos buscando quando defendemos uma formação política para os bibliotecários? Como a formação do bibliotecário pode contribuir para o seu comprometimento político?*

Portanto, ao pensar a formação política dos bibliotecários não há como deixar de pensar no tripé universitário: o ensino, a pesquisa e a extensão, ou seja, um ensino voltado ao pensamento do inter/transdisciplinar que busca a reaproximação dos saberes tendo em vistas que o mundo é complexo e as disciplinas não podem mais ser vistas como objetos estanques dentro dos currículos, mas em constante diálogo e transformações. Projetos de extensão universitária voltados para o comprometimento da universidade com a sociedade que legitima sua atuação. E a pesquisa que, por contribuir para os avanços dos conhecimentos e para a melhoria da vida em sociedade, também pode fazer o contrário disso; por isso, deve buscar sempre uma reflexão crítica e sistemática sobre a realidade natural, humana, e sobre si mesma. No entanto, o que vem a ser formação política? É disso que nos ocuparemos nas próximas páginas. Portanto, este capítulo busca refletir

sobre os desafios para a formação política dos bibliotecários e como as teorias críticas possibilitariam a execução desse currículo crítico.

Teoria Crítica como Ferramenta para a Formação Política

O campo do currículo enquanto objeto de estudos e pesquisas não é algo recente. Na verdade, enquanto um campo de estudos, Amantea *et al.* (2006, p.38) afirma que se constituiu como teórico e prático e suas preocupações relacionam-se com questões voltadas à escolarização, ao ensino, aos processos de seleção, organização, distribuição social e transmissão do conhecimento realizados pelos sistemas educativos. Para Barreto (2006) a definição do que o currículo é depende também da forma como os autores e as teorias o definem. O currículo deve apenas ser transmissor de conteúdos selecionados do interior da cultura, ou agir também no que concerne à criação e recriação de conteúdos? Quais os conteúdos que devem ser ou não selecionados do interior da cultura e que merecem estar inseridos nos currículos? A partir de qual visão de mundo se seleciona esse conteúdo cultural? Com base em que teoria? E no caso do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, que conhecimento é poderoso¹ a ponto de estar inserido no currículo legitimando o que essa área de conhecimento é?

Dessa maneira, as primeiras preocupações do campo do currículo foram, sobretudo, de ordem técnica: planejamento e avaliação eram palavras de ordem na construção dos currículos, constituindo-se o que se classifica como Teorias Tradicionais no campo curricular. Ou seja, as teorias tradicionais, embora sejam analisadas sob diferentes visões, possuem, conforme Moreira e Silva (2011, p.15), algo em comum, a saber:

[...] a preocupação com os processos de racionalização, sistematização e controle do currículo. Em outras palavras, o propósito mais amplo desses especialistas parece ter sido planejar “cientificamente” as atividades pedagógicas e controlá-las de modo a evitar que o

¹ Acerca da conceituação do termo *Conhecimento Poderoso* cf. Young (2007).

comportamento e o pensamento do aluno se desviassem de metas e padrões predefinidos.

Esta forma de se perceber o currículo desaguou no trabalho dos professores que passaram a ter o seu fazer visto muito mais como um trabalho basicamente técnico do que intelectual. No entanto, não se pode afirmar que não seja um currículo político. Por qual motivo? Porque as políticas de currículo, as formas de se elaborar o currículo, encontravam-se e ainda se encontram dentro de comunidades políticas consideradas chave: especialistas acadêmicos, editores comerciais, planejadores políticos estatais e locais, etc. Assim, Amantea *et al.* (2006, p.55) afirma que “[...] a escolha do conteúdo curricular constitui um empreendimento centralmente político e está indissociavelmente unido à definição dos propósitos da escolarização”. Mesmo os currículos que afirmam enfatizar a técnica e o conhecimento produzido, ainda assim são opções políticas, são formas políticas de se fazer o currículo.

No entanto, no contexto dos anos de 1960, marcado pelo fato de os estadunidenses terem culpado os educadores, principalmente os progressistas, pela sua derrota da corrida espacial contra os russos, eles passaram a insistir na necessidade de se restaurar a supostamente perdida qualidade da escola. Além disso, os problemas sociais tais como racismo, desemprego, violência urbana, representaram, conforme afirmam Moreira e Silva (2011, p.20) motivo de vergonha para os americanos que desejavam uma melhor distribuição de riqueza, bem como uma sociedade democrática, justa e humana, o que levou a vários protestos e questionamento das instituições e dos valores tradicionais. E foi neste contexto que surgiram autores inconformados com as injustiças e desigualdades sociais, interessados em denunciar o papel da escola e dos currículos na reprodução da sociedade, apoiando-se no neomarxismo, na teoria crítica da escola de Frankfurt, nas teorias da reprodução, na nova Sociologia da Educação inglesa, na psicanálise, na fenomenologia, no interacionismo simbólico e na etnometodologia. Mas, o que é teoria crítica? A fim de iniciar esta discussão, tecemos um diálogo com Lopes (2015), para quem:

A teoria curricular crítica afirma que a escola e o currículo giram em torno do conhecimento escolar em meio a experiências organizadas entre professores e alunos, no interior das quais o

conhecimento escolar é construído e reconstruído. O currículo reflete, portanto, escolhas políticas, ou seja, a visão de cidadão e de cidadã que se pretende educar, das identidades sociais a formar nos alunos (LOPES, 2015).

A partir da conceitualização de teoria curricular crítica feita pela autora supracitada, podemos afirmar que a elaboração curricular a partir das teorias críticas já visa a construção de um currículo político que busca a formação política. Mas, quais os princípios da teoria crítica de currículo? Em primeiro lugar, conforme afirma Moreira e Silva (2011, p.44) a “Teoria Crítica de Currículo é um movimento de constante problematização e questionamento. Nesse processo, novas questões e temas vêm-se incorporar àqueles que, desde o seu início, estiveram no centro de sua preocupação”. Assim, questões relacionadas ao poder, à ideologia, à cultura, às classes sociais, ao gênero, ao currículo oculto, às disciplinaridades, são todas questões políticas das quais os currículos necessitam de estar atentos como forma de possibilitar a formação de sujeitos críticos.

Tomaz Tadeu da Silva (2002) faz uma breve cronologia dos marcos fundamentais, tanto da teoria educacional crítica mais geral, quanto da teoria crítica do currículo. Adaptamos no Quadro 1 abaixo, mas afirmando que utilizamos essa cronologia apenas como referência geral, pois há outros autores que se encaixariam também nessa cronologia, inclusive autores mais atuais que também analisam a educação de forma crítica na contemporaneidade.

Quadro 1: Marcos fundamentais da teoria crítica sobre o currículo.

Ano	Autor	Obra
1970	Paulo Freire	Pedagogia do oprimido
1970	Louis Althusser	A ideologia e os aparelhos ideológicos de estado
1970	Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron	A reprodução
1971	Baudelot e Establet	L'école capitaliste en France
1971	Basil Bernstein	Class, codes and control
1971	Michael Young	Knowledge and control: new directions for the sociology of education
1976	Bowles e Gintis	Schooling in capitalist America
1976	Pinar e Grumet	Toward a poor curriculum
1979	Michael Apple	Ideologia e currículo

Fonte: Adaptado de Silva (2002).

De uma forma ou de outra, todos os autores supracitados por Silva (2002), bem como outros que não foram por ele citados, analisaram e propuseram formas de se elaborar currículos políticos tanto no ensino fundamental, médio, quanto superior. Todas as teorias críticas são ferramentas para se pensar a elaboração de currículos políticos.

Não nos propomos adentrar na discussão de todas as ideias curriculares dos autores supramencionados, o que podem ser encontrados em alguns artigos já produzidos². No contexto desta discussão iremos citar algumas teorias de Pierre Bourdieu. Assim, é importante afirmar que, ao pensar num currículo político, antes de tudo, temos que analisar que as áreas científicas possuem uma história, uma tradição e o seu desenvolvimento se perpetua, conforme afirma Bourdieu (2004), como uma espécie de partenogênese. Bourdieu (2004) afirma que é necessário que as ciências saiam do purismo, no sentido de ser livres de qualquer necessidade social, e também deixem de lado a servidão, deixem de se portar como ciências escravas e sujeitas a todas as demandas político-econômicas, até mesmo porque o mundo científico funciona como o mundo social e, por isso, independente das pressões desse mundo social, porque tem as suas próprias pressões. E, com base na forma como as ciências funcionam, ou seja, semelhante ao mundo social, Bourdieu (2004) elaborou a noção de campo.

Para Bourdieu (2004), campo é um espaço relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias. Os agentes sociais desse campo possuem disposições, *habitus* – isto é, maneiras de ser permanentes, duráveis, que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo. Nesse sentido, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são campos científicos, haja vista que possuem leis próprias e que são permanentes, duráveis, e que também se transformam com o tempo. Por mais que as forças do campo estejam voltadas para a abertura ao diálogo.

Um dos campos que favorece o diálogo entre essas áreas de conhecimento é o da cultura, o qual muitas vezes não é visto como um destino provável para os profissionais da informação no âmbito de sua atuação, e a formação desses profissionais pouco aborda esse assunto,

² As considerações feitas acerca das teorias de Bourdieu, Bernstein e Young e sua relação com as ciências da informação, podem ser encontradas em Moraes (2013).

conforme já analisou Almeida (2013), apontando para a necessidade de investir na formação cultural mais ampla dos profissionais da informação e dos pesquisadores da Ciência da Informação, o que possibilitará, conforme o autor, no descortinamento de novas possibilidades de atuação, bem como na formação de profissionais mais críticos e criativos, que colaborem para a construção de uma sociedade mais rica e diversificada culturalmente. Essa proposição de Almeida (2013) no que concerne à formação dos profissionais da informação vai ao encontro do que propõe o teórico Henry Giroux (1983, 1997, 2003, 2004) em sua teoria de uma Pedagogia Radical, que é aquela que:

[...] tem que assumir com seriedade a tarefa de criar as condições para modificar a subjetividade tal como esta se constitui nas necessidades, pulsões, paixões e inteligência do indivíduo, assim como para mudar os fundamentos políticos, econômicos e sociais da sociedade que o contém. Em síntese, um aspecto essencial da pedagogia radical se centra na necessidade de que os alunos examinem criticamente suas histórias e experiências internas. É crucial que sejam capazes de entender como se reforçam, contradizem e suprimem suas próprias experiências por obra das ideologias transmitidas nas práticas materiais e intelectuais que caracterizam a vida cotidiana na aula (GIROUX, 2003, p.124).

Assim, a formação de profissionais da informação que se volte para os aspectos da mediação e da cultura necessita voltar-se sempre para as políticas culturais, por meio de uma pedagogia radical que possibilite organizar os cursos de Biblioteconomia como participantes ativos em lutas sociais objetivando sempre a construção e a reconstrução da democracia nas sociedades. Além disso, se torna cada vez mais necessário que esses cursos avaliem a relação entre arquivos, bibliotecas, museus e outros espaços de atuação com as forças estruturais mais amplas da sociedade que afere a sua existência. Portanto, mudando essa postura, os profissionais da informação passarão a ver seus usuários não apenas como consumidores ativos de informação, mas, sobretudo, como prosumidores de significados. O que está em jogo numa Pedagogia que se deseja Radical é a existência ou não de uma democracia nas sociedades, bem como da existência

mesma de arquivos, bibliotecas e museus e até mesmo da existência de seus respectivos cursos de formação. Daí a necessidade cada vez maior de uma formação política para os profissionais da informação.

Mas, o que estamos denominando de formação política? Para adentrar no esboço dessa conceituação em primeiro lugar é necessário que definamos o que entendemos por política e para tanto vamos nos apoiar em Bobbio (2000). Para o autor, a palavra política é derivada do adjetivo *polis*, que concerne à cidade, civil, a tudo que é público e diz respeito ao social. Esta expressão foi ampliada por Aristóteles em sua obra *Política*, que se trata da primeira grande obra sobre o assunto e que trata das funções da política, das formas de governo e das divisões do Estado. Assim, o significado que mais se usa é referente ao governo, a forma de governar, ao Estado e faz referência ao poder.

Assim, ousamos afirmar que *formação política* é aquela baseada nas diversas teorias críticas de currículo visando a que os sujeitos do processo educativo não tomem os conhecimentos como verdades absolutas, mas que sejam passíveis de questionamentos. É uma formação, uma ação de formar seres humanos que vão atuar num mercado de trabalho de forma crítica, cidadã e participativa, visando não apenas se inserir num mercado de trabalho tal qual ele está posto, mas sim, com uma formação “além do mercado”, buscar a transformação do mesmo.

Uma formação política para saber que todas as decisões políticas tomadas nas instâncias superiores afetarão todos os trabalhadores do “andar de baixo”, e que sem o necessário exercício da crítica, a transformação desta sociedade para uma mais justa e igualitária continua sendo apenas quimera. E é por isso que afirmamos que a teoria crítica de currículo pode ser percebida como uma ferramenta importante para a formação política desde os primeiros níveis da educação formal até os superiores, pois sem o verdadeiro exercício da crítica e da vivência política nos ambientes das escolas, das universidades, dos sindicatos e em outros espaços formativos, é quase impossível a transformação da sociedade atual.

Portanto, a formação política é antes de tudo um espaço para a vivência de utopias, pois a vida social não é um espetáculo para se assistir, mas para se participar na representação e na construção desse cenário. Assim, a educação é, essencialmente, política e, por ser essencialmente política, o exercício da crítica deve ser a sua essência,

fazendo ciência de forma comprometida com as necessidades humanas, regida por uma lógica emancipatória e trabalhando as teorias para pensar, criticamente, a realidade em todas as suas esferas e, numa área em que a informação e a mediação da informação são objetos de estudo e de atuação profissional, o exercício da crítica é mais necessário ainda como forma de os profissionais da informação buscarem formar informacionalmente os usuários dos ambientes de informação numa lógica que não reproduza a visão natural do senso comum e das visões divulgadas no mundo midiático que, intencionalmente, monta notícias buscando difundir uma determinada forma de olhar, uma forma de pensar que reforce determinados interesses. Daí, a urgente necessidade de uma formação crítica para os profissionais da informação.

Teoria e Currículo Crítico para a Biblioteconomia: pra quê?

A ideia de um currículo crítico para a Biblioteconomia torna-se cada vez mais urgente numa sociedade que viabiliza a difusão de informações sem limites, com volumes, cada vez maiores de textos, imagens e sons. Na realidade, vivemos numa era em que os dados, as informações, as notícias, os comentários são realizados a toque de dedos, vorazmente consumidos, comentados e deletados sem reflexão e sem buscar a veracidade das informações. Assim, uma formação que se deseja política para os profissionais da informação deve buscar, antes de tudo exercer a crítica nessa sociedade do espetáculo midiático que produz e divulga informações, muitas vezes, querendo reforçar um determinado jeito de pensar que reforça determinados interesses, daí a necessidade da crítica permanente.

Por que falar de um currículo crítico para a Biblioteconomia? Em primeiro lugar porque a política permeia toda a vida em sociedade e, em segundo lugar, porque a temática da formação política em Biblioteconomia pouco é pesquisada e inserida nos currículos dos cursos de Biblioteconomia do Brasil. Em uma pesquisa realizada por Spudeit, Moraes e Correa (2016) afirma-se que, ao pesquisar o termo *formação política* em conhecidas bases de dados da área, poucos trabalhos foram recuperados, sejam publicados em anais de eventos ou em periódicos e quando se encontra o termo, por exemplo, na Base de Dados e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), abrangendo os

anos de 1972 a 2016, são recuperados apenas 37 registros, mas todos relativos às políticas específicas da área e não à política no sentido mais amplo. Ou seja, na pesquisa das referidas autoras é possível perceber que não se estuda nos cursos de Biblioteconomia, com poucas exceções de cursos, as grandes correntes filosóficas da política, as relações de poder, os partidos políticos, o funcionamento das instituições políticas.

Ao falar em currículo político, em formação política para bibliotecários pensamos, antes de tudo, no tripé universitário: ensino, pesquisa e a extensão, que devem oferecer conteúdos e práticas reflexivas que envolvam a valorização do bem comum, o comprometimento com o mundo e o sentimento de uma identidade coletiva, bem como saberes teóricos do campo da política (OLIVEIRA; BORSSI; GENRO, 2011). Portanto, é um conjunto de práticas e não apenas a inserção de uma disciplina que tenha por denominação *Política*, ou outro título similar, que possibilita a um currículo ser denominado de currículo político. Um currículo político que possibilita uma formação política para bibliotecários é baseado antes de tudo nas teorias críticas para embasar esse currículo, bem como em uma prática educativa compromissada, politizada e que tenha na resistência, na crítica e na organização social as bases de sua efetivação.

Azevedo (2004) afirma que comumente os espaços educativos acentuam abordagens extremistas que podem ora privilegiar o radicalismo partidário, ora o apego militante por determinadas abordagens políticas, mas também pode, conforme Demo (1996) partir para a negação absoluta de qualquer abordagem política no espaço educativo, acenando para a neutralidade, atitude esta que caracteriza uma pobreza política. E acrescentamos que há os que advogam que a educação não deva apresentar-se como política, deve ser “sem partido”, deve apenas apresentar as teorias e o professor apresentar-se como um sujeito neutro.

No entanto, é importante lembrar que, mesmo a bandeira da neutralidade é algo impossível, pois tanto na fala quanto no silêncio os sujeitos da educação estão a serviço de algo ou alguém. E aqui pergunto: como defender a neutralidade, a apoliticidade da formação dos profissionais da informação se o currículo enquanto artefato cultural e educacional é essencialmente político, porque é feito por seres humanos que é político?

No caso da Biblioteconomia, mesmo que nos currículos desse curso poucas sejam as disciplinas de caráter humanístico, social e político, ainda assim o fato de não constar nos currículos é uma decisão política. Por exemplo, é uma atitude política os currículos dos cursos de Biblioteconomia possuírem em seus programas de ensino o ensino dos sistemas de classificação e de catalogação exportados de outros países, com culturas, muitas vezes, completamente diferentes da nossa latino-americana, brasileira e os profissionais também inserirem nos ambientes de mediação da informação (arquivos, bibliotecas, museus e congêneres) sem a devida crítica do porquê esse sistema está sendo utilizado em detrimento de outros.

Por que não se incentiva os alunos a pensar e repensar formas alternativas de organização dos ambientes de informação, que poderiam inclusive dialogar mais com a linguagem dos usuários desses ambientes e fazer muito mais sentido para os mesmos?

Por que os gestores de currículos, que são os professores das disciplinas, ao invés de tornar o currículo um campo de luta pela hegemonia não o tornam um campo de luta democrática, em que além de se mediar conhecimentos tidos como clássicos na área, como por exemplo, os códigos de classificação e de catalogação, busca incentivar os alunos a elaborar, eles mesmos, outros tipos de códigos que façam dialogar as linguagens documentárias clássicas com as criadas pelos próprios alunos (futuros profissionais) em conjunto com a comunidade na qual eles atuarão?

Aí sim, os professores estariam contribuindo mais ainda para formar politicamente os profissionais da informação que se desejam antes de tudo democráticos. Portanto, a práxis dos profissionais da informação não pode ser julgada como apolítica e nunca o foi, pelo contrário, há muito tempo se ensina a Biblioteconomia de forma politizada, pendendo para determinados valores de sociedade, determinadas escolas e culturas. No entanto, o exercício da crítica, esse sim, foi e continua sendo negligenciado em alguns currículos, fazendo com que os alunos se apeguem a técnicas e tecnologias de gestão de acervos e de ambientes de informação, sem a necessária e urgente crítica acerca do seu fazer e do como possibilitar, por meio da mediação e do acesso à informação, diminuir a brecha entre os que têm e os que não têm acesso à informação.

Portanto, é importante ressaltar que questões históricas dos currículos dos cursos de Biblioteconomia ainda influenciam a concepção da formação dos bibliotecários. A não inserção de conteúdos sobre política, a não participação da vida política na sociedade e mesmo na universidade em Centros Acadêmicos, em Diretórios Centrais dos Estudantes, ou mesmo em partidos políticos, faz com que esses profissionais pouco participem da vida política do País e mesmo da sua classe profissional. É como se os acontecimentos políticos do Brasil não fossem interferir em políticas de informação, de leitura, de bibliotecas e de outros ambientes de informação. Não à toa já afirmava Almeida Júnior (1997) que em tempos de exceção os cursos de Biblioteconomia pouco ou nada ameaçavam quem estava no poder, muitas vezes se aliando a eles. O cenário atual não se encontra muito diferente e a formação política do bibliotecário continua ainda como semente a ser germinada na área. E aqui fica o apelo: docentes de Biblioteconomia de todo o País: uni-vos contra a acriticidade, contra a aparente neutralidade do fazer biblioteconômico.

Considerações Finais

Os desafios para a formação política dos bibliotecários são muitos, principalmente, porque essa área de conhecimento pouco vem abordando o tema da política em seus currículos no Brasil, fato este que ocorre desde os primeiros currículos do curso, que privilegiam a abordagem técnica da área em detrimento de uma abordagem crítica, inclusive da técnica.

Percebemos, pois, nas teorias críticas de currículo ferramentas indispensáveis para se repensar os currículos dos cursos de Biblioteconomia no sentido da construção e reconstrução de conhecimentos, no viés da análise crítica sobre os conteúdos que são mediados em sala de aula, bem como, pela essência das próprias teorias, a inserção de conteúdos acerca de Estado, Governo e Sociedade Civil, haja vista que uma parte dos profissionais da Biblioteconomia ou vão atuar diretamente em órgãos governamentais, ou indiretamente, mesmo quando tenha a sua própria empresa.

Num mundo em constante mudança não há mais como, nem porque ensinar apenas técnicas sagradas de uma determinada área de conhecimento sem possibilitar que os alunos as percebam como mais

uma ferramenta para exercer o seu trabalho, mas de forma crítica e, inclusive, incentivando-os também a propor novos formatos de organização dos acervos que vão além das técnicas pré-existentes, percebendo as novas e variadas possibilidades que ofertam as tecnologias digitais.

Assim, é urgente a formação de bibliotecários do tempo presente, que percebam em sua profissão não apenas como uma possibilidade de trabalho para sobreviver na atual sociedade, mas, sobretudo, que perceba que seu fazer pode transformar toda uma sociedade, que faça de sua práxis um espaço privilegiado para a vivência de utopias e que, para isso, o exercício da crítica permanente sobre a sociedade e o seu fazer é cada vez mais necessário como forma de a criação de uma sociedade em que a brecha entre os que possuem e os que não possuem acesso à informação seja cada vez menor.

Para que isso ocorra, a formação de um bibliotecário que esteja tenha como práxis o conhecer, a pesquisa, o desvendamento do mundo contemporâneo e do seu fazer deve ser incentivado nos cursos de Biblioteconomia no Brasil. Ou seja, o exercício da crítica permanente desde os bancos das universidades em sua formação até os seus lugares de atuação, aí sim, teremos uma formação de bibliotecários que contribui para o seu comprometimento político. E para isso, o papel dos docentes se torna mais que fundamental, pois é este quem vai abrir os caminhos, por meio, inclusive, de sua prática em sala de aula, para que os alunos tenham na crítica a base de sua educação. Quais caminhos? Não temos respostas neste momento, mas acreditamos que este caminho possa começar com professores, que possibilite que as mais variadas formas de ver determinados temas estejam presentes em sua sala de aula, começando ele mesmo, a desconstruir a política do pensamento único tão presente na sociedade contemporânea e inserindo a política do pensamento trans: transdisciplinar, transcultural com vistas a vitalizar a crítica na universidade em tempos em que a política é criminalizada.

Concluimos retomando o pensamento de Brecht afirmando que só com a formação política dos bibliotecários, ele se tornará um alfabetizado politicamente que ouve, fala e participa dos acontecimentos políticos, sabendo que só existirá bibliotecas e nelas bibliotecários com sua luta política e que, para isso, ele necessita saber do funcionamento de toda a engrenagem política.

Referências

- ALMEIDA, M. A. Cultura & Informação: perspectivas para a formação e a atuação do profissional da Ciência da Informação. In: CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. **Olhares sobre a atuação do profissional da Ciência da Informação**. São Paulo: Todas as Musas, 2013. p.31-56.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis; APB, 1997. 129p. (Coleção Palavra-Chave, 7).
- AMANTEA, Alejandra *et al.* In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006. p.38-69. (Série cultura, memória e currículo, v.7).
- AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O uso social da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. (Conteúdo parcial: comentários sobre a sociedade do espetáculo).
- DEMO, Pedro. **Pobreza política**. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- GIROUX, H. **Pedagogía y política de la esperanza**: teoría, cultura y enseñanza; una antología crítica. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. 384p. (Agenda Educativa).
- _____. **Pedagogia radical**: subsídios. São Paulo: Cortez, 1983.
- _____. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 270p.
- _____. **Teoría y resistencia en educación**: una pedagogía para la oposición. 6.ed. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2004. 332p.
- LOPES, Alice Casimiro. ¿Todavía es posible hablar de un currículum político? In: ALBA, Alicia de; LOPES, Alice Casimiro (Coords.). **Diálogos curriculares entre México y Brasil**. Cidade do México: ISSUE, 2015. p.43-62.
- MORAES, Marielle Barros de. Reflexões sobre a atual construção curricular das Ciências da Informação: teorias críticas em questão. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, v.3, n.2, p.35-56, jun. 2013. Disponível em:

<cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/261>.
Acesso em: 20 ago. 2017.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Renata Greco de; BORSSOI, Berenice Lurdes; GENRO, Maria Elly Herz. Políticas de formação e formação política: possibilidades e desafios para o curso de Pedagogia. **Imagens da Educação**, Maringá, v.1, n.3, p.65-76, set./dez. 2011. Disponível em:
<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/13032>>.
Acesso em: 12 out. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SPUDEIT, Daniela F. A. de O.; MORAES, Marielle Barros de, CORREA, Elisa Delfini. Formação política do bibliotecário no Brasil. **REBECIN: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v.3, n.1, p.24-46, jan./jun. 2016. Disponível em:
<<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/37/pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SOBRE OS AUTORES

Adelaide Ramos e Côrte

Contato: adelaide@corte.com.br

Graduada e Mestre em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Especialista em Gestão de Sistemas de Informação. Bibliotecária aposentada pelo Serviço Público Federal. Consultora na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, publicações oficiais, planejamento e gestão da informação. Atua em movimentos associativos.

Anderson Alberto Saldanha Tavares

Contato: andersonast2004@hotmail.com

Experiência em Serviços e Políticas Públicas nas áreas de Assistência Social e Segurança Alimentar. Conhecimentos dos Sistemas da Rede Suas. Experiência com elaboração e execução de projetos e uso do SICONV. Experiência nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: Organização de Informações, Administração de unidades de informação.

Carlos Wellington Soares Martins

Contato: cawell2000@uol.com.br

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Gestão Pública (2011) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (2007), foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do MEC onde desenvolveu vários projetos de pesquisa e extensão, participando de projetos sobre Epistemologia da Biblioteconomia, Mercado de trabalho e Panorama da Leitura no Nordeste. Foi presidente do Diretório Acadêmico (DA) do curso de Biblioteconomia e membro do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFMA durante a graduação. Membro da Diretoria Executiva da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) no cargo de Diretor Regional Nordeste, atuou como tutor do curso Mediação em EaD pela Uemanet. Representou o estado do Maranhão como delegado do segmento Livro,

Leitura, Literatura e Bibliotecas para composição do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPc) do Ministério da Cultura (2012). Conselheiro Estadual de Cultura do Estado do Maranhão (2015 - 2017). Membro do Grupo de Estudos Política, Lutas Sociais e Ideologias - GEPOLIS e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Educação, Gênero e Movimentos Sociais - DANDARA. Membro da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBPP) da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Desenvolve pesquisas sobre as temáticas de Políticas de Livro e Leitura, Política de Informação Científica e Gênero.

Cristian José Oliveira Santos Brayner

Contato: crijol@gmail.com

Graduado em Filosofia, Direito, Tradução, Biblioteconomia e Letras (Língua e Literatura Francesas), Mestre em Ciência da Informação, Doutor em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília. É pós-doutor em História pela Casa de Rui Barbosa. Agradado com o Prêmio *Casa de las Américas*, dedica-se ao estudo da relação entre literatura e sagrado e às políticas públicas de leitura. É, atualmente, bibliotecário do quadro da Câmara dos Deputados.

Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit

Contato: danielaspudeit@gmail.com

Professora no curso de graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação de Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Possui mestrado em Ciência da Informação pela UFSC, especialização em Gestão de Unidades de Informação pela UDESC, especialização em Didática do Ensino Superior pelo SENAC, bacharelado em Biblioteconomia pela UFSC e licenciatura em Pedagogia pela UDESC. Atualmente coordena o Grupo de Bibliotecários da Área Escolar em Santa Catarina (GBAESC), é vice-presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), editora da Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN). Áreas de interesse: Gestão de unidades de informação, empreendedorismo, gestão da qualidade, gestão de processos e projetos, planejamento e marketing, competência em informação, bibliotecas escolares e universitárias, atuação, ensino e formação em Biblioteconomia.

Danielle Borges Pereira

Contato: danielle.borges.pereira@gmail.com

Acadêmica do curso de Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Foi Bolsista Voluntária de iniciação científica e Bolsista de Ensino vinculada ao Laboratório de Produção Comunicação e Memória Científica (CienLAB/UDESC). Foi monitora da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação II (FAED/UDESC).

Elisa Cristina Delfini Corrêa

Contato: elisacorrea61@gmail.com

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1995), mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Atualmente é professora titular da Universidade do Estado de Santa Catarina, ministrando disciplinas de Fontes de Informação e Gestão de Estoques Informacionais. É docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, ministrando as seguintes disciplinas no Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação: Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Contexto Informacional Contemporâneo e Competência em Informação para a Gestão de Unidades de Informação. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Processos de Disseminação da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisas relacionadas ao uso do computador pela CI e Biblioteconomia com ênfase na análise sociotécnica, redes e mídias sociais enquanto fontes de informação e competência em informação.

Elisângela Gomes

Contato: zanzamaio@gmail.com

Mestranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Vice coordenadora do Grupo em Ações Afirmativas da FIC - GTAA, Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Comunicação e Diferença - Pindoba.

Erinaldo Dias Valério

Contato: erinaldodiasufc@yahoo.com.br

Professor do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás - UFG. Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco - PPGCI/UFPE (2014). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará /UFC (2011). Desenvolve pesquisas nas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Informação Etnicorracial, Movimentos Sociais, Movimento Negro, Profissional da Informação, Uso e Apropriação de Informação, Produção e Comunicação Científica, Metodologia do Trabalho Científico.

Franciele Carneiro Garcês da Silva

Contato: francigarces@yahoo.com.br

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação (2013 - 2016) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes. É membro da equipe gestora 2018-2020 da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), ocupando o cargo de Diretora de Marketing e Divulgação. Faz parte do Conselho Editorial da Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina atuando como editora de layout. É representante discente suplente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ). Participa como voluntária no Projeto Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC. Participou como voluntária no Projeto Espaço de Referência Ações Afirmativas, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC) e foi bolsista de iniciação científica no projeto de pesquisa 'Ser alfabetizador(a) no olhar de quem se alfabetiza: uma abordagem fenomenológica', do Grupo de pesquisa Didática e Formação Docente (GpDD). Temas de pesquisa: Ensino de

Biblioteconomia e Ciência da Informação, Representações Sociais, Temática Africana e Afro-brasileira e Educação das Relações Étnicorraciais, Alfabetização, Mídias sociais, Bibliotecas especializadas, NEABs.

Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva

Contato: gilvanedja@gmail.com

Bibliotecária-Documentalista, Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), licenciada em Pedagogia (UPE) com especialização em Recursos Humanos para Educação em Espaços Escolares e Não Escolares (FAFIRE). Atualmente é Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com atuação na gestão de biblioteca universitária, além de experiência com planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas para bibliotecas. Membro do Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexão e prática, do Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, dedica-se à pesquisa no campo da Cultura, Educação, Direitos Humanos, com foco nas Políticas Públicas para Bibliotecas Públicas (municipais, escolares e comunitárias) e na Gestão Cultural. Possui experiência em gestão de equipamentos culturais; processos técnicos; atendimento ao público; bases de dados bibliográficas; planejamento e execução de ações culturais e literárias, atividades de formação (palestras, oficinas, cursos); realização de eventos no campo das Políticas Públicas voltadas às bibliotecas públicas; ações de fruição e formação literárias, produção cultural. Também realiza consultorias e trabalhos técnicos (elaboração e análise de projetos, catalogação, orientação e normalização de trabalhos acadêmicos, implantação e organização de bibliotecas). Membro e articuladora do movimento social organizado Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura (FPEBLLL) e da Liga Bibliotecária.

Gustavo Silva Saldanha

Contato: saldanhaquim@gmail.com

Pesquisador Adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Professor Adjunto da Universidade Federal do

Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua como docente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT e em Biblioteconomia da UNIRIO. É líder do grupo de pesquisa 'Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes' (IBICT). É membro, 2017, da equipe Médiations en information: communication spécialisée do Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (Lerass) da Université Toulouse III Paul Sabatier; desde 2008, da Rede Franco-Brasileira de Mediações e Usos Sociais dos Saberes e da Informação (Rede Mussi) e, desde 2014, do International Center for Information Ethics (ICIE). Foi vice coordenador na gestão 2015-2016 do Grupo de Trabalho 1 (Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Possui graduação em Biblioteconomia (UFMG-2006), especialização em Filosofia Medieval pela (Faculdade São Bento - RJ - 2010), mestrado em Ciência da Informação (UFMG-2008), doutorado em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ). Atualmente realiza estágio pós-doutoral na Université Toulouse III, Toulouse, França, com o projeto Outras margens de fundamentação epistemológico-histórica da Ciência da Informação: um estudo a partir da Revue de Bibliologie: Schéma et Schématisation.

Irajayna de Sousa Lage Lobão

Contato: iraph13@gmail.com

Acadêmica do curso de Biblioteconomia - Habilitação Gestão da Informação (2015), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista de iniciação científica vinculado ao laboratório de Produção, comunicação e memória científica - FAED/UDESC.

Jéssica Glienke David

Contato: jdglienke@gmail.com

Acadêmica do curso de Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Foi bolsista no Projeto de Extensão Borboletas da Leitura na Comunidade, vinculado a FAED – Centro de Ciências Humanas e da Educação (UDESC). Atualmente integra o Grupo de Pesquisa em Cultura Impressa e Digital (GP-CiDi), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como bolsista de iniciação científica.

Jonathas Luiz Carvalho Silva

Contato: jonathascarvalhos@yahoo.com.br

Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Professor do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Professor do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da UFCA. Diretor Regional Nordeste da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação - ABECIN (2016-2019). Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) - Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) da UFCA (2016-2017). Ministra disciplinas no setor de pesquisa e fundamentos teóricos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Na pesquisa, atua na fundamentação teórica da Biblioteconomia, Ciência da Informação e Informação; estudo de usuários e mediação da informação; bibliotecas escolares, comunitárias e públicas; atuação profissional, ética e política da Biblioteconomia; políticas públicas de informação, educação e cultura. Colunista e colaborador da Revista Biblio. Colunista do *site* Infohome.

Jorge Moisés Kroll do Prado

Contato: jorge.exlibris@gmail.com

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Gestão de Unidades de Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina e bacharel em Biblioteconomia pela mesma instituição. Coordenador da Rede de Bibliotecas do Senac Santa Catarina, Information Coordinator do Comitê Permanente para América Latina e Caribe da International Federation of Library Associations (IFLA/LAC). Editor da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD). Temas de estudo: mídias sociais, marketing, curadoria digital, tecnologias da informação e da comunicação, análise de redes sociais, comunicação científica, sociologia da ciência e economia da informação. Membro dos grupos de pesquisa 'Informação e Tecnologia: Gestão e Tecnologia' e 'Intelligence, Technology and Information Research Group', ambos vinculados à UFSC.

Maria Aparecida Moura

Contato: cidamoura@gmail.com

É professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e Pós-doutorado em Semiótica Cognitiva e Novas Mídias pela Maison de Sciences de l'Homme (2006-2007). Foi Coordenadora de Políticas de Inclusão Informacional da UFMG (2010-2014) (CPINFO/UFMG). É diretora de governança informacional da UFMG (DGI/UFMG) sendo a autoridade responsável pelo cumprimento da LAI (Lei de Acesso à Informação) e pela Ouvidoria Geral da UFMG. Coordena o Núcleo de Estudos das Mediações e Usos Sociais dos Saberes e Informações em Ambientes Digitais (NEMUSAD). Coordena o Museu virtual - Saberes Plurais. Atua nos programas de pós-graduação em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG) e Ciência da Informação (PPGCI/UFMG) como professora colaboradora e membro permanente, respectivamente. Integra a Rede de Direitos Humanos da UFMG. Tem experiência na área de Ciência da Informação, Comunicação e Educação, com ênfase em tecnologias da informação e na produção de conteúdos relacionados aos direitos humanos e à preservação, registro e difusão da cultura popular e dos saberes tradicionais brasileiros. Seu escopo e interesses de estudos abrangem: Semiótica aplicada aos estudos informacionais, organização da informação: fundamentos teóricos, mediações e aplicações, análise de redes sociais (ARS) aplicadas aos estudos Informacionais, linguagem, gêneros digitais e formação discursiva, cultura informacional, organização da informação em ambientes colaborativos; identidade e cultura popular. *Site:* <http://mamoura.eci.ufmg.br>

Maria Mary Ferreira

Contato: mmulher13@hotmail.com

Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Biblioteconomia (1981); Possui Especialização em Organização de Arquivos pela USP (1991), Especialização em Metodologia do Ensino Superior (UFMA, 1995); Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do

Maranhão (1999) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (2006). Fez Estágio doutoral na Universidade de Coimbra em Portugal. É autora dos livros: Vereadoras e Prefeitas: ação política e gênero (2015); Os Bastidores da Tribuna: mulher, política e poder no Maranhão (2010); As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas (2007); e organizadora das publicações: Mulher, Gênero e Políticas Públicas (1999); Gênero, Política e Poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. (EDUFMA, 2012); Conhecimento feminista e relações de gênero. (EDUFMA, 2012). Tem experiência nas áreas de Sociologia e Biblioteconomia com ênfase em Gênero e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher - política, mulher - relações de gênero, cidadania, mulher - poder e ainda políticas públicas, informação e poder, bibliotecas públicas e escolares. Membro da Coordenação Estadual do Fórum Maranhense de Mulheres. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA.

Marielle Barros de Moraes

Contato: moraes.marielle@gmail.com

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP), na linha de pesquisa de Apropriação Social da informação, com o tema da Formação de Bibliotecários na Ibero América, sendo bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP), na linha de pesquisa de Apropriação Social da Informação, com o tema da Formação de Bibliotecários Brasileiros na Sociedade da Informação (trabalhou com a formação bibliotecária em nível de Brasil, sob orientação do Prof. Dr. Marco Antônio de Almeida- USP e em alguns artigos trabalhou com a formação bibliotecária mexicana em parceria com o pesquisador mexicano Prof. Msc. Ariel Sánchez Espinoza-UNAEM). No mestrado foi bolsista da CAPES. Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (2004-2007, tendo trabalhado com o tema da formação do bibliotecário cearense sob orientação da Profa. Dra. Virgínia Bentes Pinto), sendo bolsista do CNPq. Bolsista voluntária do Grupo de Estudos e Pesquisas da Obra 'Fenomenologia do Espírito', de Hegel, no Departamento de Filosofia da UFC, coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (fev./dez.,

2004). Bolsista do PIBIC-CNPq-UFC e membro do Grupo de Pesquisa Representação da Informação, coordenado pela Prof. Dra. Virgínia Bentes Pinto e pelo Prof. Dr. Casemiro Silva Neto (jul./2006-dez.2007). Presidente do Centro Acadêmico de Biblioteconomia Ramiz Galvão (mar.-jun./2007). Diretora de Integração Universidade e Sociedade, do Diretório Central dos Estudantes da UFC (DCE/UFC) (2007/2008). Foi professora convidada para a disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica do Curso de Especialização em Homeopatia da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, da Universidade Federal do Ceará (FFOE/UFC) e nos Cursos de Especialização em Prótese Dentária da Universidade Camilo Castelo Branco (UNICASTELO) e da FFOE/UFC. Em 2009, participou da seleção para o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (nível: Mestrado) da USP, tendo sido aprovada. Em 2011, fez o estágio de docência na Escola de Comunicações e Artes da USP, tendo sido supervisionada pela Profa. Dra. Ivete Pieruccini. Em 2012, foi aprovada para o Curso de Doutorado em Ciência da Informação da US P. Tem como interesse de estudos os seguintes temas: Mediação da Informação, Formação do Bibliotecário, Formação do Arquivista, Formação do Museólogo, Formação de Profissionais da Informação, Currículo de Biblioteconomia e Epistemologia da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, entendidas como Ciências da Informação.

Marta Lígia Pomim Valentim

Contato: valentim@valentim.pro.br

Pós-Doutorado pela Universidad de Salamanca, Espanha, em 2011-2012. Livre Docente em Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional pela Unesp. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em 2001. Mestre pela PUC-Campinas, em 1995. Docente de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq na área de inteligência competitiva organizacional, gestão da informação, gestão do conhecimento e cultura informacional. Líder do Grupo de Pesquisa 'Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional'. Coordena o projeto de pesquisa Processos de compartilhamento e socialização do conhecimento em ambientes empresariais. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da

Informação (PPGCI), da Unesp, campus de Marília, gestão 2017-2021. Organizadora e autora de vários livros na área. Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2016-2019. Exerceu o cargo de Vicepresidente da *Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe* (EDICIC), gestão 2009-2011. Exerceu a coordenação do Grupo de Trabalho Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações (GT-4), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), gestão 2009-2010. Exerceu o cargo de Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2001-2004.

Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas Mattos

Contato: miriammattos@gmail.com

Graduada em Biblioteconomia habilitação em Gestão da Informação, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Desenvolveu sua pesquisa na área de formação do Bibliotecário em contextos multiculturais, com ênfase para Bibliotecas Escolares, Relações Étnicorraciais, Educação Inclusiva e Sexualidade e Gênero, tendo publicado dois livros com os temas. A partir de 2010 participou da diretoria da Associação Catarinense de Bibliotecários ACB, coordenando o Painel de Biblioteconomia neste mesmo ano. Desde então, atua diretamente nas atividades associativas da área. Em 2013 e 2014, foi Consultora, através de termo de cooperação da UFSC, da SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial DF e professora colaborada no departamento de Ciência da Informação da UDESC e UFSC. Também atuou como professora orientadora no Instituto Federal de Santa Catarina em cursos de Pós-graduação a distância, onde participou de projeto de pesquisa na área da educação abordando o reconhecimento de saberes dos trabalhadores, onde também concluiu especialização em licenciatura em educação profissional tecnológica com esse tema. Empreendedora desde 2011 em sua microempresa 'Normalização Eficiente', trabalha com produção de materiais didáticos, coordenação de projetos, avaliação, planejamento e gestão estratégica, normalização e revisão e orientação de trabalhos acadêmico-científicos, organização documental e consultoria. Em 2015 passou a Coordenar o curso de Biblioteconomia

na modalidade EAD da Unochapecó, onde também foi docente. A partir de 2016, é doutoranda em educação na UDESC com o tema: Os cursos de Biblioteconomia na modalidade à distância: uma análise histórico - crítica. Atualmente é professora do curso de Biblioteconomia da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Principais áreas de pesquisa: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA: Gestão da Informação. Formação de bibliotecários. Biblioteca escolar, metodologia científica, normatização. Gestão da Informação - organização documental - arquivos. Mediação de leitura e contação de histórias. Gestão da informação em saúde. Direitos autorais e acesso aberto. Educação: Educação e tecnologia. Educação a Distância (EaD). Educação de Jovens e Adultos EJA e PROEJA. Educação Inclusiva. Reconhecimento e certificação de saberes. Educação das relações Étnico Raciais. Educação e multiculturalismo.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Contato: ofaj@ofaj.com.br

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1974), mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1992) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina, professor titular do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília) e professor colaborador do Mestrado Profissional da Universidade Federal do Cariri. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Informação e Sociedade, atuando principalmente nos seguintes temas: informação e sociedade, mediação da informação, serviço de referência e informação, bibliotecas públicas e Biblioteconomia. Mantenedor do *site* Infohome (www.ofaj.com.br).

Tháís de Almeida Lamas

Contato: thaisalmeidalamas@gmail.com

Graduada em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cofundadora da empresa eBig - Biblioteconomia e gestão, a qual oferece serviços de organização informacional. Tem interesse pelos temas: arquitetura da informação,

web design, e estudos políticos na área da Ciência da Informação, além do interesse na área de ciência política e temas relacionados à mulher, como divisão sexual do trabalho, gênero e a dicotomia público e privado.

**ESTE LIVRO É UM MARCO MILIÁRIO IMPORTANTE NA
CONSTRUÇÃO DE UMA BIBLIOTECONOMIA CRÍTICA E
INOVADORA, OU SEJA, ELE É UM LIVRO POLÍTICO.**

**UM DE SEUS MÉRITOS É NOS LEVAR A FAZER PERGUNTAS
E SUSCITAR DÚVIDAS SOBRE UM PONTO DO QUAL,
COMO O TEXTO DEIXA CLARO, OS PROFISSIONAIS DA
INFORMAÇÃO TÊM INSISTIDO EM SE ESQUIVAR.**

**E, QUEM SABE, SERVIRÁ PARA CHAMAR NOSSA
ATENÇÃO PARA O FATO DE QUE POLÍTICA, EM QUALQUER
DE SEUS SENTIDOS, É FILHA E MÃE DA HISTÓRIA. E QUE
TALVEZ O MELHOR MANANCIAL PARA ENCONTRAR
RESPOSTAS PARA ALGUMAS DE TANTAS DÚVIDAS ESTEJA
EM NOSSA PRÓPRIA HISTÓRIA. TANTO A DE SEMPRE
QUANTO A QUE CONSTRUÍMOS DIARIAMENTE.**

ANTONIO AGENOR BRIQUET DE LEMOS

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-98291-13-0



9 788598 291130